O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 103.º

COIMBRA
1944

INSTITUTO DE COIMBRA

DIRECÇÃO

Francisco Miranda da Costa Lôbo .	*Presidente*
Anselmo Ferraz de Carvalho . . .	*Vice-Presidente*
António Gomes da Rocha Madahil .	*Secretário*
Gumersindo Sarmento da Costa Lôbo	»
José Pinto Loureiro	»
Maximino de Morais Correia . . .	»
Amadeu Ferraz de Carvalho . . .	*Tesoureiro*
Diogo Pacheco de Amorim	*Presid. da 1.ª classe*
João Pereira da Silva Dias	» » *2.ª* »
Manuel Lopes de Almeida	» » *3.ª* »

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Amadeu Ferraz de Carvalho (E. I. C. B.) — Anselmo Ferraz de Carvalho (U. C. D. I. G.), *Vice-presidente* — António Augusto Mendes Correia (U. P.) — António Baião (D. A. N. T. T.), António Gomes da Rocha Madahil (A. U. C.), *Secretário Geral* — Coronel Belisário Pimenta — Almirante Carlos Viegas Gago Coutinho — Diogo Pacheco de Amorim (U. C.) — Domingos Fézàs Vital (U. L.) — Elísio de Moura (U. C.) — Francisco Miranda da Costa Lôbo (U. C., D. H. O. A.), *Presidente* — João Gualberto de Barros e Cunha (U. C.) — João Pereira da Silva Dias (U. C.) — José Maria de Queiroz Veloso (U. L.) — José Pinto Loureiro (E. I. C. B., D. B. M. C.) — Manuel de Sousa da Câmara (I. S. A.) — Pedro José da Cunha (U. L.).

DIRECTOR DA BIBLIOTECA

Coronel Belisário Pimenta

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Bairro de Sousa Pinto (Edifício de S. Bento) — Coimbra

O INSTITUTO

VOLUME 103.º

Composto e impresso nas oficinas da «Coimbra-Editora, L.da»

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 103.º

COIMBRA
1944

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Presidente

Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A.

Vice-Presidente

Prof. Anselmo Ferraz de Carvalho, da U. C., D. I. G.

Secretário Geral

António Gomes da Rocha Madahil, do A. U. C.

Vogais

Amadeu Ferraz de Carvalho, da E. I. C. B.
Prof. António Augusto Mendes Correia, da U. P.
António Baião, D. A. N. T. T.
Almirante Carlos Viegas Gago Coutinho.
Prof. Diogo Pacheco de Amorim, da U. C.
Prof. Domingos Fézàs Vital, da U. L.
Prof. Elísio de Moura, da U. C.
Prof. João Gualberto de Barros e Cunha, da U. C.
Prof. João Pereira da Silva Dias, da U. C.
Prof. José Maria de Queiroz Veloso, da U. L.
José Pinto Loureiro, da E. I. C. B., D. B. M. C.
Prof. Manuel de Sousa da Câmara, do I. S. A.
Prof. Pedro José da Cunha, da U. L.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Bairro de Sousa Pinto (Edifício de S. Bento)

COIMBRA

DOLOROSA TRAGÉDIA DOS ÍNCLITOS INFANTES, FILHOS DE D. JOÃO I

INTRODUÇÃO

Na data já muito remota de 1139 — são decorridos mais de oito séculos — há pouco brilhantemente comemorada, a população da região que actualmente se encontra no norte de Portugal constituíu-se em nacionalidade, logo elevada a reino, que conserva a sua autonomia, respeitada por todos os povos.

Aquêle facto demonstra que a população ali existente possuía excepcionais qualidades e, realmente, verifica-se que era dotada de um carácter laborioso, sóbrio, aguerrido e de acendrado patriotismo.

Ao mesmo tempo existia uma *élite* esforçada, corajosa e ponderada. Houve também a fortuna de se ter encontrado para chefe um homem de preciosos méritos, D. Afonso Henriques, descendente de Carlos Magno, tão notável pela sua coragem como pelo seu tino administrativo e diplomático.

Durante cêrca de dois séculos e meio, desde 1139 até 1383, perdurou a dinastia Afonsina inaugurada por D. Afonso Henriques, sucedendo-se nove reinados que asseguraram a Portugal tôda a região que na península lhe fôra atribuída, e consolidaram a nacionalidade com zelosas administrações que muito desenvolveram a riqueza pública.

Mas ao fim dêste período um grave acontecimento surgiu. El-Rei D. Fernando morreu sem descendência legí-

tima, e o casamento, com o rei de Castela, de sua filha Beatriz, única que tinha tido de sua ligação adúltera com Leonor Teles, e por isso adulterina, como demonstrou o sábio jurisconsulto Dr. João das Regras, nas côrtes de Tomar, deu lugar a que o rei de Castela, baseando-se em costumes da época, de doutrina inaplicável neste caso, pretendesse ligar as duas coroas, de Castela e de Portugal.

Naquelas côrtes o Dr. João das Regras, que viria a ser um companheiro inseparável de D. João I, e seu valioso esteio, com idéias largas e modernas para a administração do Estado, não só demonstrou a incapacidade de D. Beatriz na sua pretensão ao trono de Portugal, mas também as das pretensões dos filhos de D. Pedro e Inês de Castro, faltos de situação legítima.

Aos argumentos legais contra as pretensões do rei de Castela acresceu, com fundamental importância, a disposição enérgica e tenaz da população de Portugal, a qual repeliu aquelas pretensões até ao ponto de bater-se denodadamente contra elas, conseguindo ao fim de sanguinolentos combates e com actos de inexcedível coragem, em que brilhou a figura épica do condestável D. Nuno Álvares Pereira, assegurar a independência do reino de Portugal, com a coroa entregue, por vontade do povo, único juiz competente, como demonstrou João das Regras, ao Mestre de Avis, D. João, que debaixo de todos os pontos de vista se mostrou, antes e no seu longo reinado, digno do voto da nação, que constantemente lhe deu provas de acendrado afecto.

É oportuno notar que o povo sempre considerou D. Beatriz filha adúltera, e estigmatizou a ligação de D. Fernando com Leonor Teles, mulher adúltera, visto ter vivo seu marido, D. João da Cunha, expatriado em Castela, onde ostentou a sua miserável situação.

É oportuno observar já que naquela época não teve lugar sòmente a emergência no trono de Portugal, de um chefe de notáveis qualidades, êste teve na sua companhia uma pléiade de personalidades de excepcionais merecimentos.

Importante foi também a influência dêstes elementos que produziu uma radical modificação nos costumes da côrte, a qual muito contribuíu para a consolidação da situação criada pela nova dinastia de Avis, que cortou cerce uma lamentável orientação de desmoralização que dominava geralmente, e em algumas nações por muito tempo perdurou.

É certo que D. João I ainda foi educado num ambiente deletério, e teve dois filhos naturais, antes do matrimónio. Mas por isso mesmo maior é a honra que lhe cabe, porquanto, elevado a rei, e casado com a excelsa princesa D. Filipa de Lencastre, a sua conduta tornou-se exemplar, e o exemplo dado pelo par real, apoiado pela intransigente moralidade do seu condestável D. Nuno Álvares, influíu ràpidamente nos costumes e tornou a côrte portuguesa modêlo de virtudes, com tôdas as vantagens inerentes a esta sagrada orientação.

Decerto neste acontecimento foi importante a influência das memoráveis virtudes de D. Filipa de Lencastre, mas é também obrigação notar que êles foram devidos em grande parte às elevadas qualidades morais possuídas por D. João, que as ligava às suas altas qualidades de cabo de guerra, de estadista e de inexcedível culto pela sua pátria. Com estas circunstâncias a união de D. João e de D. Filipa criou uma sólida base de moralidade a qual teve como conseqüência uma exemplar educação de uma juventude que brilhou com as mais distintas qualidades, sobressaindo a sua intransigente moralidade, inexcedível coragem e uma leal amisade e cooperação.

Infelizmente, esta maravilhosa situação, que, entre outros benefícios nos deu logo Ceuta, e provocou a orientação que levantou Portugal à elevada posição de condutor da Humanidade, dando-nos a missão, que cumprimos, de fornecer ao mundo o completo conhecimento da sua existência, teve um colapso ao fim de 48 anos do glorioso reinado de D. João I, 1385 a 1433, com a morte dêste insigne monarca, a qual permitiu a nefasta intervenção de uma

rainha, mulher do bondoso, mas fraco, D. Duarte, incapaz pelo seu exagerado egoísmo e absoluta falta de qualidades para exercer criteriosamente as suas funções, assunto a que especialmente terei de referir-me.

Em todo o caso já consignarei aqui que a felicidade de um povo tem por base fundamental as qualidades moralizadoras dos seus chefes e, logo, em primeiro lugar, as suas qualidades familiares, facto de que é exemplo frisante o sucesso do reinado de D. João I.

A perniciosa influência da rainha Leonor, mulher de D. Duarte, não só começou a sentir-se no reinado dêste rei, mas ainda se prolongou pelo reinado do filho, D. Afonso V, que tristemente destacou nesta época de esplendor de Portugal, a qual felizmente reapareceu com a ascensão no trono do príncipe perfeito, D. João II, que, observarei já, foi filho da mártir rainha Isabel, falecida com 23 anos, filha do nobre infante D. Pedro, e por isso foi D. João II neto dêste glorioso príncipe.

Verifica-se que as virtudes familiares, que faltaram a D. Afonso V, têem uma eficiente influência nas sociedades e poderosamente contribuem para a grandeza e prestígio dos povos.

*

Embora êste trabalho seja destinado à comemoração das altas virtudes dos cinco infantes filhos de D. João I, e especialmente à constatação das profundas amarguras que sofreram, é certo que os acontecimentos ocorridos durante as suas existências estão intimamente ligados com as acções de seu pai, de modo que não é possível considerá-los separadamente, especialmente, enquanto foi mais íntima a colaboração de D. João I e de seus filhos.

Relativamente aos cinco ínclitos infantes, as épocas em que tiveram lugar os seus nascimentos estabelecem imediatamente dois grupos que se encontram sempre distintos, um constituído pelos três mais velhos, D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, nascidos com muito curtos intervalos,

em 1391, 1392 e 1394, de modo que viveram por assim dizer em íntima colaboração e sempre ligados por sincera amisade: o segundo grupo é constituído pelos dois irmãos mais novos, nascidos na mesma época, mas já muito distanciada; D. João em 1400, D. Fernando em 1402. Êste facto deu lugar a que os acontecimentos passados com êstes infantes, que na sua existência não passaram da casa dos quarenta, tiveram muito menor relêvo sem embargo de possuírem distintas e nobres qualidades, tais que elevaram D. Fernando à categoria de santo, e pode crer-se que todos lá teriam chegado se as circunstâncias tivessem sido idênticas.

Enquanto aos períodos das suas existências parece-me justificado estabelecer cinco. O primeiro será compreendido entre o início do reinado de D. João I, 1385, e a conquista de Ceuta em 1415, emprêsa na qual já foi importante e, pode dizer-se, determinante, a influência do primeiro grupo, D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, possìvelmente com especial relêvo do último — D. Henrique.

O segundo será compreendido entre a conquista de Ceuta, em 1415, e a morte de D. João I em 1433. É um longo período de 18 anos em que os infantes mais novos chegaram à idade adulta, mas no qual os acontecimentos seguiram calmamente, debaixo da influência ponderada e respeitada de D. João I, e no qual se encontram como factos de particular importância as célebres viagens de D. Pedro, dignas de especial registo, e a preparação por D. Henrique da sua arrojada iniciativa de descobertas, o mais importante cometimento realizado pela humanidade, tudo debaixo da admirável previsão, organização e execução de D. Henrique, sem dúvida a mais notável figura que a Humanidade então possuíu.

O terceiro período é ocupado pelo curto reinado de D. Duarte, e decorre por isso desde 1433 até ao ano da sua morte em 1438. É um período infelizmente sombrio, em que as glórias portuguesas sofrem um lamentável eclipse, caracterizado pelo desastre de Tânger, em que avulta, sôbre tudo, o trágico infortúnio do infante santo, sacrificado pela

incapacidade de D. Duarte, que teve a previsão dos acontecimentos, mas preferiu ceder aos inoportunos desejos da rainha sua mulher, a acatar as sábias e oportunas reflexões de seus irmãos D. João e D. Pedro, êste possuïdor de especial autoridade e aquêle de um elevado espírito crítico e patriótico.

A D. Henrique não podem ser atribuídas responsabilidades, exaltado como se encontrava pelo seu grandioso plano, e resolvido mais tarde a sofrer as conseqüências da infeliz acção que provocara, e da qual, sem dúvida, em tôda a sua vida sofreu os remorsos do seu acto.

O quarto período decorre desde o falecimento de D. Duarte até à trágica morte do infante D. Pedro. Desde 1438 até 1449. Agora o véu das amarguras desce mais pesadamente, em conseqüência da desastrosa resolução de D. Duarte, de legar a regência do reino à sua viúva, e das desastradas qualidades desta, que chegou a pretender desencadear a guerra civil em Portugal para inutilizar o infante D. Pedro, e até a invasão do nosso país, que lhe tinha dado generosa guarida, pelos seus irmãos de Aragão. Como calvário desta sombria época, em que os desvarios de um rei nos mergulharam num desolador caos e numa lamentável tragédia, temos o assassinato, criminoso e cruel do generoso, bondoso e primoroso infante D. Pedro.

Enfim já envolvidos em crepes, o último período decorre desde a época do assassinato de D. Pedro, desde 1449, até 1460, período gloriosíssimo no qual o infante D. Henrique conseguiu firmar o imenso prestígio das suas qualidades, com uma acção que não encontra competidora, nem já a poderia ter, na história da Humanidade.

É obrigação registar aqui que entre os dois grupos referidos de infantes, se encontra uma figura de especial relêvo e simpatia, a infanta D. Isabel, nascida em 1487, dedicada companheira de D. João I, que a conservou junto de si até às proximidades da sua morte, porquanto, decerto para satisfazer um sagrado dever, esta infanta só casou em 1429, já com 32 anos de idade, com o duque Filipe o

Bom, de Borgonha, mas ainda a tempo de demonstrar as suas notáveis qualidades de espôsa de administradora e diplomata, as quais a tornaram admirada nas reüniões em que nessas épocas foram tratados importantes assuntos entre homens de Estado de particular consideração, e que se elevou ao mais alto grau de consideração com a atitude enérgica que teve após a morte de seu irmão, e o carinho com que se ocupou de seus sobrinhos.

PRIMEIRO PERÍODO (1385 até 1415)

DESDE A ACLAMAÇÃO DE D. JOÃO I ATÉ À CONQUISTA DE CEUTA

REMOTAS RELAÇÕES DE AMISADE COM A INGLATERRA

Ràpidamente observaremos que as relações com a Inglaterra, as quais tomaram especial importância com o advento da dinastia de Avis, existiram desde o início da monarquia portuguesa, e já em 1308 celebrou D. Dinis um tratado de comércio com aquela nação. A 20 de Outubro de 1353 realizaram as cidades marítimas portuguesas um tratado com o rei de Inglaterra.

D. Fernando firmou os tratados de 12 de Abril de 1372, 2 de Novembro de 1372, 16 de Junho de 1373 e 15 de Julho de 1380. Houve, também, neste período, uma aliança militar.

A 15 de Abril de 1386 renovou D. João I o tratado existente de comércio, e a 9 de Maio de 1386 fêz com Ricardo II uma aliança ofensiva e defensiva, confirmada a 12 de Agôsto de 1386, e ratificada por Henrique IV a 16 de Fevereiro de 1404.

Sobretudo é bem conhecido o valioso auxílio que foi prestado pela Inglaterra durante as lutas que D. João I teve de sustentar contra Castela para assegurar a autonomia de Portugal e que foi importante a intervenção dos archeiros ingleses na célebre batalha de Aljubarrota, que marcou, a bem dizer, a base indestrutível da nossa independência.

ESTREITAMENTO DAS RELAÇÕES DE AMISADE COM A INGLATERRA, PELO CASAMENTO DE D. JOÃO I COM A FILHA DOS DUQUES DE LENCASTRE, D. FILIPA DE LENCASTRE

Afastada a pretensão de El-Rei de Castela à coroa de Portugal, em seguida à batalha de Aljubarrota, de 1385, na qual um valente punhado de portugueses venceu um formidável exército, é certo comandados pelo sábio e destemido condestável D. Nuno Álvares Pereira, que às suas arreigadas crenças religiosas aliava profundos conhecimentos guerreiros e aproveitou as lições que as hostes inglesas desenvolveram nos triunfos que poucos anos antes alcançaram em França, em Azincourt, Crecy, Poitiers, resolveram D. João I, e o seu aliado duque de Lencastre, consolidar a amisade entre os dois países com o casamento de D. João I com uma princesa inglesa, tendo a escolha de D. João I recaído, com grande acêrto, na filha primogénita do duque, a princesa D. Filipa, embora muito mais velha do que sua irmã D. Catarina, que só contava 20 anos, enquanto que D. Filipa, nascida em 1359, já atingia 28 anos. D. João I, que, segundo as versões mais autorizadas, terá nascido em 1357, teria à data do casamento, realizado com a mais requintada ostentação no Pôrto a 2 de Fevereiro de 1387, cêrca de 29 anos, e terá determinado a sua escolha pela intenção de evitar complicações com Castela que poderiam resultar das pretensões que a infanta D. Catarina poderia vir a ter pelo lado de sua mãe.

É também certo que a princesa D. Filipa possuía, como o provou exuberantemente, as mais excelsas virtudes, excepcionais qualidades para exercer o seu mister de rainha, dedicada à nação que adoptara, e sempre alheia das lutas da côrte, que afinal não existiram, tal foi a sua benéfica influência.

RÁPIDAS NOTAS RELATIVAMENTE A D. JOÃO I

Embora o período do govêrno de D. João I, cêrca de 48 anos, tenha destacado com estrondosos sucessos, é certo ter sido constantemente agitado, primeiro pelas lutas com Castela, e mais tarde pelos combates contra os mouros.

D. João I (segundo um retrato existente no Museu de Viena de Áustria)

Contudo, o zêlo pela administração pública dominou sempre o espírito ponderado do ilustre monarca, e êste não só adoptou novas leis, mas também se impôs o mister de codificar as existentes, tarefa exagerada que não pôde realizar, sucedendo mesmo que muitas das leis que

instituíu não chegaram a ter redacção, e por êsse motivo tiveram a designação de leis mentais. Coube ao infante D. Pedro dar realização àquêle projecto, embora lhe tenha sido usurpada a autoria.

Entre as suas importantes medidas encontra-se a concordata efectuada a 30 de Agôsto de 1427, pela qual foram fixados os limites do poder espiritual e do poder régio.

Também no govêrno de D. João I foi adoptada uma nova cronologia, ordenada pela lei de 15 de Agôsto de 1422. Desde então a *era de César* foi substituída pela do nascimento de Jesus Cristo.

A acção geral de D. João I foi caracterizada por uma grande energia, ponderação e patriotismo, qualidades geradas por uma vasta cultura e nobres sentimentos. As côrtes foram convocadas repetidas vezes. D. João I defendeu-se das pretensões da nobreza e do clero, e introduziu definitivamente a legislação do direito romano. Também modificou vantajosamente o regime financeiro, e deu um considerável impulso às artes, facto bem demonstrado na construção da admirável fábrica do mosteiro da Batalha.

A sua divisa foi «*por bem*».

RÁPIDAS APRECIAÇÕES DE D. FILIPA DE LENCASTRE

Bastam breves citações para se ter uma impressão indelével do alto merecimento desta rainha, a quem mais adiante ainda nos referiremos.

A página 70 do volume II da sua História de Portugal, diz o insigne escritor Pinheiro Chagas: «Deu ao país uma pleiade maravilhosa de príncipes, como não se encontra fàcilmente uma outra época de história e em outro sólio do Universo».

A tradução para português feita por Fr. Luís de Sousa, publicada na História de S. Domingos, do epitáfio da nobre rainha, é do teor seguinte:

«Foi esta senhora um modêlo e regra de virtude conjugal para casados: guia para donzellas; Exemplo de hones-

tidade para o reino; e para que nada lhe faltasse tiveram n'ella, os que a serviam, uma mestra mui discreta e grave da graça e galanteria do palácio e de tôda a politica cortezã.»

DESCENDÊNCIA DO MATRIMÓNIO RÉGIO

Do matrimónio de D. João I e D. Filipa de Lencastre houve oito descendentes dos quais dois morreram prematu-

D. Filipa de Lencastre (segundo uma iluminura do século XVI pintada por Simão Beninc — Museu Britânico)

ramente. Dos seis que chegaram à idade adulta cinco foram varões, e uma infanta, podendo já notar-se que os infantes, exceptuando D. Henrique, tiveram períodos curtos

de vida devido a causas diversas porquanto D. Duarte, D. João e D. Fernando não passaram da casa dos quarenta. D. Pedro ainda chegou aos 57, e mais poderia viver se não tivesse sido assassinado covardemente.

Por ordem cronológica temos os seguintes descendentes:

D. Branca que morreu com oito anos;

D. Afonso que nasceu em Santarém a 30 de Julho de 1390, e morreu com dez anos;

D. Duarte que nasceu em Viseu a 30 de Outubro de 1391.

•

Foi erudito, virtuoso, corajoso e filósofo notável. Demonstrou os seus sentimentos afectivos no Leal Conselheiro, onde se refere a seus Pais e Irmãos com entranhado afecto.

D. Pedro que nasceu em Lisboa a 9 de Dezembro de 1392, foi o primeiro duque criado em Portugal. Duque de Coimbra criado, em seguida à conquista de Ceuta, por D. João I, quando no regresso se encontrava em Tavira, e Senhor de Montemor-o-Velho.

Foi regente durante a menor idade de D. Afonso V, cêrca de 10 anos, com demonstrações de inexcedível capacidade administrativa.

Notável pelas suas elevadas qualidades morais e pelo seu delicado espírito, — «erudito como D. Henrique, eloqüente como D. Duarte, virtuoso como D. Fernando».

É uma figura das mais notáveis e simpáticas da história de Portugal.

Foi notável escritor, apreciado poeta e tradutor de obras latinas. Entre as suas produções literárias existe a *Virtuosa bemfeitoria* na qual se encontram elevados conceitos morais e sociais.

A sua divisa consistiu numa balança com alguns ramos dos quais pendiam umas bolotas e a palavra *Desir*.

D. Henrique que nasceu no Pôrto a 4 de Março de 1394, foi o segundo duque criado em Portugal. Duque de Viseu, criado na mesma ocasião em que foi criado o ducado de Coimbra, em seguida à conquista de Ceuta. Foi senhor da Covilhã e mestre da Ordem de Cristo.

No *Archivo Pitoresco*, vol. IX (1856) a pág. 24, ocupando-se dêste infante escreveu Rebêlo da Silva:

«Dotara-o Deus de engenho elevado e de constancia. A divisa que adoptou *Talent de Bien faire* foi distintamente honrada por D. Henrique, que conseguiu ser o homem de maior consideração para a sua epoca e mesmo para a posteridade.

Possuiu vontade firme para, ajudado de qualidades tão raras, conceber e executar os vastos planos que sublimaram o seu nome. Cavaleiro cortou-lhe a gloria ao sair da puericia e na juventude os loiros guerreiros, para mais tarde lhe cingir na fronte a corôa rostral, querendo que todos o tivessem por modelo acabado das perfeições da epoca, ligando assim ás palmas de soldado os tropheus de navegador, á doutrina a gerarchia, ao arrojo a autoridade.»

D. Isabel, que nasceu a 21 de Fevereiro de 1397, casou com o Duque de Borgonha, Filipe o Bom. Êste foi terceiro duque da casa de Valois, e foi regente de França.

Foi recebida com excepcional magnificência. As bodas foram realizadas em Bruges no dia 10 de Janeiro de 1430. As festas duraram 10 dias, e foi instituído nessa ocasião a Ordem do *Tosão de Ouro*, que adquiriu grande prestígio e mais tarde passou para a Espanha, que ainda há pouco conservava esta elevada condecoração, quási exclusivamente destinada a personalidades reais.

Foi mãe de Carlos o Temerário, célebre pelo seu heroísmo, que foi causa de ter uma morte desastrosa.

O facto de estar intimamente ligada à família real inglesa por sua mãe deve ter influído neste casamento.

Ferdinand Deniz diz «A infanta Isabel era um dêsses espíritos viris que não recuam diante de dificuldade alguma.»

D. João nasceu em Santarém no mês de Janeiro de 1400. Foi Mestre de S. Tiago e sucedeu a D. Nuno Álvares Pereira no cargo de Condestável.

Tomou como divisa a frase *J'ai bien raison*, colocada no meio de ramos estendidos, com frutos frisados e redondos, semelhantes a medronhos, e entre êles bôlsas quadradas.

A sua vida foi curta mas esmaltada de actos da mais elevada distinção e dignidade.

Casou com uma neta do Santo Condestável, filha do Duque de Bragança, e foi avô da célebre raínha Isabel *a Católica*.

D. Fernando que nasceu em Santarém a 29 de Outubro de 1402, foi mestre da ordem de Avis, e sofreu com altivez e religiosos sentimentos o atroz cativeiro que lhe foi infligido pelo rei de Fez.

A sua divisa foi, *Le bien me plait*, e de que o seu carácter era assim bem traduzido, deu as mais cabais provas.

Ferdinand Deniz referindo-se aos infantes fêz a seguinte classificação: — D. Duarte, o rei eloqüente; — D. Pedro, o sábio político e homem de vasta instrução; — D. Henrique, o iniciador dos descobrimentos; homem de ciência superior ao seu século; — D. Fernando, o herói da resignação, o príncipe constante, o infante santo.

Nesta apreciação Ferdinand Deniz omite o infante D. João, mais velho do que D. Fernando, e bem digno de elevada apreciação, profundamente ilustrado e possuïdor de carácter integérrimo.

É oportuno observar já que os cinco filhos de D. João I conservam-se respeitados na tradição popular, com justificada razão atentas as suas nobres qualidades.

Mas enquanto que D. João I gozou numa longa vida o fruto dos seus acrisolados méritos e assinalados serviços à

sua pátria, todos os filhos que teve da incomparável rainha que foi sua mulher, possuïdores das mais distintas virtudes, sofreram pungentes amarguras apesar de entre êles existir sempre uma profunda e dedicada amisade, que muitas vezes falta entre irmãos e é causa de desgostos familiares.

Até, se exceptuarmos o infante D. Henrique, enfim lembrado nos últimos tempos, o país quási que desconhece o seu elevado merecimento e a grande honra que a sua existência dá à nação portuguesa, que tanto sublimaram.

CONQUISTA DE CEUTA

Consolidada a nacionalidade portuguesa, estabelecidas boas relações com Castela, restava a D. João I ocupar-se do engrandecimento do seu país, o que fêz com o maior zêlo e eficiência. Mas o seu génio, aguçado pelas elevadas qualidades dos seus jovens filhos, justificadamente ambiciosos de também merecerem consideração pelos seus feitos, conduziu D. João I, numa idade já amadurecida, e laureada por épicos feitos, à realização de uma emprêsa de extraordinária envergadura, — tomar posição no Continente Africano e ali assentar a base para novos cometimentos, glória que estava reservada para o seu estimado filho, o infante D. Henrique.

Os filhos de D. João I, sobrinhos do Príncipe Negro, admiradores de D. Nuno Álvares Pereira, educados com as tradições de glória que enobreciam a sua família e a sua pátria, aspiraram desde os seus primeiros anos a ocupar uma posição de destaque nas campanhas da sua época. A sua ambição não se limitava aos triunfos nos torneios, e muito cedo se empenharam por que fôsse realizada uma emprêsa na qual, com grande glória, obtivessem as esporas da cavalaria. Os três filhos mais velhos, na época em que estas aspirações se manifestaram instantes, tinham cêrca de 20 anos, os dois mais novos ainda se encontravam distanciados, com cêrca de 15 anos.

Afinal o objectivo encontrado foi a conquista de Ceuta.

Consta que a expedição que realizou esta emprêsa foi sugerida por João Afonso, veador da fazenda, mas também consta que os próprios infantes tiveram mais tarde a opinião de que a idéia despertara já em D. João I, que cuidadosamente a guardou, tendo em mente as importantes conseqüências que poderiam derivar daquela emprêsa.

É oportuno observar que Ceuta, actualmente povoação sem movimento, de fraca população, era então uma cidade muito populosa, com variados povos, a mais importante da região marroquina, empório comercial ao qual afluíam as mercadorias da região oriental mediterrânica, muitas vindas já das nações indianas. Será por isso interessante transcrever aqui a notícia que da Ceuta dêsse tempo nos dá Gomes Eannes de Azurara no vol. I da *Chronica de El-Rei D. João 1*, pág. 27:

«Conta um Senhor d'ella Abdabiz, que foi grão doutor entre os mouros, que esta cidade foi fundada depois da destruição do diluvio, annos duzentos e trinta e tres, e assim havia a aquelle tempo que ella foi filhada quatro mil duzentos e oitenta e tres annos, e havia oito centos e dezoito que estava em poder de mouros, e diz que o fundador d'ella foi um neto de Noé, e que esta foi a primeira que elle fundou em toda aquella terra d'Africa, e que portanto lhe poz o nome Ceyt, que quer dizer em lingua caldea, começo de formosura, e diz que mandou escrever umas letras em a primeira pedra que se poz no alicerce que diziam:

«Esta é a minha cidade Ceyt, a qual eu povoei primeiramente de companhas da minha geração, os seus cidadões serão estramados de toda a nobreza d'Africa; dias virão que sobre o seu senhorio se espargirá sangue de diversas nações, e o seu nome durará até o acabamento do derradeiro segre. E assim deveis de saber que depois que esta cidade foi primeiramente fundada até ao tempo que el-rei D. João a filhou, nunca houve principe nem senhor que cobrasse seu senhorio por força de armas.»

Decidido D. João I a empreender êste cometimento, tratou em todo o caso de obter, além do parecer do seu conselho, o assentimento da Rainha e do condestável D. Nuno Álvares Pereira. Ambos êstes o deram acompanhado de fervorosos votos pelo sucesso desta arriscada emprêsa, que tanto prestígio daria a Portugal, e engrandeceria o seu domínio, e que forneceria aos infantes ensejo de demonstrarem a sua coragem e notáveis qualidades guerreiras.

No entanto D. João I conduziu os preparativos com grande actividade, mas ao mesmo tempo com superior prudência. Como demonstração desta última asserção transcreverei a exposição que se encontra a páginas 30 e 31 do volume que publiquei em 1937 com o título «*A acção diplomática dos portugueses nos séculos XV e XVI, destinada à realização de descobertas e conquistas*».

«Como já foi notado os seis portugueses procederam sempre como hábeis diplomatas, e na sua diplomacia o segrêdo é um princípio fundamental. Compreende-se o empenho com que D. João I procuraria evitar que fôsse conhecido o seu desígnio de atacar uma forte praça marroquina, obrigado a fazê-lo por mar, e a uma grande distância da sua base naval, Lisboa, para aquela época.

«Resolveu D. João I aproveitar-se da amisade do Duque de Holanda e fazer com êste príncipe uma combinação secreta que desnorteasse tôdas as previsões, o que conseguiu. «Sôbre a forma como D. João I se houve junto do Duque de Holanda dá conta a seguinte informação de G. E. de Zurara, na *Crónica da tomada de Ceuta*, Capítulos XXVIII e XXIX, págs. 83 a 87 publicada por Francisco Maria Esteves Pereira. «Embaixada de D. João I ao Duque de Holanda, Embaixador Fernam Fogaça, provedor do infante D. Duarte.

«El-Rei D. João I resolve para encobrir o aprestamento da armada para a conquista de Ceuta enviar uma embaixada à Holanda para de conivência secreta com o duque, simularem descontentamento e guerra. O embaixador avista-se secretamente e expõe ao duque as tenções de D. João I, pedindo-lhe da parte dêste que fingisse aceitar o

desafio, afim que os infiéis tivessem como certa a guerra e não suspeitassem da idéia de D. João.

«O Duque da Holanda concordou. Foram dadas como causa da desavença os danos feitos às mercadorias portuguesas. Na entrevista pública, que se seguiu à secreta, o embaixador mostrou as queixas de D. João I e o duque, apesar dos concelhos de alguns, respondeu-lhe asperamente.

«Logo que Fernam Fogaça regressou ao Reino El-Rei D. João I começou fazendo saber que preparava uma armada, mas não quiz que se determinasse verdadeiramente se era para ir contra a Holanda.

«Por sua vez o Duque da Holanda mostrando bem a vontade que tinha de agradar a D. João I começou a fretar barcos e aprestar gente de armas para que a notícia da guerra fôsse acreditada por todos».

Por êste documento fica patente a sabedoria de D. João I e a consideração que merecia, tal, que mais três documentos vêem a propósito.

«Em 1414 D. João II de Castella, ou melhor, a raínha D. Catarina, mãe e tutora daquele rei, enviou a D. João I uma embaixada composta pelo Bispo de Mondonhedo e Dias Sanches de Benevides, com o fim de pedir a D. João I uma confirmação da paz pois Castella tinha receio sôbre o objectivo da armada que estava sendo aprestada em Portugal.

«D. João I responde jurando o tratado de paz de 31 de Outubro de 1411.

«No mesmo anno de 1414 o rei de Granada, convencido de que não se preparava a armada contra o rei de Castela ou de Aragão solicita do Rei de Portugal que lhe conceda segurança, não só para os portos do seu reino, mas também para os seus vassalos que fazem comércio em Portugal. D. João I responde que o Rei de Granada não tem razão para ter suspeitas visto ninguém conhecer as suas intenções, e que por isso não vê razão para dar a segurança que lhe era pedida, mormente sendo coisa que nunca fizera em seus dias. Os embaixadores pouco satisfeitos com esta resposta ainda

procuraram a Raínha e os Infantes, que os deixaram na mesma incerteza.

«Enfim, no mesmo anno de 1414, D. Fernando de Aragão, vendo que D. João confirmara a paz com Castela, receia que a armada seja preparada contra êle. O seu receio foi aumentado com a falsa notícia de que o Conde de Urgel solicitara o socorro de Portugal.

D. João I tranquilizou os embaixadores que lhe foram enviados e diz-lhe que digam ao seu Rei que, brevemente, querendo Deus, teria recado da sua tenção.

Nos seus preparativos foi activamente coadjuvado D. João I pelos três infantes, que então se encontravam em idade de actuar: D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, empenhados em que fôsse alcançada a vitória.

Quando em 1412 foram iniciadas as disposições indispensáveis para a execução desta emprêsa, os dois infantes mais novos, D. João e D. Fernando, ainda só tinham 12 e 10 anos, e mesmo a infante Isabel, que evidentemente não era chamada a compartilhar a acção guerreira, mas, ainda jovem, já demonstrava distintas qualidades que provou quando se encontrou no trono de Duquesa de Borgonha, chegava então aos 15 anos.

A morte da Rainha D. Filipa nas vésperas da partida veio criar em alguns espíritos a opinião de que êste acontecimento devia ser adiado. Mas El-Rei, apesar do profundo abalo que sentia, declarou que era inadmissível a menor hesitação, e os infantes impregnados de pezar, mas ao mesmo tempo de coragem, imediatamente se aprontaram para a partida que Rebêlo da Silva descreve nos seguintes têrmos:

«As duas armadas (uma preparada por D. Henrique, vinda do Pôrto, e a outra por D. Pedro em Lisboa, com elementos do Sul) encontraram-se no mar e saüdaram-se com ruidosas aclamações. Os sons das trombetas, anafis e tímbales, ouviam se a longa distância, correspondidos por milhares de vozes. As galés com os dois mastros, o mestre e o da traqueta, nobremente embandeirados de balsões e pen-

dões, quartelados com as côres do infante D. Henrique, branca, verde e preta, e a sua divisa *talent de bien faire*, bordada em letras de oiro, surgiam altivas e graciosas, armadas de toldos de seda, com os castellos bordados de talha doirada.

«Sôbre as varandas de pé, e cercados de um séquito aparatoso, viam-se os três irmãos, D. Duarte, D. Henrique e D. Pedro, o conde de Barcellos D. Afonso, D. Fernando de Bragança (filho do infante D. João filho de Ignez de Castro), o marechal Gonçalo Vasques Coutinho, o alferes-mor João Gomes da Silva, o prior do Crato Gonçalves Camello, o Condestável D. Nuno Álvares Pereira, o mestre de Christo D. Lopo Dias de Souza, o almirante Lançarote Pessanha, o capitão de mar Afonso Furtado e outros fidalgos de grande nome e reputação. Os homens de armas e besteiros vestiam a libré dos senhores de quem seguiam as bandeiras; e os patrões, alcaides, arraes, marinheiros e remadores de que se compunham as tripulações das galés, usavam as cores e divisas de El-Rei e dos infantes.

«As amarras morderam a areia. As fainas da marinhagem terminaram. As velas encolheram-se. E ao estrepito das multidões e dos instrumentos succedeu o silêncio e a quietação. As trevas cobriam o rio e a cidade. Nas praias desertas nem um vulto! A bordo das náos e das galés apenas o vagaroso perpassar dos homens da ronda.

«Tratava-se do maior poder naval que Lisboa presenciara. A armada foi composta por duzentos e quarenta navios, — vinte e sete galés tricenas, trinta e duas bicenas, sessenta e três navios redondos de transporte e cento e vinte embarcações diversas. Tinha a bôrdo cinqüenta mil homens, dos quais vinte mil soldados e trinta mil remeiros.»

No dia 25 de Julho de 1415 (dia de S. Tiago) largou a esquadra debaixo do comando de El-Rei, e passou a barra.

Foi na enseada de Lagos que El-Rei revelou o objectivo desta memorável emprêsa, num sermão prègado por Fr. João Xira; e no dia 12 de Agôsto fundeou a esquadra em frente

da praça de Ceuta que pertencia ao império do emir de Fez, e era governada por Salat-ben-Salat, que a expedição de Tânger encontrou governando esta praça, então, infelizmente, com mais fortuna.

Vencidas as contrariedades que o mar produziu, e entregue a direcção da emprêsa ao infante D. Henrique que solicitara ser o primeiro a desembarcar, no dia 21 de Agôsto de 1421 foi realizado o ataque, no qual o Infante D. Henrique manifestou excepcionais qualidades de coragem, e mesmo de temeridade, sendo também notáveis as dos outros Infantes, e de todos os seus companheiros que sòmente com a luta de um dia conseguiram uma vitória assinalada de largo alcance religioso, militar e político A Mesquita foi logo adaptada ao culto católico, e ali foi celebrada uma imponente cerimónia religiosa.

Com esta gloriosa campanha ficou bem justificado que os Infantes fôssem logo armados cavaleiros, com as espadas que a Rainha sua mãe lhes tinha oferecido, e êles a seu turno armaram cavaleiros vários dos fidalgos que os acompanharam. Foi então que D. Pedro armou cavaleiro D. Álvaro Vaz de Almada, Conde de Abranches, que cumpriu o preceito da época da dedicação do neofito, que Álvaro Vaz de Almada levou ao máximo, — ao sacrifício da vida. —

D. Pedro de Meneses aceitou o espinhoso cargo de Fronteiro da Praça e foi elevado a Conde de Viana. Ali se conservou até ao fim da vida, prestando assinalados serviços, e conseguiu, juntamente com seu filho D. Duarte, conservar Ceuta no domínio de Portugal.

D. Henrique, em quem D. João I encontrou notáveis qualidades para se ocupar da acção ultramarina, foi nomeado governador de Ceuta, e incumbido dos assuntos daquela região.

No dia 2 de Setembro de 1415 partiu D. João I de Ceuta e ao chegar a Tavira elevou D. Pedro à dignidade de Duque de Coimbra, primeiro Duque que existiu em Portugal, e D. Henrique a Duque de Viseu. A D. Duarte, futuro Rei, já nada havia que acrescentar.

A notícia desta vitória não só foi acolhida com entusiasmo em Portugal, mas também causou profunda impressão em tôda a Europa, aumentando consideràvelmente o prestígio do nosso país.

Tendo partido de Tavira veio D. João a Évora onde o esperavam os dois Infantes mais novos, que vieram longe, acompanhados de todo o povo, aclamar o insigne Rei, que tão grande glória lhes dava.

A Infanta Isabel, então de desassete anos, esperou seu pai no Paço em que se encontrava, decerto igualmente entusiasmada e desejosa de manifestar-lhe o orgulho que sentia e o prazer que tinha, e que bem demonstrou, conservando-se na sua companhia largo tempo, porquanto como já foi referido só casou em 1429, e portanto ainda esteve na companhia de D. João I, que a adorava, cêrca de 14 anos.

*

Não terminarei a notícia dêste acontecimento sem referir uma cerimónia que teve lugar quando, nas vesperas da partida da expedição para a conquista de Ceuta, a Rainha D. Filipa, já próxima dos seus últimos momentos, fêz entrega aos três Infantes que nela seguiam e seriam armados cavaleiros das espadas destinadas a essa cerimónia. Escreveu G. E. de Zurara.

«E tanto que as teve (as espadas que deveriam servir nessas cerimónias) com seu poder fez chegar pera acerqua de ssy seus filhos, e tomou a espada mayor, e disse contra o Iffante D. Duarte: Meu filho, porque Deus vos quiz escolher antre vossos irmãos para serdes herdeiro destes reynos, e tevessees o rregimento e justiça delles, a quall vos já elRey vosso padre tem cometida, conhecendo vossas virtudes e boomdades, tam compridamente como sse já fosse vossa, eu vos dou esta espada, e vos encomendo que seja espada de justiça para rregerdes os grandes e os pequenos destes reynos, depois que a Deus prouver que sejam em

vosso poder, per fallecimento del Rey vosso padre, e vos encomendo seus povos, E vos rroguo que com toda a fortalleza sejaes sempre a elles deffemssam, nom conssentindo que lhe seja feito nehuu desaguisado, mais a todos comprimento de direito e de justiça. E veedes filho, como digo justiça, justiça com piedade, ca a justiça que em alguũa parte nom he piedosa, nom he chamada justiça mas crueldade. E assy vos rrogo e encomendo que queiraaes seer com ella cavalleyro.

«Depois tomou outra espada, e chamou o Iffante Dom Pedro e disse-lhe: Meu filho, porque sempre des o tempo de vossa minice vos vi muito chegado aa honrra e serviço das donas e donzellas, que he huũa cousa que especialmente deve seer encomemdada aos cavalleiros, e porque a vosso irmaõ encomemdei os povos, encomemdo ellas a vos, as quaaes vos reogo que sempre ajaes em vossa encomenda.

«Ao Infante Dom Henrique chamou a Rainha dizendo-lhe: Meu filho chegaivos para cá. Bem vista a repartição que fiz das outras espadas que dey a vossos irmãos, e esta terceira guardey pela vos, a quall eu tenho que assy como vos soes forte; assy he ella. E porque a huũ de vossos irmaõs encomendei os povos, e a outro as donas e demzellas, a vos quero encomendar todollos senhores, cavalleiros fidallgos e escudeiros destes rreynos, os quaaes vos emcomemdo que ajaes em vosso especial emcarreguo.»

As altas virtudes da excelsa Rainha D. Filipa aí se encontram patenteadas nas suas nobres palavras, pronunciadas com tôda a calma, poucos dias antes da sua morte, que teve lugar a 18 de Julho de 1415, recomendando que de modo algum fôsse adiada a partida da expedição, o que seu marido e filhos cumpriram, é certo dominados por uma profunda dor.

SEGUNDO PERÍODO (1415 a 1433)

DESDE A CONQUISTA DE CEUTA ATÉ À MORTE DE D. JOÃO I

OS CASAMENTOS DOS INFANTES

Êste período, embora um pouco longo, de cêrca de 18 anos, é caracterizado por uma calma relativa tanto na vida interna do país como nas suas relações internacionais, e é certo que apesar de ter o rei conservado lúcido o seu espírito e activa a sua acção, já lhe faltava a iniciativa para novos e arrojados empreendimentos. Também é verdade que feitos como os de Ceuta não são realizáveis com curtos intervalos. A influência benéfica do génio do Infante D. Henrique ainda estava em laboração, e embora já se tivesse manifestado por ocasião da conquista de Ceuta, ainda não adquirira a capacidade que mais tarde foi provada para largos e inesperados cometimentos, assombro de tôda a Humanidade, que ficou deslumbrada com a ciência e audácia de que deu provas o reino de Portugal, reduzido em tamanho, mas enorme em iniciativa e realizações.

Uma prova logo se nos patenteia, apesar das escaramuças repetidas vezes provocadas pelos ataques mouriscos, especialmente destinados à reconquista de Ceuta, sempre valorosamente repelidos pelo ilustre governador que D. João I colocou como fronteiro daquele perigoso pôsto, D. Pedro de Meneses, que, com seu filho, tanto se assinalaram em

graves conjunturas. Refiro-me ao facto interessante de que foi exactamente neste período que tiveram lugar as ligações matrimoniais dos filhos de D. João I, incluindo o de sua filha, que se dispuseram a casar. Do Infante D. João, o mais novo dos três Infantes que casaram, em 1424; do futuro rei D. Duarte, em 1428; do Infante D. Pedro e da Infanta D. Isabel, em 1429.

Com êstes factos deve ter ficado tranqüilizado, e direito tinha, o espírito elevado e digno de D. João I, que via assegurada a continuidade da sua valiosa influência com distintos casamentos, sendo especialmente digno de menção o da Infanta que brilhou na Europa, espôsa de Filipe o Bom, duque de Borgonha.

O Infante D. João, com 24 anos, casou com sua sobrinha D. Isabel, filha do Conde de Barcelos, depois feito Duque de Bragança pelo regente D. Pedro. O Príncipe Real D. Duarte casou, aos 37 anos, com a Infanta D. Leonor, filha de Fernando I, rei de Aragão. O Infante D. Pedro casou em Valência, aos 35 anos, com D. Isabel, filha do Conde Jaime II, de Urgel, e da Rainha D. Isabel de Aragão.

Como já referi, êste período decorreu calmamente na metrópole, tendo D. João I tratado de aperfeiçoar a legislação do país no sentido liberal como se verificou na imparcial apreciação feita por Pinheiro Chagas, a páginas 116 do 2.° vol. da sua História (terceira edição).

«Era valente, generoso, affavel, familiar, austero, deu exemplo de moralidade, e habil politico: fundou, auxiliado pelo chanceller João das Regras, o predominio do principio monarchico conciliando o affecto da nobreza que refreiava, pelo menos da parte sã do corpo aristocratico, pelos seus instintos cavalheirescos, pela estima em que tinha os seus bravos fidalgos. O affecto do povo merecia-o pela sua constante solicitude em lhe favorecer os interesses, em lhe respeitar as liberdades, em reunir côrtes com desusada frequencia.»

ATAQUES MOURISCOS

Com o intuito da reconquista de Ceuta, cuja posse pelos portugueses foi um golpe profundo vibrado no coração da Mauritânia, talvez principalmente pela sua importância religiosa, com a instalação da religião cristã nos domínios que o maometanismo tinha criado, exactamente na principal cidade dêsses domínios, no norte da África, repetidas escaramuças foram dominadas pelo espírito guerreiro de D. Pedro de Meneses, fronteiro da praça, mas em 1419 um ataque mais enérgico foi realizado pelas fôrças mouriscas, combinados os efectivos dos reis de Granada e Fez, a ponto de ter sido julgado indispensável um auxílio prestado pela metrópole.

Efectivamente, logo foi aprestada uma expedição de socorro que seguiu para Ceuta comandada pelos Infantes D. Henrique e D. João, que então chegara aos 19 anos, e teria ocasião de fazer as suas primeiras armas. Mas a capacidade e entusiasmo guerreiro do governador D. Pedro de Meneses não lhe permitiu a satisfação desta prova, porquanto, a audácia mourisca já estava dominada quando chegou a Ceuta a expedição portuguesa.

É interessante observar que D. João I se opôs terminantemente à realização do desejo do Infante D. Pedro de seguir nesta expedição. Decerto não havia má vontade contra êste Infante, mas suponho que a explicação dêste facto deriva do pensamento criterioso de D. João I que tendo reconhecido as qualidades, a que já fiz referência, do Infante D. Henrique, a quem nomeou em 1416 governador de Ceuta, entendeu que o devia deixar em posição de obrar com tôda a independência e por isso livre da companhia do Infante D. Pedro, que, apesar das suas distintas qualidades, poderia em certos momentos tornar-se um estôrvo. Preferiu pois D. João I que o Infante D. Henrique tivesse para companhia o Infante D. João, muito mais novo, possuïdor de nobre carácter e que por todos os motivos seria precioso auxiliar. D. Fernando ainda era muito jovem.

*

Êste período é particularmente notável pelas viagens realizadas pelo Infante D. Pedro, e pelos planos imaginados pelo espírito empreendedor do Infante D. Henrique, assuntos de que vamos ocupar-nos.

VIAGENS DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL POLÍTICA E CIENTÍFICA REALIZADAS PELO INFANTE D. PEDRO

Enquanto que o Infante D. Henrique, afastado do bulício das multidões, e das intrigas cortesãs, embora tenha apreciado em época própria a caça, a equitação e as reüniões, vivia embebido na contemplação das maravilhas celestes, não com espírito sentimental, mas com o fim de obter conhecimentos que pudessem ser aproveitados para a realização dos seus elevados objectivos, especialmente constituídos pelo desejo de ter noções precisas sôbre a forma da Terra e da configuração dos continentes e ilhas, o Infante D. Pedro, dominado pelo seu espírito humanista, preocupava-se com os problemas da evolução do espírito humano, e conseqüentemente da evolução das sociedades.

Compreende-se que para alargar os seus estudos se empenhasse D. Pedro em tomar conhecimento pessoal das condições em que se encontravam os estados europeus e mesmo outros próximos, como a Turquia e Egipto. Ao mesmo tempo, o seu espírito profundamente impregnado de sentimentos cristãos deveria levá-lo a desejar percorrer os lugares sagrados, em que teve lugar a divina acção de Jesus Cristo e o sacrifício no calvário.

Na vida do Infante D. Pedro existem dois períodos de particular importância. O da sua visita à maior parte das nações da Europa, à Turquia, Egipto e Palestina, e o da sua regência.

Relativamente a êste último as épocas encontram-se perfeitamente definidas. Sôbre o primeiro existem grandes

divergências, mas está bem averiguado ter o infante estado ausente do reino dentro do período decorrido desde 1415 até 1429, e sòmente neste período, no qual duas viagens, é certo de natureza diversa daquelas a que o título dêste parágrafo faz referência, tiveram lugar, — a que foi realizada para a expedição a Ceuta, em 1415, e a que foi realizada, em 1429, a Valência, pertencente à Catalunha, para a celebração do casamento do Infante com a Princesa D. Isabel, filha dos Condes de Urgel.

Infelizmente escasseiam quási por completo documentos autênticos, e como tal só se encontra o documento que o infatigável investigador e historiador Dr. A. da Rocha Madail publicou num opúsculo com o título «*A Instituïção da Capela de D. Filipa no Convento de Odivellas*». Trata-se de uma carta escrita por D. Pedro para a instituïção de uma capela no Convento de Odivelas, datada de Lisboa aos 19 dias de Junho de 1425, em homenagem à rainha D. Filipa.

Com esta carta julga-se autorizado o sr. Dr. Rocha Madail a afirmar que o Infante D. Pedro se encontrava em Portugal em 1425, e que portanto são destituídas de fundamento as datas atribuídas à sua partida, por exemplo, por Oliveira Martins, de 1418 acrescentarei, mesmo por Pinheiro Chagas, de 1424.

Mas enquanto que neste caso nos encontramos com a preocupação de uma data para o início de uma única viagem, é certo que ainda há a encarar a possibilidade de ter o Infante, além das duas viagens a que já fiz referência, ter feito mais de uma no intervalo daquelas. Esta é a hipótese que mais se impõe, aceite que em 1425 se encontrava em Portugal, que em 1428 já regressara ao seu país, e ser muito curto o intervalo de 1425 a 1428 para a realização das viagens que seguramente foram feitas, com intenções de estudos sérios, que compreendiam o fornecimento de preciosos elementos a seu irmão D. Henrique, e até a designação popular, que tomou foros de justificada, de Infante *das sete partidas*, com a interpretação de que partidas designavam partes do mundo.

Sôbre êste último assunto, evidentemente de somenos valor quando se trata de viagens de alta importância realizadas por uma personalidade que merece especial consideração, farei em todo o caso rápidas reflexões sem com elas querer admitir que a frase indicada tenha corrido logo no tempo em que viveu o Infante.

Em primeiro lugar não há razão para acreditar, apesar de importantes estudos feitos, que em qualquer ocasião a palavra partida tenha sido dada com a intenção de falar de partes do mundo quando, realmente, naquela época só eram conhecidos 3 continentes. Mais acreditável é que a palavra partida tenha sido aplicada com o sentido corrente, e a frase quereria indicar que o Infante saíu repetidas vezes de Portugal, o que não poderá considerar-se exagerado notando que logo temos as duas saídas atrás apontadas, e dever crer-se que o Infante se encontrava em Portugal em 1425, e por isso com tôda a probabilidade terá saído antes e depois dêste ano. Esta hipótese encontra apoio na notícia dada em Castela segundo a qual de Valladolid, onde então se encontrava a côrte de Castela quando a visitou o Infante D. Pedro, êste terá vindo a Lisboa para daqui embarcar para Veneza.

A descrição da viagem com a indicação das sete partidas, como partes do mundo, encontra-se num folheto intitulado «Livro do Infante de Portugal, o qual andou as sete partidas (partes) do mundo, feito por Gomes de Santo Estevam, um dos doze que foram em sua companhia». É uma publicação que merece pouca confiança.

A opinião de Oliveira Martins encontra-se na nota 2 de páginas 111, do vol. I, da sua obra intitulada «*Os filhos de D. João I*» nos seguintes têrmos:

«A partida de D. Pedro não pôde pôr-se, nem em 1424, segundo a tradição, nem em 1416 segundo affirma, sem provas, o abb. de Castro no seu *Resumo hist. da vida, acções, morte e jazigo do inf. D. Pedro* (Lisboa 1843), pois o cerco de Ceuta foi em 1418. Azurara diz expressamente: «Tres annos, ou poucos dias menos, durou o cerco á cidade e os

Fronteiros d'ella obrando estas cousas, no qual tempo, posto que os mouros nom viessem realmente cercar a cidade, nom creaes que fosse por mingoa de vontade.» (Azurara, Chron. do Conde D. Pedro de Menezes, 1, 62).

Pela sua parte Oliveira Martins, na obra citada, a páginas 111, fornece como facto incontestável a opinião de que

D. Pedro (segundo uma gravura que ilustra os *Retratos e elogios de varões e Donas*, etc. Lisboa, MDCCCXVII)

o Infante partiu em 1418 dizendo, que depois de alguns adiamentos, o último motivado pela expedição a Ceuta em 1418: «N'esse proprio anno (1418) partiu, porem, necessariamente, pois no principio do seguinte vamos encontral-o na Hungria». Esta opinião reforça a que se refere a ter

o Infante saído várias vezes de Portugal, ficando assim explicado o facto de se encontrar no seu país em 1425.

As notícias históricas publicadas em Hespanha asseguram que D. Pedro teve uma carinhosa e brilhante recepção em Valladolid onde então se encontrava a côrte do Rei D. João II, que era primo-coirmão do Infante visto ser filho da Rainha Catarina, irmã de D. Filipa de Lencastre, então ainda regente por faltarem dois anos para D. João II chegar à maioridade.

Ali terá D. Pedro tomado relações, que perduraram, com o Condestável D. Álvaro de Luna, que gosou de uma poderosa influência, e desta visita poderá ter resultado o casamento, em segundas núpcias de D. João II com a filha do Infante D. João, filho de El-Rei D. João I.

Entre os companheiros do Infante encontrava-se o seu dedicado amigo D. Álvaro Vaz de Almada, Conde de Avranches. D. Álvaro, filho de João Annes de Almada, figura já de grande relêvo nas côrtes de D. Pedro e D. Fernando, batalhou nas hostes inglesas em Azincourt e fôra agraciado pelo Rei Henrique V com a Ordem da Jarreteira e com o condado de Avranches, que, embora mais tarde fizesse parte da França, pertencia então à Inglaterra.

Limitar-me-hei a algumas notícias de factos importantes ocorridos nas viagens de D. Pedro, notando já que em tôdas as côrtes que visitou encontrou o mais distinto acolhimento e deixou inolvidáveis recordações, do que são prova incontestável as manifestações de pezar e condenação que de todos os países vieram, quando teve lugar a sua trágica morte.

Na côrte do imperador Segismundo, na Hungria, encontrou D. Pedro especial acolhimento. Lutou contra os Turcos e Venezianos, e ainda contra os partidários de João Zisca. O imperador reconheceu os serviços de D. Pedro concedendo-lhe o feudo da Marka de Treviso e a pensão anual de vinte mil ducados.

Em Patras, no golfo de Lepanto, visitou o Sultão da Turquia, Amurat II, e no Cairo o chefe desta região.

Partindo do Cairo seguiu D. Pedro para a Palestina onde visitou detidamente os lugares sagrados e especialmente Jerusalém, voltando em seguida ao Egipto.

Nesta viagem procurava o Infante encontrar o país governado pelo *prestes João*, preocupação do Infante D. Henrique que se prolongou por muito tempo e mais tarde teve vantajosa solução, sendo interessante recordar que afinal foram os portugueses que, no tempo do govêrno de Afonso de Albuquerque, salvaram a Etiópia cristã do domínio dos Turcos.

Tendo passado aos países do norte visitou D. Pedro a Inglaterra, sendo também divergentes as opiniões dos escritores sôbre a época em que teve lugar esta visita que Ths Allen na «The hist. and antiq. of London», no vol. I, pag. 153, fixa nos fins de Dezembro de 1422. Mas outros historiadores fixam a viagem à côrte inglesa em 1425, podendo supor-se que se trata de duas visitas, o que é muito admissível atentas as ligações de estreito parentesco entre D. Pedro e a família real inglesa.

Na Flandres, onde governava Filipe o Bom, que mais tarde seria cunhado do Infante pelo seu casamento com a Infanta D. Isabel, filha de D. João I, teve D. Pedro uma recepção de excepcional ostentação. O Senado de Bruges mandou esperá-lo por um enviado especial. Em Gand D. Pedro foi hospedado no palácio ducal.

De Bruges terá escrito D. Pedro uma longa carta ao Infante D. Duarte, a quem terá repetidas vezes enviado amplas notícias, supõe-se entre 1424 e 1428, a qual se encontra no Arq. Nacional, na Colecção de Cartas n.º 6 do T 6.º, e à qual ainda será feita referência.

É especialmente digna de registo a recepção que lhe reservou a República de Veneza, que nessa época gosava de uma notável importância, justificada pela enorme riqueza que disputava, e que patenteava com aspectos deslumbrantes, bastando lembrar que sob cêrca de quinhentas pontes que ligavam os seus arruamentos, deslisavam milhares de gondolas que davam à cidade características excep-

cionais. Nos seus bazares encontravam-se as mais ricas produções mundiais, sobretudo na rua que liga a praça de S. Marcos ao Rialto.

Sôbre a recepção feita ao Infante transcreverei a notícia que se encontra a páginas 174 do vol. I da obra já citada de Oliveira Martins:

«D. Pedro entrava em Veneza quasi como um soberano vizinho: duque da Marka de Treviso, que noutro tempo pertencera à republica, e d'onde ella extrahia as madeiras para as suas frotas, por onde seguiam as estradas que a punham em relação com o centro europeu. Trazia comsigo o infante um cortejo de tresentos cavalleiros, e a república, decidindo recebel-o faustoosamente, mandou ao seu encontro quatro embaixadores. Esperava-o o doge com os senhores da cidade, na galé sacrosanta da republica, o Bucentauro, no meio de uma frota magnifica de gondolas e barcas empavesadas e guarnecidas de tropa. A republica hospedou à sua custa o infante e o seu sequito, enchendo-os de dádivas, repetindo as festas publicas com centenares de donas esplendidamente vestidas de sedas, de velludos, de brocados de oiro, n'esse deslumbramento de côr que a escola dos pintores venezianos fixou para a história, mais brilhantemente ainda do que as narrativas dos chronistas.»

Em 1428 foi D. Pedro recebido em Roma pelo papa Martinho V com especial consideração e carinho, que bem se manifestou no magnífico presente que o papa lhe ofereceu. Uma bula que concedeu aos reis de Portugal serem ungidos na sua coroação como os reis de Inglaterra e de França.

A referida bula encontra-se no Arquivo Nacional, liv. 1.º dos Breves, fol. 52 com a data de 16 de Maio de 1428: «Venit ad præsentiam nostram dilectus filius nobilis vir Petrus, Dux Conimbricensis».

Então regressou D. Pedro a Portugal e na sua passagem por Espanha visitou o rei de Navarra em Peñafiel, próximo de Valladolid. Relativamente a esta visita encontra-se a seguinte notícia no «Comp. historial de las Cron.

y Univ. hist. de todos los reynos de España». (Edição de Amberes de 1571), escrita por Garibay:

«Salió (em 1428) de Tordesillas (o rei de Navarra) teniendo-le el-rey de Castilla compañia en media legoa y camino a Peñafiel y, en esta villa, estando adereçando-se para venir à Navarra, le llegó D. Pedro, infante de Portugal que venia de ver las cortes de los principes christianos, y aviendole hecho muchas fiestas le presentó dos cavallos sicilianos y fue a Portugal.»

Entre os presentes que no meio de esplêndidas recepções foram recebidos por D. Pedro, incluindo preciosas informações que muito terão interessado o Infante D. Henrique, um, sobretudo, terá dado grande satisfação a êste Infante, e prazer de ser seu portador ao Infante D. Pedro. Dêste facto encontra-se a seguinte notícia na tradução da obra de Marco Polo, de Val Fernandes, no prefácio da edição de 1502:

«E no tempo que ho Iffante don Pedro de gloriosa memoria, nosso tio, chegou a Veneza. E depois das grandes festas e honrras que lhe foram feitas polas liberdades que elles têe nestes nossos regnos, como por ho elle merecer, lhe offereceram em grande presente ho livro de Marco Polo que se regresse por elle, poys desejava de veer e andar polla mundo.»

Tendo regressado a Portugal e casado em 1429, verifica-se que D. Pedro se dedicou zelosamente à administração da sua casa e aos interêsses da cidade ducal, do que dão prova 70 cartas escritas depois de 1429, cuidadosamente guardadas no arquivo do Município de Coimbra pelo seu ilustre bibliotecário dr. Pinto Loureiro.

O espírito penetrante de D. Pedro aperfeiçoou-se maravilhosamente com o estudo que estas viagens lhe forneceram, e é bem triste observar que em Portugal tão mal conhecido seja êste homem superior, e quási que só agora lembrado com a depreciativa frase, do *homem das sete partidas,* êle o homem generoso, pundonoroso, profundamente instruído e superiormente orientado!

No entanto também é agradável observar que historiadores de grande mérito o têm colocado no elevado pedestal a que tem direito, e considero uma obrigação transcrever aqui, para ser meditada ainda neste momento, a apreciação que se encontra a páginas 187 da obra citada de Oliveira Martins, em seguida ao relato da viagem de D. Pedro, em têrmos dignos do alto merecimento dêste escritor:

«De longe, escrevendo em Bruges (1426) a D. Duarte que lhe pedia conselhos, via claramente os fortes e os fracos d'este povo portuguez, ainda hoje o mesmo, depois de quatro séculos que valem por vinte no esplendor das acções, e mais ainda na grandeza das desgraças de que estão cheios. Vivendo na Flandres farta, terra clássica das kermesses, o Infante celebra a sobriedade e temperança do nosso povo; mas logo adverte o vício da basófia que chama toda a gente à côrte, engeitando os filhos as profissões dos paes, afidalgando-se, formando essa nuvem de parasitas, que então enchiam os paços dos reis, dos infantes e dos nobres, e agora, mudadas as instituições, atulhando escadas das secretarias, desde que a burocracia sucedeu ao velho monarchismo aristocratico. Notava a ociosidade e a incapacidade da plebe afidalgada que se lançava à côrte com a esperança n'um logar de escudeiro. Anteveem-se os quadros deploraveis da sociedade portugueza no seculo XVI, quando a exploração copiosa das colónias, pode deixar expandir largamente as inclinações do feitio nacional. Recomendava que só se empregasse «gente compridoira», homens capazes e competentes, lastimando a falta geral da economia privada e publica. Aqui na Flandres, dizia, não consta de «mudanças de moeda», expediente bancarroteiro, especie de jubileu com que, de cima para baixo e autoritariamente, nós, a gente meridional, de tempos a tempos saldavamos as contas. Não se mudem as moedas, aconselhava ao irmão; ponham cobro nas despezas o rei, os infantes, os senhores; limitem-se às suas posses, para não esmagarem o povo com peitas e impostos extenuantes. O serviço das aposentadorias, obrigando as povoações a aboletarem a côrte em viagem, era

pesadíssimo; pesadissimas as prestações de serviços em trabalho braçal e em bestas de carga. As albergarias e cappelas não deviam ser desviadas do seu destino que era o serviço de Deus e a beneficencia, para serem exploradas por parasitas. No reino não havia cavallos, e era urgente abolir o uso de dar privilégios a quem não tinha armas nem bestas. Promovesse-se a povoação, minorando os perigos e trabalhos à gente rural, que só assim se teriam soldados e cidadãos.

«O seu pensamento era uma ideia de ordem, prática e positiva, sem desvairamentos de phantasia.

«Queria mais D. Pedro que o rei, chave da abobada nacional, tivesse junto de si um conselho d'estado, instituição permanente em que no seu conjunto, as partes componentes do edifício social estivessem representadas; a clerezia, os fidalgos, e o povo, «para vos aconselharem» e verem que se não faça cousa contra o interesse, ou contra os direitos e privilegios das classes. Havia, de certo, entre nós a instituição das côrtes(1) que o rei convocava sempre que o entendia necessário; havia um conselho aulico, ou de palácio, tradição da *aula regia* do tempo dos reis godos, principalmente composto pelos membros da família real; mas a ideia de um verdadeiro conselho de Estado, representativo das forças e elementos sociais, surge e apparece, pela primeira vez concebida na ideia do principe que é entre nós o mais completo iniciador na doutrina nova da Renascença. Conforme essa doutrina, o edificio social é uma construção da ideia; e o rei, pinaculo d'esse edificio, já não é um *senhor* cuja vontade faz lei.»

Creio que o projecto sôbre *a organização do Estado*, que publiquei ùltimamente, satisfaria as justas aspirações do elevado espírito do Infante e também as do seu ilustre comentador. Mas quem se interessa com sinceridade pela

---

(1) É certo ainda muito respeitada na época de D. João I mas de influência pouco depois quási completamente obliterada.

grandeza da nacão sôbre uma base sólida e o justo equilíbrio dos seus elementos e a prosperidade geral? Talvez raros apenas.

Mas devendo voltar a ocupar-me do nobre Infante terminarei por agora as considerações que merece.

PRELÚDIOS DA EXECUÇÃO DA CONCEPÇÃO HENRIQUINA

Conforme já observei, o espírito científico do Infante D. Henrique encontrou-se desde muito jovem absorvido com o problema da forma da terra e a distribuïção dos continentes, pensando decerto ao mesmo tempo nas vantagens que o seu país poderia alcançar ao serem desvendados os mistérios que ainda no seu tempo preocupavam a humanidade e faziam acreditar em factos extravagantes, que deveríamos supor inacreditáveis, mesmo naquela época, mas que é obrigação reconhecer dominaram as nações europeias que recuavam diante de fantásticas invenções, e não tiveram a audácia, que afinal demonstraram os portugueses, dirigidos pelo sábio e tenaz Infante, para as desvendar.

Para meditar profundamente sôbre o grave problema que a natureza lhe impôs imperiosamente, afastou-se o Infante D. Henrique para um local remoto, e com apreciável critério, escolheu no seu país o lugar mais apropriado, o rochedo de Sagres, isolado do movimento e colocado na extremidade meridional do país, dominando alterosamente o mar que deveria afinal patentear a decifração do enigma.

Mas dentro em pouco aquêle local deserto tornou-se um importante centro de reünião dos elementos que ali concorreram de tôda a Europa, atraídos pelo prestígio do nobre infante e desejo de colaborarem na sua grandiosa emprêsa.

Pode marcar-se no ano de 1419 o início da instalação de D. Henrique na região de Sagres onde mais tarde constituíu um modesto ninho para as suas locubrações e uma base naval para a sua emprêsa.

Os seus primeiros actos de execução tiveram lugar com o concurso de João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira

em duas *cascas de noz* chamadas *barchas,* cada uma com capacidade inferior a cem toneladas. Foi com estas mesquinhas máquinas, que D. Henrique ousou afrontar o mar tenebroso. O êxito poderia ser então classificado de medíocre, mas no espírito perspicaz do Infante teve já um largo alcance, e a simples descoberta feita por êstes navegadores da insignificante ilha a que deram o nome de Porto Santo, foi a pedra angular do grandioso edifício que dentro em pouco o génio português construíu.

A esta descoberta sucedeu dentro em pouco, e a poucos passos, a descoberta da pérola do Atlântico que é a ilha que, atenta a abundância das suas florestas, que completamente a furtavam à vista, foi designada por ilha da Madeira e é, ainda hoje, um local dos mais apreciados, rico e aprazível da Terra. Agora já não se tratava de uma simples pedra de apoio, mas sim de uma importante base para novos cometimentos, e, realmente, dentro em pouco tornou-se a ilha da Madeira uma base naval, ou pelo menos um importante porto para apoio de largas expedições.

O encanto da ilha descoberta foi tal que em breve se encontrou povoada. João Gonçalves Zarco, agora já com três navios, e nomeado capitão hereditário da metade da Madeira, ficando a outra metade na posse de Tristão, para lá partiu com a família fornecido de sementes e animais domésticos.

A par das descobertas foi imediatamente inaugurada a era da colonização, facto que dá a D. Henrique imensa glória. Dentro em pouco a Madeira era um diamante lapidado de enorme valor. Tudo ali prosperou e em breve passou a exportar preciosidades em tôda a parte apreciadíssimas, como açúcar e o famoso vinho da Madeira.

Para largos cometimentos foi inaugurado com madeiras daquela ilha, e abundavam, um novo tipo de barcos que, embora de pequenas dimensões, já arrostavam, com alterosa proa, as iras do mar, enfim dominado, e que ainda hoje ocupam um lugar de destaque na tradição marítima, — as célebres caravelas, missionárias da civilização e da religião

de Cristo, caracterizadas pela cruz sacrossanta que as enobrecia e embelezava.

À parte pertencente a Tristão Vaz, por ser menor, foi acrescentado o domínio das ilhas próximas chamadas Desertas.

Estava iniciada a descoberta, mas restava penetrar no íntimo do enigma da África imensa, continente de que o cabo Bojador era, por assim dizer, um limite que era impossível ultrapassar. Mas não o foi para o Infante D. Henrique que perseverante no seu propósito, enviou todos os anos desde 1421 a 1433 navios encarregados de realizarem a emprêsa que para a Europa civilizada se oferecia como insuperável.

No entanto os navegadores portugueses não se contentavam com o rumo ao sul, e supõe-se que já em 1427 foram descobertas algumas ilhas dos Açores, mas atenta a incerteza reservarei êste assunto para outro período.

MORTE DE D. JOÃO I

E agora, visto ter dado para final dêste período o triste acontecimento da morte do rei de *Boa Memória*, pouco acrescentarei às referências que lhe ficam feitas.

O desenlace fatal, já previsto há bastante tempo, teve lugar a 14 de Agôsto de 1433, aniversário da data gloriosa em que no ano de 1385, decorridos já 48 anos, D. João I assegurara a independência de Portugal com uma vitória impressionante alcançada em Aljubarrota, e inaugurara, com uma administração de notável capacidade, um reinado de quarenta e oito anos, sublimado por uma descendência de inexcedível valor, assinalada pelos mais nobres sentimentos que a índole e a educação lhe incutiram.

Todos os Infantes se tornaram dignos de admiração, carinho e respeito de tôda a população portuguesa, que se cobriu de crepes ao ter conhecimento do infausto acontecimento. As honras fúnebres testemunharam êste sentimento, e com a maior pompa foi transportado o corpo do rei para junto da sua adorada companheira e colocado na sua última

morada, onde se encontra o seguinte epitáfio comemorativo das suas altas qualidades.

Tradução publicada por G. E. de Azurara, a pág. 141 do vol. III da sua crónica de El-Rei D. João, do epitáfio existente no túmulo dêste rei:

«Em nome do Senhor, jaz n'esta sepultura o serenissimo e sempre invicto, victoriosissimo, magnifico e em virtudes esclarecido principe D. João, decimo rei de Portugal e sexto do Algarve, e o primeiro entre todos os christãos, que depois da perda geral da Hespanha foi senhor da famosa cidade de Ceuta, em Africa.

Nasceu este excellentissimo rei na mui nobre e muito leal Cidade de Lisboa, no anno do Senhor de mil e trezentos e cincoenta e oito, e n'elle foi armado cavalleiro em edade de cinco annos, por mão do serenissimo rei D. Pedro seu pae. E tomando á sua conta depois da morte d'el-rei D. Fernando seu irmão, o governo da mesma cidade e de muitas outras forças que se lhe entregaram, defendeu-a valorosamense contra el-rei de Castella, que nove meses a teve cercada por mar, com mui grossa armada, e por terra com grande exército, acomettendo-a com muitos e apertados assaltos, e sendo ajudado de muitos portuguezes.

«Sendo depois levantado para rei na cidade de Coimbra com geral alegria no anno de 1385, fez por sua pessoa e de seus capitães grandes feitos em armas, e entrando muitas veses pelas terras de seus inimigos, alcançou notaveis victorias e a principal que teve foi a que Deus lhe deu junto a êste convento, vencendo e desbaratando em batalha campal a el-rei D. João de Castella que trazia consigo um poderoso exercito de seus vassalos, e vinha acompanhado de muitos portuguezes e outros estrangeiros que o serviam. E logo foi ganhando á força de armas muitas forças e castellos de que os inimigos se tinham apoderado, que depois valerosamente sustentou e defendeu por toda a vida.

«E conhecendo que Deus fôra o que lhe déra a victoria por intercessão da gloriosissima Virgem Nossa Senhora, que sucedeu na vespera da sua festa da Assumpção por

agosto, mandou á sua honra edificar este convento, que é a melhor obra de toda a Hespanha.

«E com desejos de maior gloria de Deus e pretendendo que só a Ella se reconhecesse n'este reino superioridade em tudo, assentou que os annos que pelo tempo atraz se costumavam a contar nos autos e instrumentos publicos pela era de Cezar, se reduzissem ao nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, e fez que começasse a correr esta conta do anno de mil e quatro centos e vinte e dois em deante, no qual andava a era de Cezar em MCCCCLX.

«E achando estes reinos não menos estragados de costumes que desbaratados das insolencias dos inimigos, poz diligencia em os emmendar e apurar, desterrando com seu exemplo e obras santas todas as devassidões e maldades que geralmente se usavam, e prantou e fez florecer em seu logar obras de virtude, honestidade e honra.

«E procurando escusar guerras com christaõs, leixou antes da sua morte assentada com elles paz perpetua pera si e pera seus successores.

«E abrasado em fogo da fé passou em Africa com uma grossissima armada em que havia mais de 220 velas, a maior parte naus de grande porte e galés reaes e foi acompanhado n'ella do infante D. Duarte seu filho e herdeiro, e dos infantes D. Pedro e D. Henrique, e do Conde de Barcellos D. Affonso, seus filhos, e de grande poder e numero de animosos vassallos, com os quaes no mesmo dia em que poz pes em terra de mouros, tomou de assalto com espanto do mundo a fortissima e famosa cidade de Ceuta. E pouco tempo depois vindo sobre ella (segundo se affirma) mais de cem mil combatentes mouros de Berberia e Granada, e tendo-a apertadamente cercada, elle a mandou soccorrer pelos infantes D. Henrique e D. João e pelo conde de Barcellos seus filhos, e por outros senhores e fidalgos, os quaes acomettendo aos mouros os fizeram levantar e fugir com morte de muitos, e toda sua armada desbarataram, mettendo muitos navios no fundo, queimando e tomando outros, e assim livrou a Cidade.

«E havendo desoito annos menos oito dias, que se cumpriam, a vespera da Assumpção da virgem Nossa Senhora, do anno de 1433, que a tinha tomado e fortificado bastantemente contra todo accometimento de inimigos, no mesmo dia mes e anno acabou este gloriosissimo rei bemaventuradamente sua vida na cidade de Lisboa, rodeado de seus filhos e de grande parte da nobreza do reino, leixando a cidade de Ceuta em poder do mui alto e mui glorioso rei D. Duarte seu filho, que á imitação de tal procura mantel-a e governal-a com estes reinos na fé de Jesus Christo.»

TERCEIRO PERÍODO (1433 a 1438)

DESDE A ACLAMAÇÃO ATÉ À MORTE DE D. DUARTE

Às alegrias dos dois períodos anteriores, que compreendem os 48 anos do prestigioso reinado de D. João I, seguiram-se precipitadamente dois períodos de tristezas, ficando bem marcado quanto pode a influência de um chefe, e como infelizmente, as nobres qualidades de El-Rei D. João I foram empanadas pela inferioridade do bondoso, mas incapaz Rei D. Duarte, e pela crueldade de seu neto D. Afonso V, para quem não haverá água lustral que atenue as suas graves responsabilidades, que atingiram as proporções do crime de parricídio, porquanto como pai, e pai de excelsas virtudes devia considerar seu tio e tutor o Infante D. Pedro.

Largamente espaçosos pelos sofrimentos que então foram experimentados, é certo que os dois primeiros períodos ocuparam quarenta e oito anos, e os três seguintes, até à morte do Infante D. Henrique, sòmente 28 anos. Mas para Portugal os maus dias ainda se prolongaram até à morte de D. Afonso V, em 1481, com 43 anos de um lastimoso govêrno, e o sol só voltou a brilhar para o nosso país, com o advento ao trono do príncipe perfeito, D. João II, que, deve recordar-se, por sua martirizada mãe, que morreu com vinte e três anos, era neto do glorioso príncipe D. Pedro, e que resgatou, com uma inteligente e zelosa administração, os êrros, e por vezes crimes, cometidos por seu pai e avô paterno.

ACLAMAÇÃO DE D. DUARTE

É muito curto êste período porquanto, embora D. Duarte tenha vivido 47 anos, sòmente governou durante 5 anos,

D. Duarte I (segundo uma gravura que faz parte da colecção de retratos dos reis de Portugal que ilustra os *Diálogos de vária história*, de Mariz, Ed. de Coimbra, 1594 (1.ª) e 1598 (2.ª)

vitimado precocemente pela peste, que largos destroços fêz naquela época em Portugal, e que parecia espreitá-lo insistentemente.

Bondoso, honesto, ilustrado, literato, foi infelizmente falto de energia, e deixou-se dominar pela rainha sua mulher, aragonesa, e como conseqüência foi um péssimo rei, que pro-

vocou lastimosas desgraças, de que êle também sofreu, tendo tido um final de vida amargurado e de rápido desenlace.

Findas as sentidas homenagens tributadas ao monarca de *Boa Memória*, D. Duarte apresentou-se às côrtes em Leiria. Subiu ao trono em 1433 com 42 anos de idade.

Em 1428, a 22 de Setembro, casou em Coimbra com a infanta D. Leonor filha de Fernando I de Aragão, a qual teria decôro feminino, mas, muito ambiciosa e falta do tino que deve constituir a nobreza de uma rainha, não seguiu a orientação da sua ilustre e virtuosa predecessora, a rainha D. Filipa de Lencastre, nem da venerada Rainha Santa Isabel, princesa de Aragão.

Não hesitou em influir, desastradamente, nas decisões de El-Rei D. Duarte, e falhou por completo na missão de educadora dos seus filhos, em que D. Filipa foi inexcedível, resultando daí os desvarios em que se tornaram notáveis seus filhos Afonso e Fernando, graves sobretudo na actuação que para desgraça do país, e amargura dos inclitos infantes, teve o rei D. Afonso V.

ACTOS ADMINISTRATIVOS

Logo no início do seu reinado promulgou D. Duarte a lei mental que seu pai aplicava, na qual já existia o regime do morgadio que só foi revogado pelo regime constitucional em 1833.

Nas lutas que tiveram lugar entre o clero e o papa Eugénio IV, deu todo o seu apoio ao papa, que se lhe mostrou muito grato.

CONSELHOS DE D. PEDRO

Foram sempre íntimas e muito cordeais as relações entre D. Pedro e seu irmão D. Duarte, que tinha a mais elevada consideração pelo espírito e carácter de D. Pedro.

E como êste infante não tenha podido assistir ao acto da aclamação, ausente no seu ducado, escreveu a seguinte carta a D. Duarte, que a recebeu com muito agrado, como sendo do «seu sôbre todos presado e amado irmão».

Repetidas foram as cartas enviadas por D. Pedro a D. Duarte, especialmente por ocasião das suas viagens, e para satisfação do desejo de D. Duarte. A uma das mais importantes, escrita de Bruges, foi já feita larga referência. Nesta de que nos ocupamos agora, entre outras muito judiciosas considerações, observava D. Pedro que, entre as virtudes indispensáveis a um rei, deveriam ter lugar as seguintes: «guardar e fazer guardar a justiça, ser forte, defendendo a sua terra dos inimigos manifestos e ocultos, e de todos os danificadores e malfeitores estrangeiros e naturais; verdadeiro pelo coração e pela palavra; generoso de vontade, em conformidade com as suas rendas, não tomando a uns para dar a outros; nem dar tanto num dia que falte para todo o ano; nem tanto a um e a poucos que os mais fiquem sem receber mercê; dar principalmente àquêles em quem reconheça merecimento de serviços ou bondade; que seja agradável tanto para naturais como estrangeiros; que seja cuidadoso na administração do reino, servindo-se de homens reconhecidamente honestos e sabedores que amem o rei e o bem comum; que seja firme em seus propósitos e determinações, não se mudando salvo por mui claras e grandes vantagens».

APRECIAÇÕES SÔBRE D. DUARTE

Referindo-se-lhe descreveu-o Rui de Pina nos seguintes têrmos:

«De estatura alta, membros grandes e fortes, cabelos corredios, rosto redondo um tanto enverrugado e quási imberbe, olhar brando, um todo de graça e afabilidade na fisionomia. Perfeito nos exercícios do corpo cavalgava ambalas selas de brida e de gineta melhor do que nenhum

do seu tempo». Alegre, de gracioso acolhimento, piedoso, amante da justiça, atribui-se-lhe a frase «palavra de rei não volta atrás».

No vol. II da 3.ª edição da *História de Portugal*, a páginas 71, escreveu o infatigável escritor Pinheiro Chagas:

«Erudito... deixou-nos testemunho do que sabia no seu livro *Leal Conselheiro*, obra de philosophia moral, valiosa pela suavidade do estylo, pela alteza dos principios, e tambem pelos conhecimentos que revela».

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DE D. DUARTE

Em primeiro lugar teve a grande responsabilidade da malograda expedição a Tânger, assunto que vai adiante tratado, a qual empanou os constantes sucessos das armas portuguesas, não a sua honra, e que teve como cruel conseqüência o cativeiro do infante santo D. Fernando, chaga pungente no coração dos portugueses e decerto muito especialmente no coração dos infantes. Morreu D. Fernando encarcerado em horrorosa masmorra, em Fêz, ao fim de longos anos de angustiosos sofrimentos, nos quais sobressaíam as suas nobres e religiosas qualidades.

De lamentáveis conseqüências foi também o seu testamento que demonstra a senilidade do seu estado, e abatimento do seu carácter, porquanto instituindo, contra todos os princípios legais e conselhos da razão, sua mulher na regência do reino, provocou uma invencível reacção, e facilitou a luta contra o infante D. Pedro, terminada pelo trágico assassinato dêste preclaro príncipe.

VALOR LITERÁRIO DE D. DUARTE

Já fizemos referência à erudição de D. Duarte e às suas distintas qualidades literárias, sendo sabido o encanto que êste rei encontrava no trato com as produções literárias e

científicas, podendo considerar-se como certo que foi o primeiro rei que possuíu uma biblioteca, já importante para o seu tempo, e devendo observar-se que todos os seus irmãos tiveram grande prazer com a cultura intelectual e possuíram valiosas bibliotecas.

Comprazia-se D. Duarte com a leitura do seu substancioso trabalho *Leal Conselheiro* e há ainda a acrescentar a sua obra sôbre *A arte de cavalgar* para a qual El-Rei dispunha de especial capacidade, sendo, como já atrás foi referido, o melhor cavaleiro do seu tempo.

EXPEDIÇÃO A TÂNGER

Porque êste facto domina o reinado de D. Duarte, e por si e suas conseqüências ocupa um largo prazo, propositadamente reservei tratá-lo em último lugar, neste período.

Deve desde logo observar-se que êste infausto acontecimento vitimou o infante que, possuïdor de acendradas virtudes o provocou, e esteve a ponto de também vitimar o seu poderoso colaborador, o infante D. Henrique, êste arrastado pelo incessante empenho de estender o domínio português para além dos mares, o que afinal conseguiu com a construção de um grandioso edifício que alargou ao mundo a influência civilizadora da Europa, tendo, o pequeno país que era Portugal, obtido estender a sua influência por tôda a terra, usando sempre dos mais civilizadores processos, com base no seu empenho de espalhar a doutrina cristã da fraternidade e da bondade.

É oportuno observar aqui que Portugal sustentou sempre a doutrina da unidade da humanidade, e como tal considerou todos os povos, sendo notável a sua atitude para com os indígenas da África, que ainda hoje demonstram, com o seu afecto e consideração pelos portugueses, quanto esta atitude os cativou.

Os sentimentos místicos que desde criança se manifestaram no infante D. Fernando, e que se afervoraram com

a idade, não impediram que também se desenvolvesse a sua paixão pelos feitos da cavalaria, e o desejo de figurar ao lado dos cavaleiros seus irmãos, facto muito explicável porque a acção da cavalaria tinha sobretudo um cunho religioso, intimamente ligado às cruzadas.

Afim de ser satisfeita a sua aspiração dirigiu-se o infante a El-Rei, rogando-lhe que organizasse uma expedição em que pudesse merecer as esporas de cavaleiro.

D. Fernando tinha adoptado a divisa «*Le bien me plait*». D. Duarte deve ter tido desde logo o sentimento da inoportunidade de uma acção militar, quando o reino se encontrava ainda sofrendo as conseqüências das despesas feitas com a expedição a Ceuta e com a constante sangria, em numerário e homens, que lhe causava a conservação do seu domínio em Ceuta. A insistência neste domínio era geralmente criticada pelos estados europeus, que só viam nesta tenacidade um capricho que, no fundo, considerando as intenções do infante D. Henrique, era justificado, mas não merecia ser alargado. Esta opinião foi superiormente sustentada pelos infantes D. Pedro e D. João, mas repelida enèrgicamente pela Rainha, sem dúvida logo pela razão de ser sustentada pelo infante D. Pedro, que sempre lhe testemunhou delicadas deferências mas a quem D. Leonor lançou ódio profundo, talvez mesmo por lhe ter reconhecido as suas elevadas e nobres qualidades, que não se compadeciam com falsas atenções.

Graças a Deus o país encontrava-se em paz, e a sua riqueza progredia embora vagarosamente, devido à voracidade dos parasitas.

Não havia motivo imperioso para romper hostilidades, nem a situação religiosa justificava tal acto, como foi demonstrada pela resposta em seguida transcrita dada por Eugénio IV, reünido em Bolonha com os seus cardiais, à consulta que lhe foi feita por D. Duarte, resposta digna de um Papa, mas que não foi esperada:

«Que os livros dos Santos Canones porque a Santa Sé Apostolica se regia, el-rei em seus reinos os tinha, e assim

letrados que os bem entenderiam com quem n'este caso se devia aconselhar; e contudo, satisfazendo a seu desejo, lhe diziam brevemente que, se a questão era de infieis que occupam as terras que foram de christãos, em abatimento da religião christã, tornando as santas egrejas em malditas mesquitas, e fazendo outras abominações, a estes não ha duvida, com autoridade do Papa, poder-se e dever-se fazer guerra: e que os doutores Theologos, por mais segura cautela, diziam n'este caso que os inimigos deviam pelos christãos primeiro ser admoestados, e, se podesse ser, convertidos por prégações, e por exemplos de boa vida, e que, quando em suas contumacias as palavras santas os não commovessem, com armas os poderiam forçar a guerrear. E, se por ventura a questão era de infieis que occupam as terras que nunca foram de christãos, que em tal caso se fazia distincção; que ou elles faziam damno e nojo aos christãos ou não; e se o faziam, que liccitamente lhes podiam fazer guerra, e se o não faziam, que directamente lh'a não podiam fazer; porque a terra e abundancia d'ella é do Senhor, que faz nascer o Sol sobre os bons e maus, e dá de comer às aves do Céo; salvo se fossem idolatras, ou peccassem contra a natura porque então podiam ser punidos, porque a lei da natureza manda adorar um só Deus, que assim puniu Sodoma e as outras cidades, posto que fossem gentias. E que, em qualquer caso que o principe possa fazer guerra aos infieis, deve ser com piedade e discrição, e que não exponha o povo christão a manifesto perigo, sem evidente necessidade; porque, se por sua sobeja audacia ou má providencia se seguissem mortes e damnos gravemente pecaria; mas quando o principe fizesse o que devia e previsse os casos que podessem acontecer, e seu povo aventurasse onde fosse tempo e lugar e com razão, em tal caso, posto que por desventura ou por juizo escondido de Deus, ou por caso não cuidado perecesse muita gente em guerra justa, não pecava».

Sôbre o lançamento de impostos acrescentava o Santo Padre: «Sendo a guerra como era, uma guerra de agres-

são, não podia lançar tributos, ainda que tivesse esperança de com ella ganhar a Africa toda».

Na população era geral a oposição à expedição, que, afinal, entrou no plano de D. Duarte, da conquista de Tânger, expedição que, provàvelmente, o próprio rei era, na sua consciência, o primeiro a condenar.

No Conselho áulico as opiniões dos infantes D. João e D. Pedro manifestaram-se claras e opostas à expedição, e foram geralmente compartilhadas, exceptuando-se naturalmento a opinião do infante D. Henrique, que era instigador.

Nas suas ponderadas considerações expôs o infante D. João, de quem o conselho era sempre atendido com especial consideração, entre outras as seguintes:

«E ainda Senhor, se por doutrinas e ensinanças de Jesus Christo, e de seus apostolos devem os homens de se reger, esta guerra aos moiros não está muito certo se é d'ella ouvido; sei porem que a santa escriptura por pregações e virtuosos exemplos de vida os manda converter». Acrescentou que não era honra do reino semelhante expedição. «Não via proveito na conquista d'essas longinquas praças que compensasse a perda de vidas e fazenda».

D. Pedro observou «Que faltava para esta empreza o essencial, o elemento sem o qual não se poderia organizar uma expedição conveniente, isto é, o dinheiro». «A conquista de praças africanas pouco produziria, e estas seriam de dificultosa conservação. Na Africa a conquista christã era uma invasão. As cidades tomadas seriam sempre elementos estrangeiros». Notou «que o exercito que cercasse Tanger seria logo cercado pelos mouros». Observação que os factos confirmaram dentro em pouco.

Mas a vontade da rainha impôs-se, e consta que o nascimento de uma filha, a 18 de Setembro de 1436, a qual por fortuna sua foi imperatriz da Alemanha, quebrou de todo a energia de D. Duarte que resolveu, afinal, ordenar a desastrosa expedição para a conquista de Tânger.

O infante D. João ainda reforçou a sua opinião com a seguinte interessante carta, que dirigiu a El-Rei:

«Nuestra gente muchas veces con gran daño fué acometida y al presente ferida su perdicion, si no remedian com sus fuerças, y sino habian enfrenar aquel orgullo, o zelo desapoderado. Ojalá yo salga mentiroso; pero si no sossegais esta gana de pelear, y la governais con la razon, los campos de Africa quedaran cubiertos con nuestra sangre. En esta gente, y soldados confiais? Antes de la pelea se muestran bravos, y venidos a las manos, en el peligro, trance cobardes, pues no tienen uso de las armas, ni fortaleza, ni vigor en sus coraçones, felo numero y no mas. Por ventura menospreciais à los Moros? Temo que este menosprecio hade acarrear algun gran mal. Mirad, que irritais una gente muy determinada, sin numero y sin cuenta, y por su ley, por sus casas, por sus hijos, y mujeres pelearan con mayor animo. Direis que van confiados en la ayuda de Dios. Esso seria si las vidas, y costumbres fueran a proposito para aplacar le mejores de lo que vemos en esta gente, y si con madureza y con prudencia se tomaren las armas, que los Santos no favorecen los locos atrevimientos, y sandios; antes será por demas cansal los con plegarias y rogativas no limpias. Alguna experiençia que tenjo de las cosas, y el amor ferviente de la patria, y de la salud comuna, me hacen hablar assi, y temer, no eneste a todos muy caso esta resolucion que teneis en vuestros animos concebida».

«Não deveis acometer a Africa a não ser com todas as forças do Reino, pois aquela provincia é poderosa em armas, gente e cavalos... Onde está o dinheiro para os soldados, para o socorro, se fôr necessário? — Vede, El-Rei, meu Senhor que apezar de Sua Santidade, o Pontifece Eugenio, ter dado a indulgencia a todos os que, tomando o signal da Cruz, se alistaram n'esta armada, quão poucos se decidiram a partir».

Em Évora dizia D. João: «Mais vale vencer os mouros pela fé do que dominá-los pelas armas».

De facto, em lugar de 14.000 homens, julgados indispensáveis para esta expedição, só se obtiveram cêrca de 7.000. Mas a vontade da rainha cumpriu-se, e os fados inexoráveis também se cumpriram.

A esquadra partiu a 22 de Agôsto de 1437, e a 27 dêsse mês chegou a Ceuta.

Em Ceuta foi a esquadra recebida pelo seu fronteiro, que ali sustentava galhardamente o domínio português há cêrca de 22 anos, D. Pedro de Meneses que, ao receber o bastão de comando das mãos de D. João I, disse: «Só com êste elo defenderei Ceuta de todo o poder dos mouros». E cumpriu.

Acompanharam os infantes para o cêrco de Tânger o filho de D. Pedro de Meneses, D. Duarte, e o destemido D. Álvaro Vaz de Almada, única pessoa que veio consolar D. Duarte com a afirmação de que os portugueses tinham continuado a afirmar o seu heroísmo.

São bem conhecidos os lamentáveis incidentes do desgraçado cêrco de Tânger, onde, como previra D. Pedro, os Portugueses se encontraram encurralados, cercados por um exército numerosíssimo, de mouros e hebreus. E talvez muito tenha valido o carácter do governador de Tânger Sala-ben-sala, que sofrera o desaire da rendição de Ceuta, a qual chegara a provocar a acusação de ser traidor, e não quis aqui vingar-se.

A hoste portuguesa conseguiu furtar-se ao massacre, mas à custa de sacrificar o infante santo, que prontamente se votou ao sacrifício, que é certo o infante D. Henrique terá pedido para si.

A impressão sofrida no reino foi dolorosíssima. Entre os mouros havia principalmente o desejo da troca de refens pela cidade de Ceuta; mas esta disposição não era geral, e é provável que não fôsse compartilhada pelo carcereiro do infante, o cruel Lazarague, ministro do rei de Fêz.

D. Fernando, que foi entregue no dia 16 de Outubro, foi conduzido pouco depois para Fêz, apupado e escarnecido pela multidão, mal lhe valendo os cuidados com que

os seus companheiros procuraram subtraí-lo a tais tormentos.

Mas em Fêz, era tal o poder de Lazaragues, que até dominava o rei, pelo seu carácter cruel e génio tirânico. O martírio excedeu todos os requintes, e aproveitou todos os recursos satánicos.

Verdadeiramente corajoso mostrava-se no entanto o infante Santo, a quem a rainha, que lavrara a sentença de morte, ainda tinha coragem para pedir uma comenda em Elvas a D. Fernando, como mestre de S. Tiago, por meio de uma carta que lhe enviou por intervenção de um moiro.

Bem diversa era a atitude dos vassalos que o acompanharam, a que já fiz referência, que abraçaram o mártir para lhe diminuir a vergonha e atenuar o lamentável espectáculo que oferecia a multidão de mouros armados de paus, e objectos vergonhosos, e a quem, ao chegarem a Fêz, o santo, que já o era, animou e falou nos seguintes têrmos:

«Nós somos ja aquy, onde nom vale temer os trabalhos, mas de cobrarmos esforço para os soportar. E nom pela multidaõ dos enimigos, nem por nós seermos poucos nem pela estranheza da terra nos convem desmayar, mas devemos confiar nas muitas mercês do nosso Senhor Deus com que sempre costumou ajudar os seus. E posto que pecadores sejamos, Deus é sabedor que eu por amor e amigo seu vim a este posto, e vos trouxe comigo por companheiros. E porem conuem trabalhar, mas como bons cavaleiros christãos e, se vontade fôr de Deus, que façamos aqui fim, creio firmemente que elle nos faça herdeiros no paraiso. Se d'aqui nos tirar, elle nos procurará no que havemos mister.»

Os tormentos que lhe infligiram horrorizavam tôdas as pessoas, mas o infante suportava-os sem queixumes. E quando os seus companheiros se queixavam, repreendia-os docemente, e mostrava quanto era necessário para a fé católica que aquela gente se convertesse.

Sòmente três razões motivavam o seu desejo de voltar a Portugal: — «Incitar os christaõs a virem tomar esta terra

para a christandade; — Para remir todos os cativos que jazem aqui, no que El-Rei, meu Senhor, certamente muito prazer teria; — Para modificar o meu testamento, repartindo com todos vós, que sois agora os meus filhos, tudo quanto tenho, que testei a meu sobrinho.»

No entanto em Portugal, a par do profundo pesar sentido pelo povo eram desencontradas as opiniões nas altas regiões, manifestando sempre os dois infantes D. Pedro e D. João os seus virtuosos sentimentos, partidários da entrega de Ceuta para ser resgatado o santo cativo. O povo queria o santo e os judeus das comunas de Lisboa e de Setúbal abandonavam generosamente milhares de libras com que tinham concorrido para a conquista de Ceuta e para a lamentável expedição a Tânger, dizendo uns e outros, «Mais vale um homem virtuoso do que uma ralé de bárbaros».

A rainha pela sua parte não se incomodava com a tragédia que tinha provocado, e opôs-se terminantemente à vontade que El-Rei teve de resgatar o infante santo entregando Ceuta. Em nada lhe importava o cativeiro do cunhado; só tratava do futuro dos seus filhos. Teve o castigo da sua perversidade, que chegou, mais tarde, a ameaçar o país que lhe dera guarida, com a guerra civil e a invasão!

D. Duarte, a quem já nada consolava, escrevia páginas de infinita dor, que mais contribuíam para torturar-lhe a vida amargurada, enquanto que a rainha, talvez vislumbrando já o gôzo do poder encarava insensível os tormentos do marido. El-Rei, sempre fraco, optou pelos meios dilatórios.

D. Henrique, que decerto terá tido desde então uma vida acabrunhada pelo pesar e pelo remorso, apesar do sucesso das suas emprêsas, conservou-se cinco meses em Ceuta pretendendo que se realizasse uma emprêsa guerreira para a qual, dizia, bastariam 24.000 homens! Mas onde iriam encontrar-se quando ainda agora para a expedição a Tânger a custo tinham sido obtidos pouco mais de 6.000!

DESENVOLVIMENTO DA ACÇÃO ULTRAMARINA DO INFANTE D. HENRIQUE

Neste curto e angustioso período, no qual ao princípio o infante D. Henrique, tendo atingido a idade de 40 anos, terá adquirido o seu formidável potencial, capaz de desenvolver um considerável esfôrço, as circunstâncias não foram favoráveis, e, sem dúvida, a lamentável tragédia de Tânger, muito terá absorvido a sua energia e limitado a possibilidade de largos sucessos.

Após as sensacionais descobertas, embora haja opiniões de que já em tempo tinham sido conhecidas algumas regiões, mas agora completamente faltas de seres humanos, de Pôrto Santo, Madeira e Desertas, os portugueses, que deveriam segundo as recomendações dirigir-se sobretudo para o Sul, afim de descobrirem o contôrno de África, também se encostaram para ocidente.

Supõe-se que já em 1432 Gonçalo Velho Cabral encontrou, pelo menos, vestígios dos Açores, e que mais tarde terá encontrado a ilha de Santa Maria. Documentos relativos a estas ilhas só aparecem em 1439, mas seguramente explorações foram realizadas neste sentido, durante êste poríodo.

O que terá tido maior importância para o infante D. Henrique, por ser um marco miliário da sua memorável emprêsa, foi a passagem do Cabo Bojador, considerado limite para a navegação, e que Gil Eanes veio anunciar-lhe em 1434 ter ultrapassado, navegando para o sul ainda mais 50 léguas, num mar calmo, facto que destruíu tôdas as lendas e lançou por terra a opinião de Ptolomeu, até então oráculo da Geografia. Era opinião dos árabes que o mar Atlântico terminava num charco de lôdo consumido pelo calor do fogo, e acabava em baixios de recifes e sorvedouros.

MORTE DE D. DUARTE

D. Duarte pouco tempo sobreviveu à catástrofe de Tânger de 1437, porquanto a sua morte teve lugar no ano seguinte, em Tomar, a 9 de Setembro de 1438, com 47 anos de idade e 5 de reinado. As suas qualidades de bondade eram tão reconhecidas que lhe foram perdoadas as suas lamentáveis fraquezas.

Teve dois filhos: D. Afonso, herdeiro do trono, com 6 anos; D. Fernando; e quatro filhas, D. Filipa, D. Catarina, D. Joana que foi rainha de Castela, casada com Henrique IV, e D. Leonor que foi imperatriz da Alemanha, casada com o imperador Frederico III.

QUARTO PERÍODO (1438 a 1449)

DESDE A MORTE DE D. DUARTE ATÉ À MORTE DE D. PEDRO

ACLAMAÇÃO DE D. AFONSO V

Neste período continua a época das tristezas inaugurada no período anterior do reinado de D. Duarte, por influência da inépcia e perversidade da rainha D. Leonor mulher dêste rei. Ao período faustoso em que, desde 1424 até 1429, D. João I teve a satisfação de gozar as festas dos casamentos dos três infantes que casaram, D. João, D. Duarte e D. Pedro, e do casamento da infanta D. Isabel, sucedeu-se no período decorrido desde 1438 até 1449, sòmente de 11 anos, a época da morte dos quatro infantes, um elevado a rei, D. Duarte, D. Fernando, D. João e D. Pedro.

Sobreviveu sòmente o infante D. Henrique, que a Providência destinara para altos cometimentos.

Desgraçadamente os nobres infantes terminaram a existência acabrunhados por profundas amarguras, e até dois cruelmente assassinados, D. Fernando e D. Pedro, e com a agravante de ter sido êste último assassinado por portugueses à ordem de D. Afonso V.

Teriam êstes homens perdido as qualidades distintas que os tornavam admirados e modelos de príncipes? De modo algum. Essas qualidades tinham-se afirmado e mesmo dignificado constantemente, e contudo a acção de uma mulher bastou para os demolir e produzir lamentáveis acontecimentos.

Morto El-Rei D. Duarte ficou sendo D. Pedro o mais velho dos infantes e veio logo de Coimbra, onde se encontrava, para tratar da aclamação, como rei, de D. Afonso v, filho mais velho de D. Duarte, mas que contava sòmente 6 anos de idade.

D. Afonso v foi proclamado rei a 10 de Setembro de 1438. Nascera em Sintra em 1432. Tomando D. Pedro a regência, como era natural, diz Pinheiro Chagas a pág. 167 do vol. II da sua história: «Seria conduzido pela mão de um dos homens mais ilustres da sua raça».

TESTAMENTO DE D. DUARTE

Terminado o acto da aclamação, a rainha convidou as pessoas categorizadas a assistirem à abertura do testamento de D. Duarte, o qual tinha nas suas mãos. A leitura dêste documento causou geral espanto e produziu uma dolorosa impressão. D. Duarte, que tinha irmãos notabilíssimos, nomeava regente e tutora dos filhos a rainha D. Leonor. A influência que esta exercera sôbre o ânimo pusilânime do rei, (também foi lembrada uma falsificação), era manifesta.

O êrro cometido por D. Duarte foi logo testemunhado à Rainha por pessoas insuspeitas, — ser-lhe-ia impossível cumprir esta missão, e era afastado um indivíduo possuïdor de excepcionais qualidades, que provou.

Schoeffer, na sua história de Portugal, a pág. 455 da tradução francesa, observa judiciosamente:

«Pôr as rédeas do Estado nas mãos de uma mulher, emquanto havia tão perto do trono homens tais como o infante D. Henrique e o infante D. Pedro, que o céu parecia ter criado para cingirem corôas mais brilhantes do que a de Portugal; confiar o leme a uma estrangeira no meio dos perigos que rodeavam a nau do Estado, emquanto portugueses de nascimento, que eram o orgulho da sua nação, os filhos de D. João I, do salvador da independência de Portugal, aspiravam á gloria de seu ilustre pai, era um

facto que só se podia explicar pelos meios de captação de uma esposa, á qual o povo estava habituado a atribuir uma influencia funesta, desde que sabia que fôra ella quem promovera com todas as suas forças a desgraça da expedição dirigida contra Tanger».

O testamento de D. Duarte, que sempre se mostrara avisado e prudente, estalou como uma bombarda devastadora sôbre a nação.

Alguns servidores, dedicados e virtuosos, secretamente deram à Rainha a sua opinião nos seguintes têrmos, conforme conta Rui de Pina no vol. I da *Chronica de El-Rei D. Affonso V*, a pág. 17, edição de 1901:

«Senhora o peso d'este cargo, que assi soltamente tomaes, é mui grande e tal, que muitos barões abastados de fortaleza de coração e de prudencia o receáram. E por serdes mulher e ainda estrangeira, como quer que para isso haja em vós sã consciencia e conhecidas virtudes com mais santo desejo, em caso que não houvesseis n'elle alguma contradição, certo duvidamos que o possaes soffrer; porque Vossa Senhoria ha de considrar que são d'este reino tres infantes, grandes princepes e de muita autoridade, e naturaes da terra que hão d'estimar por quebra e abatimento de seus estados serem regidos por mulher especialmente não natural nem herdeira, como vós sois, e que o por suas bondades e assesego de todos quizessem consentir, não falleceriam outros amigos de novidades, que lh'o fariam sentir e obrar por outra maneira; do que não se podem escusar odios, escandalos e outros muitos males, em especial claros impedimentos para vós, nem estes reinos poderdes reger como a serviço de Deus e d'El-Rei e bem d'elles cumpre: de que vos muito deve pesar. E não vos fieis nos offerecimentos e muita parte que vos muito de si agora prometem, para crerdes que o esforço d'estes enfraquentará a dos outros; porque emfim todos, ou a mór parte hão-de seguir a vontade dos Infantes, qualquer que fôr, quanto mais que já agora pelas praças se solta, que El-Rei, nosso Senhor, vosso marido, que santa gloria haja, vos não podia leixar

este cargo de reger: cá este poder demleger regedor do reino era sómente ao reino e aos tres estados d'elle reservado; e d'onde isto agora sae de presumir é que mais jaz. Pelo qual nosso conselho seria, que agora com prazer e assesego vosso e do reino, consirados todos estes inconvenientes, leixasseis assi de vossa vontade este regimento, antes que depois o leixardes forçada, ou impedida de vossa natural fraqueza, ou de outras forças maiores: o que deve ser com pouca honra e contentamento vosso. E a vós, Senhora, bem abastará terdes cuidado das creações de vossos filhos, e do descargo d'alma d'El-Rei vosso marido, que são cousas mais grandes, honradas e honestas».

«A Rainha como era senhora de bom entender (o que afinal não provou) e de tenção sã, e conforme em tudo ao serviço de Deus, pareceu-lhe bem este conselho, e quizera-o seguir: mas não falleceram logo outros, que com outras rasões córadas ao revés d'estas, a mudarem d'este proposito».

Convenceram-na de que os filhos em poder do infante D. Pedro não estavam muito seguros e contudo o infante propôs logo que fôsse o infante D. Fernando jurado príncipe herdeiro de seu irmão D. Afonso v, facto que impressionou a rainha que, nesse momento, se dispôs a aceitar a resolução que D. Duarte já tinha em mente do casamento do rei com a filha Isabel de D. Pedro, e nesse sentido entregou uma declaração a D. Pedro. Mas mais tarde, levada por lamentáveis insinuações reclamou a restituïção dêste documento, ao que D. Pedro prontamente anuíu.

Pela sua parte o povo manifestou o seu desgôsto pela disposição de D. Duarte, e tomou mesmo uma atitude hostil contra a memória dêste rei, que não ficou sendo como seu pai — *de boa memória*.

DISCUSSÕES SÔBRE A REGÊNCIA; RESOLUÇÃO DAS CÔRTES

É importante registar que o infante D. João, casado com uma filha do Conde de Barcelos, que movia os cordelinhos contra D. Pedro, foi de opinião que êste devia tomar imediatamente posse da regência, acrescentando que se não tivesse dois irmãos mais velhos a pediria para si.

D. Pedro quis esperar pela resolução das côrtes, nas quais a Rainha pretendeu evitar a presença do Rei, no que afinal cedeu devido à intervenção do infante D. Henrique.

No entanto o infante D. Henrique procurou evitar a luta entre a Rainha e D. Pedro, luta que tinha por base o apoio dos ambiciosos e as ineptas ambições da Rainha, e propôs, num extenso documento, uma solução conciliatória imediatamente aceite por D. Pedro, que tinha o apoio geral, e estabelecia o condomínio da Rainha e de D. Pedro. Não agradou à Rainha, mas esta em presença da atitude do povo de Lisboa cedeu e as côrtes aprovaram a proposta de D. Henrique.

Contudo a intriga continuava impenitente e foi então que o conde de Barcelos conseguiu que a Rainha pedisse a D. Pedro a devolução do documento em que ela tomava o compromisso do casamento do Rei com a filha de D. Pedro, documento que êste imediatamente entregou.

A Rainha mostrou-se incapaz de satisfazer aos deveres que o seu cargo lhe incumbia, e o infante D. João, seu cunhado, manifestou a sua opinião contrária à continuação desta situação. O povo de Lisboa manifestou-se violentamente, e a Rainha deve ter reconhecido quanto era precária a sua situação. Contudo persistiu na luta contra D. Pedro e propôs que a regência passasse para o infante D. João, e que tivesse lugar o casamento do Rei com a filha dêste infante.

D. João com a mais elevada dignidade repeliu enèrgicamente estas insinuações que considerou insultuosas.

Relativamente à regência declarou: «Nunca Deus queira, nem quererá quanto aos filhos de D. João I que nas novidades em tanto amor e concordia se crearam, seja agora semeada tal sizania». Enquanto ao casamento, disse à Rainha: «De uma cousa sede bem certa, que com melhor vontade e menor sentimento meu, sofreria vel-a (a filha) em publica dissolução que Deus no queira, que casal-a de tal maneira».

Devendo reünir de novo as côrtes, e sabido que se manifestariam pela regência exclusiva do infante D. Pedro, a Rainha recusou-se a vir tomar parte nelas e pretendeu afastar o Rei, consentindo afinal em que êste assistisse, mas exigindo um compromisso escrito, com a declaração de que voltaria a ser-lhe entregue.

As côrtes resolveram efectivamente que a guarda do Estado ficasse a cargo sòmente de D. Pedro, e êste ainda propôs que a Rainha ocupasse parte da casa que êle habitava, para cuidar de El-Rei, testemunhando-lhe as maiores considerações. A Rainha, porém, entregou-se então completamente aos inimigos de D. Pedro, e praticou o ignóbil golpe de despedir-se, cêrca da meia noite, do Rei, criança de oito anos, convencendo-o, lavada em lágrimas, de que era perseguida por D. Pedro, e de miseráveis calúnias, pelo que partia para Castela, o que decerto não tencionava fazer, como se verificou.

REBELDIA DA RAINHA D. LEONOR

Embora fôsse manifesta a vóntade da nação em querer a regência de D. Pedro, a Rainha ambiciosa, desvairada e mal aconselhada, quis reagir contra as decisões das côrtes, e não quis sujeitar-se a tranqüilamente se ocupar da criação dos filhos em companhia do infante D. Pedro, sempre magnânimo e disposto a perdoar tôdas as injúrias.

Com esta desgraçada orientação a Rainha, tendo obtido o apoio do Prior do Hospital, acolheu-se ao Castelo do Crato e preparou-se para a guerra civil, tendo chegado a

mandar vir homens de Castela e provocado a vinda de embaixadas para reclamarem junto de D. Pedro a sua instalação como regente.

Nesta conjuntura D. Pedro seguiu para o Crato, mas aí a Rainha viu-se abandonada e ainda tentou promover a guerra civil, combinada com o Conde de Barcelos, o que obrigou o infante, então junto com o infante D. Henrique, a marchar com fôrças importantes para Trás-os--Montes.

Valeu nessa altura a intervenção do Conde de Ourém, que conseguiu a harmonia entre o Conde de Barcelos e o infante que, sempre generoso, fêz ao conde as possíveis concessões.

No entanto a Rainha, tenaz na sua campanha, ainda pretendeu promover a invasão de Portugal pelos irmãos infantes de Aragão. Mas nessa altura desapareceu a influência dêstes e a Rainha completamente abandonada em Portugal, e sem fôrças em Castela, recolheu-se a uma vida miserável em Toledo, onde morreu dentro em pouco, não faltando inimigos de D. Pedro a segredarem a D. Afonso v que tinha sido envenenada por ordem do infante que ainda estava disposto a aceder aos rogos que lhe tinham sido dirigidos pela Rainha para voltar para Portugal, como simples particular, e a fazer-lhe as concessões indispensáveis para aqui ter uma situação decente.

Em Espanha houve a opinião de que tinha sido mandada envenenar pelo Condestável D. Álvaro de Luna a quem ela muito tinha guerreado.

O Rei D. Afonso v ordenou mais tarde a trasladação dos restos mortais da Rainha sua mãe para Portugal, facto digno de ser desculpado, apesar dos crimes que esta tinha praticado.

É importante observar que a Rainha apesar de ser a principal responsável pela expedição a Tânger e dever lamentar o desastre que promovera, e o cativeiro do infante santo, sustentou cruelmente a opinião de não ser feita a transacção para que o infante fôsse libertado.

P. Chagas a pág. 122 da *História* já citada exprimiu a seguinte opinião:

«D. Leonor foi nas mãos de vis intrigantes, um instrumento com que introduziram a discordia no reino, e que a desprezaram depois, fazendo-a passar pelas mais deploraveis posições.»

MORTE DO INFANTE D. JOÃO

Várias vezes tem havido ocasião de fazer justiça às virtudes e nobre carácter dêste infante sobretudo exaltadas

D. João (segundo uma gravura que ilustra os *Retratos e elogios de varões e donas, etc.* Lisboa, MDCCCXVII)

pelo seu procedimento em frente das ignobis sugestões que lhe foram feitas por sua cunhada a Rainha D. Leonor.

Sòmente com cêrca de 42 anos, morreu esta notável personalidade, no fim do mês de Outubro de 1442, em Alcácer do Sal.

Dali foi transportado para o túmulo que lhe estava reservado no templo da Batalha ao lado de seus pais.

A sua morte foi profundamente sentida, e bem justificadamente, possuïdor como era o infante de excelsas virtudes e irredutível dignidade.

D. Pedro sentiu tanto a morte de D. João que se achou gravemente doente, e entre as demonstrações do seu pesar, sendo então regente, sobressai logo a nomeação para condestável, e mestre de S. Tiago, do filho do infante D. João, o qual morreu muito novo.

Das filhas de D. João, — D. Isabel que, diz Rui de Pina, «foi de virtudes de alma e perfeições de corpo em todo comprida», casou com El-Rei de Castela, D. João. — D. Beatriz casou com o infante D. Fernando irmão de D. Afonso v e foi mãe da Rainha D. Leonor mulher de D. João II, e de El-Rei D. Manuel, que sucedeu àquêle célebre monarca, que não deixou sucessão legítima. — D. Filipa, que morreu solteira, muito virtuosa.

A época em que viveu não permitiu a D. João manifestar as qualidades de coragem e patriotismo que possuía, mas afirmou as qualidades de homem sensato, arguto e prudente, as quais davam grande autoridade ao seu conselho.

MORTE DO INFANTE D. FERNANDO

É ocasião de dar notícia dêste infausto acontecimento ocorrido a 5 de Julho de 1443, quando o infante santo atingia 41 anos, tendo sofrido com resignação evangélica, durante 5 anos, os mais atrozes tormentos. Insistiu para não ser resgatado a trôco de Ceuta, solução que seus irmãos, D. Pedro e D. João, sempre sustentaram. Dizia «que o corpo já o tinha perdido de todo, e já via sôbre si aquilo que mais temia».

Como santo foi consagrado pelos próprios mouros, afirmando-se que no lugar em que se balouçou o seu corpo, segundo as ordens do seu carrasco, que proclamou dia de festa o dia do trespasse do infante, era grande a concor-

D. Fernando (segundo o quadro que se encontra no Mosteiro da Batalha)

rência de pessoas que ali vinham solicitar a sua intervenção junto de Deus, e afirmavam terem sido atendidos com milagres os seus rogos.

O carrasco Lazarague, morto D. Fernando, confessou que mandara espiar o prisioneiro repetidas vezes, e que sempre fôra encontrado entregue às suas orações, e que nunca o encontrara em mentira.

Os companheiros, tomados por cruciante dor, manifestaram o seu sentimento arrancando as barbas e cabelos, e macerando o rosto. Na ocasião do embalsamento guardaram as vísceras do santo, com profunda piedade e as trouxeram para Portugal, onde foram depositadas no lugar destinado aos seus despojos mortais. Êstes foram afinal colocados, ao fim de trinta anos, em 1473, quando teve lugar a conquista de Arzila, no túmulo que lhe fôra destinado, com grande solenidade.

A REGÊNCIA DO INFANTE D. PEDRO E O SEU CARÁCTER

Encarregado definitivamente da regência exerceu D. Pedro êste cargo com a sua elevada competência, até aos princípios do ano de 1446 em que D. Afonso v atingiu a idade de 14 anos, considerada na lei como suficiente para o herdeiro do trono assumir as rédeas do govêrno.

Deve-se a D. Pedro o importante serviço da compilação das leis do reino, impròpriamente chamadas «ordenações afonsinas».

Concedeu ao infante D. Henrique todo o auxílio possível para que êste pudesse dar realização ao seu grandioso projecto. Foi então que pela primeira vez foi construída a célebre embarcação denominada caravela, destinada a um grande sucesso, e apesar de mais tarde se ter tornado preciso recorrer a um tipo mais pesado, a caravela conservou ainda por muito tempo a sua importância.

É oportuno observar que o infante D. Pedro, ao mesmo tempo que sustentava a inoportunidade das conquistas em Marrocos, era partidário da realização ultramarina da emprêsa de seu irmão julgando, e bem, que desta acção poderiam resultar importantes vantagens tanto para Portugal como para a humanidade em geral, sem serem precisos os sacrifícios exigidos pelas conquistas em Marrocos, região já ocupada por uma população avançada e aguerrida. Bastaria Ceuta para servir de base naval.

A pág. 220 da *História* já citada, diz Pinheiro Chagas:

«Foi como de costume o infante D. Pedro confidente das tenções de seu irmão, e não se esqueceu de auxiliá-las. Quando em 1416 (?) saiu do reino, é natural que D. Henrique não se esquecesse de lhe recomendar que coligisse o maior número de notícias que pudesse sôbre o objecto que o interessava.»

Já foi feita referência à maneira como D. Pedro se desempenhou desta missão, e é seguro que muito terá auxiliado a realização dos projectos de D. Henrique.

Tratando da figura e virtudes do infante D. Pedro escreve Rui de Pina a pág. 110 do segundo volume da crónica já citada, depois de ter observado que era alto, elegante, rosto comprido, barba tôda, cabelos ruivos, olhos azuis contemplativos, génio fleumático:

«O Infante D. Pedro por certo foi um singular Principe, dino de louvor entre os bons e louvados Principes que no mundo em seu tempo houve, homem de grande corpo, e de seus membros em todo bem proporcionado, e de poucas carnes; tem o rosto comprido, nariz grosso, olhos um pouco moles, os cabellos da cabeça crespos, e os da barba algum tanto ruivos como ingrez, seu andar a pé era vagoroso e com grande repouso, suas palavras eram graciosas, com doce orgão de dizer, e nas sentenças mui graves e sustanciaes.

«De moço até a idade de cincoenta e sete annos, em que acabou, sempre foi muito catolico temente a Deus, e de grande oração, e fez muitas esmolas. Sempre se recusou a dar a mão a beijar.

«Na quaresma com as roupas que de dia trazia, com essas de noite se lançava sempre vestido sobre palha.

«Foi Principe de grande conselho, prudente, e de viva memoria, e foi bem latinado e assaz mistico em sciencias e doutrinas de letras, e dado muito ao estudo; elle tirou de latim em linguagem o *regimento de Principes*, que Frei Gil Correado compoz, e assi tirou o livro dos *Officios de Tullio*, e *Vegecio de Re Militari*. Compoz o livro que se diz da

Virtuosa Bemfeitoria. E foi muito justo do que lhe veio sempre avorrecer os máos e fazer bem aos bons».

Para serem apreciadas as suas elevadas qualidades morais e profundos sentimentos religiosos bastará transcrever um parágrafo do cap. XXI do seu tratado de *A Virtuosa Bemfeitoria:*

«Portanto se nom quizermos em este feyto cayr em erros trabalharemos de ser semelhantes a Deos que faz nacer o Sol sobre os pecadores, e aos rroubadores nom nega o mar; e perseuera em fazer bem aos desagradecidos. E nom embargante que alguñs delle presumam maldade, dizendo que nom tem cuydado do mundo; e outros braadem que nom ha delles lembrança; mas exalçando os que nom merecem dessemparo os que uiuem melhor. Peso com todo esto, elle tem costume de boo gerador, o qual toma syso das palavras neycias que dizem os seus pequenos filhos, e nom cessando de aparger e dar benefficios aos que douydam se os elle outorgará, usa tam soomente de huñ soopoderyo, o qual he aproveytar a todos sem merecimento, e em todollas gentes faz dastribuyçom per su graadeza».

O tratado de *A Virtuosa Bemfeitoria* é dividido em seis livros: No primeiro é definida a virtude. No segundo trata da maneira como o benefício deve ser dado. No terceiro trata da maneira como a virtuosa bemfeitoria deve ser sugerida. O quarto livro ensina como o benefício deve ser recebido. No livro quinto ensina o que é o agradecimento e como deve ser feito. O livro sexto explica como as bemfeitorias podem ser perdidas.

TRABALHOS LITERÁRIOS DO INFANTE D. PEDRO

Todos os filhos de D. João I foram intelectuais. Já se fêz referência às obras publicadas por D. Duarte. D. Pedro alargou-se mais em profundos estudos literários aproveitando os seus conhecimentos das línguas antigas, especialmente do latim. Traduziu o *De Officiis* de Cícero e o *De re*

militari de Vegécio, o *De regimine principum* de Gilles de Colonna, manual de grande proveito para o estudo das sociedades modernas, escrito para a educação de Filipe-o-belo. Deu linguagem acessível à obra de Marco Polo, a qual lhe foi oferecida pela Senhoria de Veneza, de particular interêsse para o infante D. Henrique.

Teve íntima correspondência com João de Mena, nessa época figura suprema dos poetas castelhanos, e foi autor de composições poéticas. No cancioneiro geral de Garcia de Resende encontram-se três trovas do Infante e um poema que lhe é atribuído, e tem como título: «Do infante Dom Pedro, *fylho del El rrey dom Joam de gloriosa memoria, sobre o menos preço das cousas do mundo*, em linguagem castelhana, as quaes tem proza».

Nas *Horas de confissão* exprime o infante os seus sentimentos místicos.

Tôda a sua obra é de grande alcance moral e social e acentua as sublimes qualidades de que D. Pedro deu prova na sua desgraça, que não foi menos aflitiva do que a do infante santo, com a agravante de que neste caso os carrascos eram portugueses e pertenciam à sua família.

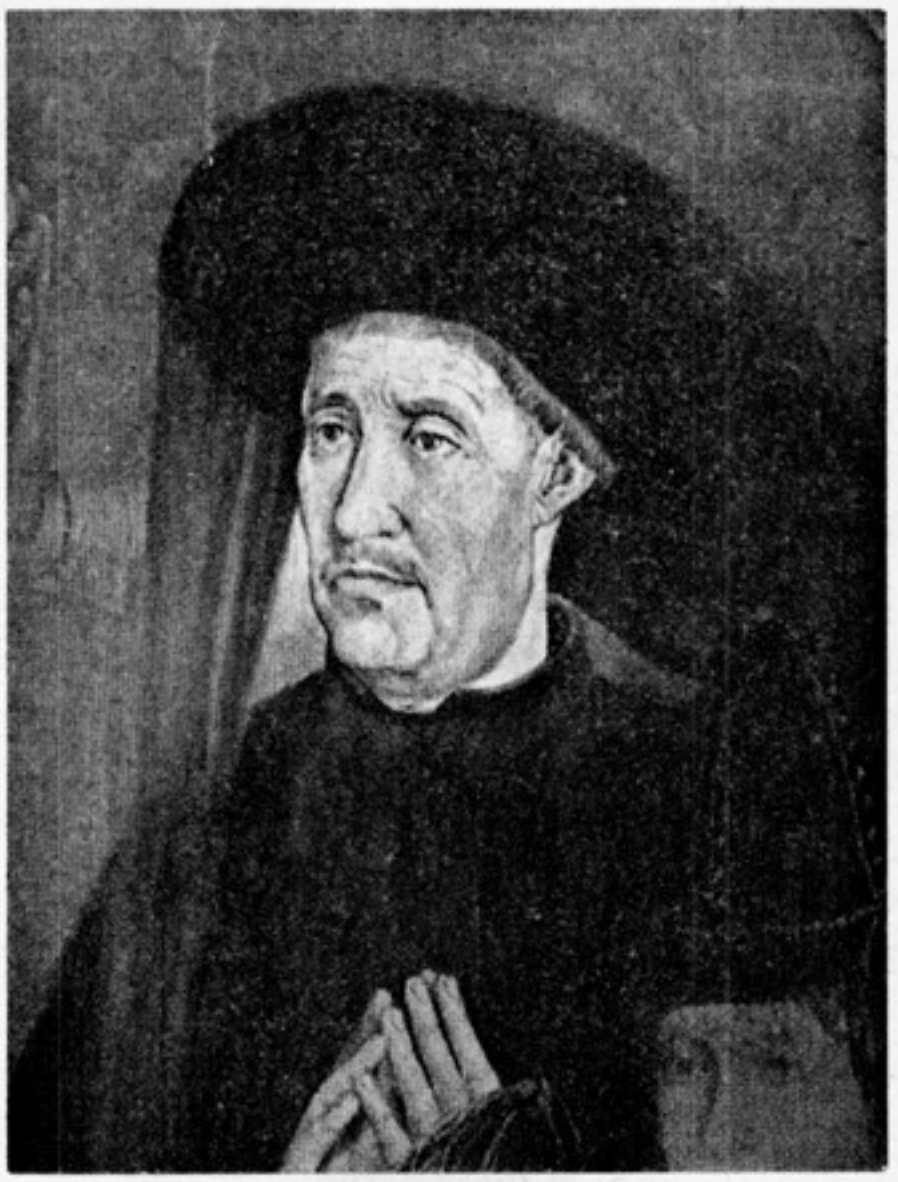
CONTINUAÇÃO DA NOTÍCIA DOS NOTÁVEIS RESULTADOS OBTIDOS PELAS EXPEDIÇÕES DIRIGIDAS PELO INFANTE D. HENRIQUE

Conforme já observei, a admirável emprêsa do infante D. Henrique alargou-se em todos os sentidos. Reconheceu a terra considerada até então um enígma indecifrável: trouxe ao convívio da civilização inúmeras populações que se encontravam mergulhadas em densas trevas, incutiu-lhes sãs idéias religiosas bebidas na sagrada doutrina de Jesus Cristo; e patenteou e desenvolveu preciosas riquezas, que a Europa muito apreciou.

Neste quarto período, cêrca de 1445, já existiam na Ilha da Madeira quatro povoações importantes, — Machico, Santa-Cruz, Funchal e Câmara de Lobos, com cêrca de mil

habitantes. A cana de açúcar e a vinha prosperavam e forneciam em abundância preciosos produtos aos quais vinham juntar-se muitos outros, entre êles valiosas essências florestais.

Mas o importante para o pensamento investigador do infante D. Henrique era a navegação para o sul, ultrapas-



D Henrique (segundo o retrato dos painéis de Nuno Gonçalves actualmente no Museu Nacional de Arte Antiga)

sada já no período anterior, por Gil Eanes, a porta mágica do Cabo Bojador, e tendo Baldaia chegado em 1436 à Angra dos Cavalos.

Agora a marcha triunfal para o sul prosseguia incessantemente, e em 1440 terá chegado Dinis Fernandes até à

foz do rio Senegal. O papa Eugénio IV, atendendo às solicitações do infante, concedeu à coroa portuguesa as terras que fôssem descobertas, e determinou que os seus rendimentos eclesiásticos fôssem repartidos com a Ordem de Cristo, da qual D. Henrique era grão-mestre.

Estas concessões foram confirmadas por bulas de Nicolau V.

Pela sua parte o Rei de Portugal doou a D. Henrique a quinta parte de todos os produtos trazidos ao reino das regiões agora descobertas, às quais só poderiam ir navios armados com permissão do infante.

Tendo-se chegado a uma época de importante exploração de produtos ultramarinos formou-se em Lagos uma companhia que teve como iniciadores Lançarote, Gil Eanes, Estêvão Afonso, Rodrigo Álvares, João Bernardes e João Dias. Êstes indivíduos constituíam uma esquadra, comandando cada um dêles uma caravela.

Foi então criado o lamentável tráfico dos escravos, que só no século passado terminou, com glória para Portugal, e especialmente para o homem que mais lutou nesse sentido, o Marquês de Sá da Bandeira.

Em 1445 Antão Gonçalves, Gomes Pires e Diogo Afonso chegaram ao Rio do Ouro, e Dinis Dias seguiu até Cabo Verde.

A 10 de Agôsto de 1447 partiu de Lagos uma expedição já numerosa, de 14 caravelas, à qual pouco depois se juntaram mais 12. Entrava se no aproveitamento prático da obra científica do infante, que, diga-se de passagem, também utilizava a sua parte na divisão dos escravos. Espírito extraordinàriamente superior para emprêsas de grande envergadura, como aquela que delineara, mas bem diverso do delicado quilate de D. Pedro.

Na Ilha de Aguim foi construído um forte em 1448 para defesa de uma feitoria. Foram destronadas as idéias antigas e entrou-se na construção de um mundo novo, com materiais até então desconhecidos.

CHEGADO À IDADE DE 14 ANOS D. AFONSO V TOMA A DIRECÇÃO DO GOVÊRNO

Como no acto da posse tenham sido pronunciadas sensatas considerações, entre elas um notável discurso do Dr. Mangancha, D. Afonso v compenetrado de ainda se encontrar muito novo para arcar com as graves responsabilidades da administração do reino, solicitou do infante D. Pedro que o não abandonasse, e as côrtes informadas dos desejos do Rei acordaram em que D. Pedro continuasse a exercer a regência, alvitre que teve geral aplauso, tão notável tinha sido a administração do regente, que se dispôs a aceitar sem entusiasmo, mas para cumprir um dever.

Porém desde êsse momento os inimigos de D. Pedro intensificaram o seu ataque e fácil lhes foi conseguir que D. Afonso v modificasse a sua resolução. Primeiro ainda foi resolvido que D. Pedro abandonasse a regência no dia do casamento do Rei com a infanta D. Isabel filha de D. Pedro, cerimónia que devia ter lugar quando atingisse 15 anos. Mas as agulhas ferrugentas não descansaram e conseguiram que D. Afonso v exigisse imediatamente a plena posse do govêrno.

A intriga junto do Rei, na qual eram figuras marcantes o arcebispo de Lisboa, o Conde de Ourém, e um adventício sr. Berredo, conseguiu convencê-lo da *ignóbil calúnia* de que D. Pedro pretendia apoderar-se da coroa. As calúnias abrangiam também o próprio infante D. Henrique, suspeito de dificultar os manejos terroristas atentas as suas estreitas ligações com D. Pedro.

Nestas circunstâncias, com o seu espírito tarado e dotado de más qualidades herdadas de sua mãe, o ódio do Rei contra D. Pedro lançou raízes profundas.

Conhecedor da infame maquinação urdida contra o infante D. Pedro, D. Henrique, é certo superiormente preocupado com a realização do seu famoso plano, ainda

desceu do Olimpo de Sagres com o fim de sustar a onda de perversidade que ameaçava praticar um hediondo crime.

Pela sua parte, D. Pedro, sabendo que se tinha conseguido do Rei ser afastado da côrte, adiantou-se a solicitar autorização para seguir para as suas propriedades em Coimbra. Rui de Pina, na sua obra, citada já, conta que D. Pedro se dirigiu a El-Rei nos seguintes têrmos:

«Senhor, des anos ha que n'este cargo e que vós e vosso reino me destinou deu como melhor pude e soube, nos quais minhas terras por minha ausencia receberam de mim pequeno reparo, como todos sabem, e minha fazenda padeceu grande perda; porem tudo hei por bem empregado, pois tudo redundou em vossa perfeita oração e mui inteiro serviço. Agora pois vos deos chegar a tal edade, e deu tal siso, entender e disposição para sem outra ajuda regerdes por vós vossos reinos ainda que fossem maiores, peço-vos por mercê que me deis licença para ir prover o meu, que de mim já tem grande necessidade, e quando nas cousas graves e pesadas, que em vosso reino e a vosso serviço occorrerem minha presença fôr necessaria, mandae-me chamar, e prazendo a Deos vós n'isso e em todo conhecereis que sobre todos vossos vassalos e servidores eu vos amo e vos sou o mais obdiente e leal.»

O Rei outorgou a licença com palavras que pareciam de muito agradecimento e amor e lhe passou quitação de todo o tempo que por elle regera seus reinos, disposição que os inimigos de D. Pedro quiseram logo contrariar.

O infante partiu para Coimbra no fim do mês de Julho, e desde então mais activa se tornou junto de El-Rei a campanha que lhe era feita, encontrando-se em destaque o Conde de Ourém, o arcebispo de Lisboa, o Conde D. Sancho e outros que inventavam as mais indignas calúnias.

Foram despedidos todos os serventuários do tempo do infante.

Os criados da Rainha D. Leonor agruparam-se com os inimigos do infante para inventarem contra êle as mais torpes calúnias.

Conhecedor da campanha de que era vítima D. Pedro, veio o infante D. Henrique do Algarve para defender a vida e honra do infante seu irmão. Mas mesmo êle se encontrava alvejado pelas infames calúnias dos inimigos de D. Pedro, e preocupado com o seu grandioso projecto, o estudo da Terra, viu-se impossibilitado de actuar como quereria, e obrigado a afastar-se, o que motivou a acusação de ter abandonado o irmão.

Esta acusação deve ser afastada, conhecido o empenho de D. Henrique em realizar a admirável emprêsa que tinha delineado, o receio de encontrar nesse sentido dificuldades insuperáveis, e confiar em que não tivesse lugar o trágico desenlace com que terminou a campanha contra D. Pedro. Mas certamente êste facto muito terá contribuído para lhe amargurar a existência. Os seus sentimentos são atestados pela atitude que teve quando enfim D. Pedro foi sepultado ao lado de seus pais.

Em defesa do infante veio também de Ceuta o Conde de Avranches, D. Álvaro Vaz de Almada, figura nobilíssima que neste desgraçado episódio demonstrou as suas inexcedíveis qualidades de dignidade e dedicação a D. Pedro.

Os inimigos do infante pretenderam conseguir que êle se afastasse atraiçoando-o. Mas entre outras considerações, D. Álvaro disse-lhes, segundo conta Rui de Pina: «Sabei certo que em defender minha honra, e empreza d'aquelle Senhor, eu me mostrarei hoje dino de ser confrade de Santa Jarrotêa que recebi, e espero em Deus que sem ociosidade de minhas maõs, os que me quizerem visitar antes seja na sepultura que nos carceres nem cadeas».

No conselho que teve lugar em seguida, presidido por El-Rei, apareceu o Conde de Avranches que, com tôda a coragem e autoridade, falou sôbre a campanha que era feita contra o infante.

Conforme conta Rui de Pina «aprovando sua bondade e lealdade por termos, e com rasaõ a todos taõ manifestas, que se não podiam contrariar; concluindo que quaesquer pessoas de qualquer estado e condiçaõ que fossem que do

contrario tinham informado a El-Rei, eram com reverença e acatamento de sua real pessoa, a Deus e a elle e ao mundo maos e tredores, e que com licença e consentimento de sua Senhoria os combateria por armas, e em campo a tres d'elles os melhores juntamente».

Então, com receio da influência do Conde, os inimigos do infante levaram El-Rei para Sintra.

É importante observar a grande influência que teve nos acontecimentos o facto de D. Pedro ter recusado o cargo de condestável ao Conde de Ourém que argumentava em seu favor com o facto do lugar de condestável ter sido exercido por seu avô D. Nuno Álvares Pereira, e não querer atender a que depois tinha passado para o infante D. João e em seguida para o filho dêste, que morreu precocemente. Então o infante D. Pedro passou aquêle cargo para seu filho D. Pedro, o mais velho, mas observou ao Conde que modificaria a sua resolução se algum documento demonstrasse a legitimidade da reclamação.

Referindo-se a êste acontecimento escreveu Rui de Pina:

«E emfim o conde de Ourem naõ mostrou o que por ventura naõ tinha; porem tamanho descontentamento e agravo mostrou que do infante por isso recebia, que nunca depois quiz vir á sua casa, e menos á corte de El-Rei emquanto elle regeu, e este odio do conde de Ourem foi a causa principal da morte e destruiçaõ do Infante D. Pedro».

No entanto, sempre confiante e generoso, D. Pedro promoveu o Conde de Barcelos a duque de Bragança, ficando assim equiparado aos filhos legítimos de D. João I, porquanto as categorias de duque foram criadas por êste Rei e concedidas exclusivamente aos infantes mais velhos a seguir ao futuro Rei D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, o primeiro com a designação de duque de Coimbra e o segundo de duque de Viseu.

Em defesa de D. Pedro veio de Ceuta o Conde de Arraiolos, mas o Conde de Ourém não hesitou em levantar suspeitas no ânimo do Rei contra o irmão, e para êste ser

obrigado a retirar-se para Ceuta foi propalado que esta cidade estava ameaçada pelos mouros.

Vem a propósito publicar aqui uma carta encontrada na biblioteca real de Paris por Ferdinand Denis, escrita por D. Pedro, a 30 de Dezembro de 1448, ao Conde de Arraiolos, que sempre demonstrou elevados sentimentos.

«Segundo pois, meu Sobrinho muito amado, a que mas fim tudo isto ma conduzia, tentei por diferentes vezes enviar a el-rei meu senhor, mensageiros munidos de tudo quanto podia acredital-os, expedindo-lhe cartas em que lhe explicava largamente para tudo o que eu tinha feito em serviço de Deus, para seu bem proprio, e para descanço do reino, protestando do que lhe diziam contra mim, perante Deus, perante o mundo, tanto quanto eu podia fazer; pedindo-lhe por favor lhe aprouvesse apaziguar o seu espirito e proceder consigo e com os meus como exigia a rasaõ, repetindo-lhe que era seu leal servidor, e que ninguem havia que o amasse taõ verdadeiramente como eu, nem que o servisse taõ grandemente e taõ lealmente.

«Amadissimo e presadissimo sobrinho para tudo esclarecer, para mais me justificar aos olhos de el-rei meu senhor, sabei que elle me escreveu com o seu proprio punho pelo meu confessor que, se eu quizesse fazer concessaõ iria tudo segundo os meus desejos, mandei-lhe pedir por favor que declarasse o que queria, para eu logo executar; as coisas de que desejava que eu me abstivesse, para eu d'ellas me abster; e que tudo quanto um homem da minha gerarchia pudesse fazer que o faria.

«Nem uma palavra se me respondeu; o que vos peço especialmente é que façaes com que o dito senhor rei me envie a resposta».

No entanto o Rei já atacava directamente o infante. Proïbiu os fidalgos de o visitarem; indemnizou os criados da Rainha D. Leonor; expediu ordens para ser preparada a guerra; acusou D. Pedro de fazer preparativos bélicos, facto que o infante fàcilmente demonstrou ser falso a Diogo da Silveira, enviado pelo Rei a Coimbra; retirou a alcaidaria

de Lisboa a D. Álvaro Vaz de Almada, a regedoria da justiça na casa cível a Aires Gomes da Silva, e a regedoria da fazenda a Luís de Azevedo. Enfim, passou a perseguir sistemàticamente todos os indivíduos suspeitos de simpatizarem com o infante.

No entanto D. Pedro conserva-se tranqüilo e resignado. Observa Pinheiro Chagas a pág. 365: «D. Pedro possuía esta melancolia resignada que o levava a cruzar os braços, e a contemplar com um sorriso amargo e triste as miserias e torpezas do mundo que se agitavam em volta d'elle.»

Enfim a luta rebentou violenta quando o duque de Bragança, elevado a esta categoria pelo espírito generoso de D. Pedro, pretendeu atravessar os domínios do Infante com aparato bélico: trazia consigo 1600 lanças. El-Rei suprimiu a D. Pedro tôdas as tenças e rendas, e ordenou-lhe que deixasse passar o duque. D. Pedro resistiu e D. Henrique chamado por D. Pedro foi encontrar-se com o rei em Santarém.

A Rainha, desolada, mas obrigada em frente de inimigos capazes de cometerem os mais negros crimes, a conservar-se a bem dizer inerte, (já notei que morreu afinal amargurada com 23 anos de idade) escreveu a D. Pedro a comunicar-lhe que no Conselho presidido por El-Rei fôra decidido que seu Pai fôsse punido com prisão perpétua, ou destêrro perpétuo, ou com a *morte*, e que no dia 5 de Maio de 1449 partiria El-Rei, com consideráveis fôrças, para executar a sentença.

Sem dúvida o Rei devia ter a certeza de que o nobre carácter de D. Pedro só poderia aceitar a morte. Foi o que sucedeu, e assim o infante afirmou as suas virtudes e teve uma morte gloriosíssima compartilhada pelo seu fiel amigo conde de Avranches, que procedeu por forma tal que não há elogios bastantes para o celebrar.

A Rainha ainda se lançou aos pés do Rei, que chegou a conceder que não lhe puniria o pai se êste lhe pedisse perdão das suas desobediências. D. Pedro escreveu ao Rei, mas em carta à filha disse que escrevera aquela carta para

comprazer com os seus desejos. Então o Rei, que lia tôda a correspondência da Rainha, e não devia ter ficado surpreendido com aquela declaração, voltou aos seus maus sentimentos.

D. Pedro reüniu o seu Conselho; mostrou-se contrário a aceitar as fórmulas da prisão ou do exílio, e que portanto a morte era o seu único recurso. Nestas condições pediria a El-Rei que o deixasse combater com os seus inimigos para provar que todos êles eram desleais e caluniadores.

D. Álvaro de Almada foi de opinião que «Antes morrer grande e honrado do que viver pequeno e desonrado. E quando El-Rei o não quizesse atender e viesse sobre elle que, defendendo-se, morressem no campo como bons homens e leaes cavalleiros.»

Foi a opinião adoptada por D. Pedro, e então D. Pedro e D. Álvaro juraram não sobreviver um ao outro e comungaram juntos.

Os inimigos de D. Pedro puderam gosar a miserável glória de terem preparado ardilosamente o terreno em que o Rei deveria escorregar para nunca mais poder libertar-se da negra nódoa com que se cobriu. A devassa fidalgaria que, para devorar as migalhas que escasseavam ao povo, não exitava em sacrificar as personalidades mais nobres do seu país, e muitas decerto existiam, pôde tripudiar sôbre os seus feitos e gozar ainda por algum tempo dos seus vergonhosos triunfos, afinal terminados com a enérgica atitude de El-Rei D. João II, o príncipe perfeito, que dizia ter-lhe seu pai deixado sòmente as estradas, e que foi obrigado, para restabelecer a ordem, a actos violentos como levar em Évora ao cadafalso, depois de julgado, o duque de Bragança, neto do Duque que tão lamentável papel representou contra D. Pedro, e a matar pessoalmente o duque de Viseu para se livrar de êle próprio ser morto.

OS ASSASSINATOS DE ALFARROBEIRA

A 5 de Maio de 1449 saíu D. Pedro de Coimbra à testa de 6.000 homens mal armados. D. Afonso v tinha junto de si 30.000!

Para dar uma concisa e rigorosa notícia do nefando assassinato do glorioso infante D. Pedro, praticado em Alfarrobeira, da responsabilidade de D. Afonso v, falto de qualidades para governar e dominado pelas criminosas ambições dos seus insaciáveis cortesãos, pela recordação das sugestões desvairadas e iníquas da Rainha sua Mãe contra D. Pedro, transcreverei em têrmos vulgares a descrição feita no século XVI pelo Cónego Pedro Álvares Nogueira, cuidadosamente publicada no «Livro das Vidas dos Bispos da Sé de Coimbra», daquele autor, pelo ilustre historiador dr. Rocha Madail, a páginas 158.

«Porque pouco depois d'isto (concessão de um subsídio para estudos em Coimbra) se começaram grandes desavenças entre o infante (D. Pedro) e El-Rei seu sobrinho e genro, casado com dona Isabel sua filha, porque como D. Afonso, conde de Barcelos, contrariasse sempre o governo do infante, e o Conde de Ourem seu filho estivesse muito sentido por não lhe ser dado o officio de Condestavel, que vagou por morte do infante D. João, e por lhe negar a villa de Guimarães, que pretendia, por entender ser cousa muito prejudicial à corôa do Reino, determinaram por si e por outros que para este efeito buscaram indispol-o com El-Rei, o que fizeram, e por tal modo que ao infante conveio sair da Corte e vir para esta cidade (Coimbra); pelo que seus inimigos ficaram fazendo seu negócio como desejavam, e tantas cousas e falsidades disseram a El-Rei que este lhe cobrou um odio mortal, e publicou-o como desleal e desobediente, e para o destruir ou desterrar determinou cercal-o n'esta cidade de Coimbra, buscando alguns achaques para corar esta sua determinação. Mas o infante como era animoso e sabia quanto tinha servido a El-Rei, e que mais por

indusimento de homens maos que por sua natural inclinação procedia assim rigorosamente contra elle, ajuntou a sua gente, não para lhe fazer guerra, senão para que mais seguramente fôsse ouvido com seus inimigos. E para lhe mostrar quanto mais merecia assignaladas mercês pelos grandes serviços que tinha feito que levantar armas contra elle como desobediente e desleal que nunca fôra. E ainda que Pedro de Ataide, deão d'esta Sé e outros muitos fidalgos do seu conselho diziam que era melhor e mais seguro aguardar o cerco à cidade por ser muito forte e estar muito bem abastecida, porque o tempo mostraria alguma maneira de concordia, do que arriscar a sua pessoa à aventura de uma batalha, o infante quiz seguir o parecer do Conde de Avranches, o qual foi irem ao encontro d'El-Rei a Santarem onde estava, porque lhe pareceu não convir à sua honra esperar o cerco, mas sim pelejar no campo como esforçado cavalleiro, quando lhe fosse necessario.

Com esta determinação se partiu para Santarém, levando em sua companhia mil homens de cavalo, cinco mil de pá, do que fêz dois esquadrões, um dos quais deu a D. Jaime seu filho, que depois foi cardeal, e tomou o outro para si. Cada um levava sua bandeira com umas letras que de um lado diziam *Lealdade* e do outro *Justiça e vingança*. Antes de abalar da cidade fêz uma fala aos seus na qual lhe declarou que era leal servidor de El-Rei seu senhor, os serviços que lhe tinha feito, e que só pretendia mostrar-lhe com razões esta verdade, e como os seus inimigos o tinham falsamente caluniado. Recomendou que não fizessem males nem agravos a ninguem porque não iam por terra de inimigos mas sim de amigos e vassalos de El-Rei seu senhor. Assim partiu em muito boa ordem de guerra até chegar a Rio Maior, cinco léguas de Santarém, onde esteve três dias e teve conselho com os fidalgos que o acompanhavam, sôbre o que deviam fazer: se mandaria pedir a El-Rei para se descarregar diante dêle das culpas que lhe imputavam, e mostrar a sua inocência; ou se seguiriam seu caminho até Lisboa. Por todos foi resolvido que nenhuma destas

cousas devia ser feita. Porquanto confiar em El-Rei era muito perigoso pois êste se aconselhava com os seus inimigos que por tôdas as formas lhe procuravam a morte, e aproveitariam a ocasião, e que ir mais a diante também não era acertado porque se El-Rei o chamasse como vassalo seu que era, e não fôsse nem obedecesse logo como leal servidor, caïria em crime de rebelião, com o que os achaques passados, de não ter obedecido algumas vezes a seus mandados ficavam confirmados por grande culpa de desobediência e muito mais justificada a acusação dos seus inimigos, e que não podia esperar-se bom acolhimento em Lisboa porque tinha passado o tempo em que lhe tinham querido levantar estátuas e encontraria ali muitos inimigos que lhe provocariam a morte, e poucos ou nenhuns amigos que lhe quisessem salvar a vida. E visto que estivera em Rio Maior três dias sem que ninguém lhe resistisse ou saísse ao encontro voltasse para Coimbra com a honra de ter percorrido o campo tanto à vista dos seus inimigos sem uma contradição.

Era êste e verdadeiro e acertado conselho que o infante atenderia se não estivesse enfastiado da vida que buscara ocasião para a perder com honra. E assim lhes disse que não tornaria para traz e iria a caminho de Lisboa até Loures, e dali voltaria por Tôrres Vedras e Óbidos até Coimbra. Assim partiu até chegar a Alcoentre; daí seguiu para a Castanheira, onde se demorou alguns dias sempre seguido pelos contrários.

Quando o infante chegou a Rio Maior El-Rei ainda não tinha a fôrça precisa, e a mandou juntar apressadamente, e reüniu um poderoso exército de muita e lusida cavalaria, e gente de pé com a qual foi em seu seguimento, e o alcançou junto de um ribeiro chamado Alfarrobeira. Ali foi cercado, e foram lançados grandes pregões anunciando que era dada ordem a tôdas as pessoas para abandonarem o infante sob graves penas. Mas os que tinham ficado com o infante eram tão valorosos que não duvidaram perder a vida, e alguns que estavam com El-Rei foram fazer-lhe

companhia reconhecendo que nenhuma razão havia para esta perseguição.

Nestas condições os archeiros e espingardeiros de El-Rei que estavam em um cabeço alto feriram muitos homens do infante, pelo que o infante mandou assestar algumas peças de artilharia contra êles. Mas um bombardeiro pouco destro disparou um pelouro que foi cair junto da tenda de El-Rei, com o que todo o campo se alvoroçou gritando que El-Rei estava morto. E então sem mais ordens houve uma arremetida geral contra o arraial do infante dizendo-se que queriam vingar o seu rei morto. A gente do infante começou a enfraquecer e fugir e êle, descendo do cavalo em que andava, acompanhado de alguns fidalgos que pelejavam valorosamente, acudiu a tôdas as partes, matando muitos com grande esfôrço e valor, mas então lhe atiraram uma seta que lhe atravessou o coração e logo caíu morto. Esta notícia correu logo para o Conde de Avranches, que tendo feito a promessa de morrer com o infante foi ao mais forte da luta, e depois de muito cansado se deixou cair no chão e ali foi feito em pedaços.

«O bispo de Coimbra logo que soube que o infante tinha sido ferido acudiu para o confessar, mas já chegou quando espirava. E como a gente do infante se viu sem capitão, e que cresciam as fôrças do Rei desampararam o arraial e fugiram. D'esta maneira acabou o infante D. Pedro merecedor d'outras satisfações pelos serviços que fez a este Reino no tempo em que governou e por isso parecia digno de outro melhor e mais descançado fim».

Assim terminou, a 20 de Maio de 1449, a vida amargurada de D. Pedro e do valoroso cavaleiro D. Álvaro Vaz de Almada, que tendo notícia da morte do seu companheiro de armas continuou combatendo, mas quando as fôrças lhe faltaram estendeu-se no chão e deixou que lhe atravessassem o corpo com as espadas, exclamando: — *Ora fartar rapazes, ora fartar vilanagem.*

CONSIDERAÇÕES DE ALGUNS ESCRITORES SÔBRE OS ASSASSINATOS DE ALFARROBEIRA

Alexandre Herculano, no *Panorama*, a pág. 43 do vol. II da primeira série, escreveu:

«Assim acabaram, n'um dia, o homem mais sabio e virtuoso da Hespanha, e o mais esforçado cavalleiro que n'aquelles tempos havia.»

Também Rebêlo da Silva, no *Arquivo Pitoresco*, a pág. 381 do vol. V, censura D. Afonso V.

Das fôrças do infante morreram ali, entre outros — João Mascarenhas, alferes de infantaria, Luís Gomes de Sá que levava a bandeira de D. Jaime (filho de D. Pedro), seu irmão Diogo Peixoto, Rodrigo de Anelos, e sir William Arnold, cavaleiro inglês, que fôra mordomo mor de D. Filipa de Lencastre.

A pag. 390 da *História de Portugal* comenta Pinheiro Chagas:

«Tal foi esta desastrosa batalha de Alfarrobeira (que não foi mais do que uma verdadeira *échafourade)* de que só vergonha resultou para D. Affonso V, mas que os seus cortezãos lhe persuadiam a ser mais gloriosa do que a de Pharsalia on de Canas.»

Também sugestionaram o Rei, que fàcilmente se convenceu, de «Que em tôdas as batalhas era costume estarem três dias insepultos os cadáveres dos vencidos. E de facto três dias ficou jazendo o cadáver de D. Pedro exposto aos insultos da plebe.»

A pág. 71 escreveu: «Erudito como D. Henrique, virtuoso como D. Fernando, vítima como este de ruins paixões, a nobre figura de D. Pedro avulta como uma das mais notáveis e simpáticas da nossa história.»

Os 17 anos de idade do Rei não atenuam a monstruosidade do seu procedimento, e só agravam a dos seus cortesãos, anciosos por se vingarem da honesta administração de D. Pedro e delapidarem a riqueza do país. O Duque de

Bragança, pretendia Guimarães e o Pôrto. Sòmente conseguiu Guimarães porque a atitude enérgica dos habitantes do Pôrto não consentiu mais êste ataque à fazenda pública.

Os inimigos do Duque ainda vasculharam os seus papéis, mas nada encontraram que o comprometesse. A Rainha, desolada, viu-se obrigada a um pesado constrangimento para evitar um divórcio que os seus inimigos aconselhavam.

Na crónica de D. Afonso v, Rui de Pina, após a notícia da morte de D. Pedro, todo insuspeito nas suas apreciações, escreveu as seguintes momoráveis considerações:

«Lembrando-vos quem foi este excellente D. Pedro, e agora vermo-lo jazer onde jaz; porque sendo Princepe de tamanho estado, virtudes e grandeza, e dotado de muitas mais bondades e virtudes, agora já não sómente vimos que o desconheces, mas ainda na propria patria em que nasceu e que honrou lhe denegas uma pouca de terra em que o metam, e um pedaço de pano grosseiro com que o cubram.»

«E tu fortuna imiga da razão e piedade, com tua crueza assi o executaste; porque logo viu o triste Infante sahir-se em Coimbra dos paços em que vivia, e sem algum resguardo de sua honra e estado, com medo da morte duvidosa, anda-la procurando certa pelas casas pobres e alheias, de maneira que fugindo crueza, parecia que a pedia avorrecendo piedade: vimos de seus filhos, logo preso aparelhado para o castello, e D. Pedro o maior fugido e desterrado em Castella, pedinde esmolas a quem já fizera mercê, e outros por escapar suas vidas vimos ir escondidos e mudados por terras estranhas, encobrindo com habitos e sinais da pobreza suas mui nobres pessoas; vimos logo seus amigos, criados, e servidores, uns mortos e outros presos e desterrados, e todos de suas honras, favores, officios, beneficios, rendas e potrimonios sem alguma misericordia de todos privados.»

«Ó duque de Bragança e conde de Ourem vosso filho; porque contra o Infante D. Pedro quiseste ser, e fostes principaes moradores e sós capitães d'esta feia e dolorosa empreza?»

«Não foi certamente por hereje nem mao christão; porque suas obras o aprovavam por mui catholico e amigo de Deus. Nem seria por injusto nem incorrecto nas cousas da justiça, pois n'ella sua balança sem odio nem affeição foi sempre mui egual e direito. Nem prodigo e destruidor do thesouro e fazenda real, pois aproveitou e governou sempre com singular provisão e muita temperança. Nem seria por ser de fraco coração e não desposto para defensão dos reinos que regeu pois sabeis com quanto esforço deligencia e ousadia sempre os defendeu, procurando-lhe sempre paz e justiça e nunca guerra nem torvação, pois certamente menor devera ser por desleal, *ou por se sentir n'elle como tyranno alguma vituperada cobiça e damnado desejo para reinar,* segundo ao novo rei e a seu povo, para sua maior inclinação fizeste entender, pois a todos foi notorio que não se encontrou contra elle culpa, ... mas ainda está claro que durar a vida d'El-Rei tanto tempo em seu poder, e procura-la sempre com tanto amor e cuidado juntamente com sua mui real e perfeita creação o relevam contra si de semelhantes maginações, e de todo o alimpam d'esta errada suspeita, cá por suas muitas virtudes e grande lealdade teve como era razão a vida saude e estado d'El-Rei em tanta veneração e resguardo, que álem de se conhecer que sobre todalas cousas o amava, ainda parecia que o adorava.»

REPERCUSSÃO NO ESTRANGEIRO DA TRÁGICA MORTE DO INFANTE D. PEDRO

Admirado, respeitado e estimado como era, a morte trágica de D. Pedro causou em tôdas as côrtes da Europa espanto, indignação, e o crime praticado por D. Afonso v foi acerbamente condenado. O Papa e todos os chefes de Estado testemunharam ao Rei a sua censura, tendo o Papa Nicolau v expedido uma bula na qual era feito o elogio de D. Pedro.

Filipe o Bom, duque de Borgonha, e cunhado de D. Pedro, enviou a Portugal um emissário altamente categorizado, o deão de Vergy, que foi bispo de Arras e cardeal, para exprimir a reprovação do duque, o que fêz em

têrmos ásperos em vários sermões que pronunciou em Évora. Ao mesmo tempo exigiu que o cadáver do assassinado fôsse colocado com tôdas as honras no túmulo que lhe estava destinado no templo da Batalha ou que fôsse transportado para Borgonha onde teria uma sepultura condigna. O Deão demonstrou a iniqüidade do procedimento dos inimigos do infante, e a inocência do assassinado.

Schoeffer refere-se a D. Pedro nos seguintes têrmos:

«A sua linguagem era digna, nervosa, concisa; modesto nos seus gosos, fiel à pureza dos seus sentimentos.

«O característico da sua natureza consistia sobretudo em serem iguais a fôrça e a vivacidade, em concorrerem o espírito, o coração e a vontade para o mesmo fim numa harmonia perfeita».

TRASLADAÇÃO DO CORPO DE D. PEDRO PARA O TEMPLO DA BATALHA

Enfim, ao cabo de seis anos ao abandôno, em 1455, e por ocasião do nascimento do príncipe que viria a ser o célebre D. João II, os rogos da Rainha, já próxima da sepultura, resolveram D. Afonso V a ordenar a trasladação do corpo do infante para o túmulo que lhe estava destinado na Batalha. A cerimónia foi digna do nobre infante e dirigida por seu irmão o infante D. Henrique.

Mas uma pessoa faltou, que por todos os motivos deveria estar presente, o irrequieto irmão do Rei, o infante D. Fernando.

Se ainda existisse, como ficaria impressionado o íntimo pensamento do infante D. Pedro, expresso na sua divisa por uma única e enigmática palavra, *Desir?*

RÁPIDAS APRECIAÇÕES SÔBRE D. AFONSO V

Observa Pinheiro Chagas a pág. 396 da sua citada *História de Portugal:*

«D. Afonso V foi criança até aos cabelos brancos. Nunca teve o génio político que distinguiu o filho. Mas

êste era neto de D. Pedro e em poucos anos arrancou as ervas parasitas, continuou a obra de D. Pedro, foi o vingador de Alfarrobeira.

«O que tornava os últimos actos de D. Afonso v profundamente inéptos era que todos tendiam a alienar da coroa as jurisdições e os direitos, que com tanto trabalho os reis seus antecessores tinham ido arrancando à nobreza, e que D. João II havia de concentrar completamente, ou quási completamente, no Estado.

«Para ocorrer a tantos esbanjamentos o dinheiro dos tributos dos monopólios e dos subsídios por vezes votados, era insuficiente. Como conseqüência havia casas com uma despesa de representação colossal, e com rendimentos de Estado. A casa de Bragança possuía as vilas de Bragança, Chaves, Guimarães, Valença, Montemer-o-Novo, Almada, Vidigueira e outras».

A pág. 395 escreve também Pinheiro Chagas:

«D. Afonso v era homem de carácter leviano e pouco sério, como até ao fim da sua vida sempre se mostrou. Os fidalgos dirigiram-o a seu belo prazer, fingindo obedecer às suas ordens e acatar a sua autoridade.

«Por conseguinte Afonso v foi um instrumento nas mãos dos fidalgos que aproveitaram para os seus fins, (a delapidação do Estado), a sua inconstância, a sua leviandade, e as antipatias antigas que nutria contra D. Pedro.

«A luta era entre o duque de Bragança e conde de Ourém, chefes da nobreza despeitada, e o infante, que representava o poder monárquico. Motivos de ódio? Não ter consentido D. Pedro que fôsse heriditário o cargo de Condestável e não ter querido entregar ao duque o Pôrto e Guimarães.

«D. Pedro favorecia o povo. D. Afonso v combatendo contra os interêsses do princípio de que o seu nascimento o fazia representante, pugnava em Alfarrobeira pelos privilégios da aristocracia».

DESCENDÊNCIA DO INFANTE D. PEDRO

Teve três filhos e três filhas: — D. Pedro, que foi Condestável em Portugal, e possuíu distintos predicados literários que tornaram muito apreciadas as suas poesias.

D. Isabel de Portugal (segundo um retrato existente no Museu de Londres)

Emigrou para Espanha quando seu pai caíu em desgraça, mas foi restituído a Mestre de Avis em 1453. Chamado a Espanha como descendente dos Condes de Ugel morreu em Barcelona em 1466, com o título de Rei de Aragão: — D. Jaime, com 17 anos tomou parte no combate de Alfarrobeira, e ali ficou prisioneiro. Solto a pedido de sua tia

duquesa de Borgonha, foi apresentado em Roma, onde foi elevado a cardeal; foi bispo de Arras e arcebispo de Lisboa: — D. João, criado pelos duques de Borgonha, por êles se bateu, e com o seu casamento foi príncipe de Antiocha e seria rei de Chipre se não tivesse sido ali envenenado: — D. Isabel foi Rainha de Portugal; cheia de amarguras morreu com 23 anos, pouco depois do nascimento de seu filho, que foi o notável Rei D. João II: — D. Filipa enclausurou-se em Odivelas aos 12 anos, sem professar, e ali se conservou sempre, notável pelas suas virtudes e trabalhos literários, sobretudo traduções de obras religiosas: — D. Beatriz casou na Borgonha com Monsenhor de Clèves. Foi admirada pelas suas virtudes e valor literário.

É digno de ser registado o afecto que a infanta D. Isabel, duquesa de Borgonha, testemunhou a seu irmão D. Pedro, e o carinho com que se ocupou da sorte de seus filhos, assegurando-lhes situações condignas.

QUINTO PERÍODO (1449 a 1460)

DESDE A MORTE DO INFANTE D. PEDRO ATÉ À MORTE DO INFANTE D. HENRIQUE

No período anterior, quatro dos cinco ínclitos infantes, D. Duarte, D. João, D. Fernando e D. Pedro, já transpuseram os umbrais dos túmulos, todos ainda em idade de exercerem a sua acção, três com menos de 50 anos, D. Pedro com 57. Criados em berços de infinitos carinhos, ligados pelos sagrados laços da amisade, desejosos de contribuírem para o engrandecimento da sua pátria, todos terminaram a vida sofrendo pungentes amarguras, e até a acção do ferro traiçoeiro, ou o martírio do cativeiro.

E, como tenho provado, uma Rainha que foi mulher d'El-Rei D. Duarte, foi o instrumento que em mãos desapiedadas causou todos êstes sofrimentos. Resta agora sòmente o infante D. Henrique a quem os seus entusiasmos pelas descobertas afastaram do brasido consumidor das ambições humanas, que seus irmãos não sentiam, mas que delas sofreram desoladoras conseqüências.

NOTAS DE ORDEM GERAL: CONTINUAÇÃO DA NOTÍCIA DOS TRIUNFOS CONSEGUIDOS PELAS EXPEDIÇÕES HENRIQUINAS ATÉ AOS ÚLTIMOS TEMPOS DA VIDA DO INFANTE D. HENRIQUE

Os sucessos da emprêsa conduzida por D. Henrique são tão brilhantes, e por tal forma se têem imposto à humanidade, que pouco acrescentarei ao pouco, é certo, que já tenho relatado com profundo sentimento de admiração.

Desde o nascimento do primeiro filho do régio consórcio do Rei de *Boa Memória* e da Rainha D. Filipa, em 1491, até ao início dêste último período vão decorridos cinqüenta e oito anos de memoráveis sucessos, com dias de júbilo por motivo de prodigiosos resultados, e outros de profundas amarguras.

Dos cinco ínclitos infantes que intervieram gloriosamente nos destinos do país e que, em seguida a dias felizes, sofreram amargos desgostos, um só restava, como acabo de lembrar, o infante D. Henrique, que, tendo-se afastado da convivência dos políticos, se tinha dedicado aos problemas científicos e, especialmente, às investigações sôbre a configuração da superfície da Terra.

O seu carácter nobre e honesto, mas demasiadamente austero, muito contrastava com o carácter afável, sentimental mesmo, de seus irmãos. Para êle a esfinge da natureza oferecia uma poderosa atracção, absorvia-lhe constantes preocupações, e mal lhe permitia conhecer os homens, mesmo quando tratados muito de perto, como lhe sucedeu com o seu filho adoptivo, o irrequieto infante D. Fernando, protótipo de estranho carácter.

*

Até 1400 a Europa e Ásia viveram isoladas. Para o sul do Sáara os africanos não imaginam que haja mundo. Pelo mar nenhum navio aparece.

Mas com a influência da acção portentosa de D. Henrique o Oriente foi alcançado pelo Ocidente. A Europa mostrou-se em tôda a parte, a Ásia saíu do isolamento, — o africano descobre maravilhas e aprende novos costumes. O Oceano mostra-se tal qual é, o grande agrupador de povos. As suas ilhas são povoadas e fornecem preciosos produtos. O cognome de *navegador* não é adequado para o ínclito infante; pertence-lhe o de *descobridor,* com as qualidades de *educador, evangelizador* e *colonizador.*

É surpreendente a *élite* que Portugal possui nos séculos XV e XVI e que teve à frente D. Henrique, D. João II, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, D. Francisco de Almeida, D. João de Castro, Afonso de Albuquerque.

Deve-se aos portugueses ter sido tornado conhecido e desbravado o continente negro, porquanto deve-se-lhe a descoberta e civilização desde o cabo Bojador até ao cabo Guardafui.

Os povos antigos e árabes limitaram-se à orla mediterraneana. Uma notável publicação está sendo feita, a qual dá a impressão do que foi de admirável e extensa a influência portuguesa — *Grandes e humildes da epopeia indiana* — pelo sr. Visconde de Lagoa. Contém o estudo de 40.000 individualidades que nela intervieram!

*

Depois de ter aproveitado instalações provisórias no refúgio de Sagres, especialmente na Raposeira, cêrca de 1450, fêz edificar o infante uma povoação que foi designada a *Vila do Infante.* Ali foram continuados os estudos desde há muito encetados com a colaboração de homens eminentes de todos os países, entre êles o célebre cosmógrafo Jaime de Maiorca.

É digno de observar-se que os países europeus não opuseram óbices ao alargamento da influência de Portugal, e os papas, com a sua especial autoridade, deram-lhe completo apoio.

Em 1450 o Papa Nicolau V confirmou os direitos dos portugueses a tôdas as terras novamente descobertas e, em 1454, o mesmo Papa reforçou com uma outra bula a doutrina da bula de 1450 e concedeu ao infante D. Henrique o monopólio das explorações até à Índia.

O merecimento da obra do infante é indiscritível porquanto, para ser devidamente apreciada, é preciso observar em primeiro lugar que remava contra os preconceitos e

opiniões arreigadas da sua época, que não possuía cartas de navegação, nem o conhecimento dos ventos e correntes do Oceano. Os navios, para o mar, eram barcos rudimentares, mal aproveitáveis para junto das costas.

Já com relações estabelecidas nas costas percorridas do continente africano, continuava a navegação para o sul com a intenção de se apurar definitivamente a sua configuração. Mas passamos já a metade do século XV, e a existência do infante, mais dez anos, já não lhe permitiu realizar largos vôos. Essa satisfação estava reservada para D. João II, o príncipe perfeito, que D. Henrique ainda conheceu, e que foi o seu notável continuador, visto que para D. Manuel só restou o prazer de colher os frutos da árvore milagrosa plantada pelos seus ilustres predecessores, D. Henrique e D. João II.

Não conseguiu internar-se no Gôlfo da Guiné mas ainda ultrapassou o Senegal e o Gâmbia e tomou conhecimento das ilhas de Cabo Verde, em 1457.

Diogo Gomes que foi um distinto colaborador do infante orgulhava-se de ter sido o primeiro cristão que fizera tratados de paz com o Rei dos pretos. O que é certo é que êste explorador reconheceu as margens do Gâmbia. Tratava-se de uma região na qual se supunha que abundava o ouro.

Foi por esta época que Diogo Gomes tomou relações com um chefe notável destas paragens, Nomymansa, e a sua influência foi tal que êste chefe se separou da religião muçulmana e tornou-se cristão. O triunfo dos portugueses era geral. Nomymansa enviou a D. Henrique uma carta em que solicitava um padre para a instrução, e de facto um sacerdote muito instruído lhe foi enviado.

Nesta época foram descobertas as ilhas de Cabo Verde, havendo vários exploradores a reclamarem a prioridade, — Diogo Gomes: Cadamosto, genovês ao serviço do infante e António de Noli. O arquipélago era desabitado e à maior parte das ilhas faltavam recursos, contudo tratou-se logo da sua colonização, e com o tempo tomaram a grande impor-

tância de serem aproveitadas para escala da navegação, é certo sem adquirirem o prestígio das ilhas que tinham já ocupado posição — a Madeira e Açores, lugares privilegiados na imensidade do Atlântico.

MORTE DO INFANTE D. HENRIQUE: TRASLADAÇÃO PARA A BATALHA. APRECIAÇÃO DE REBÊLO DA SILVA. MONUMENTO EM SAGRES. HOMENAGENS TRIBUTADAS

Embora isolado do mundo e até dos portugueses, mas envolto pelo manto do mar imenso que descobrira, a 13 de novembro de 1460 deixou de existir o homem mais notável da sua época, o infante D. Henrique, que no mês seguinte, com sóbrio, mas religioso cerimonial, foi colocado entre os seus pais no templo da Batalha, como manifestara desejar.

Desaparecia o último dos cinco infantes filhos de D. João I e pode afirmar-se que se é certo que a sorte de D. Henrique lhe permitiu realizar uma obra memorável, é também verdade que os últimos tempos da sua vida foram amargurados pelas lamentáveis tragédias em que sossobraram seus irmãos D. Fernando e D. Pedro, e possível é que se o seu carácter era avêsso a manifestações, maior tinha sido o desgôsto e até o remorso.

São múltiplas e extensas as apreciações feitas sôbre o carácter do nobre infante, por vezes um pouco severas e, creio, prejudicadas pela falta de reflexão sôbre a missão que desde a juventude se impôs e em que tenazmente persistiu.

Depois de tanto que tem sido referido a seu respeito, agora limitar-me-ei à transcrição da apreciação feita por Rebêlo da Silva, historiador de grande autoridade, no vol. IX do *Archivo Pittoresco*, a pág. 24:

«Dotara-o Deus de engenho elevado de constancia e de vontade firme para ajudado de prendas tão raras conceber e executar os vastos planos que sublimaram o seu nome. Cavalheiro, cortou-lhe a gloria ao sair da puericia e na juventude, os loiros guerreiros, para mais tarde lhe cingir

na fronte a corôa rostral, querendo que todos o tivessem por modelo acabado das perfeições da epoca, vendo-o unir ás palmas de soldado os tropheus de navegador, á doutrina a gerarchia, ao arrojo a austeridade.

«A sua divisa dá uma nota muito exacta da sua superior orientação; *Talent de bien faire.*»

MANIFESTAÇÕES EM HONRA DO INFANTE D. HENRIQUE

Ao fim de longos anos acordou a consciência nacional com a lembrança da gloriosa existência do infante D. Henrique.

Tinham decorrido quatro séculos depois do seu nascimento, e com grande brilho foi evocada a sua memória (1894) especialmente na cidade do Pôrto, que então inaugurou, no seu local mais categorizado, um notável monumento em que destaca a figura do nobre infante.

Também já a 24 de Julho de 1840 e por iniciativa do Marquês de Sá da Bandeira, então ministro da Marinha, ficou erigido em Sagres um monumento em honra do infante, executado em 1839. Consta de uma lápide em mármore com 12 palmos e meio de altura, embebida na parede por cima da porta interior da entrada principal do forte de Sagres. Na parte superior está esculpido em alto relêvo o brasão do infante com uma esfera armilar à direita e um navio à esquerda. Na parte inferior encontram-se duas lâminas com a mesma inscrição; uma em latim por baixo da esfera, a outra em português debaixo do navio. Dão uma sucinta mas impressionante notícia dos feitos do infante. Segue a reprodução da inscrição portuguesa:

«Monum. Consagrado. À eternidade, O. grande
Infante D. Henrique, Filho de El-Rei de Portugal
D. João I Tendo emprehendido descobrir As Regiões
até então desconhecidas da Africa occidental
e abrir assim caminho para se chegar por meio
da circumnavegação africana até as partes mais

remotas do Oriente fundou n'estes lugares à sua
custa o palacio da sua habitação a famosa
escola de cosmografia o observatorio
astronomico e as officinas de construção
naval conservando promovendo e augmentando
tudo isto até ao termo da sua vida com
grandissima utilidade do reino das letras
da religião e de todo o genero humano falleceu
este grande principe depois de ter chegado
com suas navegações até o 8º gra de latitude
septemt. e de ter descoberto e povoado de
gente portugueza muitas ilhas do Atlantico
aos XIII de novembro de 1460. D. Maria II
reinha de Portugal e dos Algarves mandou
levantar este monumento á memoria do
Illustre Principe seu consanguineo aos 379
annos depois do seu fallecimento sendo
ministro dos negocios da marinha
e ultramar o visconde de Sá da Bandeira
1839›

PROPOSTA PARA UM MONUMENTO EM HONRA DOS ÍNCLITOS INFANTES, COM ESPECIAL CONSIDERAÇÃO PARA O INFANTE D. PEDRO, VISTO O INFANTE D. HENRIQUE JÁ SE ENCONTRAR HOMENAGEADO, A INSTALAR EM COIMBRA, POR TER SIDO AQUÊLE INFANTE DUQUE DE COIMBRA. ESTA PROPOSTA TEM O APOIO DO INSTITUTO DE COIMBRA E CONFIAMOS EM QUE TERÁ O VALIOSO APOIO DO GOVÊRNO

Da rápida exposição que fica feita, fértil em tristes esclarecimentos, duas conseqüências se impõem. A consagração da memória dos cinco infantes, e especialmente nessa manifestação, realizada em Coimbra, a de D. Pedro que foi duque daquela região, o primeiro duque português, e que dali partiu para gloriosamente ter a morte à que fôra condenado por almas criminosas que tiveram como instrumento o próprio rei D. Afonso V.

Decerto Coimbra receberá com orgulho esta missão, à qual o *Instituto de Coimbra* dá todo o seu apoio, e ali se

encontra lugar apropriado, o formoso local da Quinta de Santa Cruz, o qual não poderá ter melhor aplicação.

Impõe-se uma comemoração internacional da obra grandiosa do infante D. Henrique, pela qual têem pugnado já valiosas personalidades, entre elas ùltimamente o sr. dr. Joaquim Manso, e que certamente ao govêrno merece especial consideração, devendo reconhecer-se que não bastam as manifestações nacionais para comemorar a acção mundial realizada pelo infante D. Henrique.

FRANCISCO MIRANDA DA COSTA LÔBO

SOMME PSYCHOLOGIQUE DES ARTS PLASTIQUES DE LA PRÉ-RENAISSANCE FLORENTINE

INTRODUCTION

L'histoire de l'art ne nous offre pas des compartiments étanches. Il y a les échanges qui hâtent l'évolution et assurent même des révolutions, et les échanges sont un facteur de déterminisme aussi important que le moment, le milieu et l'hérédité.

La pré-renaissance des Giottesques à Michel-Ange exclusivement n'est pas un phénomène isolé dans le temps ni dans l'espace. Elle est un phénomène européen où l'Italie a eu le rôle de laboratoire de transformation.

La peinture italienne, surtout la florentine est née de ce travail local et elle a renvoyé au monde ce qu'elle en avait reçu.

La pré-renaissance n'est que l'humanisme dans les arts plastiques. Pétrarque en créa le rayonnement en Avignon et la Toscane, et c'est Avignon et la Toscane qui en suscita le mouvement (1).

Mais ces origines n'ont qu'une valeur historique. Ce qui nous intéresse c'est la psychologie des artistes.

Elle seule explique les métamorphoses qu'ils ont créées pour notre émerveillement.

La *résurrection de l'antique* est une sorte de cliché trop

---

(1) E. Schaub-Koch, *Pétrarque en Vaucluse* (sous presse).

répandu. Au fond l'Antique n'a apporté à la pré-renaissance que des influences occasionnelles.

Le graphisme qui détermine l'essor de l'art de l'époque est florentin et suscité par les hellènes et les Romains, mais surtout par le tempérament de Masaccio qui ne fut pas très archéologue mais qui détruit le Giottisme à coups de crayon dur.

Le goût du coloris est oriental vénitien, mais aussi ombrien. La méthode la plus apte à l'emploi des couleurs est flamande.

Les techniques viennent de Rome, de Padoue autant que de Florence.

La règle philosophique de l'art plastique est établie par Alberti, natif de Florence, mais qui travaille surtout à Rome.

Ainsi du Nord, du Midi, de l'Occident, de l'Orient, tout converge vers Florence, s'y confond, s'y perfectionne, s'y transforme, et Florence restitue au monde ce qu'il aura reçu mais dans la forme classique et définitive.

Ce phénomène ne se retrouve que dans le 18^{e} siècle français. Il ne s'explique pas seulement par l'évolution de la pensée humaine, par la psychologie individuelle des artistes mais aussi par la psychologie collective.

Et c'est simplement à son explication que sont consacrées les notes du présent essai.

Ce n'est pas le réalisme qui est ressuscité de l'antique. C'est le surréalisme de la création esthétique contemporaine qui est créé par Florence et Mantoue avec le réalisme qu'on leur a envoyé.

SOMME PSYCHOLOGIQUE DE LA PRÉ-RENAISSANCE EN ITALIE

I

L'ESPRIT DES GIOTTESQUES

L'antique devait surtout renaître avec Michel-Ange... Mais Giotto a moins pensé à Praxitèles qu'à fournir à la peinture de son temps des possibilités de réalisme.

Giotto demeure le prophète de notre plastique Occidentale. In n'est pas l'homme du présent, mais celui du futur. En sa personne s'avère la primauté de son pays. Et s'il n'est pas le créateur de la technique picturale, il est le créateur de sa technique. En outre il a éveillé l'activité de Florence dans le chemin de toutes les expériences et de toutes les curiosités.

Mais Giotto a un père spirituel, et ce père s'appelle Saint-François.

Le «poverello» a libéré toutes les forces de l'amour. Il a suscité le portrait. Il a amené les peintres à s'occuper de l'actualité ambiante. Ses compagnos comme les leurs sont les arbres et ses frères s'appellent les oiseaux. Un paysage c'est l'évocation de la vie universelle.

Et voilà pourquoi Giotto brise le fil de fer du schéma byzantin. L'inspiration vient à bout des clichés. L'art cesse d'être une extase purement statique. Toutes les forces naturelles y sont mises en mouvement.

D'une part voici les transports franciscains des fresques de la basilique d'Assise qui se déroulent comme une biographie passée au cinéma.

D'autre part ce sont des tableaux dont l'affabulation est dramatique comme une pièce de théâtre.

Bien entendu rien n'est parfait mais tout aspire à l'être. La perspective est de pure convention. Mais la nôtre n'est-elle pas une convention elle-même puisque basée sur le postulat que les parallèles se rejoignent à l'infini? L'avantaje de celle de Giotto est du moins d'évoquer le ciel. Byzance imposait un plafond d'or à tous les motifs. Ici prend naissance le sentiment de l'espace. Et aussi la notion du volume. Et, créateur de la couleur au naturel, par l'anéantissement des ocres byzantins aux reflets metalliques, il devient aussi le premier des «fauves».

Giotto renferme toute la peinture en puissance et en possibilités. Et il a eu, lui aussi, ses disciples. Il a fait école, et l'école la plus riche: celle qui se propose la fraîcheur des gammes coloriées et la noblesse des formes.

Et voilà comment la matière, la sensualité ont envahi l'art purement spirituel légué par le Christianisme byzantin. Giotto est le premier artiste peintre voluptueux.

Et il est aussi, sinon le créateur du portrait, du moins celui qui en a précisé le genre.

Et les élèves dépassent le maître par la fantaisie et l'audace.

Taddeo Gaddi nous narre la vie de Sainte Marie aux murs de Sante Croce. Mais c'est surtout André d'Orcagne qui à Sainte Marie Nouvelle s'avère le Dante de la peinture. Ici nous sommes devant un esthétisme évolué et une technique au point qui ne craint ni le réalisme ni la truculence. Son «Paradis» apothéose de la beauté charnelle de la femme aurait certes été critiqué si Boccace n'avait apprêté les lecteurs à le pouvoir comprendre et si Pétrarque, en chantant Laure, n'avait poussé jusqu'aux cieux le rayonnement des terrestres amours.

Et toutes les moeurs du temps galantes et spirituelles sont au Campo Santo de Pise déployées par le peintre du *Triomphe de la mort* et celui de la *fresque dominicaine* de la chapelle des Espagnols.

Antérieure à celle de Florence l'école Siennoise est elle le dernier reflet de Byzance? c'est douteux. Elle est surtout l'amalgame de l'art français d'Avignon et des artistes autochtones. Sienne et Avignon ont deux tendances identiques: l'archaïsme et l'imagination. Duccio est un impulsif et un improvisateur pictural. La *Vie du Christ* est une sorte de poème épique où grouillent des peuples entiers.

Si Duccio est épique, Simon Martini est lyrique. Il est l'homme du portrait. Dans la légende dorée de San Martino, à la basilique inférieure d'Assise, le genre est poussé à une sorte de perfection précoce, inattendue, et multipliée tant que l'on veut.

Simon Martini s'est beaucoup formé en Avignon (1). L'école contadine l'a influencé profondément. Il est l'artiste formé par les échanges de l'Italie et de la France et jusqu'aux vides tout chez lui est plein d'âme. Ses formes valent celles de Giotto. Sa spiritualité est bien supérieure.

Jusqu'à présent l'antique n'a rien à voir dans toute cette pré-renaissance. Il y prend une place prépondérante avec les Lorenzetti, surtout Ambroise. La *Paix et les saisons* déployant leurs guirlandes aux murs du *Palais Public* ressuscitent la technique et les visions des décorateurs de Pompéï. Et les *Trois Grâces* de Sandro Botticelli sont infiniment moins antiques.

Le corps, les sens, la chair partout reprennent leurs droits. Seul le paysage demeure stylisé. Giotto lui-même n'a peint que des paysages imaginaires qu'il n'éprouvait pas le besoin de caractériser au point de vue pittoresque. Pour fixer la perspective il faudra attendre Masaccio.

L'un des faits les plus singuliers de l'évolution du Giottisme se révèle à Padoue. Deux hommes de génie: Altichiéri et Jacopo d'Avanzo parviennent à animer par la

---

(1) E. Schaub-Koch: ***Les peintres d'Avignon et les niçois primitifs***, «Annuaire de la Sté. des Amis du Palais des Papes d'Avignon» (1935).

grâce et la souplesse les volumes massifs de Giotto. L'artiste donne enfin au nu le naturel qui lui revient de droit.

Et la lutte commune qui est toujours active aujourd'hui encore, entre le dessin et la peinture. C'est au dessin que Giotto demande les ressources plastiques de son art. Avanza et Altichiéri ne sont plus de son avis. La plastique de ce que nous connaissons d'eux est due à leur art de peintres techniquement au point: la couleur riche est répartie rythmiquement en gammes irréprochables et les tons sont dégradés.

Et voilà stabilisée la peinture réaliste, celle qui se propose l'émotion du spectateur. L'art pathétique est né. Et sa prospérité est telle qu'une réaction spiritualiste suivra, plaçant au second plan la technique et faisant surtout profession de rechercher des valeurs spirituelles. Ce sera l'état d'âme de Fra Béato Angélico. Le défaut de sa peinture est évidemment de sacrifier le naturel au spirituel dans l'art de peindre matériel par excellence. La peinture de l'Angelico se valorise par le rayonnement de sa spiritualité (1).

Et l'aboutissement est dans le baroque de Filippino Lippi, de Botticelli. Ici la poésie du tableau n'est plus franciscaine, rudimentaire, naïve à force de moyens d'expression imparfaits. Elle devient pleine d'inquiétude et de nostalgie. La sensualité devenue de la volupté a des prétentions à la spiritualité.

L'évolution est complexe, difficile à suivre car tout s'enchevêtre et se confond à tel point qu'un mouvement finit par s'intégrer dans un autre mouvement chaque fois que le critique d'art pense en avoir fixé l'autonomie.

Comment omettre le naturalisme intense et la technique spéculative d'un Donatello qui creuse à la surface du marbre d'indéfinissables profondeurs? De 1386 à 1466, Dona-

---

(1) E. Schaub-Koch: *L'Inspiration et la Tecnique de Fra Angelico.* Paris, 1935.

tello est à la fois *tre* et quattro cento. Ce n'est pas une raison pour le laisser en dehors des deux époques.

Autre cas semblable à peu de chose près, celui de Pierre della Francesca, lui aussi artiste de transition. On conçoit les curieuses fresques franciscaines de l'Eglise d'Arezzo. L'inspiration reste giottesque. Aussi l'émotion. Mais Pierre de la Francesca connaît déjà toute sa perspective et tout l'art d'une composition géométriquement équilibrée.

Evolution que tout cela. Non révolution. Le génie latin est conservateur. Les quattrocentistes n'ont rompu brusquement avec aucune des traditions du passé ni avec l'esprit révolu.

Le passé survit dans Botticelli.

Fra Angelico ressuscite les procédés et les conventions des miniaturistes et dans la seule intention de faire se survivre à elle-même une peinture qui ne connaît que l'âme, nie le corps, ignore la matière et sacrifie le mouvement à l'extase.

Et la vie gothique se poursuit à travers l'oeuvre des Ghiberti, des Paolo Ucello, des Gentile di Fabriano. Un artiste de génie, Pisanello (1), y apportera une solution de continuité.

Et ce sont les naïvetés, les imperfections techniques de cette phalange de peintres qui leur rallient encore à cette heure l'admiration des critiques d'art. Il en est de cette peinture comme de la démarche de Louise de La Vallière, maîtresse de Louis XIV qui disait d'elle: « La duchesse boîte, mais elle boîte délicieusement ».

Mais les imperfections mêmes des Giottesques et de leurs successeurs les vouent à toutes les recherches et à toutes les expériences, ce qui prouve qu'ils se rendaient compte de leurs défauts.

---

(1) E. Schaub-Koch, *L'étrange destin de Pisanello*, Coimbra, 1941.

Et c'est précisément ce qui explique le groupement des peintres en écoles alors que tous sont des individualistes puissants.

Ces écoles sont nées bien plus du besoin de perfectionnement technique que du préjugé local et de l'orgueil sans bornes qui allume la fièvre créatrice.

La preuve, ne la trouvons-nous donc pas dans ces perfectionnements qui sont sortis des écoles. Aucune n'est supérieure à l'autre.

Sans doute, Florence.

Mais c'est de Mantoue que partira la vraie révolution scolaire et individualiste. Elle sera réalisée par Mantegna, père des synthèses prestigieuses et des abstractions admirables.

Mais Florence est toute de dynamisme et d'entrain. Ici point de génies isolés mais les chefs-d'oeuvre naissent et dans une sorte de travail collectif.

Aussi Florence prédomine. Mantoue est toute entière dans l'éclat du génie de Mantegna. Sienne dépassée abandonne la course.

Le rayonnement Florentin continue à s'assurer dans une erreur esthétique: «l'art consiste à donner l'illusion de la vérité, c'est-à-dire à copier la réalité.»

Mantegna aura été le premier des *créateurs*. Il demeure le plus prestigieux.

Verrochio par ses découvertes techniques a surtout rendu la création esthétique possible. Et ses deux élèves Léonard et Michel-Ange pourront grâce à lui affirmer leur *surréalisme,* c'est-à-dire trouver dans les formes de la vie extérieure interprétées et transposées par le génie, le moyen de donner une vie perceptible à la vie intérieure.

Là, et là seulement, est l'aboutissement de l'art occidental, c'est-à-dire de l'art délivré de copie et de décoration.

II

RÔLE POLITIQUE ET SOCIAL DE L'ART

L'un des maîtres les plus significatifs est Pierre della Francesca. Son importance est soutenue par Vasari qui dans la *Storia*... lui consacra ainsi qu'à son influence un volume complet.

Sans doute le Maître n'est-il pas florentin. Mais il a vécu et travaillé pendant assez longtemps à Florence. Il s'est assimilé la méthode de l'école florentine, et, sans cette influence souveraine, il n'aurait pas été lui-même.

Cette doctrine est déjà celle de Vasari. Il est instructif de le constater. Vasari reconnaît, tout comme nous, qu'au simple point de vue pictural, avant Michel-Ange et Léonard, Florence a été dépassée par d'autres écoles. Mais ce qui rend Florence passionnante c'est son caractère spéculatif. À Florence on ne fait pas que de la technique, on fait de l'esthétique et c'est ce qui a permis à Pierre della Francesca de franchir les frontières du présent et d'anticiper hardiment dans l'avenir.

L'individualisme de Padoue, de Mantoue, de Sienne, d'Avignon se voit substituer à Florence la curiosité, l'inquiétude collective et la recherche. Léonard et Michel-Ange, et avant eux Verrocchio auront été des scientifiques de la tecnique, des encyclopédistes formidables et leurs ateliers auront été des laboratoires de chimie et de physique. C'est ce qui conduit l'art florentin à la perfection et à la prédominance.

Dès 1420 Masolino, sur les murs de Saint Clément, à Rome, affirme la doctrine florentine par la fresque. Et l'aboutissement de ce premier bond est le *Couronnement de la Vierge* de Botticelli à l'Académie. Mais en 1403 c'est déjà Ghiberti qui fera la porte du *Baptistère* et en 1501 s'érigera le *David* de Michel-Ange.

Evolution, certes. Mais comment caractériser une evolution dans une telle émulation, dans le tourbillonement de tant de génies différents?

Peut-être est-ce à Florence même, entre *Saint-Laurent* et le *Carmine* que nous pouvons le mieux la suivre. Et ici c'est l'art hellénique non pas qui renaît, mais qui renouvelle ce que Fr. Nietzsche appelle son miracle.

Voyons les nuances en parallèle.

Mantegna, par souci du volume, par recherche de l'expression, durcit géométriquement les formes. Il synthétise.

Pisanello analyse la vie dans toutes ses manifestations. Il humanise jusqu'à l'animal et jusqu'au végétal.

Signorelli, lui, subordonne tout à l'anatomie de l'homme.

Florence demeure, donc, à la fois *gothique* et *humaniste*.

En effet, son esthétique met la science d'accord avec l'élan créateur du génie des artistes, la réalité extérieure avec le style, la vie moderne et l'antique. En outre elle ressuscite le paganisme et le met au service de la foi apostolique et romaine.

Il y a là, certes, une manifestation du génie local, mais aussi un phénomène d'ordre économique. La gloire de la patrie florentine donne une harmonie imprévue à la magnifique anarchie des créateurs artistes déchaînés. Ils travaillent pour l'Etat, pour ceux qui gouvernent. L'art est donc à destination publique. Dans tout autre pays ce fait impliquerait une régression. Mais pour une peuple né pour l'art, élevé par l'art et vivant pour l'art il n'y a là, comme sous François Premier en France, et aussi au XVIII^{e} siècle, qu'un élément de progrès et d'élévation.

Et voilà ce qui explique l'apothéose dans l'ordre parfait. Florence offre à sa gloire, et à la gloire humaine, ce que le Moyen-Age offre à Dieu. L'antique renaît par le culte de ce que Taine appele «le bel animal humain».

Rien de plus hellénique que la gloire et son culte.

César, sur la même terre, de son vivant avait été fait dieu. André d'Orcagne à *Sainte Marie Nouvelle* déifie le

Dante. La fabrique du Dôme a été plus loin. Elle a acheté à Dominique Michelino un tableau, encore là, où le Dante se promène parmi les scènes de la Divine Comédie. André d'Orcagne, lui ne procédait que par allusions.

La Vaticane conserve des dessins de Botticelli qui ont étés identifiés comme étant des illustrations de la Divine Comédie. Et la cathédrale d'Orviéto suspend toujours à ses murs l'hommage au poète national florentin par Signorelli.

Mieux encore, Savonarole a vu ses écrits illustrés par les artistes de son temps.

Enfin le Condottiere ressuscite César et Alexandre. Le secret de la gloire d'un Malatesta est moins dans son mérite militaire que dans le fait d'avoir su tirer parti du besoin qu'a l'art de son époque de glorifier quelqu'un. Le mercenaire est transformé en héros par des foules délirantes. Sans négliger l'effigie, l'iconographie, l'art les relègue en marge. L'art voit dans cette action politique la possibilité d'exalter la vertu d'énergie et une source de dynamisme. Les sanctuaires sont eux-mêmes violés par cette glorification systématique. Ucello et André del Castagno ont orné l'Eglise Sainte Marie des Fleurs de scènes illustrant les exploits de Jean Arato et de Nicolas Tolentino. La religion se met aux services des gloires profanes. Padoue charge Donatello d'ériger Gualtamaletta sur la place publique, et Verrocchio dresse à Venise son immortel chef-d'oeuvre: la statue équestre du Colleone. Léonard lui-même projette une sorte de reconstruction sur le plan de la gloire, de Milan, sa ville natale.

Il n'y a là, d'ailleurs, qu'un culte épique de l'individualisme. De Gualtamaletta à Padoue à Garibaldi dressé sur le Janicule, qui inspirera les statuaires monumentaux que l'école contemporaine italienne attend, il n'y a que l'apothéose où tout homme peut parvenir au faîte par l'épanouissement de son individualisme.

Le quattrocento est peuplé de ce sujet: Le triomphe. Mais il ne fait pas seulement triompher César. Il célèbre le triomphe des idées. Pétrarque est glorifié comme l'Impé-

rator victorieux à Saint Ansano de Fiesole. Il n'y a qu'un pas, dès lors, pour que l'art, du service de la gloire passe au service du prince. Ce pas est vite franchi. Les Offices conservent le triomphe du duc et de la duchesse d'Urbino. Le triomphe de César par Mantegna est symbolique. Celui du Château neuf de Naples est consacré aux Malatesta.

Sigismond Gandolph Malatesta, lui, n'y va pas de main-morte. Pour célébrer son culte il se consacre à lui-même la chapelle de Saint François de Rimini. C'est Alberti qui se charge de ce travail. Pallas inspire une sorte de *meeting* de ses ancêtres et de ses futurs descendants, et la belle Isotta est déifiée comme la Sainte-Vierge.

Mais l'art ne rayonne pas seulement dans les glorifications. Il est un moyen électoral et de polémique. Il est un élément de conquête des consciences. Les luttes que les familles patriciennes de Florence entretiennent par la plus féroce rivalité, agissent sans arrêt sur la peinture et les arts plastiques.

Les Médicis ont eu pour tactique de créer un besoin et de le satisfaire pour la joie de chacun. Ils ont créé un goût nouveau et assigné aux artistes à leur service la tâche de «reconcilier Jésus Christ et Platon». Ils ont institué une sorte de *Kultur Kampf* basé sur le pittoresque florentin et la démocratisation du dilettantisme.

Lorenzo comprend que l'art glisse vers le réalisme et la tradition hellénique. Il fait venir Donatello et lui ouvre des horizons en mettant à sa disposition sa collection de camées. Il fait venir Botticelli et lui commande l'*adoration des Mages*. Mais il tient à une *adoration-Médicis*. Aussi cette *adoration* sera-t-elle surtout une apothéose des valeurs humaines. La Madone, une Médicis, est reine de la Cité.

Et il met en mouvement la «*gentilezza di cose antiche*». Ses fouilles de Rome et de Naples lui donnent les bustes de *Faustine* et de *Scipion l'Africain*, oeuvres Romaines, mais il a dans son «scrittorio»: l'*enlèvement du Palladium par Dyomède* et l'*entaille de Marysas luttant avec Apollon*. Ça c'est hellénique. Et Donatello se renouvelle!

La littérature fait déborder l'humanisme. Botticelli lâche les sujets religieux. Sa *Pallas contre le Centaure,* sa *Primavera,* sa *Naissance de Vénus* fixent la sensibilité nouvelle.

Verrocchio lui donne à la statuaire les moyens techniques de se libérer de la dernière emprise du moyen-âge.

Michel-Ange, dans les jardins de Lorenzo, à l'âge de treize ans, copie au crayon les statues antiques.

Et la splendeur de l'ensemble conquiert la rue.

Le peuple est prêt à recevoir Léonard dans la voluptueuse allégresse des fêtes d'un paganisme réinstauré dont Vasari nous a décrit les fastes.

Et quelle réclame pour tous les dominateurs! Isotta pose pour Pisanello, les Gonzague pour Mantegna, les Urbino pour Pierre della Francesca, le Doge de Venise pour Gentile Fabriano ou Jean Bellini.

Les portraits des Médicis suffisent à assurer, offerts à la vue de chacun, la popularité de la famille.

L'iconographie est née de la politique.

La fresque déserte l'église pour la place publique. En 1412 le Pape Jean fait peindre sur tous les murs de Rome Sforza pendu tirant la langue, odieux. En 1434 André del Castagno peint sur les murs du Podestat les Albizzi dans la même situation.

En 1478, après la conjuration des Pazzi, Botticelli et Léonard célèbrent la victoire des Médicis sur les Gibelins en inaugurant l'art de la caricature, d'ailleurs la plus atroce, sur la façade du Bargello.

L'art polémique est né.

Enfin, signalons pour mémoire l'inspiration collective, humaine. Giotto passe pour avoir dessiné l'esquisse des sculpteurs qui sur le Campanile de Florence célèbrent les bienfaits de la Paix et de la civilisation. Le *tissage du lin et de la laine,* le *dressage du cheval,* l'institution du Droit, la navigation maritime, l'aviation (par Doedalus) le commerce, la poésie (Orphée) la statuaire (Phidias) la peinture (Apelle). La vie est humanisée par Florence qui transforme

en beauté tout ce qui se passe dans la vie morale, la vie politique ou la vie économique, et même dans les moeurs quotidiennes et la vie familière.

La civilisation florentine est avant tout harmonieuse, philosophiquement complète. Elle a pourvu la foi de la splendeur du paganisme.

Là est sa vérité psychologique.

III

Donc, une république où les valeurs sociales sont marquées au sceau de l'individualisme. Les cadres du passé sont brisés. Quel est dès lors le sort de l'artiste? Quelle est sa vie? Quelle est sa place sociale?

D'un côté il demeure ce qu'il était au moyen-âge: un artisan, un ouvrier. Léonard de Vinci a lui-même gagné son pain en fabriquant des machines, en travaillant le fer et le bois de ses propres mains.

L'artiste est prisonnier de sa corporation. Il en suit les règlements. Botticelli a trouvé son pain dans l'orfèvrerie et, avant Laurent de Médicis la peinture est pour lui un second métier.

De même Brunelleschi, Donatello, Verrocchio, Ghiberti. Mais la boutique de l'orfèvre est l'école du statuaire et c'est pour cela que tous sauf Verrocchio et Donatello restent un peu décoratifs. Le goût du détail est né du tressage du filigrane, du sertissage du joyau. La vie de Moïse de Botticelli est le travail d'un bijoutier. La lumière y est d'or.

Dans l'entourage «du prince», dans sa domesticité pensionnée, il n'y a qu'un peintre-né. C'est le préféré de Laurent et de sa famille: le voluptueux Pollajuollo. A la finesse de Botticelli, à la délicatesse subtile de Filippino Lippi, aux scrupules stylisateurs de Ghirlandajo, il joint toute l'aprêté de la force à droite. Mais les trois grands «baroques» comptent por être à la fois les hommes de Laurent et l'expression des goûts du peuple. Ils sont

chargés, protégés, enrichis. Ils ont le goût de l'aventure et des amours. Filippino Lippi est souvent amnistié pour les pires écarts illustrés de viols et de coups de couteau. Florence n'est pas terre papale.

A côté de ces trois grands artistes, deux éphèbes sentimentaux. Léonard et Michel-Ange. Elèves de Verrocchio, formés et poussés par lui, ils vivent à l'antique et ont le goût de la vie physique.

Et tout ce monde est épris d'universalité. Chacun est poète et philosophe. Beaucoup sont ingénieurs. Peintres, statuaires, architectes se complètent, procèdent à des échanges. L'orfèvrerie leur a inculqué des rudiments de chimie et la connaissance du métal. La valeur individuelle est une et anarchiquement indivisible. Le prince entretient l'anarchie dans l'art. Il en récolte les éléments et se flatte de les coordonner.

L'idée domine les compétences techniques spécialisées. L'ouvrier est libéré par l'esthéticien. La pensée dirige la renaissance. Elle inculque des règles à des praticiens-ouvriers chez qui seuls existe la division du travail.

Rien d'étonnant à voir dépérir là dès lors la tradition des maîtres formant des élèves dans les ateliers, les académies. Les élèves, sitôt libérés, sont infidèles à l'enseignement qu'ils ont reçu. Tout devient personnel. Que reste-t-il du dessin Giottesque chez Pollajuola ou Botticelli? Même Lippi ne prétend être que lui-même.

Giotto avait superposé au schéma byzantin une sorte de schéma naturaliste du corps humain. Au schéma giottesque chacun superpose à son tour une vision individuelle. Donatello, rapporte Vasari, réclamait le droit de rendre la nature ainsi qu'il la voyait.

L'architecture demeure le premier des arts, mais les peintres et les sculpteurs ne se subordonnent plus à lui. Antonello de Messine, Ucello, Carpaccio ont mis à la mode de signer parfois leurs tableaux. Mantegna signe en latin et du nom de son père. Le Saint Sébastien du Belvédère, à Vienne, est signé en Grec. Le peintre se peint souvent

lui-même dans ses tableaux et M. Hautecoeur dans «*La peinture au Musée du Louvre*» nous montre comment Ucello a exécuté les traits de Giotto, de Donatello, de Manette, et le sien pour commémorer leur génie et leur oeuvre.

L'artiste créateur se déifie lui-même parmi les autres hommes.

Alberti dit que l'Artiste doit être vraiment un homme. Il affirme par là l'idéal encyclopédique de sa génération et de son temps.

Le *Libro dell'Arte* de Cennino Cennini est la consignation d'un ensemble de procédés, de recettes techniques. À peine une ou deux indications sur le prototype, le canon de la beauté objective.

Les écrits de Filarete et de Bramante sont des traités d'architecture.

Pierre della Francesca, lui, s'avère le premier généralisateur et par conséquent esthéticien. Il nous donne un *traité de la divine proportion* qui fait de l'échelle humaine et de l'harmonie des rapports qu'elle comporte une sorte de critérium critique. Nous en avons surtout retenu que l'homme, l'individu, y est placé seul, au centre du monde, et y domine par une pensée dont son image est le reflet objectif.

Il y a enfin le *Songe de Polyphyle* de François Colonna qui n'est pas un livre d'esthétique mais une sorte de roman théosophique et esothérique cherchant l'énigme de l'avenir dans le culte passionné des vestiges du passé.

Cette dernière inquiétude est exceptionnelle. La philosophie de l'art par toute l'époque est sereine, voluptueuse et sceptique. Le Ghirlandajo, Vicent Foppa règnent dans une sorte de lumière heureuse et de joie calme.

L'instaurateur d'une théorie, d'une doctrine dont nul n'éprouve le besoin est Alberti. La pensée semble avoir, en lui, atténué l'artiste. Son architecture est nettement inférieure à celle de Brunelleschi et l'on n'a de lui que des dessins. Il n'a pas sculpté et bien que Vasari nous apprenne qu'il fut peintre rien de sa peinture ne nous est connu.

Alberti s'avouait lui-même dilettante en affirmant à Lionel d'Este ne peindre et ne sculpter jamais que par plaisir. En revanche il a potassé les auteurs anciens, la philosophie, les mathématiques. Il est poète, boxeur, jouteur, musicien, dompteur de chevaux et fait de la politique à Florence. Un pamphlet de lui sur la prostitution nous est parvenu. Son *Momus* est une imitation des dialogues de Platon.

Alberti est l'ami de Laurent qui se plaît a converser longuement avec lui sur la vie contemplative et à l'ombre d'un arbre. Il prétend remettre l'art et les sciences sur les lumières platoniciennes et en bannir les théories aristotéliques, ce qu'avait, en France, fait Abélard.

Ses écrits se réduisent à trois volumes. Un traité d'architecture *(De re œdificando)* un traité de statuaire *(De componenda statua)*, un traité de peinture *(De pictura)*.

Il s'agit moins de traités que de spéculations. L'ensemble tend à ramener l'art à un phénomène de pure intellectualité.

La théorie nous rapelle un peu les subtilités de M. Paul Valéry. L'artiste doit être un encyclopédiste car l'idée est le point de départ de l'oeuvre. Son érudition doit comprendre les «buoni antichi» et tendre au rétablissement de la civilisation hellénique.

Un tel travail n'a plus aux yeux modernes qu'une valeur: il annonce Léonard de Vinci et prépare le terrain pour son labeur.

En vérité Alberti n'est qu'un attardé. S'il est ennemi du Moyen-âge aristotélique c'est que ce Moyen-âge exerce encore sur lui un fatal envoûtement. Cet exaltateur de l'antique est bon religieux. Il est docteur en droit canon. Il transpose en poésie italienne les *Psaumes de David*. Il demeure prisonnier de son archaïsme.

Pour Alberti l'artiste n'est pas un créateur. Seule la nature doit être imitée par lui et seule elle doit l'inspirer car elle est la meilleure ouvrière des formes parfaites. Et après un hommage à Dieu le docteur en droit canon

célèbre Jupiter dont la présence bienfaisante est universelle.

En outre cet helléniste vit de tradition romaine. Il essaye sa voix au Forum. Il erre sur le Palatin. Il gémit sur le sort de l'Empire effondré et tente de renflouer au lac Trémi les galères de Trajan.

Alors pourquoi l'art? Mais pour s'occuper de l'ambiance de l'homme.

Come Jean-Jacques Rousseau, Alberti tombe en larmes devant les arbres et les fleurs *(Témoignage de Vasari)*.

Ainsi que Pierre della Franchesca, Alberti affirme que l'homme est le modèle et la mesure du monde. En lui comme dans la nature le but de l'art est la beauté. Le chef-d'oeuvre n'est qu'une sélection.

Ainsi, après avoir préparé la route à Léonard, Alberti ouvre les portes à Raphaël, encore qu'il proclame que le modèle grec est le canon de la beauté.

Nous devons à Alberti une classification des Beaux-Arts. L'art suprême, à l'entendre, est la musique matérielle et soumise à la mathématique et abstraite loi du nombre.

Ensuite l'architecture qui s'avère indépendante des formes naturelles est fonction de la musique par le rythme et l'harmonie.

Enfin la statuaire et la peinture qui portent la servitude du monde réel.

On voit les contradictions! La première tentative d'esthétique n'est pas heureuse. Surtout quand Alberti estime que le dessin ne doit être qu'un contour isolant le tracé du nu devant que le vêtir; que l'anatomie doit être mitigée par le tact qui veut «que les seins et les fesses ne soient pas sur une perspective identique». — Et naturellement il faut les grâces du mouvement, les draperies, tout le rococo des ressources académiques conventionnelles: danses, cheveux, etc.... Quant à la couleur il la proscrit parce qu'elle n'est que sensualité.

Ceux qui veulent se convaincre de l'absurdité de tels poncifs les verront s'effondrer au Musée Bréra aux pieds

du Christ en raccourci de Mantégna. Mais il est bien difficile pour celui qui étudie la psychologie d'une époque aussi riche de négliger l'apport d'Alberti. Les erreurs mêmes nous éclairent sur la splendeur de l'art qu'elles veulent critiquer ou influencer.

Et puis il ne faut pas en garder rancune à Alberti pour cette raison déjà dite que cet homme de progrès n'est qu'un attardé. Il resta prisonnier des temps révolus. Cet envoûtement ne lui permit pas de comprendre que l'art hellénique n'est qu'une création de la vie et non une harmonieuse composition de formes.

Par toute l'esthétique le phénomène est permanent que ceux qui prennent le monde extérieur pour point de départ vont s'anéantir dans l'abstraction la plus subtile et demander un refuge à Platon.

Il n'y a qu'un point de départ pour toute théorie esthétique, c'est l'âme de l'artiste dont la vie extérieure est une représentation.

Hegel par sa philosophie est le créateur de l'esthétique moderne.

Et tout l'apport non d'art, mais d'esthétique que comporte la Renaissance italienne reste probablement immortel dans les notes de Michel-Ange et de Léonard.

Elles sont conformes à l'art de leur époque. Rien de l'esthétique d'Alberti n'est conforme à l'art de la sienne.

IV

PSYCHOLOGIE DE L'ARCHITECTURE

Le Gothique et l'Antique se rencontrent sans bagarre. Brunelleschi élève en paix à Florence l'Eglise du Saint Esprit qui est la première manifestation de la construction moderne. Peu après Cosme de Médicis s'installe dans son Palais de la rue Large où les souvenirs de la Grèce et de Rome ont apporté beaucoup d'élèments.

Cette facilité d'adoption provient de ce que, sauf dans le Nord, l'art gothique n'a rien de vraiment italien. Certes l'ogive est partout mais à cela se borne l'emprunt. La structure, la conception de l'équilibre sont autochtones. Les architectes, dès Giotto, ont donc cherché d'autres conceptions constructives, la non adaptation du gothique dans la péninsule étant la raison fautive de leurs recherches. Il y a aussi l'évolution de l'architecture qui, d'un art collectif est devenue en Italie la manifestation individuelle d'un talent. L'architecte premier des artistes tient à s'affirmer.

Pour Brunelleschi l'architecte doit tout savoir, tout connaître et tirer parti de tout.

Les peintres de l'Italie vont vers Florence. Les architectes marchent sur Rome. Ils y vivent, y travaillent et y meurent.

Rome est avant tout la leçon des ruines dont le drame lyrique est dans le *Songe de Poliphyle.* Ce livre est le récit d'un rêve que fit Colonna et auquel il associe sa maîtresse la belle Polix. Il la suppose perdue avec lui dans des ruines. Et d'après ces ruines tous deux reconstituent techniquement les monuments perdus. Ils assistent ensuite à la renaissance de la vie antique, voluptueuse et heureuse. Et le hasard, par magie, les amène à Cythère où ils se réveillent dans les bras l'un de l'autre, au chant des oiseaux.

Colonna n'est pas un architecte. C'est un archéologue devenu romancier et amoureux. En outre un latiniste qui rend hommage au paganisme.

Deux hommes découvrent l'architecture ancienne. Fra Giocondo qui dessine ce qui reste de ses détails dans le temple de Vespasien, dans celui de Castor et Pollux. Il reconstitue surtout les détails ornementaux, les chapiteaux, les bases, les voûtes. Et chacun de ses dessins est une sorte d'exaltation lyrique.

Mais Fra Giocondo n'a recueilli que des indications et tout en serait resté là si le Pogge, conteur libertin, humoriste cultivé de son siècle n'avait, en fouillant la

bibliothèque de Saint Gall, retrouvé un manuscrit du *De Architectura* de Vitruve.

Ce manuscrit-là, Ghiberti et Alberti se jettent dessus et le sort de l'architecture nouvelle est jeté.

Certains ou jugé l'évènement néfaste. Car Vitruve est romain et prêche la rigidité. Mais qu'importe? la Rome impériale renaîtra dans beaucoup de monuments. Le Parthénon restera inconnu jusqu'au 18ème siècle pour les architectes. Ils ne jugeront que par Vitruve qui a eu le tort d'alterner les ordres helléniques, de faire un mélange de l'Ionique, du Corinthien, du Dorique. Et l'élan est unanime vers l'Antique... tel que Vitruve l'a conçu.

Mais l'architecture nouvelle n'est bientôt qu'un thème sur l'antique renouvelé. Les maîtres italiens lui ont imprimé leur personnalité et sont surtout parvenus à lui donner une affectation moderne. Il en est résulté la conscience, non plus de la beauté des monuments mais des groupes monumentaux. L'unité architecturale cesse d'être le temple ou le palais. Elle devient la rue, le quartier, puis la Cité.

Cette évolution est lente car il faut réadapter, modifier, mais chacun s'y fait, et dès les débuts du XVIème siècle Florence sera Florence et la Rome pontificale surgira à côté de la Rome Impériale. Il y a beaucoup de théoriciens qui se plaisent à tirer les plans de villes entièrement démolies et rebâties et, naturellement l'urbanisme, d'un art appliqué devient une abstraction pure.

Alberti base sa ville nouvelle sur la conception d'un plan radio-centrique, la spécialisation des quartiers par corps de métiers, l'alignement et la hauteur invariable des maisons. Il veut un forum bardé de logettes, des arcs de triomphe et, comme plus tard Léonard, il veut qu'un canal borde chaque rue pour permettre la circulation en barques ou en bateaux. Et partout du marbre, évidemment.

Rien de ces plans n'est fidèlement exécuté, mais ils ont bouleversé toutes les villes de l'Italie.

Le style antique — un mélange romain de styles helléniques, mais très librement interprétés. La colonne et le

pilastre. Les ordres antiques. Vitruve les avait brouillés. Les architectes brouillent encore ce qu'a altéré Vitruve. Mais la règle essentielle de l'architecture monumentale se fonde sur le nombre. Partout la luxuriance fait place à la sobriété. Nous avons l'antique flamboyant comme il y a eu le Gothique flamboyant. Et personne dans cette débauche ne songe que le secret de la beauté antique est dans le double sens de la proportion et du rythme. Il faudra Michel-Ange pour accomplir cette découverte et cette mise au point.

L'arc règne partout. L'arc en plein cintre. En 1380, André d'Orcagne l'avait déployé en large dans sa logette des Lanzi. Mais les quattrocentistes, eux, le posent non plus sur le pilier, mais sur la colonne. Le motif ainsi répété donne la *loggia*. On sait quel en sera le succès.

Et les galeries. À Bologne et à Vérone il y en a tout au long des rues. À Florence elles se superposent par étages aux façades des palais. Enfin, au Vatican, les loges de Bramante consacrent l'innovation.

Et l'architecte se livre à mille fantaisies dont la plus fréquente est d'affiner la colonne à mesure que devint plus puissant l'arc qu'elle supporte. L'effet n' est réalisé avec sécurité que grâce à des tirants de fer tendus entre les supports, et, de cette façon, la loi de la pesanteur est défiée ainsi que celle de la poussée. On ne peut comprendre un tel paradoxe qu'en songeant que le défaut de l'architecture italienne est d'être peu construtive. La ligne y est presque toujours sacrifiée à l'ornement.

Il y a aussi les Coupoles — Alberti à Saint Sébastien de Mantoue, Gulielmo de Sangallo, Brunelleschi, Michel-Ange à Rome, chacun à la sienne, composée de lignes parfaites. La coupole domine la nouvelle architecture religieuse.

Et les palais forteresses de Florence.

Voilà la place prise par l'ordre nouveau.

Voyons les hommes.

Brunelleschi est une physicien, un virtuose de la trigonométrie sphérique. Vasari nous dit qu'il avait fait un

plan général de la place de la Seigneurie avant de partir pour Rome, en 1404, avec son ami Donatello. Il y dessine des ruines et cherche les proportions des monuments effondrés. En rentrant à Florence il se met à l'oeuvre. Il pose une coupole sur *Sainte-Marie de la Fleur* et c'est la première de l'époque. Mais comme elle ressemble aux coupoles romanes de Pise!...

L'architecture de Brunelleschi est empreinte de verticalisme.

Elle garde encore tous les souvenirs du Gothique.

Alberti: Le *De re ædificando* est un commentaire. L'architecture, pour lui, s'inspire de trois lois: 1°) le modèle antique; 2°) Vitruve; 3°) les nombres.

C'est Platon qui a établi les rapports entre le nombre et la beauté. L'architecture pure consiste à découvrir la *médiété*. Cette médiété est une série de groupes de trois nombres qu'on fait alterner dans une proportion harmonieuse. Il y a une mathématique de la création.

L'architecture est donc une musique de pierre.

La musique est donc l'architecture des sons (1).

La première application de ce principe est la restauration de la façade de l'Eglise Saint-François à Rimini, transformée en temple des Malatesta. On sait ce qu'Alberti fera ailleurs.

Et toujours la coupole en *finale!*

Et cette symphonie joyeuse qu'est le Palazzo Ruccellaï. Séduction par le rythme des pilastres légers!

Venise, (2) qui garde longtemps la tradition gothique et l'arc brisé, se rajeunit par un style original. Le palais *Ca d'oro*, la porte della Carta sentent un peu le proche orient, l'arabesque Maure — Buon et Lombardi corrompent les thèmes classiques pour l'éblouissement d'un peuple de marchands enrichis. Il y aura bientôt de l'or sur toutes

---

(1) Cfr. Henri Michel: «*Esthétique arithmétique du quattrocento*».

(2) E. Schaub-Koch: «*Le voyage de Venise*». (Paris, 1933).

les façades et l'architecture sera totalement anéantie par le décorateur, la ligne éliminée par l'ornement. Ce sera le *Stil nuovo* qui présidera à élévation de leurs tombeaux.

La Lombardie offre des styles plus fantaisistes et plus libres encore. Gothique, roman, antique, romain, les architectures confondent tout, mêlent tout. L'impureté du dôme de Milan est encore accentuée par les décorations qui tentent d'y poser. Le monument était à peu près terminé lorsque ses propres architectes effrayés de leurs fautes de goût firent venir leur confrère français Pierre Mignot pour les atténuer. Et Pierre Mignot en ajouta de nouvelles.

La Chartreuse de Pavie est non moins bâtarde. Les ordres classiques, les grandes formes monumentales s'y succèdent sans harmonie et dans une telle luxuriance que le spectateur ne s'y reconnaît plus.

De son séjour à Milan, avant le départ pour Rome, Bramante aura profité pour imposer à la Lombardie une sorte d'architecture picturale dont son historien M. Malaguzzi-Valeri ne se montre guère enthousiaste.

Et Bramante était déjà célèbre pour sa connaissance de l'antique. Mais nous n'y voyons qu'une preuve nouvelle de ce que l'antique retrouvé ne pouvait donner une architecture nouvelle à l'Italie et qu'il n'a servi de prétexte à des hommes de génie pour imposer leurs vues et leur personnalité.

V

L'INSPIRATION ET LA FOI

Fra Angélico reste le dernier rayon de la spiritualité franciscaine. Avec la fin du Trecento disparaît l'inspiration religieuse pure. Le quattrocento ne sera pas le poète de la ferveur ni de la douleur chrétienne. Il atténuera même le lyrisme pathétique des Siennois. La parole n'est plus à la souffrance. Elle est à la gloire et au bonheur de vivre.

Les fresques du Campo-Santo de Pise qui évoquaient les horreurs de l'Apocalypse et du Jugement dernier disparaissent. Le pastoral, l'idyllique, le tendre Benozzo Gozzoli repeint dessus et l'on sait avec quel charme. Ici la mort n'est plus qu'un sommeil bienheureux. L'enfer n'existe plus.

«Même devant les morts ne soyons pas tristes», s'écrie Alberti.

Et l'on oublie le passé. Le présent et l'avenir seuls préoccupent les vivants. Et le goût de la vie envahit tous les sujets religieux: les Nativités, les adorations des mages, les annonciations, et même les crucifixions ont quelque chose de noble, de somptueux, de luxueux, de riche.

Saint François a réconcilié l'homme et la nature. L'amour n'est plus un péché. Christ mort est ressuscité. Les pâques sont joyeuses. Les oiseaux, les fleurs, la terre et la mer forment les éléments accessoires de toute peinture. Botticelli ne peut peindre la *Calomnie* qu'avec la mer à l'horizon. Vasari signale le concours qu'apportent aux artistes les «Sottigliezzi» de la nature libre.

En même temps la vie civique n'est plus qu'une série de fêtes. Tout se déroule comme dans une fresque de Ghirlandajo ou de Benozzo Gozzoli. L'humanisme s'est infiltré partout. Le paganisme n'est jamais mort en Italie «terre, dit Machiavel, des souvenirs chers et des réssurrections».

Botticelli traîte ses scènes mythologiques comme si elles étaient des épisodes de la vie contemporaine. Aussi Pinturricchio et Benozzo Gozzoli. Les Dieux de l'Olympe reviennent à Florence comme chez eux. Les peintres en font des citoyens de la République au lys rouge, tant par les mœurs que par l'allure et le vêtement. La cité dédiée à la Vierge Marie a réinstallé dans ses murailles le culte de Vénus et celui de Pallas. Apollon n'avait jamais déserté les autels. Léda et le cygne s'accouplent sur les portes de bronze de Filarète à la basilique de Saint Pierre. Partout le paganisme mêle ses images à celles de la Chrétienté.

Marsile Ficin fait de Platon un précurseur du Christ. L'Académie d'Athènes longe les rives de l'Arno. L'époque n'est esthétiquement qu'une évasion hors du réalisme chrétien.

VI

PSYCHOLOGIE DES STATUAIRES

Le marbre s'extrait de la terre latine. Ses effets sont sans limites. Mino de Fiesole en a extrait sa douceur étrange et infinie comme Donatello sa rudesse tragique. Le marbre sert l'attitude. Le bronze lui souligne le mouvement, le relief violent. Il est fait pour éterniser la gloire. Et Verrochio a fait de la bronzerie un art bien italien par sa technique géométrique du *Colleone*.

Les matières de la statuaire sont donc italiennes. Il n'y a plus qu'à en perfectionner les techniques.

Mais l'Italie, si elle apprécie les formes est le pays de l'anecdote. La sculpture anecdotique s'appelle le bas-relief. Le bas-relief raconte, analyse comme la statue commémore et synthétise.

Le quattrocento est l'âge du bas-relief. Ces récits détachent la sculpture du monument, contribuent à son indépendance. Les chaires de Sienne, le baptistère de Nicolas de Pise gardaient encore la discipline monumentale. C'étaient des «mars sculptés». Ici il n'en est plus question.

Le bas-relief quattrocentiste c'est un tableau sculpté. Aussi découvre-t-il d'abord la profondeur. *(Porte du Paradis ou Baptistère de Florence)*. On devine la technique: créer l'illusion de la distance sur le panneau en diminuant la dimension et le relief des formes. C'est l'imposture spécieuse de la perspective linéaire et dans l'air. Elle crée de l'espace et crève le panneau.

La merveille de cette technique est la rencontre de *Salomon et de la reine de Saba*. Les plans se succèdent

vers les marches du Temple et Raphaël s'en inspirera lorsqu'il peindra l'école d'Athènes.

Donatello arrive encore avec du neuf. Il confond les phases. Les personnages marchent d'un plan dans l'autre. Et ce sont ces personnages qui démarquent les plans de la perspective.

Le *Schiaccociato* est une sorte de relief écrasé qui éloigne les figures dans l'arrièreplan. Donatello en est l'iniateur.

A Pérouse, à l'oratoire Saint-Bernardin, tandis que le Saint monte au ciel les anges qui l'accompagnent sont des émanations des nuages.

La médaille est, somme toute, du bas-relief. Sa technique se confond avec la sienne. Le quattrocento la fait renaître. Mas il la coule et ne la frappe pas.

Pisanello, Matteo dei Pasti, Boldu, Nicola Fiorentina y font étalage d'un naturalisme exceptionnellement vivace. Le profil suggère la physionomie et le caractère du grand homme.

La statue qui s'intègre dans un monument demeure monumentale. Les *évangélistes du Dôme* sont demeurés gothiques, mais, hors le monument, la sculpture de Jacopo della Quercia en garde le souvenir et presque le regret. Pour la voir s'en affranchir il faut aller à Or San Michele. Nani Banco y groupe jusqu'à quatre Saints dans la même niche et tournés les uns vers les autres ils discutent avec animation. Verrocchio fait de même dans l'incrédulité de Saint Thomas. Celui-ci empiète même sur le cadre inférieur de sa niche et Verrocchio dès lors ouvre toutes possibilités à l'indiscipline des sculpteurs baroques qui ne doit être tolérée que chez les hommes de génie.

La statuaire libérée, mais après la peinture, la rattrape dans sa course vers le destin.

Autres innovations: la statue équestre, le buste portrait, la plastique enfantine.

La première statue équestre italienne est dans la première moitié du XIV^{e} siècle sur la tombe à Vérone de Bernard Visconti. Mais elle est symbolique et purement

suggestive. Gualtamelata à Padoue chevauche plus réaliste par les soins de Donatello. Le cheval est une copie de celui de Marc-Aurèle que Donatello a admiré à Rome devant le Palais Latran. Le visage de Gualtamelata est modelé d'après un masque pris sur le mort. Quant à la cuirasse, aux armes, aux ornementations du héros, elles sont un extraordinaire amalgame de présent et de passé et une série d'anachronismes. Sur la poitrine de fer du Condottière la Méduse hurlante d'après le modèle d'un camée médicéen. Des amours s'ébattent sur le troussequin de la selle. Mais le héros a aussi les pieds nus et la tête nue comme un impérator. L'ensemble s'érige sur un socle de marbre ovale comme les sarcophages romains. Le monument symbolise la vérité dans une sérénité puissante.

Le *colléone* de Verrocchio est un poème épique. C'est la brutalité de l'énergie victorieuse. Le cheval est en marche, un sabot levé.

La porte est ouverte à ce cheval cabré de Trivulzio conçu par Léonard. L'éternité du bronze pour un mouvement éphémère.

Le buste avait connu à Rome une vogue formidable que le Moyen-Age n'avait pas entretenue. Le voici à nouveau à l'honneur. Marbres, terre-cuite, bronzes sont signés Donatello, Verrocchio, Rosellino, Benedetto de Majano, Pollajuolo, Mino de Fiesole. Ce sont surtout des chefs-d'œuvre de synthèse et de vie condensée. Londres, à la galerie Albert et Victoria, en conserve une série d'un beau réalisme. Il semble inutile de dire la facilité avec laquelle le buste est entré dans les mœurs.

Le buste est de naturalisme direct mais à base de psychologie puisqu'un buste est la matérialisation d'un caractère.

Le Julien de Médicis de Verrocchio est plein de *vaghezza*.

Le Charles VIII de Pollajuolo est d'une laideur vive et intelligente.

Les rides de Piétro Mellini sont gravées dans le marbre pour l'éternité.

Il s'agit de tout supprimer d'un être pour attirer l'attention du spectateur sur ses traits, surtout sur ses yeux. Le marbre ni le bronze ne voient, mais les modèles qui y demeurent immortels sous leur forme mortelle doivent, eux, continuer à voir.

Et pour commémorer les morts, Florence a créé elle aussi un type de monuments funéraires. Elle s'est plue à entourer la mort de formes toujours païennes. Et l'iconographie funéraire est elle aussi une invention florentine du quattrocento.

L'enfance fait contraste avec la mort. Est-il nécessaire de rappeler ce que nos-mêmes statutaires en ont fait d'adorablement vif? Et, sauf réminescenses, cette sculpture n'a rien d'antique. Celle de Jean de Pise, de Nicolas, d'André, celle d'André d'Orcagne, est tout parfois inspirée par les gothiques français. Peut-être par le canal d'Avignon. L'art des imagiers français du 14e siècle a rayonné partout. Ghiberti s'en est inspiré dans le style décoratif de ses monuments, dans le rythme des draperies, dans son réalisme botanique, et dans cette «hanchure» qui a mis l'harmonie et la souplesse dans le corps humain. Mais la vision reste gothique.

Verrocchio l'en délivre. Vasari nous apprend que telle est sa passion de vérité qu'il moule toutes les parties du corps.

D'ailleurs Donatello et la Quercia (1) ne fut-ce que pour la puissance et l'ampleur sont un peu les fils de Claude Huter. Et la polychromie est toujours à la mode!

Le quattrocento lui puise à même dans l'Antique et dans la nature. Ici encore Jésus et Platon se conjuguent dans les jardins de Laurent de Médicis. Et les sculpteurs de la Maison Médicis restaurent les deux Marsyas célèbres!

A Rome Guiberti découvre l'Hermaphrodite. Il décou-

---

(1) E. Schaub-Koch, *Jacopo della Quercia*, Paris, 1935.

vre que le hanchement est hellénique, antique au même titre que gothique.

Ainsi toute la statuaire du quattrocento combine l'Antique et le naturel.

Le chef-d'œuvre du genre est le Saint-Georges de Donatello. Il a tout de même encore quelque chose d'un guerrier de Rome ou d'Athènes. Il est dyonisiaque au point d'émouvoir toutes les femmes.

Mais entre ce naturalisme et ce classissisme antique la sculpture oscillera longtemps. Et, puisque Verrocchio lui en aura fourni les moyens techniques, c'est Michel-Ange qui fixera le style définitif de la statuaire italienne sans rien reculer des limites de son oscillation.

VI

PSYCHOLOGIE DES PEINTRES

Les peintres sont sans nombre. On ne saurait que parler d'eux individuellement tant le génie est multiple et tant les écoles s'enchevêtrent. Le seul classement possible serait basé sur les genres et les techniques. Mais ils ont presque tous pratiqué toutes les techniques et tous les genres...

Enlumineurs. Lorenzo Monaco influe sur l'Angelico, sur Gentile Fabriano, sur Benozzo Gozzoli... Après quoi l'enluminure abdique la tradition pieuse et retourne au tableau. Ce périple est celui de tous les arts décoratifs à la mort du moyen-âge.

Attavanti, enlumineur, pratique son art sur des panneaux plus souvent que sur des livres. La bibliothèque Laurencienne conserve le frontispice par Cherico d'une traduction d'Aristote. L'enlumineur s'y révèle hellénique par l'inspiration et s'affirme à l'écart de la «maison de Dieu».

L'italien n'est ni tapissier ni peintre verrier. Le grand art national c'est la fresque. Aussi couvre-t-elle les murs

des temples, des palais, des villas. Mais elle s'adapte aux nécessités des temps nouveaux. Elle finit, chez un Ghirlandajo par n'être plus qu'un prétexte à Portraits (Palais Riccardi. Florence).

A la Sixtine la fresque donne au Christ une allure contemporaine de sa date d'exécution. Le rythme de la vie, le décor et les horizons de l'ambiance.

A la Sixtine, chez Perugin, chez Botticelli, chez tous les fresquistes célèbres domine la perspective aérienne et linéaire. Profondeur et convergence. La vieille peinture murale, celle que contrôlent les architectes, n'est qu'un souvenir des temps anciens. La fresque devenue un tableau, comme l'enluminure.

Et le tableau c'est la peinture de chevalet. Dès 1540 elle concurrence la fresque victorieusement.

La prédelle d'une polytique, faite de panneaux anecdotiques fait prévoir la peinture de genre. Et la peinture de genre est anecdotique. Le roman, la nouvelle fleurissent sous le dogme, la théologie et la foi.

Le tableau par son exécution plus minutieuse et plus fouillée est le véhicule et la manifestation toute naturelle du réalisme. Il procède de la miniature comme la fresque de l'art monumental.

L'Italie a appris au Nord à peindre. Mais le nord lui a appris à observer.

Le *tondo,* tableau rond est le support idéal du florentin. Fillipo Lippi y incline en cercles concentriques les personnages sacrés vers la *Vierge et l'Enfant.* Botticelli, de la même façon compose son *Magnificat* et Michel-Ange l'emploie pour la *Sainte Famille.* Aussi pour ses madones au bas-relief de marbre.

Un autre support apparaît. La toile se superpose au bois. Il semble que les Vénitiens en aient pris l'initiative. En tous cas Antonello de Messine, Ghirlandajo et Mantegna s'en servent parmi les premiers.

La peinture comme la fresque a déserté le mouvement. Elle est devenue privée, destinée non plus à tout le public

mais à l'usage des amateurs. L'individualisme se manifeste jusque dans la jouissance égoïste du chef-d'œuvre.

Et ce sera la grande révolution de la peinture à l'huile. Il faut s'entendre. On sait l'immense amélioration technique et la souplesse qu'elle comporte. Mais ce que l'Italie a pris au brugeois ce n'est pas le *rendu*, c'est la *transparence*. Les Van Eyck n'ont nullement inventé l'huile comme véhicule. Leur découverte fut un siccatif. Mais par l'huile s'élève le concert harmonieux des tonalités.

A la méthode nouvelle l'Italie vient avec lenteur. On ne sait d'où vient le procédé. Les uns disent qu'il fut importé du Nord par Dominique Veneziano, an 144. D'autres attribuent la découverte à Antonello de Messine. Ce qui est certain c'est qu'Antoine Pollajuolo dans son *Saint Sébastien* et Verrochio dans le *Baptême du Christ* parviennent à poser des touches transparentes sur un fond de détrempe. La réforme première est le *glacis*.

Florence est trop attachée à l'Esprit, c'est-à-dire au dessin et aux formes pour songer à tirer un vaste parti de cette matière nouvelle sensuellement veloutée. Elle ne s'en accommode que pour donner plus d'éclat à la simple et traditionnelle détrempe. Le procédé reste plus conforme à la pureté tecnique.

Ghirlandajo aurait-il, comme le prétend Vasari, considéré l'*adoration des bergers* de Van der Goës comme une révélation? Ce que l'on sait c'est qu'il ne travailla jamais qu'à la tempera souvent en lui demandant les ressources du vernis.

Lorenzo di Credi, lui a compris l'huile car il lui a demandé le doux modelé en douceur fondue. Et il a mis au point le rêve de la *Joconde* et la plastique d'André del Sarto. Mais çà, c'est l'avenir!

Assurée d'une technique nouvelle, la peinture va vite et dépasse les formules stéréotypées des derniers giottesques. Le dernier de ceux-ci a pourtant tenté quelque chose. C'est l'Angelico. L'âme contemplative de Fra Gio-

vanni l'a fait méditer devant des visages blonds, emaciés, aux yeux bridés. Il s'en est servi pour le style de ses Annonciations.

Fra Giovanni est élève de Lorenzo Monaco. Son art lui vient du Moyen-Age dont le spiritualisme nia la matière et sa technique est celle des enlumineurs Ombriens.

C'est Masaccio, libérateur du portrait, qui lui révélera les ressources de la fresque. Il en sortira la Crucifixion du chapitre de San Marco. Et dès lors l'ingérence n'ignore plus rien de la force expressive des étendues où palpite une émotion. Et pour Saint François au pied de la Croix, l'Angelico fera même du réalisme et du serré.

En 1445 le voici à Rome. Il y apprendra enfin à dessiner avec virilité. Il s'initiera au rendu du volume et des formes. Il étudiera même l'architecture et la statuaire antique et le doux frère ignorantin de la peinture finira dans la peau d'un naturaliste pour lequel la science n'est plus un péché et qui n'ignore rien du plafonnement, de l'anatomie, du raccourci. En un mot, de la peinture.

Masaccio a donné le coup de grâce au Giottisme. Il a placé le nu robuste et ferme dans l'*Exode du Paradis*. Il a fait valoir la douceur de la chair féminine et la solidité du muscle masculin. Et contrairement aux flamands il a su mettre le couple en marche.

Lorsqu'il peint des formes, il les sculpte.

Il a le sens de la grandeur et celui de l'éternité.

On suppose que c'est à Rome qu'il s'est initié aux secrets de la composition. Ce qüi est certain, c'est que Masaccio y est passé maître. Parfois au lieu de superposer ses personnages en perspective ascendante il les groupe en profondeur *(Saint Pierre et le roi Théophile)*. Ce qui est certain c'est qu'il est l'homme de la perspective. Celle-ci demeure pour lui la loi de la vision du monde extérieur par l'artiste. Et c'est pour cela qu'il est surréaliste. Il suggère et ne définit presque jamais.

Masaccio est l'annonciateur de Raphaël d'Urbino.

Depuis 1425 nous sommes en plein naturalisme. Rien d'étonnant, dès lors, à ce que les peintres soient surtout des observateurs.

Le réalisme italien est caractérisé par la collaboration de l'oeil et de l'esprit qui manque parfois aux flamands.

Le florentin n'est pas seulement observateur. Il est d'instinct psychologue et dans le sens aigu du terme. Il regarde avec finesse le monde extérieur, mais il cherche aussi à se l'expliquer. Et c'est en cherchant l'explication qu'il l'interprète.

Il y a en outre dans l'art florentin toute la part d'émotion qui s'attache à la beauté des formes. Saint François, frère des êtres et des choses? Un peu de cela. Mais Saint François est médiéval. Et Florenoe, à l'heure où nous sommes est payenne et a déchiré le voile du mysticisme. Son réalisme s'adresse même volontiers aux choses plutôt qu'aux êtres, car aux choses le peintre prête son âme un instant. C'est ainsi que le florentin entre dans son sujet, devient personnel, créateur, cesse de copier.

En outre les progrès techniques permettent toutes les audaces de la création. Les progrès techniques sont l'apport de Verrocchio, de Mantegna, de Masaccio, et la peinture à l'huile.

Perspective aérienne et linéaire, raccourci, plafonnement, glacis, modelage, transparence du coloris. Possibilité de peindre l'air, le vent, la lumière, le mouvement. Les portes de la peinture sont ouvertes à la vie.

C'est ici que débute l'originalité réelle de l'Italie. Les statuaires pisans, les peintres siennois, Pétrarque ont été les intermédiaires de l'école d'Avignon (Voir la Fresque réaliste d'Arena).

Gentile Fabriano, Pisanello, sont postérieurs de vingt ans aux dessinateurs de la Bourgogne, aux illustrateurs des *Très Riches Heures.*

Il y a aussi la grande leçon du Nord. Les Eyckiens ont appris à l'Italie l'importance du détail poussée jusqu'au scrupule, et, à l'Epoque, affirme Vasari, le tableau flamand

fait prime sur le marché italien. Il cite Jean de Bruges et Justus de Gand, La Pasture et Van der Goës. C'est le triomphe de la vision détaillée du monde, mais trop souvent gauche lorsqu'elle s'obstine à être trop sincère dans son dessin encore gothique.

C'est l'intelligence qui manque au Flamand. Il n'a que l'instinct d'imitation. L'intelligence, la création, c'est le dessin. Florence est la patrie des dessinateurs.

L'italien comprend de bonne heure les ressources de la diversité des êtres, de la pluralité des choses que le flamand a tendance à ramener au type unique. Les fresques de Domenico à Ognissanti nous montre Saint Jérôme dans son cabinet de travail en plein désordre. Dans un tableau flamand tout serait rangé et à sa place. Le flamand peint scrupuleusement la nature morte. L'italien fait vivre la nature morte.

Verrocchio (1) a guéri le jeune Léonard de cette objectivité nordique, dont Michel-Ange dans l'atelier de Ghirlandajo subit lui aussi l'envoûtement. La spontanéité créatrice des deux génies les plus créateurs ne leur vient qu'avec la maîtrise, qu'ils furent révélés à eux-mêmes.

La peinture flamande est scolaire et anti individuelle. L'italienne est individualiste.

Le paysage est à ce point de vue curieux à étudier. Le plus souvent, chez l'Angelico, il se résume encore soit en indications de lieux communs, soit en d'archaïques couches dorées. Certains affirment que cette partie de l'œuvre de Fra Giovanni a été peinte par son frère.

L'avènement du paysage observé, senti, non reconstitué de mémoire et objectivement comme chez Memling et les flamands, est un phénomène moderne et italien en ce sens que l'italien, devant le décor naturel est le premier à être lyrique. Gozzoli, le premier, donne une vision personnelle de la Toscane et ce qu'il y découvre c'est le cyprès. Botti-

---

(1) Vasari — passim.

celli ne voit que les éléments du paysage et pour lui ces éléments sont un apport décoratif. Il traite la mer en décorateur et les végétations en orfèvre. Masolino, le premier semble avoir eu l'idée d'un paysage ressenti. Le premier en date est celui qui encadre la *Mise en Croix de St. Clément* (Rome). Masaccio, dans les *fresques du Carmine* fait entrer dans le paysage toute la technique de l'espace.

Encore le paysage n'est-il, en Italie, qu'un élément, qu'un adjuvant du tableau. Michel-Ange déclare que le paysage est un genre flamand. Pour lui le mot *flamand* est péjoratif et il précise en disant: «la pluralité du détail sans l'ordre humain n'est pas comptable avec les règles de l'art» (1).

Botticelli dit: «Rien n'est plus facile que de faire un paysage. Il suffit de frotter contre le panneau un torchon imbibé de couleurs» (2).

Le créateur du paysage florentin sera Léonard.

Le paysage de Pierre della Francesca est une vision plus poétique que picturale.

Le peintre du quattrocento est plus sensible à certains détails de la nature qu'à la nature elle-même. Il garde, de St. François, l'amour des oiseaux, des fleurs, des fruits, des branches de laurieur. Il évoque la nature par indications.

En revanche, rentré chez lui, le peintre, insensible au plein air se passionne pour les choses immobiles et crée la Nature Morte qui porte le coup décisif aux conventions gothiques et enrichit le cadre.

La grande ressource des réalistes florentins est de transposer dans la vie qui leur est moderne les données de l'ancien et du nouveau testament.

Cet anachronisme est systématique et non naïf. Il cherche la beauté vivante. Il veut la prélever dans le monde vrai. Les rois mages deviennent des Médicis. La Vierge accouchée est une patricienne de Florence que viennent visiter toutes les dames élégantes de la Ville.

---

(1) et (2) *Dialogues sur la peinture* par Francesco de Hollande.

La recherche du caractère est un trait, elle aussi du naturalisme. La laideur devient belle par l'éclat de l'intelligence. Ghirlandajo et d'autres abondent en caricatures des plus hauts personnages.

La femme nue du «baroque» n'est pas belle. Botticelli la gratifie d'une maigreur vigoureuse et élégante très éloignée du Canon hellénique qui sera repris par Léonard. La vraie beauté est avant tout sereine. C'est Léonard qui la fait aboutir à la sérénité.

Botticelli est un peintre érotique.

Evolution du nu. Les premiers sont les nus pisans du Jugement dernier à la façade de la Cathédrale d'Orviéto. Ils sont exacts et nerveux. Mais ils ne comportent pas encore en germe l'apothéose du *bel animal humain*, point culminant de Raphaël, de Sodoma, et de Léonard, car le *bel animal humain* comporte autant de spiritualité que la maigreur des primitifs ou la roideur gothique.

Le nu n'est pas d'un *réalisme direct,* sauf à l'atelier. Il n'est pas la loi de la vie normale, de la civilisation qui éloigne l'homme du naturel. Il est un travail d'élimination, et pour l'imagination érotique de Sandro Botticelli, presque une abstraction.

Pour Léonard, le nu est une conception néo-platonicienne et donc religieuse puisque les dieux de l'antique sont dévétus.

Mais c'est Pollajuolo qui étudie le nu vivant et y met le sentiment là ou Botticelli n'y recherche que l'émotion des sens. Les bronzes de Pollajuolo créent le nu académique moderne, comme Michel Ange créera le nu surréaliste et rodinien. Pollajuolo c'est Bourdelle. Michel Ange c'est Rodin.

A cause de la collaboration de l'esprit, seule est vraie, en Italie, la beauté nue.

Confusion entre le nu profane et le nu religieux: *Inde Irae* de ce fanatique qui a nom Savonarole.

L'anatomie, avec Verrocchio, Léonard, Michel Ange, qui dissèquent des cadavres, et avec Benvenuto qui étrangle ou

poignarde des hommes pour étudier sur eux les réactions physiques de l'agonie qu'il rendra dans son *Christ Vatican*, crée le nu savant.

Proportions et perspective. Les nus de Mantegna.

Alberti préconise l'étude des beaux modèles géométriquement, à la règle et à l'équerre. «*Misure e proporziôni*» pour en arriver à l'*essatta bellezza*. Il fait une moyenne sur un certain nombre de modèles et en tire la *médiocrita* qui est pour lui le canon de la beauté idéale.

Léonard a pour bréviaire la *Divina Proportione* de Pierre della Francesca.

L'écueil du système est dans son rationalisme qui fixe à telle mesure une beauté parfaite.

Botticelli, dans son sensualisme est plus vrai lorsqu'il considère que la beauté se mesure à l'émotion qu'elle communique aux sens. Sandro, jusqu'à Michel-Ange, sera le seul apôtre de *beauté dynamique*, c'est-à-dire de l'expressivité.

Incursions du naturalisme pictural dans l'antiquité et en Orient. Ce n'est pas Delacroix qui suscite l'Orientalisme. C'est Giotto dans le Banquet d'Hérode. De même la reconstitution historique est suscitée par Mantegna et par Gozzoli dans sa fresque de San Geminiano: Saint Augustin quittant Rome. Et Fra Angelico réédifie la Rome Impériale autour de Décius.

Ce réalisme est naturel. La Ville de Saint Pierre est pour l'Italie la capitale ancestrale.

De même la religion est née en Judée. Et pour l'Italien, catholique, l'orientalisme s'explique. Certes Constantinople a influencé Venise. Echanges commerciaux, mais le phénomène est local. L'orientalisme italien naissant est biblique.

La troisième dimension! C'est Masaccio qui a conquis l'espace et qui l'a peint avec un maximum de rendu. Florence est la capitale de la *Prospettiva*. Alberti en est le théoricien: «Le panneau peint est une intersection de la pyramide visuelle». Et du jour où ces lignes furent écrites, s'effondra la conception de rêve de l'Angelico.

Brunelleschi jongle avec les nombres et crée la géométrie de l'espace. La science physique envahit l'art. Elle fera les préoccupations de Léonard et de Michel-Ange.

Ucello. Sa perspective est la forme de sa pensée. Elle s'applique aux apparences, non à la réalité. Elle n'est plus une science, mais un trompe-l'oeil.

Conclusion. A Florence la peinture est basée sur le dessin et le dessin sur la perspective spaciale et linéaire, le raccourci et plafonnement. La perspective est infaillible. Et c'est son infaillibilité qui a mené logiquement Savonarole au bûcher tandis que Michel Ange ressuscitait les dieux.

Hors Florence — La Francesca s'approprie les découvertes de Verrocchio, de Mantega, de Masaccio. Mais il crée le clair-obscur et met au point la science de la lumière. Il peint la nuit et s'en évade dans la *Réssurrection* de Borgo San Sépulcro et dans sa *vision de Constantin.* Il met au point les valeurs picturales comme les Florentins y ont mis les valeurs graphiques.

Signorelli réduit toute la peinture au corps humain et tout le corps humain aux modalités du nu — L'exemple est unique dans l'histoire de l'art.

Suave austérité Ombrienne. Perugino se rattache au passé. Rien chez lui n'anime les formes, ne les raccorde. Il les isole et les immobilise. Contemplation mystique de la solitude et du silence.

Pinturricchio est un peintre neuf. Il est le créateur de l'érotisme anecdotique. *(Appartement des Borgia).* Pour lui l'arabesque décorative est même un élément de volupté. Il ne craint ni l'or ni les contrastes. Et son orientalisme l'amène vers les miniatures indo-persanes.

Pisanello mêle le dernier Gothique et la Renaissance. Il saisit la vie animale et végétale au naturel sans oublier de mettre l'homme au centre. Et l'homme, pour lui, c'est l'artiste. Il est le grand inspirateur du dessin moderne. Ses portraits, ses médailles en font un demi-dieu.

Mantegna, lui est le créateur de l'art moderne et le premier surréaliste.

Ce qui frappe le plus l'historien de l'art, c'est la continuité des mêmes caractéristiques qui marquent le talent des maîtres de toutes les écoles depuis les origines jusqu'à nos jours. Cimabué présente des aspects dominants, des conceptions soi-disant personnelles, des qualités de composition de coloris, et de dessin. L'art, dans sa méthode, évolue, mais ne se transforme pas profondément. Il n'y a que contradiction apparente entre les diverses écoles. En vérité, il ne faut regarder que l'oeuvre des maîtres, non des principes, qui visent tous au même but, et le perfecctionnement que l'ensemble présente dans la procession des siècles, est un perfectionnement dû surtout au progrès des sciences exactes, si profondément liées aux arts plastiques.

L'histoire de l'art contemporain commence du jour où Cimabué et Giotto ont introduit le sentiment du réalisme dans la peinture par réaction contre les fadeurs de l'école post-byzantine à son déclin. Giotto, et surtout son continuateur, Andréa d'Orcagna, se sont attachés à peindre des hommes, à les mettre en scène dans un cadre naturel. Tout était là. Esthétiquement le réalisme de Bellini n'apporte rien de plus. Mais le défaut de l'école, bien plus pour les élèves que pour les maîtres arrivés jusqu'à nous, consistait à faire de la peinture et du dessin des arts d'imitation. La perfection tendait à l'imitation parfaite de la nature. Parfaite et servile. Et il est évident que les moyens physico-chimiques et mécaniques dont nous disposons aujourd'hui auraient supplanté l'art lui-même. La photographie, prévue par Léonard de Vinci, aurait consacré la faillite de toute l'esthétique plastique, mis le talent des maîtres à néant et réduit leur maîtrise à une sort de virtuosité dans la copie et le calque, sans inspiration et sans pensée.

Ce fondement philosophique de l'art n'étant qu'une imitation parfaite de la nature, ne tarda pas à s'effondrer par le génie de Mantegna. Pour ce maître, et d'emblée, l'art de peindre ou de dessiner n'est plus une imitation, mais une re-création. Les êtres et les choses créés par la nature n'offrent plus un idéal à copier, mais un prétexte

à une création nouvelle dont les lois sont les lois de l'esthétique basées sur l'harmonie des courbes et des droites graphiques, l'équilibre des éléments de la composition et la valeur complémentaire des couleurs. L'idéal n'est plus dans la réalité. Il est dans une super-réalité dont les données, le point de départ seul, se trouvent dans le sujet. Ce qu'il faut réaliser c'est un ensemble géométrique de couleurs et de lignes arrivant, non plus à une image toujours physiquement ressemblante, mais à une suggestion de l'âme. En un mot, avec Mantegna s'ouvre l'ère de l'esprit. Un portrait n'est plus une ressemblance physique. Le trait du visage, le détail de composition d'un vêtement, le geste familier du personnage, n'ont pour but que la ressemblance morale, l'évocation du caractère du modèle. Par là le Maître a influencé Léonard de Vinci et l'Ecole de Venise, surtout Palma le vieux.

Ce principe fondamental de la rénovation, de la révolution esthétique réalisée par le peintre de la Cour des Princes de Gonzague devait apporter à l'art des bases nouvelles sur lesquelles les maîtres de toutes les écoles s'appuient encore aujourd'hui. L'art cessa d'avoir de pures et simples procédés analytiques. Il devint synthétique et constructif. Le dessin, naturellement, reprit une importance extraordinaire dans l'art plastique dont il devint la charpente et l'ossature, et chaque fois qu'une réaction se produisit à cet égard, une réaction successive venait donner raison à Mantegna.

Nulle part mieux que dans le coloris de Mantegna (1), la démonstration de ses théories esthétiques n'apparaît plus sensible. Si nous prenons, par exemples, les décorations murales de la *Camera degli Sposi,* nous voyons fort bien que ce magnifique «trompe-l'oeil» n'est conçu qu'en considération d'un ensemble parfait auquel tout détail inutile

---

(1) E. Schaub-Koch: *Mantegna, peintre et graveur*, 1941.

a été systématiquement sacrifié. La couleur elle-même n'est pas la couleur naturelle. Elle est la couleur convenue, nécessaire à l'effet, à la suggestion, et surtout à l'harmonie générale. La nature n'est qu'un prétexte à une sorte d'équation entre des formes agréables et des couleurs susceptibles de se compléter dans un charme commun. Voilà qui explique la prédilection de Mantegna pour des couleurs se rapprochant des tons purs qu'aujourd'hui nous avons chimiquement réalisés dans des tubes sous le nom de couleurs fondamentales, mais qu'il était obligé, lui, de broyer lui-même. Voilà qui explique encore chez le maître de Mantoue ce sens et cette inquiétude permanente de l'unité picturale qui, pour la première fois, par lui, s'est révélé dans l'art.

Si nous nous en reportons aux tendances graphiques, nous trouvons dans Mantegna l'origine du dessin synthétique qui a été poussé à la perfection par Daumier, Géricault et Delacroix, lesquels, par ailleurs, lui doivent encore tout. Le procédé consiste dans la recherche d'une ligne générale, souvent courbe, parfois géométrique, et qui résume symboliquement tout le mouvement du tableau. Le dessin de de chaque ligne, de chaque personnage, de chaque élément du paysage, n'est plus que fonction de cette ligne générale. Chaque tableau pourrait ainsi se résumer dans une sorte de diagramme qui évoquerait la courbe d'une statistique, pareille à celle des changes, de la bourse des valeurs, ou des fluctuations de la population d'une ville ou d'une épidémie, et cela, non seulement d'après la composition de l'oeuvre elle-même, mais encore d'après l'intensité avec laquelle les facultés dominantes de coloris, de perspective et de graphie y ont été déployées.

Mais à côté de ces infiluences techniques, l'influence de Mantegna est essentielle dans la philosophie de l'art. Lorsque, dans la chapelle des Médicis, Michel-Ange néglige parfois la ressemblance physique des personnages auxquels il élève un mausolée, et les représente comme de pures attitudes symboliques de la guerre, de la religion, de la

paix, de l'amour où ils révélèrent leurs vertus. Buonarotti s'inspire nettement de la *Camera degli Sposi*. C'est Mantegna qui lui a donné sa première leçon de «cubisme». L'art est une création pure qui ne doit rien qu'à l'idée, et plus rien à la nature elle-même, et l'art commence au moment où l'artiste n'est responsable que vis-à-vis de sa propre conscience. C'est ce principe qui a permis à Mantegna les raccourcis «plus forts que la vérité» du *Christ mort* (Bréra, Milan), par exemple, et qui constituent la plus saisissante des leçons qu'il a données et continue à donner à ses successeurs.

Mantegna est le trait d'union naturel entre Florence et Venise, ville de terre et de mer, fenêtre ouverte sur l'Orient, et, par conséquent patrie de la couleur inspirée déjà par le cadre naturel aux Mosaïstes de Byzance.

Antonello arrive à Venise en 1473. Il apporte de Naples, qui l'a reçue d'Espagne, la technique onctueuse et transparente des Brugeois. Il est, à Venise, le vrai créateur du portrait. Son fougueux *Condottiere* (Louvre) en atteste. Sa contribution psychologique est immense. Il a apporté à l'extérieur étincelant de l'art Vénitien le sens de la vie intérieure.

La fresque Vénitienne est de la peinture murale. Elle annonce le tableau et y descend des murs. Elle sera volontiers profane. Titien et Georgione décoreront les entrepôts des Turcs et des Allemands. Les fresques de Palma le jeune sont d'admirables tableaux. Ce n'est plus de la fresque. La fresque est un art français et florentin.

Le premier à Venise Gentile Bellini peint sur la toile ce qui lui permet d'aller travailler à Constantinople bien avant Delacroix. Carpaccio louche aussi vers l'Orient. Mais c'est un Orient imaginaire. Il demeure le maître de la féérie Vénitienne. La ville entière restera sous le coup de la magie révélée par lui et les Bellini. Nous n'en sommes pas encore à Guardi ni à Canaletto, mais ils se souviendront comme Titien et Georgione, de leurs prédécesseurs.

Carpaccio est le peintre de la lumière étanche. Le soleil est le personnage souverain de ses tableaux. Il en peint l'éclat comme une matière. Et c'est ce qui restera de lui.

CONCLUSION

Le quattrocento a fait renaître l'art hellénique qui avait tout créé, déclare Renan. D'accord. Mais le quattrocento a fait rayonner l'Italie que n'avait pas créé l'art grec sur tout l'occident.

Toute l'esthétique créatrice actuelle est suscitée par Mantegna et Michel-Ange. Toute sa technique vient de Verrochio, de Mantegna et de Masaccio. Leur leçon tous les jours nous est nécessaire.

La pré-renaissance est naturaliste. Mais le naturalisme n'est qu'une marche de l'escalier qui mène au surréalisme. Si le Quattrocento compte des peintres surréalistes, son apport seul a permis à Michel-Ange, à Cellini, à Léonard, à Giorgione, de devenir des surréalistes. Michel-Ange et Léonard sont élèves du surréaliste Verrocchio.

Et c'est ainsi que nous avons pu recréer le monde, psychologiquement grâce à des valeurs intellectuelles de plus en plus abstraites.

Et la preuve en est que jamais le réalisme du quattrocento a fait perdre à l'art surréaliste le sentiment du style.

EMILE SCHAUB-KOCH

AS DÍVIDAS DA MARQUESA DE ALORNA

No volume 81 dêste *Instituto*, publiquei, subordinado ao título *A 4.ª Marquesa de Alorna (Alcippe)* um artigo sôbre a sua situação financeira e a maneira atribulada como vivia e administrava sua casa.

Nesse artigo em que transcrevi as cartas que ela e suas filhas Frederica e Henriqueta dirigiram a um Carlos Higgs, negociante inglês com estabelecimento na Rua do Alecrim, em Lisboa, e que era o seu banqueiro, fiz notar que o seu neto D. José Trasimundo nas suas *Memórias* fala de dois sujeitos, aquêle Higgs e um outro chamado Moreira, que, associados, muito a atormentavam, reduzindo-a a não ter meios de subsistência por alguns anos.

Ignoro qual o nome de baptismo dêste Moreira. É de crer que êle fôsse parente, senão o mesmo, dum Luís Moreira que, pelo contexto do documento abaixo transcrito, parece ter sido criado grave, mordomo ou secretário da Marquesa.

Só em qualquer destas qualidades se pode admitir que êle estivesse dez meses em casa dela, dispondo de tudo, entrando em todos os compartimentos, recebendo rendas e adiantando dinheiro, quando não houvesse em cofre ou quando não lho davam para pagamento de despesas. Vê-se também pelo mesmo documento que a Marquesa não pagou o rol de tôdas as despesas feitas pelo Moreira e então êle propôs em juízo uma acção para pagamento de dívidas, ou, como se dizia, *acção de juramento de alma.*

Êsse documento deve ser o rascunho da lista dos itens, sôbre os quais se haviam de elaborar os embargos

àquela acção. Não sabemos qual foi a sentença, se pró, se contra, mas é de crer que fôsse favorável porque naquele tempo quando o Senhor de uma casa fidalga não a podia administrar, pedia a El-Rei um *juiz especial* que nada administrava mas que resolvia as causas movidas contra a economia interna da família. Podia haver também um *administrador especial*, quási sempre um juiz togado, com uma côrte de funcionários, cada qual com o seu ofício, tudo pago pelos rendimentos da casa, mas, quando esta era pequena, bastava um *juiz especial*, e êste devia ter resolvido a contenda da Marquesa, sem prejuízo completo do Moreira. A um século de distância, a exigência dêste era tão calva, e a Marquesa defende-se tão sentidamente, que temos pena das desgraças que afectaram a vida de uma mulher, célebre como ela foi, que tanto ilustrou a literatura portuguesa.

Eis o documento:

— «Mais de mil exemplares da *Arte Poetica* que levou para vender por 1$600 reis cada exemplar e de que nunca deo conta:

— 2:000$000 reis ou não sei quanto, q. recebeo adiantados do rendeiro da minha commenda.

— Dinheiros q. recebeo pela mão de Carlos Higgs, cuja conta se pode extrahir dos livros do mesmo Carlos Higgs.

— Pagou Carlos Higgs 1:000$000 e tantos mil reis dos roes que apresentou a Luiz Moreira na despedida.

— Pagou Carlos Higgs sommas q. Luiz Moreira pedio emprestadas em Meo nome.

— Cobrou Luiz Moreira no Erario a minha pensão de 100$000 reis cada mez.

— Levou o dito Luiz Moreira para sua casa a maior parte dos trastes q. eu tinha na minha.

— Não me pode lembrar todas as sommas avulças q. lhe dei para comprar as cousas que érão percisas em Caza, mas he certo q. sempre lhe dei o dinheiro proporcionado ás cousas q. mandava comprar, ou Procuração para cobrar no Erario ou em caza de Carlos Higgs.

— Huma cadeia d'ouro com os meus synettes tambem d'ouro, a qual me tirou da minha escrivaninha e mandou fundir por Anastacio Alves ás escondidas, da qual o mesmo Anastacio diz q. resultarão 50$000 reis.

— Hum relogio d'ouro que lhe dei para mandar concertar, e q. nunca me restituio.

— O numero das cousas q. tirou de 72 caixotes q. me vierão d'Inglaterra he consideravel, mas não me posso verificar do seu valor.

— Quanto aos roes de comestiveis he tudo falso, porque desde que me começou a servir, que foi do meio de Janeiro athé ao fim de Fevereiro e principios de Março, apezar das minhas ordens em contrario, tudo foi fiado em huma tenda na Rua de S. João dos Bem Casados, cujo tendeiro se chama Joaquim Moreira e tudo paguei, como se pode verificar nos livros do mesmo tendeiro.

— Dahi por diante, forneceo de tudo quanto era preciso para minha casa o dito tendeiro, cujo rol tem pago Carlos Higgs.

— O meu cosinheiro, o comprador, todos sabem q. de minha casa o dito Luiz Moreira mandava para a sua quazi tudo quanto trazia, e o melhor.

— Luiz Moreira emprestou-me a sua traquitana para hir a Chellas e quebrou-se, disse-me q. elle a concertaria para me servir e eu lha comprar mais baratta q. huma carroage nova, vendeo-me tambem as bestas por 300$000 reis porem quando se foi levou as bestas, tendo huma grande batalha com os meus criados, e nunca trouxe a traquitana.

— Não mandei fazer nenhuma libré azul e amarella, pois se mandasse seria a minha, não me servi da sua taquitana delle, senão porque eu sustentava os seus cavallos, julgando-os meos.

— Relativamente ás questões a respeito do José Ganço, foram estas huma patranha que Luiz Moreira inventou para pôr no rol este artigo de 53$000 reis mas q. podia (quando muito) ser pago por duas ou trez moedas.

— Finalmente nego artigo por artigo e não tenho tempo para mais explicar os erros da conta junta por Luiz Moreira.

Condessa d'Oeynhausen.

— Luiz Moreira esteve em minha casa dez mezes e a maneira parca com q. eu vivo, porem muito mais abundante e decente, provo pelas despezas dos dez meses seguintes, q. os seus roes são absurdos e falços na maior parte dos artigos e que em todos elles ha dolo.

— O gasto actual da minha casa he muito differente e o dos dez mezes seguintes importou em Reis 1:922$080, desta somma incluo a despeza diaria da cosinha, ordenados de familia, cavalherice, e cocheira, e mil outras cousas precisas no espaço de 10 mezes.

— Quanto ás despezas das demandas, paguei muitas das que Luiz Moreira allega ter pago mas que ficou devendo quando se foi embora.»

Não acham que esta relação é um verdadeiro sudário de misérias, mostrando o desleixo e o abandôno a que Alcippe, dia a dia, votava a economia interna da sua casa, não se importando com o que nela acontecia e despresando a ordem que em tôdas as casas deve reinar, principalmente naquelas de maior movimento e mais complicadas?

Não repararam também que o ladrão arguïdo se chamava Luís Moreira, que o tendeiro fornecedor das vitualhas diárias tinha o apelido Moreira, que o banqueiro usava também êste apelido, e não nos faz isso lembrar que possìvelmente todos os três, talvez da mesma família, haviam pactuado arruinar a Marquesa, dando assim razão ao seu neto D. José Trasimundo que nas suas *Memórias* declara que ela lhe mendigava os auxílios necessários para que não lhe faltasse o *pão quotidiano?*

João Jardim de Vilhena

L'EVOLUTION DE L'ART GREC DU «PRIMITIVISME» AU «CLASSICISME»

Les archéologues établissent dans l'histoire de l'art grec diverses divisions, dont le nombre, la durée, les noms varient suivant les principes auxquels ils recourent: chronologie (1), progrès techniques, évolution de style, groupements locaux, oeuvre d'un maître, école qu'il a formée. Ils les englobent toutes en trois grandes étapes: archaïsme, classicisme, période hellénistique. Mais ils reconnaissent enx-mêmes parfois l'arbitraire de ces divisions (2), la difficulté qu'il y a de fixer une date déterminée aux changements artistiques, puisqu'il y a toujours des avances et des retards, des innovations et des survivances (3). Nous voulons examiner ici la signification que l'on donne à ces ter-

---

(1) Ex. de divisions chronologiques: E. Gardner, *The Handbook of greek sculpture*, 1896, 42: *a)* Before 600. Early influences, decorative art. — *b)* 600-480. The rise of greek sculpture. — *c)* 480-400. The Fifth Century. — *d)* The Fourth Century. — *d)* The hellenistic age. — *e)* The graeco-roman periode. — G. Richter, *The sculpture and sculptors of the Greeks*; — *a)* 100-500. Early periode. — *b)* Fifth Century. — *c)* Fourth Century. — *d)* Hellenistic art.

(2) Contenau-Chapot, *L'art antique*, 1930: «on est frappé de l'incertitude des divisions chronologiques sur lesquelles les archéologues ne parviennent pas à s'accorder».

(3) Lechat, *La sculpture attique avant Phidis* v; cette imprécision pour l'archaïsme. Collignon, *Hist. de la sculpture grecque*, I, 126; Deonna, *Dédale*, I, 2-5.

mes «archaïque, classique, hellénistique», en relever les incertitudes, et exposer ce qu'ils veulent dire pour nous dans l'évolution de l'art grec.

*

Certains auteurs englobent das l'archaïsme la période des origines (Ducati, Contenau); d'autres ne voient dans celle-ci qu'une préface, et font commencer l'archaïsme avec VIII-VII^e^ siècles, soit avec l'apparition de la grande statuaire et de la plastique monumentale (Collignon, Perrot, Lechat, Picard, Charbonneaux). Les uns en fixent la fin vers 500 avant J.-C (Picard); d'autres lui rattachent encore le premier (Perrot, Collignon, Lechat), et même le second quart du V^ème^ siècle (Ducati, Contenau, Charbonneaux) (1).

---

(1) Voici quelques exemples pris au hasard des manuels: Baumgarten-Poland-Wagner, *La civilta greca, trad. Della Seta:* «il medio evo greco», de 1000-500, avec deux périodes.

Charbonneaux, *La sculpture grecque archaïque*, 1938: des origines de la grande sculpture, au milieu du VII ème siècle environ, jusqu'en 450:

Collignon, *Histoire de la sculpture grecque*, I: *a)* les origines, comprenant l'art géométrique, la période des xoana, du IX ème au VII ème siècle. — *b)* les primitifs, de la fin du VII ème s., jusque vers 520, ou «archaïsme primitif». — *c)* l'«archaïsme avancé», de 520 à 460 environ, ou «style sévère». Cf. p. 65, 127, 248, 257.

Contenau-Chapot, *L'art antique*, I, 1930: archaïsme de 1200 à 450, comprenant: *a)* le style géométrique, X-VIII ème siècle. — *b)* la période ionique, 700-550. — *c)* la période ionico-attique, 550-480. — *d)* l'archaïsme avancé, 480-450. Cf. p. 156 sq., 192.

Ducati, *Arte classica*, (2): l'art «classique-archaïque» de 1000 à 450, comprenant: *a)* phase géométrique ou moyen-âge hellénique, 1000-700. — *b)* phase ionienne. 700-550. — *c)* phase ionico-attique, 550-480. Cf. p. 1 sq., I periodi e le fasi dell' arte classica.

Lechat, *La sculpture grecque*, 1922: depuis 600 environ jusque vers 475, p. 17.

Perrot, *Histoire de l'art*, VII-VIII: *a)* la Grèce de l'épopée,

Cependant les années entre 500 ou 480 et 460 450, sont parfois considérées comme une période de «transition» (1) entre l'archaïsme et le classicisme, bien qu'on puisse faire observer que toute époque est transitoire, se rattache à celle qui la précède comme à celle qui la suit (2). Elle est encore de l'archaïsme attardé (3), mais déjà dans la jeunesse (4), la préparation du classicisme; elle est «l'oeuvre de la génération qui a formé celle des sculpteurs classiques» (5). C'est pourquoi ces «maîtres de transition» sont des Précurseurs» (6), appellation aussi discutable, chaque artiste pouvant être considéré comme le précurseur de celui qui le suit. Ils sont des «préclassiques» (7) et l'Aurige domine les premiers plans de l'art «préclassique» (8). Leur

---

x-viiième siècles. — *b)* la Grèce archaïque, depuis le début des Olympiades, 776, jusqu' à 479. Cf. vii, 277, 293; viii, 685.

Picard, *La sculpture antique*, i: «periode primitive de l'archaïsme, de la 2ème moitié du viième s. aux premières années du vième. — *b)* période plus habile. — *c)* art. plus évolué, de 525 à 475. Cf. p. 217, 259.

Id., *Manuel d'archéologie grecque*, i, 1935: Période archaïque: *a)* de Dédale aux Dédalides, soit jusqu'au viiième s. aux environs de la première Olympiade. — *b)* Grèce archaïque, vii-vième siècles; — soit de 700 à 500 environ —.

(1) Collignon, i, 38, 393, *Les maîtres de transition*; Della Seta, *Il nudo nell'arte*, «*l'art de transition aux sculpteurs du Vème siècle*»; Ducati, *phase de transition*, 480-450.

(2) Picard, *Mauuel*, ii, vème siècle, p. 524.

(3) Ex. Möbius, *Spätarchaïscher Bronzekopf in Kassel*, *Eph. arch*, 1937, 374, bronze attique de la 3ème décade du vème siècle.

(4) Rosenwaldt, *Die Kunst der Griechen*, 1927: «Jugendalter», 480-450.

(5) Joubin, *La sculpture grecque, entre les guerres médiques et l'époque de Périclès*, 3.

(6) Joubin, 6: *Le rôle qu'ont joué dans la formation de l'idéal classique, les illustres Précurseurs;* Contenau-Chapot, i, 212: *Les derniers précurseurs (Myron, Polyclète).*

(7) Joubin, 281: *Les sculpteurs de la génération préclassique furent véritablement des Précurseurs.*

(8) Picard, *Manuel*, ii, 133, 7 sq. La sculpture préclassique (de 500 à 450); «préclassicisme», 109.

style peut être qualifié de «sévère» (1), comme celui des peintres de vases à figures rouges de la période correspondante (2); M. Picard aplique même cette épithète, non seulement aux «Préclassiques», mais aux classiques de la seconde moitié du vème siècle (3), et jusqu'aux maîtres du début du IVème siècle (4).

*

Quelques-uns appellent «classique» tout l'art grec, même celui des Préhellènes, de l'empire romain et du christianisme primitif jusqu'en 536 de notre ère (5). C'est donner à ce terme son maximum d'extension, celui de la langue courante, dans le sens de «qui appartient à l'antiquité grecque et latine» (6), Ducati peut donc parler de l'«arte classico arcaico», unissant ainsi deux mots qui sont ailleurs nettement dissociés. Faut-il faire commencer le classicisme avec le début du vème siècle? (7) qui pour d'autres est «préclassique»? La plupart des érudits en

---

(1) Collignon, *Histoire de la sculpture grecque*, I; Poulsen, *Der strenge Stil, Studien zur Gesch. der griech. Plastik* 480-450, *Acta archaeologica*, VIII, 1937; Cf. *Rev. des Et. grecques*, LII, 1939, 124; Lechat, *La sculpture grecque*, 73, à propos des Danseuses d'Herculanum, de l'Aurige, etc.

(2) Lechat, *l. c.*, Dugas, *La céramique grecque*, 1924: style archaïque ou style sévère, 20 dernières années du VIème siècle et jusqu'à 460; style libre, depuis 460 jusqu'à la fin du vème siècle.

(3) Picard, *La sculpture antique*, II, 1; *Le style sévère, Phidias et son temps*, 31; *Le cinquième siècle après Phidias.*

(4) Ibid., 60 *Le style sévère. Les origines du IVème s.* 56: «nouvelle période qui, d'ailleurs, restait encore abandonnée à l'art sévère».

(5) Ducati, *Arte classica.*

(6) Littre, *s. v.*

(7) Lechat, *La sculpture grecque*, 66, «Avènement de la draperie classique» (statues en péplos dorien, Aurige, etc.): Baumgartner-Poland-Wagner, *La civilta greca*, trad. Della Seta, «Il periodo classico» (depuis 500).

fixent l'avènement en 450, au temps de Phidias et de ses disciples; «le demi-siècle d'or du premier art classique» (1). «Nous sommes arrivés maintenant à cette ligne idéale qui sépare en deux, à peu près exactement, le cinquième siècle. Tout est prêt pour l'entrée en scène du génie classique...» (2). «L'étude est poussée jusqu'à la deuxième moitié du vème siècle, limite du classicisme» (3). Celui-ci comprend la seconde moitié du vème siècle, puis une période de «transition» (4), et l'art plus humanisé et plus expressif des grands maîtres du ivème siècle, Scopas, Praxitèle, Lysippe (5).

*

L'art hellénistique (6), que l'on fait débuter avec la mort d'Alexandre (323), ou un peu plus tard sous les diadoques, et dont les limites inférieures varient suivant les auteurs n'est plus «classique», et l'on peut dire: «après

---

(1) Picard, Manuel, II, 217.

(2) Charbonneaux, *La sculpture grecque archaïque*, 99.

(3) Picard, *Rev. des ét. grecques*, LII, 1939, 99, à propos de l'ouvrage de Charbonneaux.

(4) Collignon, II, 173, *L'époque de transition;* id. *Scopas et Praxitèle*, 23; Ducati, *Phase de transition*, 400-380; Overbeck, *Gesch. d. griech. Plastik* (4) II, 6, Ubergangszeit.

(5) Rodenwaldt, *Die Kunst der Griechen*; *Klassische Kunst*, soit: *a)* der erhabene Stil (Phidias); *b)* der schöne Stil IV s. Ducati, «Leta d'oro dell'arte classica (450-306), soit *a)* phase phidiaque (450-400); *b)* phase de transition (400-380); *c)* les grands maîtres, Scopas, Praxitèle, Lysippe (380-306).

(6) Nous ne possédons point en français, pour cette période, de terme équivalent à ceux d'archaïsme, de classicisme. Le mot «hellénisme», que l'on emploie parfois, prête à équivoque, car il peut s'appliquer à toute la civilisation grecque. Tarn, *La civilisation hellénistique*, trad. Payot, 1936, 7, note 1. — En allemand, «klassizistisch», cf. Dragendorff, *Die Anfänge der klassizistischen Kunst*, Sitz. ber. Preuss. Akad. 1922, 82.

l'époque classique, dans la période hellénistique» (1). La tradition classique maintient toutefois pendant l'époque hellénistique les conceptions du vème et du ivème siècle (2), les oppose aux excès du style nouveau (3), à son «baroque» (4), et connaît à un moment donné une renaissance (5).

*

L'art *gréco-romain* fait suite à celui des hellénistiques.

*

L'incertitude de cette terminologie et de sa chronologie résulte de l'idée que l'on se fait de l'art grec et de son évolution. On considère trop souvent qu'il est *homogène*, qu'il évolue *régulièrement* de progrès en progrès, depuis ses naïves origines jusqu'à son point de *maturité;* et que cette maturité, où il a atteint sa *perfection,* coincide avec la période *classique,* après laquelle il ne peut que se maintenir ou *décliner,* et on en juge les diverses étapes d'après les règles de cette perfection classique. Depuis l'archaïsme,

---

(1) Baudoin, *Université de Genève, Dies Academicus*, 1939, 77, à propos de l'ouvrage de R. de Saussure, *Le miracle grec.*

(2) Collignon, *Pergame* 203; id. *Hist. de la sculpture grecque,* II, 443, *La fin des anciennes écoles,* 464, *La tradition classique en Asie Mineure et dans les îles;* Picard, *La sculpture antique,* II, 193, *La survivance de la tradition classique.*

(3) Collignon, II, 447: «une réaction contre les excès du style hellénistique».

(4) Amelung, *Röm. Mitt.*, 1905, 221-2.

(5) Collignon, II, 447: «la renaissance postérieure à 150 est en réalité un retour aux anciennes formules»; Picard, II, 206, «le renouveau du classicisme».

dit-on, «l'art grec s'achemine, d'un progrès continu, vers l'apogée, qu'on s'accorde à placer dans le milieu du vème siècle (1).

*

Pendant l'archaïsme, l'artiste pose les problèmes qu'il devra résoudre, précise peu à peu sa technique, élabore son idéal. Parti des grossiers essais des débuts, il témoigne à la fin du vième siècle, des progrès qu'il a réalisés. Les maîtres archaïques, dit-on, sont cependant encore «des novices», ayant «la crainte naïve des commençants...» «Ils font comme ils peuvent, de leur mieux» (2), mais ils n'évitent pas les «inexpériences», les «maladresses», les «gaucheries» (3). Leur œuvre demeure donc imparfaite. «Les historiens de l'art de la génération qui nous a précédé ont été beaucoup moins que nous sensibles aux séductions, pourtant toutes neuves de l'archaïsme; c'est que, l'ayant

---

(1) Contenau-Chapot, 156. — C'est d'après cette notion que divers auteurs établissent leurs divisions de l'art grec. Ex. Overbeck, Gesch. d. griech. Plastik (4): *a)* älteste Zeit. Von unbekannten Anfängen bis gegen den Beginn der Olympiadenrechnung oder des VIII. Jahrhundert; *b)* Alte Zeit. Das sechste Jahrhundert (y compris la période de transition de 500-460); *c)* Die Zeit der ersten Kunstblüthe (vème s.); *d)* Die zweite Blüthezeit der Kunst; *e)* Die Zeit der ersten Nachblüthe der Kunst; zweiten Nachblüthe der griechischen Kunst unter römischen Herrschaft.

(2) Lechat, *La sculpture attique*, VI.

(3) Collignon, *Histoire de la sculpture grecque*, I, 248, dit l'archaïsme primitif (jusqu'en 520): «Absorbés par la lutte contre les difficultés de métier, les vieux maîtres n'ont eu ni le loisir, ni le talent de coordonner leurs trouvailles, de soumettre à une étude raisonnée et méthodique les types qu'ils créent péniblement. Leur exécution est encore tâtonnante et incertaine; elle trahit une sorte de naturalisme naïf, qui associe gauchement la convention et l'observation maladroite de la nature; leur main est sincère et hésitante».

jugé d'après l'art classique, ils l'ont trouvé imparfait. L'archaïsme n'était pour eux qu'une période de tâtonnements plus ou moins maladroits, d'expériences sincères, mais pas encore réussies, préparant et précédant la maturité classique» (1).

*

Les «précurseurs» ou «préclassiques» de la première moitié du v^ème^ siècle vont plus loin dans la voie que leurs devanciers leur ont ouverte, mais ils sont encore en deça du point de maturité et de perfection (2). Ils annoncent, et leur nom l'indique, que les chefs-d'œuvre sont proches. L'Athènes «d'Aristide, de Thémistocle et de Cimon, s'apprête à les produire. On sent déjà s'exhaler l'exquis parfum de la perfection naissante...» (3). «La période qui comprend la dernière décade du vi^ème^ et les deux premières du v^ème^ siècle peut être appelée l'aube des temps classiques» (4). Le Zeus d'Histiais est une image «messagère des plus hautes vertus classiques» (5). C'est alors que «mûrit le génie classique de la Grèce» (6).

*

Entre les années 460-450, l'art grec est parvenu à sa «presque entière maturité...» (7). «Les années 460-450

---

(1) Charbonneaux, *La sculpture grecque archaïque*, 34.

(2) Overbeck, *Gesch. d. gr. Plastik* (4), I, 263: *Die letzten Vorstufen der vollendeten Kunst* (Pythagoras, Myron, etc.).

(3) Perrot., *Hisl. de l'art*, VIII, 739.

(4) Charbonneaux, 51.

(5) Ibid., 99.

(6) Ibid., 85.

(7) Lechat, Phidias, 63.

marquent la limite indécise où va commencer la pleine maturité de l'art» (1). Elle est atteinte vers 450 (2), dans l'Athènes de Périclès et de Phidias (3). C'est le moment de la «perfection» (4), du «miracle attique de Phidias» (5) «...dieu de la sculpture antique, avec la calme certitude du Parfait» (6). L'art grec se maintient à ce haut sommet classique pendant la seconde moitié du vème et la première moitié du ivème siècle, temps qui «ont été ceux de la plus grande perfection de la sculpture grecque» (7).

Ainsi se termine cette lente ascension de l'art grec. Les artistes «classiques» ont «simplement achevé ce que leurs devanciers avaient si bien commencé. Leur mérite est d'avoir magistralement réalisé l'idéal ou les diverses sortes d'idéal ébauchés avant eux» (8).

*

La période hellénistique ne peut qu'altérer cette perfection, et l'on s'est parfois demandé s'il ne fallait pas la qualifier de «décadence» (9), en notant ses caractères nouveaux qui tendent à rompre «l'équilibre si heureux où s'était si longtemps maintenu le génie hellénique», et que certains considèrent comme des «défauts».

---

(1) Ibid., 33.

(2) Id. *La sculpture grecque*, 102: «le point de maturité».

(3) Perrot, VIII, 739: «Les chefs-d'oeuvre n'apparaîtront que trente ou quarante années plus tard, dans l'Athènes de Périclès».

(4) Lechat, *La sculpture grecque*, 100.

(5) Picard, Manuel, II, 524.

(6) Lechat, Phidias, 147.

(7) Picard, Manuel, II, 1.

(8) Lechat, *La sculpture attique*, 477.

(9) Collignon, *Histoire de la sculpture grecque*, II, 445; Tarn, *La civilisation hellénistique*, trad. 1935, 10.

*

Demandons-nous si cette évolution de l'art grec est conforme à la réalité?

*

La notion de «perfection» est essentiellement subjective, varie donc suivant les individus, les temps et les lieux. Classer les oeuvres de l'art grec d'après cette échelle de valeurs expose à des jugements arbitraires et changeants, analogues à ceux d'un maître d'école qui corrige les devoirs de ses élèves. Un jour, raconte A. Maurois, les étudiants d'une université aux Etats-Unis donnèrent à trois professeurs les mêmes copies à coter de 0 à 20: les résultats furent incohérents (1).

Nous conservons aujourd'hui encore un principe suranné, qui a inspiré aux érudits et aux critiques d'art des XVIII^{e} et XIX^{e} siècles tant de phrases émues sur la «perfection grecque», à Emeric-David, à Ingres, à Flaubert, à Mérimée, et à tant d'autres, ces invocations lyriques dont Renan a donné la formule typique dans sa «Prière sur l'Acropole»: «il y a un lieu où la perfection existe» (2).

Mais l'histoire des doctrines archéologiques nous montre combien ce point de perfection a varié depuis le XVIII^{e} s. (3).

L'art grec, disait-on alors, évolue; «nous le verrons monter de degrés en degrés, d'un état assez éloigné de la perfection, à une perfection presque miraculeuse» (4). Phidias, selon Winckelmann, est encore «austère et anguleux», et «à l'époque de Phidias, l'heure de la maturité ne pouvait

---

(1) A. Maurois, *Etats-Unis*, 39, 1939, 179.

(2) Emeric-David, *Histoire de la sculpture antique*, 76.

(3) J'ai donné des exemples de ces variations: *Les chefs-d'oeuvre de l'art grec*, l'Acropole, 1934.

(4) Emeric-David, 76 (en 1817).

pas encore être arrivée» (1). «L'art est à peine parvenu à la perfection sous la main de Polyclète, bien plus jeune que Phidias»... «Aussi seront-ils tous deux surpassés» (2). Le sommet de la courbe est atteint au temps de Praxitèle, maître du «beau style», du «style gracieux», auquel vont toutes les louanges: «c'est à ce dernier artiste que revient l'honneur d'avoir le premier posé sur ses ouvrages cette couronne de la perfection qui est le dernier terme de l'art» (3). L'art grec se maintient à ce point culminant pendant quelques siècles, et peut-être le dépasse encore. «Nous le verrons ensuite, pendant quatre siècles, se soutenir a la même hauteur, s'élever davantage encore... L'art, non seulement se soutint dans son état de perfection, mais il fit encore, en de certaines parties, quelques nouveaux progrès (4)». Que d'éloges donnés à ces statues hellénistiques qui nous paraissent aujourd'hui un peu emphatiques et froides: Laocoon, «production la plus accomplie de l'art de l'antiquité même», sans que rien «puisse être comparé à ce chef d'oeuvre» (5); «Apollon du Belvédère, «comment pouvoir te décrire, inimitable chef-d'oeuvre?»; Torse du Belvédère!

Les marbres du Parthénon représentent aujourd'hui la maturité et la perfection classiques. Mais quand ils arrivèrent en Occident au début du XIX^{ème} siècle, ils ne suscitèrent d'abord aucun enthousiasme, et furent au contraire critiqués. Dans la frise des Panathénées, la Société des Dilettanti relève en 1809 des incorrections, de la lourdeur, reproche à ses draperies d'être «loin encore des nobles développements de celles de l'Apollon et du Laocoon», et suppose qu'elle a été exécutée par des ouvriers à peine dignes du nom d'artistes. La lecture du rapport publié par la commission qui avait été désignée en 1816 à Londres pour juger la

---

(1) Ibid., 153.
(2) Ibid., 154.
(3) de Ronchaud.
(4) Emeric-David, 54, 76.
(5) Winckelmann,

valeur des ces marbres est instructive. Millin, Flaxman, les déclarent inférieurs au Laocoon, et Saint-Victor, Emeric-David protestent aussi au nom des chefs-d'oeuvre consacrés.

Cependant, Visconti reconnaît déjà en eux «un traitement aussi savant que celui du Laocoon et du Torse». Il ne les place pas au-dessus d'eux, mais au même niveau, et il lui semble que l'art statuaire avait déjà touché ses bornes au siècle de Périclès. Avec lui, avec Raoul-Rochette (1828), Phidias commence à détrôner Praxitèle. Mais c'est surtout à Quatremère de Quincy que revient le mérite d'avoir proclamé, dès 1818, la supériorité des marbres de Phidias sur ceux des temps hellénistiques et gréco-romains. «Proclamer que les statues des frontons sont les chefs-d'oeuvre de l'art grec jusque-là connus, c'est en 1818 une audace révolutionnaire» (1). Dès lors la date à laquelle l'art grec a atteint sa perfection a changé. Ce n'est plus sous la main de Praxitèle et des hellénistiques, c'est au vème siècle sous celle de Phidias, et c'est encore l'opinion généralement admise.

*

La fin du XIXème siècle et le début du XXème nous ont appris à mieux connaître l'art grec archaïque, ceux des pays non classiques de l'Egypte, de l'Orient, de l'Extrême-Orient, des primitifs de tout temps, et certaines écoles d'art contemporaines, répudiant la conception classique qu'elles estiment périmée, s'inspirent d'eux. Des opinions divergentes commencent à s'exprimer. Cette perfection, plusieurs sont tentés de la chercher, non plus à l'époque de Phidias, qui leur paraît être une décadence, mais antérieurement. «L'art archaïque possède en soi de hautes qualités. Nous avons longtemps été abusés par les historiens de l'art qui ne s'étaient jamais pris de véritable affection pour la radieuse jeunesse de l'art grec, ni d'un amour direct pour cet art... leurs préférences allaient le plus souvent à tout

(1) Schneider, *L'esthétique classique chez Quatremère de Quincy*, 233.

ce qu'il y avait de caduc dans l'art grec» (1). Et l'on dit que «le IVème siècle marque la vieillesse, la dégénérescence du génie grec», en art comme en politique (2).

Nous ne jugeons pas ces opinions, nous nous bornons à constater leurs divergences. Si ce point de perfection a varié, ne peut-il varier encore? N'est-il pas préférable de chercher un autre principe de classement des oeuvres grecques, qui ne soit pas subjectif comme celui-ci, mais objectif, et qui donne à nos appréciations quelque stabilité?

*

Sommes-nous en droit de dire que les sculptures archaïques, même les plus évoluées, ne sont pas encore parvenues à maturité et demeurent imparfaites? Certaines témoignent d'une sûre maîtrise technique et spirituelle. Opposant les artistes de l'archaïsme «primitif», encore malhabile, à ceux de l'archaïsme «avancé», qu'il fait commencer en 520, Collignon écrit: «C'est à leurs successeurs immédiats qu'il appartient de reprendre leur oeuvre, de la compléter, en y apportant à la fois une volonté plus exigeante et une singulière habileté d'exécution. Sans s'écarter de la voie frayée par leurs devanciers, les maîtres archaïques vont s'y avancer d'un pas plus sûr; ils vont réaliser tous les progrès que peuvent suggérer, dans un domaine encore restreint, l'étude des nuances les plus délicates de la forme, et l'amour de la précision poussé jusqu'au raffinement» (3). Il est vrai que cet auteur étend l'archaïsme «avancé» jusqu'en 460, soit aux limites du classicisme, englobant ainsi les «Précurseurs», mais cet éloge va aussi à ces derniers, et il leur concède une maturité et une perfection qui leur est refusée par d'autres. Citons l'opinion, quelque peu outrée, de M. Le Corbusier: «Ces archaïques étaient d'une habileté fabuleuse, d'une

---

(1) Zervos, *L'art en Grèce*, 1934.
(2) Rey, *La maturité de la pensée scientifique en Grèce*, 1939, 27.
(3) Collignon, *Hist. de la sculpture grecque*, I, 249.

technicité parfaite, leurs marbres sont taillés avec des subtilités qu'on n'a plus connues depuis (hommes et femmes du Musée de l'Acropole)» (1).

*

Les «Précurseurs» ne sont pas encore parvenus à la maturité et à la perfection, bien qu'ils obéissent déjà aux principes du classicisme, tout en conservant quelques souvenirs de ceux de l'archaïsme? En quoi les sculptures d'Olympie, l'Aurige de Delphes, le Zeus d'Histiaia, sont-ils inférieurs en technique et en beauté aux sculptures du Parthénon? Serait-ce parce que les maîtres de la seconde moitié du v^{ème} siècle ont le «souci de la beauté au sens classique de la pureté des formes», alors qu'auparavant ce souci «s'effaçait généralement devant la recherche de la force, de la grandeur, de la noblesse morale»? (2). Ces dernières qualités valent-elles moins que la première? Si j'admire l'humanité du Dionysos et des «Parques» du Parthénon, je n'admire pas moins la sévérité majestueuse de l'Apollon d'Olympie, et, dans le Musée d'Olympie où ils voisinent, je la préfère à la grâce déjà mièvre de l'Hermès praxitélien (3).

*

Dirons-nous que l'art hellénistique est une décadence (4), ou ne préférerons-nous pas reconnaître en lui des traits qui, pour n'être plus ceux du v^{ème} siècle, n'en ont pas moins leurs mérites particuliers?

---

(1) *In* Zervos, *L'art en Grèce*, Explications; *cf.* Deonna, *Les chefs-d'oeuvre de l'art grec*, l'Acropole, 1934.

(2) Charbonneaux, *La sculpture grecque archaïque*, 99.

(3) En admettant qu'il soit de Praxitèle, ce qui, on le sait, est contesté parfois.

(4) Collignon, II, 446: «Mais devons-nous prononcer le mot de décadence? Il est plus équitable et plus juste d'aborder sans parti-pris l'étude d'une évolution qui inaugure une période nouvelle».

*

Un art qui, parcourant son évolution régulière, est parvenu à son point de perfection, après les inexpériences antérieures et avant la virtuosité de la fin, est «classique», dit-on. «L'art commence par la gaucherie et finit par la virtuosité; entre les deux, il y a un point de perfection, un sommet, qui est le classique». «À un certain degré de perfection, les arts prennent un aspect classique, au sens propre du mot, parce qu'ils se rejoignent d'une époque à l'autre, par des principes communs» (1)... «Les grandes périodes de l'humanité, l'antiquité grecque et romaine, le moyen-âge, les temps modernes, ont eu chacune leurs âges primitifs, leurs périodes classiques, leurs décadences (2). Pour l'art grec, nous l'avons vu, ce classicisme ne commencerait qu'avec la maturité atteinte vers 450 avant J.-C. «Au sens absolu du mot, on donne le nom de classique à la plus belle époque de l'antiquité grecque, où des maîtres, tels que Phidias et Polyclète en sculpture, Ictinus en architecture, surent allier dans leurs œuvres le respect de la vérité, l'observation de la nature, et le culte de la beauté» (3). Nous ne discutons pas ici les sens divers du mot «classique», les caractères de cette perfection classique, tels qu'on les perçoit dans l'art grec à partir de Phidias: observation précise de la réalité, recherche de la vérité, sentiment de la juste mesure (4), souci de la beauté des formes, et de leurs combinaisons harmonieuses, généralisation humaine, créant des types universels et non locaux (5), etc. Nous

---

(1) M. Denis, *Histoire de l'art religieux*, 1939, 67.

(2) Lalo, *Introduction à l'esthétique*, 121.

(3) Adeline, *Lexique des termes d'art*, s. v. Classique.

(4) Collignon, I, 446: «Les sculpteurs hellénistiques perdront souvent ce sens de la mesure, qui avait été la qualité maîtresse de l'art classique».

(5) Collignon, *Scopas et Praxitèle*, 152, dit que «l'art du vème siècle est encore classique, en ce sens qu'il n'a pas cessé de

voulons simplement dire que, s'il est dangereux de juger les oeuvres de l'art grec d'après leur plus ou moins grande perfection, il ne l'est pas moins de les juger par rapport à un idéal classique, limité à un bref espace de temps, dont elles se seraient approchées plus ou moins.

*

L'évolution de l'art grec *n'est pas homogène* de ses origines à sa fin. Il ne part pas d'humbles débuts pour s'élever progressivement au sommet de la perfection classique et atteindre l'idéal qu'il avait entrevu déjà longtemps auparavant. Le classicisme, si l'on entend par ce terme cette maturité parfaite, n'est pas une de ses étapes nécessaires qui succède à d'autres, inférieures en réalisation. Entre l'archaïsme et le classicisme, s'il y a continuité chronologique il n'y a pas continuité spirituelle. Une «révolution» men-

---

chercher ses inspirations dans la vie nationale». Le classicisme s'élève au-dessus des divergences nationales pour chercher l'humanité universelle. Cf. Charbonneaux, *La sculpture grecque archaïque*, 5: «Rien d'humain ne m'est étranger, disait avant Térence le Grec Ménandre. Pensée qui a cette autre pour corollaire: «Tout ce qui n'est pas humain m'est étranger.» Telle est la pure doctrine grecque». — Il faut vouloir dénaturer sciemment les faits, pour rapprocher l'idéal grec, humain et généralisateur, de l'idéal barbare et particulariste du Reich allemand, basé sur le concept «racial». Voici les paroles étonnantes prononcées par le ministre du Reich à Athènes, en 1937: «Ce n'est pas l'homme en lui-même, mais l'Hellène qui était le but de l'éducation grecque. Le chercheur et l'artiste allemand d'aujourd'hui ne vont plus à Athènes et Olympie dans la croyance que la Grèce antique a créé une norme pour tous les peuples et pour tous les temps. Il sait que les oeuvres d'art qui s'élèvent le plus au-delà de l'homme et du temps sont précisément celles qui ont plongé le plus profondément leurs racines dans le sol du caractère national. Nous avons abandonné aujourd'hui l'image d'une Grèce idéale. Les Grecs et les Romains se sont soudain tellement rapprochés des Germains parce que toutes leurs racines doivent être cherchées dans un terrain racial».

tale, un changement de vision esthétique se sont produits. Au lieu d'«évolution régulière», disons plutôt, comme en biologie, qu'il y a eu «mutation».

Les érudits constatent cette orientation nouvelle, sans toutefois lui accorder l'importance qu'elle mérite, sans reconnaître qu'il s'agit d'un changement radical. Ils notent qu'un autre idéal apparaît, qu'une période neuve commence, vers 500 ou peu après, dès avant 490 (1). L'époque de 480-450, dit Rodenwaldt, ne forme pas une transition, mais une coupure brusque avec celle qui la précède, et annonce celle qui va suivre (2). «Les Grecs, dit avec raison M. Charbonneaux (3), ont dépassé le stade de l'archaïsme, ou pour mieux dire, ils ont créé un art nouveau. Disons tout de suite que ce ne sont pas les progrès techniques qui sont la cause de cette transformation, de cette création. En négligeant certains aspects, on pourrait concevoir un art grec continuant d'évoluer dans le cadre de l'esthétique ancienne». Mais il y a eu, à la fin du VI^ème^ siècle et au temps des guerres médiques, «une révolution artistique qui a donné naissance à l'art classique».

Par suite, on ne peut juger les oeuvres archaïques d'après l'étalon classique, et les déclarer imparfaites parce qu'elles n'y répondent pas. Il faut les juger d'après le principe esthétique qui est le leur, et admettre, pour les plus évoluées, les plus réussies, une «perfection» différente de la perfection classique. «C'est une erreur de porter, d'un point de vue naturaliste, un jugement de valeur sur un art qui n'imite pas encore la nature, qui se sent attiré par elle, qui s'en approche, mais en restant fidèle à une esthétique différente de l'esthétique classique» (4).

---

(1) Lechat, *La sculpture attique*, 315, 353 sq. Apparition d'un idéal nouveau.

(2) Rodenwaldt, *Die Kunst der Griechen*, 30.

(3) Charbonneaux, *La sculpture grecque archaïque*, 50, 51 sq., «L'esprit nouveau dans la statuaire à la fin du VI^ème^ siècle et au temps des guerres médiques».

(4) Charbonneaux, 34.

*

Cet esprit nouveau, qui crée le «miracle grec» (1), et qui se manifeste timidement pendant l'archaïsme déjà, pour s'affirmer définitivement à partir de 500, environ, en rejetant la vision antérieure, c'est celui auquel l'art grec va obéir désormais jusqu'à sa fin. Nous l'appelons «classique», et nous ne limitons pas ce terme à la période où il donne ses créations considérées comme les plus parfaites, la seconde moitié du vème et la première du IVème siècle. Les artistes de la première moitié du vème siècle ne sont pas des «maîtres de transition», car ils ont rompu avec le passé; ils ne sont pas davantage des «précurseurs» ou des «préclassiques», ils sont déjà des «classiques». Et les hellénistiques, auxquels on refuse cette dénomination, sont encore des classiques. Tous participent à cette vision nouvelle, tous appliquent les mêmes principes, avec des nuances diverses selon les temps, avec parfois des survivances, et des retours aux anciens, mais atténués.

*

En résumé, si nous voulons pratiquer dans l'histoire de l'art grec des divisions objectives, nous devons le faire en tenant compte de cette différence mentale, de ce dualisme entre l'esprit non classique, que j'ai appelé «primitiviste», celui de l'archaïsme, et l'esprit «classique» ultérieur. J'ai étudié plus d'une fois déjà les traits propres à l'un et à

---

(1) Berr, *En marge de l'histoire universelle*, 283: «Pour l'art scientifique comme pour les arts plastiques, la fin du VIème siècle et le vème siècle tout entier, voilà l'âge du miracle».

l'autre, l'antagonisme de conception entre le «primitivisme» et le «classicisme», et je voudrais dire ici comment ils déterminent l'évolution de l'art grec (1).

*

Au contraire du classicisme, qui est une acquisition tardive et raisonnée, le «primitivisme» est instinctif; il constitue le fond originel de tout art, quel qu'il soit, et il impose à tous ses schémas, mentaux et techniques, il dirige leurs étapes initiales et finales, celles des origines et des décadences, et il apparaît partout où domine l'inexpérience ou la régression technique; il est donc fondamental, et régressif. Mais il peut devenir conscient, maintenu volontairement dans des civilisations qui ont acquis la maîtrise technique, parce qu'il répond à la notion qu'elles se font de l'art, de ses buts, de ses moyens d'expression, et qui l'érigent en principe esthétique. L'Egypte, l'Orient antiques, nous offrent des exemples de ce primitivisme évolué ou perpétué (2).

L'archaïsme est la période primitiviste de la Grèce (3). Nous retrouvons en lui les mêmes traductions formelles que dans les arts non classiques: frontalité statuaire, conventions du dessin qui remplacent le raccourci et la perspective, traductions irréelles de la draperie, de l'anatomie, etc. C'est que l'esprit qui les détermine est le même qu'ailleurs. Il ne prétend pas à une imitation exacte de la réalité, en vérité et en raison; cette réalité n'est pour lui qu'un prétexte à déformations et abstractions; son réalisme est intel-

---

(1) Cf. mon article: *L'esprit grec et l'esprit primitif en art*, Revue philosophique, 1936, 296 *sq.*, et divers autres mémoires; en dernier lieu, *L'art de la Grèce classique: sa genèse et son évolution*, *Mélanges Michaud*, 1940, note 1, référ.

(2) Deonna, *Du miracle grec au miracle chrétien, l'antiquité classique*, VI, 1937, 207-8, *Le primitivisme instinctif et perpétué.*

(3) Deonna, *L'art de la Grèce archaïque*, Rev. arch., 1937, II.

lectuel, et non optique; l'art est pour lui un langage idéographique, utilitaire. Il voit les corps en surface et non en volume; il transforme ses modèles en tracés décoratifs, il géométrise et régularise les formes, etc. Et c'est pourquoi «l'archaïsme» existe partout hors de Grèce, indépendamment d'elle; il est une étape universelle (1).

Entre les grossières figurines des débuts helléniques et les Kouroi et Korés de la fin du VIème siècle, de grands progrès techniques ont été accomplis. Les premières sont les produits d'artistes encore inexpérimentés, les secondes ceux d'artistes maîtres de leurs moyens. Cependant, tous se ressemblent, par la transcription qu'ils donnent de la réalité. En Grèce, comme en Egypte, le primitivisme instinctif semble être devenu conscient. Les sculpteurs qui ont taillé d'une main sûre les Korés de l'Acropole d'Athènes, les Caryatides de Siphnos, tant d'autres oeuvres de l'archaïsme avancé, étaient assurément capables de les concevoir autrement, s'ils l'avaient voulu. Peut-être que l'influence orientale et égyptienne, puissante pendant cette période, à contribué à les maintenir dans cette voie. Il fallait, pour qu'ils l'abandonnent, des faits et des raisons nouveaux.

L'archaïsme a donc une vision et des procédés autres que ceux du classicisme (2). À négliger cette différence essentielle, à vouloir l'étudier avec les méthodes classiques, on risque de le méconnaître, de considérer comme des inexpériences, des fautes, comme on l'a fait parfois pour l'art égyptien, ce qui est le fait d'une autre esthétique. C'est pourquoi on peut dire qu'il a «sa fin en soi» (3), et, à ne tenir

---

(1) Deonna, *L'antiquité classique, Du miracle grec au miracle chrétien*, 1937, 210, 9. *Le primitivisme et l'archaïsme.*

(2) Krahmer, *Wesenunterschiede zwischen der archaischen und klassichen Kunst*, d. *Griechen*, 1926; Bianchi-Bandinelli, *Storicita dell'arte classica*, Critica d'arte, II, 1937, 199, (passage de l'archaïsme au classicisme); Marconi, *Natura e classico nella plastica greca*, Cultura, IV, 433.

(3) Méautis, *L'âme hellénique d'après les vases peints*, 164.

compte que de ces seuls caractères, que «l'art du VI ème siècle ne doit pas être envisagé comme une préparation au classicisme» (1).

*

Mais l'art grec n'a pas maintenu le primitivisme, comme tous les autres; seul, il a changé d'orientation, et il est devenu classique, c'est-à dire qu'il a appliqué systématiquement des principes et des transcriptions dont on n'entrevoit ailleurs que de rares essais sans lendemain. Cet esprit nouveau consacre la rupture avec le primitivisme, et avec l'orientalisme qui en est un des aspects. Entre eux, il n'y a aucune filiation, et c'est cette différence radicale de conception qui constitue le «miracle grec». La Grèce ne la doit qu'à elle-même. Comment ce classicisme s'est-il préparé et a-t-il abouti?

*

La véritable originalité de l'archaïsme grec, ce n'est pas d'être primitiviste, puisque tous les arts antiques le sont. C'est au contraire de révéler déjà de nouvelles tendances, qui entrent en lutte avec celles du primitivisme. Par suite, si ses oeuvres diffèrent encore de celles du classicisme, elles commencent à leur ressembler en certains points; si elles ressemblent à celles de l'Egypte et de l'Orient, elles commencent aussi à en différer. Ces divergences et ressemblances simultanées apparaisent, si l'on compare un Kouros ou une Koré de la seconde moitié du VI ème siècle à des statues égyptiennes. Ressemblances: frontalité, traitement superficiel du modelé, recherche décorative, etc. Différences: nudité idéale, souci de la vérité anatomique, draperie déjà savante, aux plis qui se creusent, etc.

---

(1) Méautis, *L'âme hellénique d'après les vases peints*, 164.

«Le type du Kouros, qui, regardé superficiellement, semble n'être qu'une copie d'un modèle égyptien, mais, examiné plus à fond, en diffère totalement» (1). On a prétendu parfois que l'archaïsme avait déjà réalisé le «miracle grec» du classicisme, et on l'a opposé aux arts orientaux. Ce n'est certes pas exact. Les éléments nouveaux ne sont encore que secondaires, ne se manifestent que dans le cadre général du primitivisme. «Cette nouvelle vision, ils l'ont coulée d'abord dans les moules traditionnels; sur des «pensers nouveaux», jusqu'à la fin du VI^ème^ siècle, ils ont fait des vers antiques» (2). On a dit que «le VI^ème^ siècle a inventé, le V^ème^ siècle a trié» (3). C'est trop amoindrir le rôle de ce dernier; il n'a pas seulement choisi parmi les acquisitions de son prédecesseur, conservant certaines, en éliminant d'autres, mais il les a enrichies, développées, et surtout, il les a toutes transformées en les traitant toutes avec l'esprit du classicisme, et non plus avec celui du primitivisme. L'archaïsme ne contient qu'en germe les données, matérielles et spirituelles, que le classicisme fera fructifier.

*

Quelles sont les principales innovations de l'archaïsme qui modifient le vieil esprit primitiviste, et qui différencient déjà l'art grec? Je veux ici n'en rappeler que quelques-unes, les ayant étudiées en détail ailleurs (4). Prépondérance décidée de l'homme, qui commence à éliminer à son profit

---

(1) Lechat, *La sculpture grecque*, 37.

(2) Charbonneaux, 50; La Coste Messelière, *Au Musée de Delphes*, 393: «une première poussée d'esprit classique, dès la maturité de l'archaïsme grec».

(3) La Coste Messelière, 311, note 2.

(4) L'art de la Grèce archaïque, *Rev. arch.*, 1937, II; id. Du miracle grec au miracle chrétien, *L'antiquité classique*, 1937, 216, id. L'évolution de l'art grec, *Rev. des ét. grecques*, L, 1937, 497.

les autres apparences de la nature, animale, et végétale, et voit en lui le but plus élevé de l'art. Respect de son corps, dont on écarte les combinaisons monstrueuses qui l'altèrent ailleurs; dont on réduit à de justes limites les déformations décoratives. Imitation de la vie: pour la première fois, la frontalité est rompue, non plus seulement dans des figurines comme en Egypte, mais dans une statue, le cavalier Rampin; pour la première fois, la statue acquiert le mouvement violent, ailleurs confiné dans le dessin et le relief. Si conventionnel qu'il soit encore, le sourire archaïque témoigne d'un désir conscient d'animer la physionomie et de pénétrer les ressorts intimes de l'être. Celui-ci s'offre dans sa nudité idéale, et dans sa construction anatomique de mieux en mieux rectifiée. L'artiste échappe à la répétition et à la symétrie rigide qu'il subit d'abord comme tous les primitifs, aussi bien en agençant le vêtement d'une Koré, en construisant les organes du corps humain, qu'en combinant les éléments d'une composition.

La vision artistique ne se contente plus de deux dimensions, qui déterminent tant de conventions du dessin et de la statue, mais elle commence à chercher la troisième, qui donne le volume, la profondeur. Le haut-relief s'oppose au relief plat de l'Egypte et de l'Orient. Le modelé devient moins superficiel et linéaire, pour creuser la matière, accorder plus d'épaisseur aux plis de la draperie, faire ressortir les masses musculaires. Le dessin s'essaie timidement aux raccourcis. On éprouve le désir de trouer le fond jadis imperméable, pour faire jouer les corps dans l'espace.

D'autres mobiles que ceux du primitivisme commencent à préoccuper l'artiste et à diriger sa main. Le sens esthétique, désintéressé, que le primitivisme relègue au second plan, entre en lutte avec l'utilitarisme de celui-ci. Le corps humain n'est plus seulement un idéogramme qui narre les faits divins et humains, il ne sert plus seulement aux rites du culte divin et funéraire; il existe pour lui-même, pour le plaisir que l'on éprouve à le contempler dans sa nudité, son anatomie. On comprend que la drape-

rie est belle, par elle même, et qu'elle n'est pas seulement un vêtement. On n'est plus indifférent à la matière des images, mais son choix, marbre et bronze, est déterminé par des considérations esthétiques. Pour mieux la mettre en valeur, la polychromie, totale et décorative comme en Orient et en Egypte, devient partielle, ne sert plus qu'à rehausser des détails, et laisse percevoir la splendeur du marbre.

Beauté, mais aussi vérité, celle de la vie. On tend maintenant à rendre la réalité telle qu'elle apparaît, à opposer la représentation optique à la représentation intellectuelle. L'observation du modèle, si déficient ailleurs, se précise et rectifie sans cesse les conventions de l'anatomie, de la draperie, en élimine les fantaisies décoratives.

Vérité, mais aussi raison. Elle fait reviser les données du primitivisme et les emprunts faits à l'étranger. Les représentations doivent être rationnelles, la faune monstrueuse de l'Orient s'appauvrit.

L'art commence à se laïciser, à revendiquer les droits de l'homme contre la prédominance de la divinité. L'oeuvre d'art n'est plus seulement destinée à celle-ci, elle doit aussi plaire et émouvoir les mortels qui l'ont faite et qui veulent en bénéficier.

L'artiste veut se dégager des contraintes de tout ordre, religieuse ou techniques. Il commence à affirmer son individualisme, son indépendance, son droit de créer et de modifier sans cesse les formes, d'échapper au despotisme de la tradition, d'innover et de progresser.

Par cette recherche d'une humanité nouvelle, faite dans un esprit de vie, de vérité, de beauté, d'indépendance, l'artiste archaïque inaugure contre le primitivisme la réaction qui triomphera plus tard.

Ces tentatives se manifestent à des dates diverses, mais surtout dans la seconde moitié du VI^{ème} siècle, et d'autant plus qu'on approche de la fin de ce siècle. Ce ne sont toutefois encore que des essais, qui, nous le répétons, s'insèrent dans le cadre général du primitivisme et de ses conventions.

*

Ainsi préparée, la libération qui affirme le classicisme et qui procède de la double rupture avec le primitivisme et l'orientalisme, se produit aux environs de l'an 500 avant J.-C. L'ancienne vision et ses formules sont remplacées en tout, et non plus en quelques exceptions, par la vision et ses expressions nouvelles (1).

Dans la statue au repos, la frontalité qui raidissait le corps, empêchait ses flexions naturelles, disparaît: l'effigie désormais peut représenter la vie en ses attitudes multiples et aisées, au lieu de la réduire à quelques schémas. La statue en mouvement violent, acquise par l'archaïsme, y demeurait cependant soumise aux principes du dessin d'où elle était sortie, et plaçait un torse de face sur des jambes de profil; elle profite des libertés nouvelles, abandonne la vieille convention, et donne aux corps, en des attitudes justes, les mouvements les plus hardis, les actions les plus violentes. Jadis distinctes, les deux séries se confondent maintenant en cette recherche commune de la réalité. Les groupes statuaires, conséquence naturelle, abandonnent les vieux schémas qui les régissaient. Le dessin acquiert la connaissance complète du raccourci, qui construit les corps tels qu'ils nous apparaissent dans l'espace, et il s'essaie à la perspective, qui les déforme suivant leur distance par rapport à l'oeil du spectateur; il ouvre sur la réalité le fond sur lequel ils sont projetés. Il les modèle avec des hâchures, des tons dégradés, par quoi ils prennent leur volume. Même recherche de la corporéité en statuaire; elle amène l'artiste à creuser davantage la matière, à substituer au modelé encore trop superficiel un modelé plus profond, à faire tour-

(1) Deonna, L'évolution de l'art grec, *Rev. des ét. grecques*, L, 1937, 498; Du miracle grec au miracle chrétien, *L'antiquité classique*, 1937, 217.

ner la statue, plus tard même à faire jouer sur elle les ombres et les lumières. Une observation exacte, délivrée des géométrisations, des symétries, des déformations décoratives, rejette les dernières conventions dans le rendu des attitudes, de l'anatomie, de la draperie, et ne veut plus en art que des êtres aussi vrais et divers que le sont ceux de la vie, sans aucune altération que celle-ci ne saurait justifier. La conception abstraite de jadis a fait place à la conception optique, fondamentale du classicisme. La vision analytique d'autrefois, qui composait le corps de détails juxtaposés, souvent sans unité, mêmes contradictoires, devient une vision synthétique, qui coordonne le tout avec cohérence. Le sens esthétique s'affirme, et impose la recherche des rythmes harmonieux du corps humain, donnés par ses attitudes, sa nudité, sa draperie, ses proportions, et leurs corrélations, fixe les principes de la composition. Encore comprimé pendant l'archaïsme, l'individualité de l'artiste se révèle librement, et l'histoire de l'art grec devient celle des maîtres qui imposent leur personnalité.

Nous n'insistons pas sur ces expressions figurées du classicisme, pas plus que sur les facteurs spirituels qui les conditionnent, et que nous avons étudiés en détail ailleurs.

*

En même temps qu'avec le primitivisme, l'art grec rompt avec l'orientalisme, qui en est une forme particulière, procède à de nouvelles éliminations d'anciens emprunts, rejette les ornements et les parures exotiques, que l'archaïsme avait adoptés. On a dit avec raison que l'abandon de la frontalité et la conquête connexe du raccourci dénotent surtout «le passage d'une civilisation à une autre, de l'esprit oriental à l'esprit grec» (1). On se détourne aussi

(1) Milhaud.

de l'ionisme orientalisant, dont la mollesse facile, le désir de luxe, ne répondent plus aux besoins nouveaux de vérité et de sobriété.

*

Pourquoi la rupture s'est-elle produite à cette heure déterminée, vers l'an 500? Est-ce parce que le moment était venu où les germes semés et levés pendant l'archaïsme devaient nécessairement porter leurs fruits? Il semble que les circonstances historiques l'aient favorisée, sans lesquelles peut-être l'art grec aurait continué, malgré ses velléités de libération, à obéir au primitivisme et à l'orientalisme.

La fin du VI^ème^ et le début du V^ème^ siècle voient la rupture des relations pacifiques avec l'Orient, et dressent le monde hellénique contre le Barbare. Est-ce simple hasard si la révolution artistique coïncide avec le changement de politique? si le rejet des vieilles conventions coïncide avec celui de la dernière des tyrannies inspirées de l'Orient, et avec l'avènement à Athènes de la démocratie, avec la liberté individuelle des élites opposée au despotisme d'un seul?

*

A partir de ce moment, les ressemblances que l'art grec offrait dans son archaïsme avec les autres, disparaissent, et au contraire les différences s'imposent. Il entre résolument dans la voie qu'il s'est frayée seul, et qu'il parcourra seul, celle du classicisme.

On m'a reproché d'avoir exagéré cette scission, cette rupture qui se serait produite vers 500 dans les conceptions artistiques. Il y a eu, dit-on (1), des avances, et aussi des récurrences; des «primitivistes» sont déjà plus ou moins

---

(1) Picard.

«classiques», des classiques sont «primitivistes». Nous n'avons jamais prétendu parler autrement. Il y a eu des avances dans l'archaïsme grec, et nous avons montré comment l'esprit classique commence à s'élaborer sourdement en cette période primitiviste; il y a eu des survivances et des renaissances, et nous verrons que des traits primitivistes persistent en pleine époque classique. Une période artistique n'est jamais entièrement homogène; elle charrie en elle des résidus du passé, comme elle voit éclore des germes nouveaux, promesses d'avenir. Mais ce qui importe, c'est l'allure générale, ce sont les données qu'adopte la majorité des artistes. Peut-on nier que, dans son ensemble l'art grec, dès le début du v^ème^ siècle, ne ressemble plus à celui du vi^ème^, non seulement parce qu'il a évolué, mais parce qu'il est tout autre dans son essence? Il y a partout des exceptions. Mais l'exception de jadis est devenue la règle, et la règle d'autrefois est devenue l'exception.

*

Le classicisme, soit la transcription optique, réglée par le désir de vérité, de raison, de beauté, va dès lors développer logiquement ses effets (1).

L'artiste du v^ème^ siècle imite la réalité et la rend avec exactitude, mais il ne le fait point avec minutie. Il retient d'elle ses éléments généraux, qui ne sont pas ceux d'un temps, d'un lieu, d'un individu déterminé, mais ceux d'une humanité éternelle. Il évite l'accident, le temporaire, sous tous leurs aspects: traits individuels, altération des visages par les passions, etc. Cet art est idéaliste.

Pourquoi le classicisme commence-t-il par l'idéalisme plutôt que par le réalisme intégral? Après s'être libéré, lui aussi, vers le xiii^ème^ siècle, du primitivisme et de l'orien-

---

(1) Deonna, L'évolution de l'art grec, *Rev. des ét. grecques*, 1937, 495.

talisme qu'il subit à ses origines, l'art chrétien d'Occident offrira le même aspect. Ne doit-on pas supposer qu'une même raison détermine ces étapes similaires? Le primitivisme éliminait les accidents, il ne cherchait pas à rendre la variété de la vie, mais il la ramenait à quelques types abstraits, caractères d'écriture en quelque sorte, qui permettaient d'exprimer les besoins utilitaires de cet art-langage. Or la Grèce vient de rejeter le primitivisme, mais tout souvenir n'en est pas encore complètement effacé. Une partie de sa pensée subsiste. Toutefois, l'abstraction, qui était jadis instinctive, est maintenant recherche consciente de vérité et de beauté générales. De cette pensée antérieure, l'art grec conserve aussi le caractère utilitaire, social. Bien que de plus en plus combattu par la laïcisation, le sens esthétique, il est encore un langage religieux et civique, qui sert à exprimer les vérités de la religion et de la cité. Cette conciliation d'une vision et d'une technique devenues classiques et d'une pensée conservant encore du passé la notion que l'art n'est point un jeu purement désintéressé, qu'il sert à exprimer des vérités profondes, que la forme n'est point tout à elle seule, mais qu'elle est le vêtement d'une idée, cette conciliation donne aux oeuvres classiques du v^ème^ siècle, comme plus tard à celles du XIII^ème^, leur valeur éternelle. Ce sont deux périodes d'équilibre entre deux conceptions antagonistes. Auparavant, l'idée l'emportait sur la forme qui était secondaire, et qui ne devait pas être nécessairement belle, et plus tard, la forme l'emportera sur l'idée.

Fondé sur le principe de l'imitation optique et de la représentation exacte de la réalité, l'art grec devait inévitablement être entraîné à rendre celle-ci avec une variété et une précision croissantes. Au v^ème^ siècle déjà, plus réalistes que leurs confrères, des sculpteurs, tels ceux d'Olympie, des peintres de vases, animent les visages par la passion, différencient les trait, individuels, la laideur, les tares physiques, altèrent donc le pur idéalisme par leur tendance au réalisme.

Encore sourd au v^ème^ siècle, ce courant de réalisme s'affrme au IV^ème^ siècle et triomphe avec l'époque hellénistique. On recherche l'accident, le temporaire, l'individuel. C'est l'âge du portrait, du pathétique, du détail pittoresque, mais parfois inutile, des divergences ethniques et sociales. Bientôt l'homme ne suffit plus à l'artiste, et la nature animale et végétale, longtemps négligée, s'offre à lui.

Descendue de la hauteur idéale où les maintenait l'idéalisme du v^ème^ siècle, les dieux deviennent plus humains encore. Avec l'affaiblissement des contraintes sociales, des notions de religion, de patrie, l'art se laïcise de plus en plus et se met au service de l'individu. Le sens esthétique, dominateur, entraîne l'amour de la forme pour elle-même; l'habileté technique devient virtuosité.

Arrivé à ce terme, le classicisme a épuisé toutes les possibilités qu'il portait en lui, et ne peut aller au-delà. Aussi, pendant la période gréco-romaine, l'art se borne à continuer des formules antérieures, oscillant entre l'idéalisme du v^ème^ siècle, le réalisme plus ou moins marqué du IV^ème^ et des hellénistiques, formules auxquelles il n'apporte plus que des nuances sans importance.

*

Nous avons exposé les mérites de la révolution apportée en art par le classicisme. Mais tout en lui n'est pas que lumière; il a aussi ses ombres; en célébrant ses vertus, on ne saurait dissimuler ses défauts.

Il les porte en germe en lui-même. Son désir de rendre en vérité et en beauté la vie multiple, telle qu'elle apparaît aux yeux, de libérer l'art de toute contrainte, religieuse, civique, technique, qui ne soit pas voulue par l'artiste, d'exalter la personnalité de celui-ci, avait été contenue dans ses justes limites par l'idéalisme du v^ème^ siècle, mais en s'affirmant avec le temps, devait fatalement amener des excès, rompre cet équilibre.

Le classicisme est la glorification du corps humain, et celui-ci devient de plus en plus matériel. L'imitation de la réalité se fait trop exacte, dans les attitudes, les détails anatomiques, la draperie, les divergences humaines, et elle tend à faire de l'art un décalque de la réalité, au lieu d'en être une interprétation. La recherche esthétique entraîne l'admiration des formes pour elles-mêmes, pour la beauté de leur nudité, de leur musculature, de leur draperie, de leurs contours, de leurs rythmes. La nudité idéale, qu'elle avait imposée, aboutit à la sensualité, à la volupté.

Trop réelle et trop formelle, l'image se vide de son contenu spirituel. Elle émeut par sa beauté, elle ne peut plus guère susciter des émotions plus profondes et plus spirituelles. L'art est toujours au service de la religion, mais les dieux qu'il représente, devenus trop pareils aux humains, dans leurs apparences, leurs actes, leurs passions, amollis en des poses négligées, nonchalantes, avilis même en des nudités et des thèmes équivoques, ont perdu leur haute dignité qui jadis les séparait de la commune humanité, leur caractère d'éternité qui doit échapper aux accidents de la vie terrestre, en un mot leur spiritualité, qui seule en permet la vénération. Les données profondes du mythe ne sont trop souvent plus que prétextes à des scènes de genre plaisantes et frivoles. Le fidèle peut-il encore se recueillir devant une Aphrodite de Cnide, femme nue dont il admire plutôt sensuellement les reins et les seins voluptueux qui suscitent en lui le désir? devant un Apollon lycien qui a renoncé à sa force virile et qui ramène sur sa tête un bras languissant; devant un Apollon Sauroctone, éphèbe douteux au corps et à la chevelure de fille? Quel respect peut-il avoir pour une Aphrodite prête à céder souriante aux attaques d'un Pan lubrique? La lutte engageé depuis longtemps entre le ciel et la terre, entre le dieu et l'homme, a abouti au triomphe des derniers. Mais ce triomphe a signé aussi l'arrêt de mort du classicisme. Car de telles oeuvres ne répondent plus aux besoins de piété mystique qu'éprouvent les âmes, de plus en plus forts

à mesure que l'on s'approche de la fin de l'antiquité. A vouloir devenir trop humains, les dieux se sont perdus, et ils doivent céder la place à des divinités nouvelles, d'un tout autre esprit. Jusqu'à sa fin assurément, l'art grec continue à créer des oeuvres belles et émouvantes, qui sauront encore allier, comme au v^{ème} siècle idéaliste, la vérité et la beauté à la profondeur des sentiments. Il n'empêche qu'un art, qui ne dissimule plus dans les arts mineurs, dans des productions spéciales, les tares que nous avons évoquées, mais qui s'en glorifie au point de les étaler dans les temples mêmes, a perdu conscience d'une de ses principales missions, est sur son déclin, et se condamne lui-même. Dès l'antiquité, les adversaires du classicisme l'ont compris, et ils ont utilisé, pour le combattre, les armes qu'il leur offrait.

*

Le classicisme avait vaincu le primitivisme. Celui-ci n'en persistait pas moins, partout hors de Grèce, et même en Grèce en un courant sourd (art archaïsant, etc.). L'orientalisme avait été éliminé au début du v^{ème} siècle, mais depuis la période hellénistique, il s'affirmait à nouveau. Primitivisme et orientalisme, de plus en plus puissants à mesure que faiblit la force interne du classicisme, et que l'histoire unit plus étroitement l'Occident et l'Orient, vont conjuguer leurs forces pour ruiner le classicisme, et ramener à la fin de l'antiquité les vieilles conceptions millénaires. A ce volet du diptyque grec: «du primitivisme au classicisme», que nous avons esquissé ici, doit correspondre l'autre: «du classicisme au primitivisme», que nous examinerons ensuite.

W. Deonna

DE L'EMPLOI DES OLIGO-ELEMENTS PANCREATIQUES DANS LES DECHEANCES ORGANIQUES EN GENERAL ET DANS LE CANCER EN PARTICULIER

À la suite de travaux s'échelonnant au cours de ces dix dernières années, sur l'étiologie et la pathogénie du cancer, nous avons analysé le rôle joué par l'insuffisance des oxydo-réductions, laquelle est susceptible de déterminer dans l'économie un envahissement progressif de CO^2, ensuite de CO. Nous mettions ainsi en évidence l'oxycarbonémie d'origine endogène (1).

Cette oxycarbonémie endogène fut confirmée expérimentalement par Loeper et ses collaborateurs lesquels dosèrent par la méthode de Nicloux jusqu'à 18 pour mille d'oxyde de carbone dans les tissus cancéreux (2).

---

(1) R. Estripeaut, Plis cachetés à l'Académie des Sciences de Paris enregistrés sous le N° 10933 le 29 Octobre 1934 et 10960 le 2 Janvier 1935; Idem, *Etudes sur l'étiologie du cancer*, Maloine, ed. 1936; Idem, *Le Cholestérol et le Cancer*, «Bulletin de l'Institut de Médecine Expérimentale pour la Recherche et le Traitement du Cancer de Buenos Aires», N° 44, 1937; Idem, *Contribution à l'étude de la pathogénie du Cancer*, communication à la Société de Pathologie comparée, Séance du 5 avril 1938 et *Revue Générale des Sciences*, juin, 1938; Idem, *Etude comparée de l'hyposphyxie et de la prédisposition endocrinienne dans le cancer*, Biodynamisme, décembre, 1938.

(2) M. Loeper, Bioy, Siguier, Gilbrin et Tonnet, comptes-rendus à la Société de Biologie 118, 20 mars 1935 page 1309; M. Loeper, Gilbrin, Bioy, Tonnet, *L'oxycarbonémie endogène*, communication à la Société Médicale des Hôpitaux de Paris, séance du 11 décem-

Pour lutter contre l'évolution des dégénérescences tissulaires en général et l'oxycarbonémie en particulier, nous avons orienté nos recherches sur les catalyseurs d'oxydation, nos travaux personnels concordant avec les résultats et l'appréciation de nombreux auteurs (1).

De multiples essais effectués sur la série des métaux lourds nous conduisirent à formuler une association nickel--cobalt à l'état colloïdal combinée à de l'iode organique et au magnésium. Ce complexe nous a donné des résultats fort encourageants dans la grande majorité des cas entrepris; des néo-formations de structures histologiques différentes dont quelques-unes atteignaient la grosseur d'une orange ou d'un petit melon subirent non seulement une régression totale, mais il nous a été donné d'enregistrer dans le cas de tumeurs infectées, une diminution progressive des sécrétions ichoreuses et fétides et le retour à la structure normale du tissu pathologique. Ces observations furent livrées à la Société de Pathologie Comparée, séance du 8 novembre 1938, et publiées dans notre récent ouvrage: «Considérations sur la métamorphose morphologique et physiologique de la cellule humaine» (Maloine éd. Paris, 1942).

Le métabolisme troublé semble bien être celui des glucides.

La cellule cancéreuse se comporte comme une levure et non comme une cellule normale (Colin, Warburg); si le glucose se transforme en acide lactique sous l'action des

---

bre 1936; M. Loeper, *Les oxycarbonémiques ignorées*, communication à l'Académie de Médecine, séance du 28 mars 1939; Idem, *Certaines maladies de Vaquez sont des oxycarbonémies endogènes ignorées*, communication à l'Académie de Médecine 18 Mars 1941.

(1) Ch. Achard, A. Boutaric et G. Bouchard, *Action des sérums sur le pouvoir fluorescent des solutions d'uranine*, compte-rendu de l'Académie des Sciences de Paris, tome 199 — 1934, pág. 908; Rousseau, comm. à l'Académie des Sciences de Paris 29 Nov. 1937. *Diminution du facteur oxydant hématique dans les sangs cancéreux.*

cellules animales (ou de certaines bactéries), *les levures,* par contre, conduisent à de l'alcool éthylique et au CO^2. Or, une quantité de glucose fermentant en alcool et acide carbonique dégage environ trente fois moins d'énergie que lorsqu'elle s'oxyde en CO^2 et H^2O.

Aussi convient-il de considérer le phénomène de la respiration non comme une fixation d'oxygène avec élimination d'anhydride carbonique, mais bien par la transformation d'un atome d'oxygène donnant une molécule d'eau par oxydation de deux atomes d'hydrogène arrachés au substrat (Wieland); l'anhydride carbonique ne jouant que le rôle de support, de transporteur, de vecteur de l'hydrogène.

Les déshydrogénations successives enrichissent la molécule en oxygène jusqu'à l'étape finale de la décarboxilation qui libère CO^2. L'oxydation incomplète peut mener à l'acide oxalyque (acide du sucre): $CO^2H - CO^2H$, lequel précisément, sous l'action des déshydratants ou de la chaleur se décompose facilement en oxyde de carbone et en anhydride carbonique soit: $CO^2H - CO^2H = CO + CO^2 + H^2O$.

La cellule cancéreuse se comportant comme une levure doit faire considérer qu'à l'exemple de certains organismes inférieurs produisant de l'acide oxalique:

— l'aspergillus niger sur les milieux riches en protides ou en amino-acides obtient une proportion élevée d'oxalate d'ammoniaque (Emmerling 1903).

— le stérigmatocystis nigra en milieu alcalin (Molliard 1919).

— le mucor Rouxii (Calmette).

— peziza sclerotum (de Bary).

— les levures en donnent également dans la fermentation acétique en présence de saccharose, ou encore avec le saccharomyces Hansenii en présence de divers sucres (Zopf). (L'acide oxalique parait localisé dans la substance nerveuse en particulier, puis accessoirement, dans le foie et le tissu musculaire. L'ion oxalique abaisse considérablement le taux de l'ion calcium du milieu intérieur, on conçoit que l'oxalémie chronique s'accompagne de décalcifications plus

ou moins profondes, décalcifications que l'on enregistre précisément dans les déchéances organiques: cancer, tuberculose. Lépine et Boulud voient dans la transformation de l'acide oxalique un stade intermédiaire constitué par 60 qui serait le dernier échelon de la combustion incomplète des sucres. (Cité par Ch. O. Guillaumin) (1).

Cette notion primitivement énoncée par Proust a été étayée dès 1870 par Cantani, et Viale (1933) poussant plus loin encore, rattache la formation d'acide oxalique *à la diminution de la sécrétion interne du pancréas.* D'où l'emploi de l'insuline dans le traitement de l'oxalémie, insuline que l'on manie avec une extrême prudence puisque rarement il s'agit d'hyperglycémie. Poncet et Leriche constatant que beaucoup de diabétiques mouraient de tuberculose, furent amenés à penser que la tuberculose pancréatique est en réalité à l'origine de ce diabète et que cette infection ne fait que reprendre sa place dans le processus morbide. (Cité par Ch. O. Guillamin) (1).

Toujours dans le domaine de la tuberculose, il convient de ne pas oublier les magnifiques travaux de Jules Auclair, lequel était arrivé à cette certitude que la faculté d'immunité est localisée principalement dans le pancréas. Auclair a identifié le pancréas comme le centre chimique des opérations complexes, héréditairement acquises, qui aboutissent à la destruction des bacilles de Koch et à la neutralisation de leurs produits.

Si nous savons que l'insuline intervient d'une façon prépondérante dans le métabolisme normal des glucides, par contre, nous ignorons le mode d'action exact de cette hormone pas plus du reste que celui de la vagotonine, lesquelles figurent dans la sécrétion interne du pancréas.

---

(1) Ch. O. Guillaumin, *La Diathèse oxalique, ses origines dans l'organisme humain, oxalémie, oxalurie, calculs et précipitations oxaliques, diagnostic.* Exposés annuels de Biochimie médicale, T. III. Masson, ed. Paris, 1942.

Par contre, le rôle joué par la sécrétion externe, par le suc pancréatique est mieux connu; différents enzymes ont été identifiés; amylase, lipase, un système d'enzymes protidolytiques, tous interviennent dans la digestion des trois grandes catégories d'aliments.

Seul, dit-on, le suc pancréatique renferme un enzyme capable d'hydrolyser les graisses en acides gras et glycérol, les sels biliaires n'étant que des activateurs de la lipase pancréatique, et, une déficience de l'excrétion du suc pancréatique ou de son activité lipasique (lésion du pancréas) entraine une accumulation de graisses dans les matières fécales.

Or, ces graisses fécales ne sont pas des graisses alimentaires non absorbées, *mais bien d'origine intestinale (a)*. Ne voit-on pas, d'ailleurs, s'accumuler dans une anse intestinale isolée du circuit alimentaire, des matières grasses qui sont nécessairement des produits de la muqueuse intestinale et dont la formation est indépendante de l'absorption des graisses exogènes?

De plus, la possibilité d'une reconstitution des graisses neutres à l'intérieur de la muqueuse intestinale a été démontrée depuis longtemps par les belles expériences de Munk.

(a) L'étude de la digestion de graisses artificielles marquées par l'introduction dans leur molécule de deutérium a donné des résultats tout à fait remarquables qui ont jeté un jour nouveau sur cette question de l'absorption des graisses (Polonowski). Le même auteur indique que l'on prépare facilement des acides gras contenant du deutérium en hydrogénant par le d'hydrogène riche de D des acides gras non saturés: l'acide oléïque conduit ainsi à l'acide di — deuté — rostéarique. Ces D acides gras sont très stables quant au deutérium qu'ils n'échangent pas avec l'hydrogène ordinaire. Or l'emploi de graisses alimentaires marquées par du deutérium dans leurs acides gras apporte la preuve que les graisses fécales ne sont pas des graisses alimentaires non absorbées, car elles sont dépourvues de deutérium (1).

(1) M. Polonovski, *Elements de Biochimie médicale*, Masson Ed. Paris, 1941.

Le même phénomène déterminé par une diminution ou une altération de la sécrétion pancréatique endogene, semble influer sur l'activité lipasique du sang, laquelle semble être à l'origine de certaines néoformations: pelotons adipeux, plages lipomateuses vésicules adipeuses, dégénérescences graisseuses et mucoïdes, etc., que l'on rencontre chez différents types de tumeurs: lymphangiome kystique, lipo-fibrosarcome, chondrome, épithélioma nodulaire du sein, etc. Contrairement aux autres organes, les cancers du pancréas n'atteignent que rarement un volume considérable; ils deviennent rapidement incompatibles avec la Vie en raison des troubles fonctionnels extrêmement graves qu'ils entraînent (ceux de la tête notamment). «On est même souvent frappé, disent Roussy, Leroux et Oberling, par le volume restreint de la tumeur qui contraste singulièrement avec la gravité des manifestations cliniques. Cette constatation montre que la glande destinée à produire et à déverser dans l'économie le ou les enzymes nécessaires aux réactions chimiques indispensables aux manifestations vitales, se trouve elle-même atteinte (en l'occurence le pancréas) et elle ne peut de ce fait assumer ses fonctions biologiques essentielles.

Analysant aujourd'hui le problème sous l'angle bio-chimique, nous constatons que la formule nickel-cobalt *(b)* nous employons depuis plusieurs années sans songer aux similitudes biologiques présente une certaine analogie avec la composition pancréatique. Le pancréas, en effet, est particulièrement riche en métaux divalents: nickel, cobalt, zinc, qui interviennent non seulement dans la fonction glyco-régulatrice de cette glande, mais encore ils s'identifient comme oligo-éléments agissant avec succès dans la régénération des tissus cancéreux et tuberculeux.

(b) Associée à l'iode organique dont on connait l'action dans le métabolisme des graisses et au magnésium qui agit favorablement sur l'oxalémie.

Dans le domaine de la tuberculose, des essais furent poursuivis il y a une vingtaine d'années par Jochmann et Butzner. Ces auteurs se fondant sur le pouvoir protéolytique et bactériolytique de la trypsine, ont utilisé celle-ci avec un certain succès contre les ulcérations, les abcès, les kystes à grains riziformes d'origine tuberculeuse, en injections locales et en pansements. Ils ont constaté que les tissus tuberculisés sont digérés par le ferment pancréatique, tandis que les tissus sains se défendent bien.

De son côté Y. Beard (d'Edimbourg) avait pensé que le cancer était dû au développement de cellules germinatives aberrantes et que la trypsine circulante est capable d'histolyser les tissus néoplasiques. Il a le premier, préconisé les injections de trypsine. Des résultats favorables ont été enregistrés, en effet, par Shaw, Mackinsie, Norton, Bambridge (de New York). Ces auteurs enregistrèrent, en général, une amélioration de la nutrition et parfois une fonte partielle de la tumeur, surtout dans le sarcome. Toutefois, les expériences furent abandonnées parce que les injections étaient douloureuses et déterminaient parfois soit l'ulcération des gros vaisseaux, soit la mise en circulation de poisons cancéreux qui auraient aggravés l'état cachectique (1).

Tout en rappelant ces propriétés de la trypsine, il nous a paru intéressant de signaler l'action nettement favorable des métaux divalents identifiés comme oligo-éléments pancréatiques; les résultats obtenus dans la régression des manifestations neoplasiques au moyen du complexe nickel-cobalt semblent bien démontrer que le pancréas joue un rôle de premier plan, sinon primordial, dans le problème du cancer.

RAOUL ESTRIPEAUT
Professeur à l'Institut d'Anthropo-Biologie de Paris
Correspondant de l'Institut de Coïmbre

---

(1) P. Byla et H. Pénau, *Les Produits biologiques médicinaux*, Maloine Ed. Paris, 1921.

A MEDICINA NA QUADRA POPULAR

Na «Medicina Popular Minhota», que saíu na *Revista Lusitana*, de colaboração com meu primo Dr. Alexandre Lima Carneiro, já publicámos algumas quadras relativas a assuntos médicos ou para-médicos. Êsse estudo saíu no volume XXIX (1932). Mais tarde foi incluído no livro *Tradições Populares de Entre-Douro-e-Minho*, livro escrito de colaboração com meu pai, o Prof. Dr. J. A. Pires de Lima.

O povo interpreta o médico e a doença de forma pitoresca e bastante original: «De médico e de louco todos temos um pouco», diz um velho ditado. De facto, assim é. Não há dúvida nenhuma que o doente vai mais pela opinião da vizinha do lado do que pela palavra autorizada do clínico. Todos dão o seu parecer sôbre a doença e a melhor maneira de remediar o mal. No entanto, se o doente piora, chama-se o médico, e, se morre, a culpa é fatalmente do clínico, que tem, graças a Deus, costas largas para carregar com tôdas as responsabilidades. O profissional receita, mas, se o amigo ou o conhecido disser que faz mal em tomar o remédio, êle não hesita, e substitui-o imediatamente pela droga mais extravagante que lhe é impingida. O compadre é que tem razão, e, se êle louva a mèsinha, é porque já o Senhor Fulano e a Senhora Beltrano tiveram a mesma coisa e ficaram rijos como um pero, com um cozimento especial, que milagrosamente os curou.

Não aconselho ao meu maior inimigo a profissão médica, porque ela é cheia de espinhos e de injustiças. É de tôdas aquela que mais responsabilidades tem e que mais incompreendida é por grande parte do público. Ninguém calcula os sacrifícios heróicos que o médico passa para tratar, e

tantas vezes salvar o doente, e pouca gente lhe faz a justiça que merece. Felizmente que a Providência, que em tudo pensa, me deu uma filha, afastando para longe a idéia de um médico futuro, que seguiria a vida do pai, e quem sabe se com trabalhos dobrados...

A medicina é um sacerdócio e obriga a um estudo permanente e constante. O médico deverá ler muito e bem e precisa de ser um observador sagaz e inteligente.

O médico tem de ser um bom psicólogo e, para isso, tem de ter uma poderosa bagagem intelectual. A noção do médico simples receitador de drogas acabou. Em lugar dêsse técnico, frio e insensível, surge-nos o médico pleno de conhecimentos gerais e sòlidamente alicerçado nas humanidades. O povo, através da sua emoção, canta-nos, em quadras simples, motivos vários, que se prendem com a arte de curar. Na minha colecção de cantigas populares escolhi aquelas que vão ilustrar êste trabalho e que mostram claramente o instinto médico das gentes do Minho. Não nos podemos rir das suas práticas medicamentosas, porque elas têem pelo menos a vantagem de ser gratuitas, ao contrário das das cidades, que ficam por bom preço e que são anunciadas em grandes letras na Imprensa, em anúncios que espantam pela audácia e pelo atrevimento. Chás que, num segundo, curam, elixires que fazem quási ressuscitar um morto, remédios espantosos para tudo e para todos. É só pedir por boca. Só está doente quem quer. Porque não usam o «chá Inácio» ou o «Dê-Dê-Dê?» Ingénuo povo do Minho, que se limita a uma tisana quente de erva cidreira ou a um chá de limonete e pouco mais! Não tens tempo para ler a página de anúncios dos «Diários», em que te prometem o elixir da longa vida e em que uma simples droga tanto serve para fazer crescer o cabelo, como para curar uma dor de estômago, ou para tirar um calo num abrir e fechar de olhos.

A vida é um mar alto de mistérios ou a vida não fôsse um grande mistério... A saúde pràticamente não existe: o que há é um estado de doença mais ou menos grave, mais

ou menos atenuado. E, se assim não fôsse, o médico não teria tantos concorrentes desleais e estúpidos: o amigo, a amiga, a bruxa, o curandeiro, quási tôda a gente se imiscui nos assuntos médicos. O homem tem inclinação para as práticas supersticiosas e deixa-se conduzir com tamanha facilidade, que chega a causar espanto. Conheço pessoas de mediana cultura e de certa inteligência que, em determinados passos da sua vida, vão ouvir a opinião de uma bruxa, que é infalível naquilo que disser. A medicina presta-se a uma exploração constante e tem muitas portas por onde um curioso atrevido pode entrar e dar a sua opinião. A saúde é o ideal, é quási tudo na vida que vivemos. É raro ouvir-se uma saüdação ou um cumprimento em que se não deseje muito boa saúde. Faz-se tudo para que não se perca uma coisa tam estimada. «Deus lhe dê muita saúde», forma bem portuguesa de agradecimento a favor prestado. Deus lhe dê muita saúde...

Agora pregunto eu,
Já que vós não preguntais:
A minha saúde é boa;
Vós da vossa como estais?

Mas tanta vez a pessoa querida adoece e tantas consumições traz às pessoas de família ou às pessoas muito amigas! O meu amor está doente. Que será? Coisa grave? Entre a vida e a morte? Princípio ou fim? Sempre o complexo problema que se aproxima e se afasta: a vida ou a morte. Dilema constantemente pôsto e solução final sempre positiva. A vida é um momento e quási um sonho, a morte uma certeza evidente. Adiar a morte é o papel do médico.

E é nesta luta impenitente que o clínico vive. Luta heróica perante uma realidade; e o médico solícito, soldado de uma grande guerra, vai combatendo com as fracas armas que possui.

A luta pela saúde, o belo ideal da medicina, é tam mal compreendida pelos homens! Só se lembram do médico

quando a doença bate à porta e, nessa altura, corre-se a tôda a pressa em busca do clínico, para que venha salvar o doente e trazer-lhe palavras de confôrto e prometer que ainda não é desta vez que a morte vencerá, que a morte matará a vida. O médico, o médico, chamem o médico!

'Stou doente, vou p'ra casa,
Tenho medo de morrer;
Vai chamar pelo doutor
Se faz favor de me ver...

Noite alta, gelada, chuvosa, bate-se à porta, torna-se a bater: Senhor Doutor, venha depressa acudir à doentinha! Venha depressa, senão ela morre! Senhor Doutor venha depressa...

E o médico, extenuado por um dia de trabalhos forçados, levanta-se estremunhado, deixa a mulher e filhos em sobressalto e lá vai a caminho da casa do doente. Aí receita e conforta, promete ao doente aquilo que tantas vezes não pode prometer. Mas tem de mostrar serenidade e alegria em casos que são o contrário daquilo que diz e sente. Como é dura a vida de um médico que cumpre o seu dever! Mas, não sei porquê, a voz do doutor sossegou tudo e todos, e parece que uma vida nova entrou nessa casa tam escurecida pela dúvida, tam triste pelo receio de ver a pessoa querida partir primeiro. Não a deixe morrer, Senhor Doutor, é ainda tam nova para abraçar a morte! E o médico vê, observa, interroga e dá uma esperança, o sol entrou de novo pela janela, a família enxuga os olhos tão fartos de chorar, e um sorriso esboça-se na cara pálida, muito pálida, da menina e moça que acredita no amor e na vida:

Êle está de nevoeiro,
E mais não há-de chover:
O meu amor está doente
E mais não há-de morrer...

Mas o médico não pode ser um simples receitador de drogas, mas sim um psicólogo experimentado. Estudar a doença e observar principalmente o doente nas suas emoções e nas suas reacções. O homem não é uma máquina e não se constrói nem se faz como um automóvel ou um arranha-céus. O homem é uma unidade formada por corpo e alma. Duas certezas numa só verdade. E, já agora, deixando-nos conduzir pelo poeta popular, vamos encontrar-nos numa dessas encruzilhadas em que o médico tem de intervir inteligentemente. Se «o meu amor está doente, não seria de boa política médica deixar o namorado ver a sua mais que tudo? A doentinha não melhoraria um pouco se sentisse ao pé de si, um minuto sequer, o seu bem amado? A voz do povo responde inquieta, se o Senhor Doutor não quis dar êsse consentimento:

O meu amor, coitadinho,
De repente adoeceu;
Faltaram-lhe os meus carinhos,
Pode dizer que morreu.

Luta moral e luta física. Dois males numa só doença. O médico trata uma, mas tem de orientar até onde lhe fôr possível a outra. Não podemos encarar a parte física exclusivamente e temos de intervir com tacto e prudência sôbre a parte moral, tantas vezes mais delicada e grave do que aquela que se medica com remédios da farmácia. Mas a família, muitas vezes, não consente na vontade da doente e ao médico pode parecer-lhe acertado ou errado êsse procedimento. Tem de encaminhar, tem de corrigir, tem de limar arestas e orientar no sentido mais conveniente para a vida da sua doente. A luz ou a meia luz, o sossêgo ou um pouco de alegria, tudo isso tem de ser sàbiamente doseado. Nem menos, nem mais. O optimismo é uma fonte inesgotável de ensinamentos. Ser pèssimista por cálculo ou por convicção é tolice. O povo português, aquêle que vive e trabalha no campo, tem a romaria como divertimento neces-

sário à sua vida física e espiritual. É uma terapêutica necessária!

A música e o belo canto também orientam e corrigem estados de alma e são duas atitudes medicamentosas a encarar. O poeta povo, filósofo experimentado, em tantos séculos de vida trabalhosa, apreendeu isso em muitos anos de prática:

O cantar da meia noite
É um cantar excelente:
Acorda quem está dormindo,
Alegra quem está doente...

Mas o médico não é santo, e, por isso, está-lhe proïbido fazer milagres. Encontra-se hoje e sempre a combater contra a morte e tem de ser vencido pela própria morte. É o fim de uma vida, e para mim, católico, o princípio de uma outra vida mais justa, mais séria, melhor!

Sucede-se o cortejo dos doentes, e o médico melhora uns, outros ficam na mesma, e outros ainda caminham a passos largos para a morte. Luz que se acende, luz que se apaga. Princípio e fim . . .

O médico permanentemente entre a vida e a morte. O clínico não pode fazer milagres e não pode ultrapassar aquilo que a ciência ensina. O domínio da metafísica está-lhe proïbido.

É riquíssimo o cancioneiro popular sôbre a morte e os seus desígnios. No entanto, há uma quadra que tenho de transcrever, porque ela está relacionada directamente com êste ensaio:

Janelas do Hospital,
Botai bandeiras de luto,
Que morreu a Laurindinha:
Tenho pena e choro muito...

O amor é o grande inimigo da morte, porque é fonte de vida. E as doenças não são da competência exclusiva do médico. Uma paixão provoca alegria e dor. Morre-se

de paixão e morre-se de tristeza. Há dores morais que não se encontram catalogadas nos livros de medicina e cujo tratamento não vem nos formulários. A dúvida, a melancolia, o ciúme são sintomas tantas vezes de diagnóstico difícil e prognóstico reservado! «Mal de amor não tem cura», diz o povo e, nem sempre assim sucede porque muitas vezes, o casamento é cura radical para dois doentes de amor. Não esqueçamos ser o casamento terapêutica muitas vezes apropriada e resolutiva, em certos casos em que a medicação da farmácia é absolutamente negativa. Também sucede aparecerem doentes imaginários e outros simuladores, que obrigam as famílias aflitas a recorrer ao clínico, para estudar um mal incompreensível e misterioso. A simulação desempenha um papel curioso. Simular é enganar. Se o falso doente representa com arte e com inteligência, o médico pode ver-se em sérias dificuldades para encontrar a verdade e separar a mentira. No amor e na medicina, a simulação anda de braço dado. Quem vê caras não vê corações, é ditado muito certo; mas também é da sabedoria dos povos que os segredos da alma são revelados pelas expressões da fisionomia.

A quadra popular que vai ler-se traduz essa idéia:

Ó meu amor, tu que tens,
Que me falas a doente?
Para mim, falas tam triste
Para outros, tam contente...

A expressão «que me falas a doente» mostra bem uma certa linguagem a que o namorado não está habituado, pois sentia no seu íntimo uma fôrça interior a dizer-lhe que o amor daquela que tanto amava tinha desaparecido e apenas ficava a saüdade dessa labareda alta, que tanto e tanto tinha queimado o seu pobre coração. Há doenças, que só os namorados têem: os seus caprichos, às vezes bem aborrecidos! Arrelias e complicações! Enfim, coisas desta vida, que está cheia de injustiças e de maldade.

Vamos continuar a ouvir a voz do povo, naquilo que se refere a assuntos médicos e vamos observar a opinião dêsse mesmo povo sôbre o médico e a doença. Não perdi o meu tempo ao elaborar êste ensaio, porque êle traz-nos maneiras de ver pitorescas e cheias de curiosidade, não só para o clínico, mas para o público em geral.

O remédio que se compra na farmácia é, para o público, um veneno e, como tal, êle assim o interpreta. Ao médico compete receitá-lo com pêso e medida. E assim é, de facto. No entanto, muitos descrêem dos remédios e vão até ao ponto de os considerarem venenos «p'ra acabar de matar».

Há ironia e descrença na quadra que vou apresentar, e que engloba em si tôda essa dúvida. O povo traduz em quatro versos um mundo de sentimentos, um mundo de emoções. Quem até hoje mais e melhor compreendeu a filosofia popular foi Gil Vicente, cuja obra se presta, como nenhuma outra, para ser estudada por um etnógrafo. Está cheia de elementos admiráveis, merecedores de um trabalho sério e inteligente. Quantas coisas a estudar mesmo sob o ponto de vista médico, e que verdades êle lá não diz na sua linguagem forte e vingadora! Pois bem: o povo também, quando quer, é irónico e contundente, como nessa quadra a que me refiro:

Tenho dentro do meio peito
Botica p'ra boticar:
Para te dar o remédio,
P'ra te acabar de matar...

E, num crescendo de raiva mal contida, outra quadra nos aparece, em que há referências nítidas ao envenenamento. Nela se faz mais uma vez a afirmação de que o remédio é igual a veneno, e com êle se pode suprimir uma vida. Felizmente, as gentes do Minho são pacíficas e incapazes de fazer mal a uma mosca. Na minha região, baixo Minho, o crime é uma raridade. Pràticamente não há assassinos. Envenenamentos não aparecem. Estou convencido mesmo que estas cantigas são mais gritos de desespêro

que pròpriamente incitadoras ao crime. «Cão que ladra não morde». É bem certo êste ditado. E, na verdade, se estas composições de quatro versos impressionam pela rudeza que as caracterizam, também devemos concordar que são desabafos de alma e nada mais:

Se eu soubera quem tu eras,
E quem tu vinhas a dar,
Mandava vir da farmácia
Remédio p'ra te matar!

O povo, ora irónico ora trágico, vai julgando os actos da vida conforme a condição humana dêsses próprios actos. Ri e chora, conforme a maré alta ou baixa do sentimento, que domina a sua alma. É contundente e agressivo, é alegre e satisfeito e tudo isso depende daquilo que lhe vai no coração. De tôdas as lições da vida, o povo deixa-as definitivamente gravadas, especialmente nos provérbios e nas cantigas. Impressiona a maneira como o génio popular condensa, numa simples frase ou numa singela quadrinha, tanta sabedoria e bom senso.

A rir castiga-se. E não há nada pior do que a troça, que muitas vezes vale mais, doi mais do que um par de bofetadas dado a tempo e horas. Tenho uma quadra alegre com referência a assunto médico: às maleitas. Vamos ouvi-la:

A maleita leve os ratos
E os dentes às formigas,
Que me roeram o livro
Onde estudava as cantigas!

Outro flagelo social é focado numa cantiga plena de tragédia, dramática e emotiva na sua desgraça. Parece uma rajada shakespiriana e não conheço nenhuma semelhante no cancioneiro popular do Minho. Também, em nome da verdade, sou obrigado a dizer que, nas terras minhotas, o crime de infanticídio é raríssimo, porque as mães portuguesas são

felizmente magníficas de bondade e de ternura. Ninguém ama os filhos com mais carinho e amor do que as mulheres de Portugal! Tudo o que se diga em seu louvor, nunca será demasiado! O nascimento do filho querido é tudo para a Mãe: é o seu Menino. A luta heróica das mães portuguesas, na sua preocupação constante e permanente pelos seus filhos! Êle chora e a mãe traduz essas lágrimas. Que sensibilidade é precisa para compreender o chôro da criança? É a arte sublime das Mães...

Não é portanto lugar comum a cantiga que vou transcrever, mas sim excepção raríssima à regra geral:

Minha mãe, quando me teve,
Cuidava que estava rica;
Depois queria-me matar
Com remédios da botica...

O povo, de tôdas as doenças, aquelas que mais teme e receia, são as que dizem respeito ao aparelho respiratório. Os pulmões são os órgãos que mais preocupam as gentes portuguesas. As dores, como êles dizem, no peito e nas costas, por muito insignificantes que sejam, fazem imediatamente ouvir o Senhor Doutor, para ser convenientemente *escutados* e convenientemente medicados. Mas, muitas vezes, não acreditam nos médicos e entregam-se nas mãos dos curandeiros e bruxos. Qual fraqueza, nem nada que se lhe pareça! o que é preciso é endireitar a espinhela, e, isso feito, ficam completamente sãos. No meu trabalho, feito de colaboração com o Dr. Alexandre de Lima Carneiro: *Medicina Popular Minhota,* referíamo-nos à *espinhela caída* nos seguintes termos: «As anemias e a prè-tuberculose são atribuídas pelo povo à espinhela caída. É preciso ir endireitá-la sem demora e depois tomar chás de papoula ou sumo de vide branca; o doente deve tomar uma garrafa de vinho fino e bacalhau do bom e aplicar um emplastro na boca do estômago. Para diagnosticar a espinhela caída, senta-se o doente, juntam-se-lhe os pés e depois erguem-se os braços e juntam-se tam-

bém as mãos; se não coincidem bem, é sinal de espinhela caída. Depois de aplicar o emplastro, é preciso o doente andar pouco, beber vinho fino, comer ovos e pão de ló e não subir escadas durante quinze dias». Muito estudado tem sido êste assunto por doutos investigadores como: Luís de Pina, A. Tomás Pires, Alberto Saavedra, Curvo Semedo, Cláudio Basto, M. Cardoso Marta, etc. Tirando a parte cenário, de que as bruxas se utilizam, é uma coisa racional e lógica: comer e beber bem, que é ainda hoje terapêutica fundamental para as pessoas fracas.

A anorexia preocupa imenso o minhoto. Para êle, o fastio é um mal grave e prenúncio de moléstia séria, que é preciso combater com energia e a tempo e horas. Chá de macela e de limão azêdo fazem muito bem. E a prova de que «o limão tira o fastio» está na cantiga:

O limão tira o fastio,
A laranja o bem querer:
Tira de mim o sentido,
Tenho mêdo de morrer...

É preciso alimentar-se convenientemente o trabalhador do campo para não perder o vigor necessário para um esfôrço violento como é aquêle que desenvolve o homem que trabalha a terra, obrigando-a a produzir mais e melhor. Êle sabe que é remédio eficaz o pão e o vinho e que, se o apetite lhe falta, as fôrças em pouco tempo começam a diminuir e não pode cumprir o seu dever. Resultados práticos da sua desgraça: a mulher e os filhos passarem fome. Compreende-se, portanto, o mêdo que a gente do Minho tem às doenças pulmonares. O minhoto tem de ser um homem forte e saüdável, rijo e duro, para poder lutar pela vida. O homem do campo foi sempre assim. Forte para o trabalho e dócil como um cordeiro, sofre todos os sacrifícios com resignação verdadeiramente evangélica.

«Quem não comer enfraquece», assim diz uma quadra satírica e que traduz uma verdade eterna:

Onze horas, meio dia,
Quem não comer, enfraquece:
Nas eras em que nós 'stamos
Quem mais faz, menos merece!

Esta quadrinha é um tratado de filosofia, que parece ter sido escrita por algum filósofo de qualquer tempo e de qualquer época. Não há dúvida de que «quem mais faz, menos merece». Verdades como punhos! Uns trabalham e outros morrem de inveja, vendo os outros trabalhar. E não perdoam e, se têem uma entreaberta, aí vem a punhalada que, se muitas vezes não mata, magoa e deixa cicatrizes. Mas a vida é assim...

Num artigo publicado em fundo no *Comércio do Pôrto* do dia 1 de Janeiro de 1942, Mestre Agostinho de Campos, ao fazer o elogio do meu saüdoso Amigo e grande Sábio Doutor Leite de Vasconcelos, honra e glória da ciência portuguesa, faz judiciosas observações, ao indicá-lo como «modêlo de mestres universitários, capaz não só de transmitir a ciência, mas de criá-la de novo, e de ensinar como se vive e se luta por ela. Tipo do professor investigador, foi dos que praticaram sem sofisma e por paixão o trabalho especulativo, e souberam formar verdadeiros discípulos: colaboradores e continuadores, e não meros usufrutuários e gozadores de diplomas».

Humilde discípulo de José Leite de Vasconcelos, tenho feito, dentro das minhas poucas fôrças, por não ser, segundo a frase vingadora de Mestre Agostinho de Campos «um mero usufrutuário e gozador de diploma».

Mas continuemos a escutar o povo sôbre o doente, o médico e a medicina.

Retrato pitoresco do homem pálido, asténico, fraco, que é de uma riqueza de observação, que mais parece crítica de abalisado humorista. Descreve com ironia e fotografa

com todos os pormenores. É rica em diagnóstico. Estamos a vê-lo, esguio, magro, amarelo, mais parecendo uma bicha solitária do que um homem. Gil Vicente não marcaria melhor um «cara de fome». Como é admirável o povo, quando retrata as coisas da vida, quando geme ou troça, quando ridiculariza ou louva:

> Oh! se vós adivinhasseis
> Como se chama o meu *home*...
> Chama-se o «calça caída»
> *Marelo*, cara de fome...

Todos o conhecemos, estamos a vê-lo a nosso lado na rua, estendendo a mão à caridade; olha, o *marelo*, o *calça caída*, o *cara de fome*...

Bordalo Pinheiro, se fôsse vivo, reproduziria em barro das Caldas a idéia desta quadra popular...

A fome origina muitos males; mas o fastio, a anorexia também traduz um estado patológico. Já atrás deixamos dito o valor que o povo dá ao limão e à laranja azêda, para abrir o apetite. O chá de fôlhas de laranjeira serve para tratar *constipações* e várias doenças afins. No entanto, há lógica no uso de produtos amargos, para tratar o fastio... Vamos registá-las neste ensaio, que assim fica enriquecido com mais duas composições poéticas de quatro versos. Na primeira, a ironia é clara, e serve para criticar os homens e demonstrar que êles já pouco valem, que estão pelas ruas da amargura. E que, pelo contrário, as mulheres têem mais valor, muito mais merecimento. O poeta popular, ao ver os desatinos do sexo forte, o seu delírio, as suas paixões, o seu ódio, as suas doenças morais, a diminuïção de carácter, chegou à conclusão que o preço de um indivíduo do sexo masculino já muito bem avaliado, não iria além de trinta réis:

> Quem me quer comprar, que eu vendo
> Chá de laranjeira azêda?
> Os homens a trinta réis,
> E as mulheres a moeda...

O poeta povo é um crítico impenitente. A falta de apetite preocupa constantemente as pessoas. Que virá depois? Mais vale prevenir que remediar, é um ditado bem certo. Um fastio continuado não anuncia boa coisa! Mau prognóstico! Não é estado satisfatório. Ouçamos mais uma cantiga sôbre o mesmo assunto:

Toma lá um limão doce,
Do limoeiro azêdo,
P'ra tirares o fastio,
Que o ganhaste bem cedo!

O povo, por instinto de defesa, compreende as vantagens enormes da profilaxia. Evitar as doenças é muito preferível a tratá-las. Pena é que a higiene não tenha ainda nas nossas aldeias um papel preponderante. No entanto, o sol e o ar livre são elementos que a natureza emprega em quantidades sàbiamente doseadas e que actuam maravilhosamente como elementos profiláticos. Ar e luz é caminho andado para actuar contra as moléstias, e defender o homem contra tantos males que o cercam.

Uma rapariga morena, tostada pelo sol, bonita e forte, honra o Minho e a sua gente. A alegria de viver surge-nos na graça e na côr saüdável dessa mulher do campo e transmite a satisfação que lhe vai na alma, cantando quadras de amor, quadras que são gritos de prazer e de ternura. Alegria de viver! Cantar é dizer em voz sonora e bem timbrada a linguagem do coração em festa: «quem canta seus males espanta», porque tristezas não pagam dívidas, e leve o diabo as paixões...

Cantai, cantai raparigas, em voz cristalina e pura, a vossa sentimentalidade lusíada, porque, se não fôr assim, é porque a cantadeira afamada está doente e, se está doente, não devia ter comparecido. Não podia fazer sentir aos ouvintes o seu próprio sentimento. A rapariga, cantadeira afamada, estava doente do peito e teimou em cantar, não queria faltar ao prometido. Mas, a moléstia do peito impediu-a de entusiasmar os ouvintes. O som de oiro da

sua voz de oiro, rouxinol de encantar, tinha enrouquecido, tinha perdido o doce encantamento! E o povo, habituado a escutar a sua rainha do belo canto, não compreendia uma cantadeira sem poder cantar, egoísmo censurável, mas humano egoísmo. Maldita doença do peito, que mutilou a voz doce e musical do nosso rouxinol:

Canta, canta, cantadeira,
Que êste povo quer ouvir!
Se estás doente do peito,
Ninguém te cá mandou vir...

As doenças da laringe, doenças da garganta na voz do povo, são preocupação do minhoto, porque a vida é trabalhar e cantar, cantar e trabalhar.

Vindimas, esfolhadas, só se podem fazer a cantar. Cantar é viver melhor. É esquecer males do mundo. Trabalhar, cantar, rezar, trilogia da gente do Minho. Cantar é conversar em voz alta, rezar é cantar em surdina em conversa séria, muito séria, com Deus Nosso Senhor! Como é delicada a laringe e órgãos afins! O valor inestimável da garganta:

Ando rouca do meu peito,
E mal haja a rouquidão,
Que não me deixa cantar
A minha satisfação ..

A rouquidão, o catarro, a tosse, para o doente, são males do mesmo mal e não as catalogam em doenças especializadas, mas em sintomas mais ou menos complexos. O povo não complica, simplifica. As coisas mais complicadas são reduzidas à expressão mais simples. Essa claridade é que marca o génio do povo e explica êsse mesmo génio. O povo tem o poder da síntese e atinge tal grandeza nesse poder, que consegue resumir tratados de filosofia em quatro versos, ou num simples ditado ou provérbio. Refe-

rências há numa cantiga, em que as diferentes fases duma *constipação* são bem vincadas e sucessivamente descritas:

Ando rouco do meu peito,
Não é catarro, nem tosse!
É o ladrão do amor
Que de mim quer tomar posse...

O poeta popular não precisa de consultar um médico para diagnosticar o seu mal. Êle mesmo o explica com tôda a facilidade e clareza. O amor chamou-o, o amor surgiu, o amor comanda o seu coração de poeta apaixonado. Chegou a hora de amar. O amor tem os seus direitos e ninguém pode fugir a êle. Lei da vida, o amor é sinal que marca uma época e que principia ou acaba um ciclo de ilusões ou de certezas.

Amor, doença de sempre, de ontem, de hoje e de amanhã. Lei da vida!

Coração em labareda alta, exagêro de temperatura, mais palpitações do que era costume, mais sofrimentos: «mal de amor não tem cura...».

Dores no peito, catarro, tosse e afinal tudo isso não é doença que desapareça com remédios aviados na botica; antes pelo contrário é moléstia, que invade, pouco a pouco, a mocidade em flor, juventude radiante dêsse rapaz que é solicitado, que é envolvido nas garras do amor, do «ladrão do amor», que à viva fôrça quere roubar a sua frágil liberdade de solteiro. Para o amor de nada valem os remédios da botica...

A voz tem de ser delicada e suave e não pode ultrapassar as tonalidades próprias para uma boa audição, sem ferir os ouvintes com um som duro e pouco agradável. Uma garganta privilegiada e indiscutível é raríssima e, por isso, há sempre descontentes. Não se pode agradar a todos:

Dizeis que não sei cantar,
Que tenho a fala grossa!?
Com ela me arremedeio,
Não vos vou pedir a vossa...

No entanto, o povo receita imediatamente, para corrigir essa «fala grossa». E noutra cantiga, que vamos transcrever, lá nos vem apontado êsse remédio infalível, e o cantar fica «mais fininho»:

Quem quiser que eu cante bem,
Dê-me uma pinga de vinho:
O vinho é coisa boa,
Faz o cantar mais fininho...

Nos meus dois longos estudos, um de colaboração com minha saüdosa Irmã Maria Clementina Pires de Lima Tavares de Sousa «O vinho verde na cantiga popular» e no «Vinho na terapêutica», anunciei o efeito medicamentoso dêsse produto excelente em determinadas doenças. No mundo científico actual estão sendo convenientemente estudadas as múltiplas acções do vinho. Um dos defensores mais acérrimos do vinho é o eminente oto-rino-laringologista Prof. Portmann, de Bordéus. Talvez êle nos possa explicar as razões científicas que levaram o poeta popular, observador arguto, a dizer que «o vinho é coisa boa, faz o cantar mais fininho». O povo também nos dá, noutra cantiga, os efeitos terapêuticos do vinho nas dores de cabeça, e emprega-o com êxito, como se fôsse um comprimido de «Veramon» ou de «Cafiaspirina».

No entanto, com dores de cabeça ou sem elas, o vinho é sempre aconselhável:

Doi-me tanto a cabeça,
Que me quer cair ao chão;
Dai-me mais uma pinguinha,
Quer ela me caia, ou não...

Efeitos do vinho sôbre o indivíduo são e sôbre o indivíduo doente levar-nos-iam muito longe. Mas, para o Minhoto, deve declarar-se que a água não serve para beber, porque ela trás consigo um cortejo de doenças. Para beber, vinho

e só vinho, daquele verde, magnífico, perfumado. Morra a água, viva o vinho!

Ó, meu amor, vinho, vinho,
Que eu água não sei beber;
A água tem sanguessugas,
Tenho mêdo de morrer...

O cabelo é um dos atractivos mais bonitos da mulher. As raparigas têem obrigação de o tratar com tôda a cautela e com todo o interêsse. Os cabelos têem tal poder mágico que os namorados tão encantados ficam, que são capazes de naufragar. «Nas ondas do teu cabelo vou-me deitar a afogar...». Cabelos negros, castanhos, doirados como o sol, cabelos lisos, ondeados, compridos, curtos, como são lindos, os lindos cabelos de uma mulher bonita!

Menina de além da fonte,
Com que lavais o cabelo?
É com ervinhas do Monte
Que se chamam tormentelo.

Lindos cabelos têem as raparigas do Minho, e não precisam de cabeleireiros especializados, em que as senhoras sofrem torturas sem fim para ficarem com os cabelos como se fôssem desenhos animados, de formas caprichosas e, tantas vezes, se não se tratasse de senhoras, eu atrever-me-ia a dizer de formas um tanto ou quanto pretenciosas! Claro que não me atrevo a dizê-lo, porque tenho mêdo das senhoras! E, por outro lado, não é ao homem que compete discutir ou proïbir as modas femininas. O eterno feminino domina os tempos e o homem é escravo da vontade da mulher e nada pode contra a fôrça do sexo paradoxalmente chamado frágil. Deus me livre de entrar em conflito com os caprichos das filhas de Eva, gentilíssimas por tantas e tantas razões...

Os olhos também interessam sobremaneira. Ou não fôssem os olhos razão fundamental da vida. «Os olhos do

meu amor» são entregues a Santa Luzia, que, lá do Céu, vigia e comanda a vista que Nosso Senhor nos deu, e é por isso que os doentes da luz dos seus olhos intercedem a Santa Luzia, para que não deixe os homens perderem-se na noite escura: olharem e não verem aquilo que olharam! No meu cancioneiro tenho uma quadra que se refere aos olhos, e que vou apresentar, mostrando a súplica de uma rapariga enamorada por um rapaz que ela não sabe se compreende a sua própria e grande paixão.

Até que ponto pode levar o ciúme!

Lindos olhos tem António,
Santa Luzia, guardai-lh'os!
Se não hão-de ser p'ra mim,
Santa Luzia, tirai-lh'os!

Os dentes fazem parte da estética e da beleza. Uns dentes bonitos, limpos, brancos como a neve fazem da pequena um amor de pequena. Os dentes alindam ou desfeiam. A importância capital dêsse exército de pérolas de marfim! Dentes mal tratados, bôca feia e mau cheiro. Falta de higiene. A cantiga que vamos apresentar foca de maneira claríssima o horror de uma piorreia, fétida e repugnante:

O primeiro amor que eu tive
Era filho dum doceiro:
Tinha os dentinhos podres,
Na boquinha um mau cheiro...

Nunca vi melhor diagnóstico de uma piorreia do que aquela que esta quadra tão claramente explica. O abuso das coisas doces ataca os dentes, prejudicando-os grandemente. Os dentes maltratados quebram-se e gastam-se e depois fica o mau hálito aborrecido e desagradável... Tudo isto vem na cantiga, que é admirável de precisão e de clareza.

Uma das torturas maiores é a dor de dentes. É um mal terrível, que incomoda e consome. Deus nos livre de uma

dor de dentes... O paciente implora a Santa Apolónia, para que lhe tire as dores e o deixe sossegado:

Deus te salve, lua nova,
E mais o quarto crescente!
Em louvor de Santa Apolónia
Nos livre de dores de dente...

As cicatrizes de varíola desfeiam muito a cara e o povo repara nisso e considera as bexigas uma doença grave e que transforma a fisionomia do indivíduo. A quadra que se vai ler é o grito de tristeza de um homem, que, ao mesmo tempo, quere dar a si próprio uma satisfação pelas marcas apresentadas. Esta cantiga é cheia de beleza e de ritmo e impregnada de génio poético:

Dizes que sou bexigoso?
Que te importa os meus sinais?
Não há céu sem as estrêlas,
Nem altar sem castiçais ..

A varíola é um mal que se estende lamentàvelmente, por falta de cultura e desconhecimento absoluto da profilaxia. A vacina resolve o problema de maneira eficaz e, portanto, não se compreende a falta de cuidado, o desleixo e a incompreensão de muita gente, desleixo que chega a ser criminoso. Valha-nos ao menos a quadrinha que, pela sua beleza, redime um grande pecado, porque só tem varíola quem quere, ou quem permitiu inconscientemente que ela surgisse.

As feridas deixam sempre cicatrizes, mas quanta vez as de ordem moral são muito mais graves do que aquelas que se fazem com um instrumento cortante! Feridas abertas, feridas morais e tantas vezes sem cura! Chagas do coração, mal incurável muitas vezes. Dores de alma, perdas de alma, quem é que não as sente, quem é que as não sentiu?... Dores de alma...

O trabalho do campo, violento, feito à custa de aparelhagem de ferro e aço, pode provocar feridas graves, que podem levar à morte.

Nesta quadra faz-se referência a um possível tétano, horror enorme dos nossos trabalhadores. Tétano, morte à espreita...

Mandaste-me segar a erva
Lá no campo da amargura?
Se eu fizer uma ferida
Morro e não tenho cura!

O perigo de infecção aflige e tortura o Minhoto. Sabe-se lá o que uma ferida pode fazer? Que virá depois?

Atiraste-me c'um cravo,
Com a fôlha me feriste;
Viste-me correr o sangue,
Nem por isso me acudiste...

As rosas também têem espinhos e mais são as rosas... A mínima coisa pode provocar uma ferida, mesmo o arremêsso por delicadeza de um cravo pode ocasionar um ferimento e, por conseqüência, surgir uma pequena hemorragia.

As doenças do estômago também são fòcadas numa cantiga. Claro está que êles falam no sintoma mais vulgar que é a hipercloridria, que o vulgo traduz por azia. Parece ter efeitos terapêuticos o marmelo, talvez a marmelada.

Limito-me a copiar para êste ensaio essa quadra:

Ó, meu Menino Jesus,
Esta a mim já me esquecia,
Aqui trago um marmèlinho
Que é muito bom para a azia...

Se é bom para a azia não sei, nem faço mesmo idéia dos efeitos terapêuticos do marmelo na hipercloridria, mas, se algum dos meus leitores quiser, que experimente...

Nas gripes, já vi defender, na aldeia em que passo alguns dias em Agôsto e Setembro, em pleno período de férias grandes, um chá de violeta bem quente, ao deitar da cama, com açúcar ou mel:

Meu amor está doente,
Toma chá de violeta.
Ao que eu prometo não falto,
Pede a Deus que eu prometa...

Ficamos convencidos que «o meu amor doente» fica cheio de saüde mal tome umas chávenas de chá de violeta...

Estamos a caminho do fim dêste trabalho e ainda temos alguns assuntos a tratar.

Entre êles o casamento, e a necessidade e a importância de se realizar o mais cedo possível. Defende, e eu defendo também, que o casamento deve realizar-se enquanto se está em plena juventude. Os noivos devem ser jovens e saüdáveis e não em idade madura. Tudo tem a sua época e o seu tempo, e não se deve remar contra as leis impostas pela natureza. O aparecimento do fluxo menstrual é o sinal de alarme a anunciar a puberdade. A mulher, preparando-se para desempenhar em breve o seu honrado papel de Mãe...

Bem sei que não podemos defender o casamento aos quinze ou dezasseis anos. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Nem muito tarde, nem também cedo de mais:

Minha mãe, case-me cedo,
Que a causa bem a sabeis!..
O dado são quinze anos,
Eu já tenho dezasseis...

Deve casar-se cedo, mas não podemos compreender uma mãe aos quinze anos. Casar-se na idade madura é uma tolice, porque não se poderão criar os filhos. O casamento exige mocidade triunfante e não com achaques de bron-

quite ou reumático, apanágio do limiar da velhice. É pitoresca e filosófica a cantiga que nos diz:

Minha mãe, case-me cedo,
Enquanto sou rapariga:
O milho sachado tarde
Nem dá palha nem dá espiga...

Casar cedo é casar bem, é escolher a idade própria para fundar um lar e organizar uma família que seja exemplo de famílias. É bem observada a comparação dos dois últimos versos com os dois primeiros. Porque também é verdade como dois e dois serem quatro que «o milho sachado tarde, nem dá palha nem dá espiga...».

Noutra quadra, vemos uma referência curiosa ao parto prematuro, ligada a referências supersticiosas das fases da lua e sua influência sôbre o parto:

Rapariga, tu és tola!
Eu não sou o teu amante!
Ou tu nasceste sem lua,
Ou no quarto minguante...

O abôrto provocado também nos surge numa cantiga cheia de ironia, em que se faz referência à «Sargacinha dos Montes», herva que tem efeitos abortivos:

À sargacinha dos montes
Devo eu obrigações:
Que encobre os meus segredos
Em certas *incasiões.*

Felizmente que as práticas anti-concepcionais não existem nas aldeias minhotas. O abôrto provocado é raríssimo e a mulher do Minho não é especialista nesse crime repugnante.

O mais que fazem é pedir a Santa Marta do Alto para que o período menstrual lhes volte a aparecer. A quadra

que se vai reproduzir foi-me cedida pelo meu Amigo Dr. Eugénio da Cunha Freitas:

Ó Santa Marta do Alto
Vossa côr é de cereja
No vosso Terreiro anda
Quem a vossa côr deseja.

Graças a Deus, que as nossas mulheres das aldeias de Entre-Douro-e-Minho são sãs de corpo e alma, e repudiam tal atitude, cheia de pecado e ignomínia. O casamento, para elas, é a maneira de se transformarem em mães bondosas e dóceis e criar todos os filhos que Deus Nosso Senhor lhes conceder.

Acabemos «A Medicina na Quadra Popular» com as últimas quadras que, sôbre o assunto, recolhi. Tôdas as cantigas de que me servi para elaborar êste ensaio foram colhidas por mim da tradição oral.

O povo mistura a crença, a medicina e a superstição, e assim fica bem demonstrado, por exemplo, ao referir-se à oliveira, como elemento curativo:

A oliveira do adro
Ramo dela tem virtude:
Passei por ela doente
E logo tive saüde!

A «oliveira do adro» da Igreja é aquela que dá o azeite que vai alumiar a Jesus Cristo dia e noite, e, portanto, quem sabe se ela fêz o milagre de dar saúde ao crente que passou por ela? Quem sabe? O «Ramo de Oliveira» é símbolo de paz, e a paz é terapêutica radical para milhões de homens em guerra de morte, e Deus queira que a paz ilumine os homens nesta hora negra e triste que envolve o mundo! Paz aos homens de boa vontade... Deus queira que «o ramo de oliveira» tenha a virtude de curar a humanidade tão doente de loucura furiosa...

O povo acredita no milagre e eu considero o milagre um facto insofismável e indiscutível. O homem não pode ultrapassar os limites do seu horizonte limitado. Depois é Deus e o seu infinito poder... E o milagre é obra de Deus e não compete ao homem discuti-lo, porque Deus é a verdade das verdades eternas:

Ó Senhora da Saüde!
De longe vos vimos ver,
Que destes saüde e vida
A quem estava p'ra morrer!

Nossa Senhora, Mãe de Jesus, por obra e graça dêsse mesmo Deus, pode fazer os milagres que entender; ou não fôsse a Senhora dos mundos, a mãe dos milagres...

Sempre admirável, o povo resolve e interpreta as grandes coisas em imagens muito claras e simples.

Veja-se a grandeza emocional da cantiga:

O mar pediu a Deus peixe,
E o peixe pediu fundura;
O homem pediu ciência,
A mulher a formosura!

O mar e os seus habitantes, o homem constantemente à busca, à procura da ciência, para iluminar o seu espírito tão faminto de luz, chama sempre viva, chama sempre a arder! A ciência, a pretender abrir ao homem novos horizontes, novas certezas, incertezas tantas vezes de amanhã...

E o sábio sempre à procura, sempre a investigar as incógnitas do mundo, e sempre a encontrar novas incógnitas, novos mistérios, mistérios sem fim...

A mulher, misto de beleza e de bondade, duas belezas numa só beleza; beleza do corpo, da alma e do espírito. Ser bela em tudo é dádiva do Creador. A mulher eterna. A vida e a sua paixão. A grandeza imensa de uma mulher bonita...

Chegamos ao fim e, como sempre, vamos ouvir o poeta popular numa quadra irónica e mordaz, pregunta sem resposta, a interrogar sempre:

Duas coisas há no mundo
Que eu não posso entender:
Os padres *ir* p'ra o inferno,
E os *surgiões* morrer...

Se os padres vão para o inferno não é a nós, homens vivos, que compete responder... Quanto aos «*surgiões morrer*... é uma verdade, uma trágica verdade... os médicos, combatendo heròicamente a morte, são dominados pela própria morte. «Sic transit gloria mundi...».

Pôrto, 1943.

Fernando de Castro Pires de Lima

A ILUMINURA AO SERVIÇO DA HERÁLDICA E DA GENEALOGIA, ESPECIALMENTE EM PORTUGAL

(FANTASIA DE CONFERÊNCIA)

Meus Senhores:

Só muito depois de o homem ter descoberto a escrita, isto é, a transmissão do pensamento e a sua perpetuação pela grafia; só muito depois de o homem ter lançado mão da pedra, dos ossos, dos metais, do barro cosido ao sol, da madeira, do marfim, etc., para condensar o produto da sua actividade cerebral e o poder legar às gerações futuras; só muito depois de possuir as *cerutæ* e com elas os *codices,* é que êle teve elementos adequados para, a par da escrita, a poder decorar com qualquer dêstes dois fins: tornar simplesmente mais belo o manuscrito, ou ajudar pelo desenho a mostrar aquilo que o texto refere.

Mais tarde, dissemos, referindo-nos à civilização europeia; porque, se formos procurar ao Egipto, já de um tempo muito recuado se conhecem os velhos rolos de papiro a que se deu o nome de *Livro dos Mortos*, contendo orações para uso dos defuntos, e que eram depostos junto dêstes, em que se viam pintadas com côres vivas as passagens aludidas no texto, e são os monumentos mais antigos conhecidos da pintura em manuscrito.

Crê-se ser desta origem, e por intermédio da Grécia (que no entanto nos não legou monumento algum dêste

género), que Roma começou desde certa época iluminando os seus manuscritos (1).

E assim, entre os romanos, passou a ser um requinte iluminar os manuscritos, cultivando-se muito, como prova de bom gôsto, o retrato na ornamentação das obras de vulto. No século I A. C. floresceu um tal Lala de Cizica, artista grego, que trabalhou para Varrão sôbre velino e marfim. Também Átticus publicou um volume de pequenas biografias, acompanhadas dos respectivos retratos. Conhecem-se exemplares de Vergílio, ostentando no frontispício o seu retrato.

Foi com a introdução do pergaminho que maior desenvolvimento se deu à arte de pintar os manuscritos; não só pela sua maior resistência, mas porque o trabalho resultou assim mais belo; adaptando-se melhor ao livro e servindo também para a sua encadernação, ou só, ou revestindo pranchas de certas madeiras resistentes. Uma outra razão havia ainda para se preferir o pergaminho: é que a breve trecho o seu preparado se tornou universalmente conhecido, podendo dizer-se que «na Idade Média... não havia convento onde não houvesse uma oficina de preparação das peles, que mais tarde eram utilizadas pelos próprios monges» (2), «trabalhando nos seus mosteiros e produzindo, ora obra grosseira, ora finíssimos e artísticos códices, pacientemente caligrafados e iluminados (3).

Não vamos, é claro, falar aqui do desenvolvimento da escrita, da matéria empregada, das épocas em que sucessivamente foram aparecendo elementos utilizáveis para tal fim; já o fizemos noutra ocasião (4). Interessa-nos, agora, em rápidas palavras, dar conta dêsse movimento artístico

---

(1) Rouveyre (Edouard), *Connaissances nécessaires à un bibliophile*, etc., vol. VII, pág. 13.

(2) Mihi, «Os manuscritos medievais, etc. — Dissertação p.ª a Cadeira de Bibliologia, 1931-1932».

(3) Idem, idem.

(4) Idem, idem.

que teve como campo de expansão a área circunscrita de um manuscrito e nêle, o maior número de vezes, uma pequena parte: o simples espaço de uma letra capitular, depois o seu desenvolvimento artístico, uma margem, o enquadrado âmbito de um título, ou o especialmente reservado para a figuração do que vai descrito no texto.

A primitiva ornamentação dos manuscritos nasceu da decoração da letra inicial, que, com o andar dos tempos, foi sendo caprichosamente desenhada, abertos os seus grossos, estendida alguma das suas hastes em floreados, ocupando-se-lhe o interior com pequeninos motivos, rodeando-se pouco a pouco a letra de um emoldurado que chega à representação de cenas de cuidadosa composição, alargando o trabalho de folhagem, que a envolve às vezes por tôda a margem, etc.

Das capitais, a fantasia passou à ornamentação dos títulos, que, com as letras capitais e as rubricas, começaram a ser escritos com tinta vermelha (minium).

A breve trecho, com a letra capitular, os copistas começaram, por manuscritos de luxo e elaborados para os grandes senhores ou para o serviço da Igreja, pintando pequeninos quadros, por forma a tornar a obra preciosa, dando-se então largas a todos os conhecimentos, aparecendo assim, apar da escrita, manifestações de arquitectura, de indumentária, de usos e costumes, de instrumentos os mais variados, como os de música e de escrita, de conhecimentos de história natural e também de história religiosa e política, de simbolismo, etc.

E êste uso, talvez originário do Oriente, vindo até nós através, como já vimos, do Egito, da Grécia e, por fim, da civilização romana, a breve trecho, na Idade-Média, se espalhou por tôda a Europa, vindo a adquirir em cada país a sua nota característica, interessante, inconfundível.

E essa origem asiática de que há pouco falámos, conservou os seus traços e vestígios, embora sob as características mais variadas, nas ornamentações dos belos códices do velho Império Latino de Constantinopla, dos livros mongois

e da Pérsia, dando-nos dêstes tão curiosa informação o trabalho interessantíssimo de Gaston Migeon: *Miniatures Persanes.*

A êste uso se chamou *Iluminura*, do verbo latino «*illuminare*», isto é: iluminar, dar luz, dar brilho. Ora é peculiar na Iluminura o uso do ouro, de mistura com as côres, e nada dá mais brilho, mais luz, nada ilumina mais os manuscritos que essas pinturas fulgurantes, de que tanto se usou por um tão longo período e que ainda têem hoje, não sòmente culturas, mas até ainda campo de vida e de desenvolvimento.

Note-se que não falamos aqui de uma outra manifestação de arte, exercida no manuscrito e que, contudo, é necessário não confundir com a iluminura. Referimo-nos pròpriamente ao enriquecimento do material, pela pintura prévia e do emprêgo de tintas de ouro e de prata na formação dos caracteres, apresentando assim a escrita um bizarro aspecto de luxo e de requinte (1).

---

(1) A título de curiosidade, citaremos alguns exemplares conhecidos dêste género:

— Sôbre velino finíssimo, pintados os caracteres em dourado, era a Bíblia oferecida a Ptolemeu Philadelpho, por Eleazer, grão-sacerdote dos Judeus.

— Crisografado, contendo uma ode de Píndaro, existente muito tempo na Grécia.

— Idem, obras de Homero, oferecido ao Imperador Maximino.

— Idem, idem, do séc. III, conservado largos anos na Biblioteca de Constantinopla.

— Idem, Evangelho que Constantino ofereceu a S. Nicolau de Myre.

— Idem, Saltério do Bispo de Paris, existente na Biblioteca Nacional daquela cidade.

— Com os caracteres em prata é o chamado «Codex Argenteus», escrito sôbre pergaminho pintado de púrpura, do séc. IV, existente na Biblioteca de Upsala, atribuído a Úfilas, que o datou de 360 da nossa era.

— Idem, sendo de ouro as letras que formam as palavras = Deus = e = Jesus =, sôbre pergaminho igualmente tinto de púr-

*

Com a Idade-Média a iluminura passa por duas fases sucessivas: a *Hierática* e a *Naturalista.* A Hierática tira o seu nome de só ser praticada no remanso dos conventos, pelos monges mais ou menos artistas, reproduzindo sòmente assuntos religiosos e só laborando para igrejas ou conventos, alcançando o séc. XIII.

Cheia de simbolismo, esta fase recebe tôda a influência do passado, vivendo longe da realidade e falando aos espíritos uma linguagem convencional, que estava bem longe de ser despida de poesia e de encanto (1).

---

pura, do séc. VI, é o célebre São Marcos do Mosteiro do Monte Athos.

Na nota seguinte damos conta de mais alguns códices escritos sôbre pergaminho colorido, um dêles em que a pele foi primeiramente dourada.

São dignos de ser registados, em virtude da sua raridade, os seguintes manuscritos iluminados, anteriores à Idade-Média:

— Do séc. III da nossa era é uma «Illiada», em pergaminho, trabalho italiano, infelizmente dilacerada, na Ambroziana de Milão.

— Do séc. IV um calendário referente ao ano 354, pintado em Roma por um artista oriental, que se conhece por uma cópia do séc. XVII.

— Igualmente do séc. IV é um Vergílio, guardado no Vaticano.

(1) Damos em nota, como curiosidade, relação de alguns manuscritos iluminados da fase hierática:

Do séc. V: — *Génesis* em pergaminho purpúreo, escrito em letras de ouro e prata, ms. bisantino religioso, executado na Lyria ou na Capadócia por vários artistas da escola neo-grega, que se guarda na Vaticana.

Do séc. VI: — O *Dioscórides*, feito em Constantinopla para a Princesa Juliana Anícia, cópia de um antiqüíssimo original em estilo grego, sendo só daquela época o retrato da possuïdora.

— *Bíblia de Cotton*, destruída em grande parte por um incêndio, em 1731, e mesmo assim conservada no British Museum.

— *Cânones de Eusébio*, em pergaminho dourado, também do Museu Britânico.

— Do ano de 586, um *Evangelho* ciríaco feito pelo monge

Muito haveria para dizer dêste convencionalismo, de procurar reproduzir as várias opiniões sôbre a sua origem; mas tal assunto, por muito importante, muito curioso e muito agradável que seja, não podemos nós explanar aqui por absoluta falta de tempo.

Rabula, em que pela primeira vez aparecem representados os 4 Evangelistas. É da Laurentiana, de Florença.

Do séc. VII: — Era a *Topographia Christã*, de Cosme Indicoplanstei; de que há várias cópias, uma delas a da Vaticana.

— O *Book of Käler*, que consta de Evangelhos, de origem irlandesa, pertencente ao Colégio da Trindade.

Do séc. VIII: — Da época em que em Espanha se fez sentir a influência árabe, é o *Apocalipse de S. Sever*, que se vê na Biblioteca Nacional de Paris e de que se conhecem 23 cópias, uma das quais a da Tôrre do Tombo, de 1189, que foi do Mosteiro de Lorvão. (Vid. Sr. Dr. Júlio Dantas, «Anais das Bibliotecas e Arquivos», *Escribas e Iluminadores*, série II, vol. I, pág. 270, 1920.

Do séc. IX: — *Os Sermões de São Gregório Nanziazeno*, da Biblioteca Nacional de Paris.

O *Evangeliário de Carlos Magno*, escrito e ornado por Godescal.

— O *Evangeliário de N.ª S.ª*, da Biblioteca de Laon.

— Também da época Carlovíngia, o *Sacramentário*, de Drogon, filho de Carlos Magno, Bispo de Metz.

— Da escola Anglo-Saxónica: o *Saltério de Urecht*, do Museu Britânico.

Do séc. X: — O *Saltério*, em estilo clássico, da Biblioteca Nacional de Paris.

— Do ano 989, o *Evangelho Arménio*, cópia de um original muito mais antigo, conservando 4 miniaturas do séc. VI.

— Terminados em 970 são uns *Comentários de S. Beato*, iniciados por Magio, frade de Távora, e acabado pelo seu discípulo Hemitério.

Do séc. XI: — As *Homilias de S. João Crisóstomo*, da Biblioteca Nacional de Paris.

Do séc. XII: — O *Comentário de Job*, por S. Gregório, da Biblioteca de Dijon.

— O *Livro das Aves*, de 1183, do Mosteiro de Lorvão, que se guarda na Tôrre do Tombo.

E contudo, quem sabe se êsse simbolismo, essas origens orientais bem estudadas nos não dariam novos elementos para o estudo de uma tese por que há muito se interessa o nosso espírito? (1).

A fase naturalista da iluminura representa a sua expansão, rasgando-se novos horizontes ao artista. Se o âmbito era limitado às letras historiadas ou a pequeninos quadros que lhes estão juntos, aproveitadas as margens para decorações mais livres, a fantasia do artista vai agora procurar à natureza, à arquitectura e ao gôsto predominante em cada época o conjunto de elementos decorativos com que enriquece o seu trabalho. Com o século IX um novo elemento vem enriquecer a iluminura, trazido pelo monge irlandês Alcuino, começando os tons verdes a ser introduzidos, as flores, os frutos, as folhagens, de mistura com os animais simbólicos, com figuras humanas, etc., sem se desprezar o oiro, que aparece abundantemente nos fundos, nos ornamentos, nos frisos, por entre folhagens, tornando riquíssima a composição. No século X já uma tendência naturalista se desenha, que se acentua com os séculos XII e XIII, aprimorando-se o desenho dos animais e das figuras, que tendem cada vez mais ao natural, ao passo que a fantasia cria os *grotescos* de tão magnífico efeito e de tanto préstimo para a ornamentação.

E assim a fase naturalista surge em pleno século XIII, rompendo novos diques para o desenvolvimento da iluminura, formando agora, a par das folhas caligrafadas, verdadeiros quadros, com belas tarjas, em que a vida humana, as cenas da religião e a simbólica são, separadamente ou em conjunto, largamente representadas, numa riqueza, numa exuberância de côres e de aplicações metálicas, que

---

(1) Referimo-nos às origens da Heráldica. Esta ciência, filha da Simbólica, como a Emblemática sua irmã, e tanta vez lamentàvelmente confundida com uma e com outra, não a podemos crer nascida com as Cruzadas, nem, sendo tão completa e perfeita, nascida já pronta, armada e equipada, como a deusa da fábula.

os livros se tornam verdadeiramente jóias, autênticas obras preciosas, não só dignas do maior agrado, mas também objecto de um elevado custo.

Nesta fase, dois períodos se podem limitar: o *gótico*, dos meados do século XIII até ao final do século XV, abrangendo as escolas francesa e flamenga; e o da *Renascença* (fins do século XV aos fins do século XVI), que é, para a Iluminura, o primeiro passo da decadência.

Com o período gótico, e durante o século XIV, a Iluminura modifica-se notàvelmente, passando-se das simples figuras, limitadas a traço e aguareladas em seguida, às figuras finamente pintadas a *gouache*. E a par das letras caprichosamente desenvolvidas, com fundos enquadrados e os seus *grossos* trabalhados a primor (quantas vezes semelhando vitrais) sôbre a superfície da fôlha e ao lado da escrita aparecem composições do mais belo efeito, quadros verdadeiros em que a perfeição é completa, chegando por fim a ocupar tôda a superfície de uma página.

Já não é a pena mas o pincel que se emprega nestas composições, aumentando extraordinàriamente o valor de cada códice que se completa.

É neste período que, segundo alguns autores, a Heráldica aparece na Iluminura, e com ela o retrato pròpriamente dito, e muito mais vulgarmente.

Vem então, com estas novidades, o uso do nu, os assuntos históricos, os costumes do tempo, sendo os santos, as cenas bíblicas ou as passagens profanas da antiguidade representadas segundo a moda da época.

A êste período áureo sucede o comêço do declínio, que tem como causa primordial a descoberta da Imprensa e a sua expansão, cada vez maior. A escola italiana exerce neste período uma influência decisiva e os grotescos passam a ser um tema obrigado das decorações, como as folhagens, que nem sempre são do melhor gôsto, e como os arabescos; ainda como novidade aparecem as imitações de relêvo nas letras, com efeito de sombras projectadas, e as composições de página inteira, de verdadeiro quadro emoldurado, tor-

na-se cada vez mais vulgar, sendo portanto estas composições mais já do domínio da pintura que da iluminura, que lhe deu a origem (1).

*

Deixámos atrás dito que, segundo alguns autores, é no período gótico da fase naturalista, já em pleno século XIV, que aparecem nos manuscritos iluminados os primeiros exemplos de decoração heráldica. Deve explicar-se o facto por só nêsse período se começar executando fora dos conventos e por mestres laicos um maior número de peças manuscritas e decoradas, com o fim de enriquecerem as bibliotecas particulares, privativas dos grandes senhores, que fariam debuxar as suas armas nas obras de encomenda, ou gostariam de as ver patentes nos exemplares que lhes fôssem ofertados.

Assim, durante o período gótico, aparecem inúmeras obras iluminadas em que a Heráldica representa um grande papel, quer servindo como motivo de decoração um escudo armoriado na tarja, no alto, em baixo, ou dos lados da fôlha, quer mostrando várias composições em que brasões de armas diversos enchem as tarjas de belas fôlhas iluminadas, se entretecem no complicado lavor das letras capitulares, ou fazem parte do próprio quadro, esculpido em pedra ou em madeira, transportado por pagens ou anjos, ou

---

(1) Seria muito longa uma lista das obras (ainda que só das principais de que há memória ou ainda existem) da fase naturalista, embora fôsse curiosíssima essa lista, dividida nos seus dois períodos e nêles especializadas as suas escolas. Levar-nos-ia porém isso muito tempo, sendo contudo sempre merecedoras de menção e estudo obras como as que se devem a Pol de Limbourg, João Fouquet e João Bourdichon. Além disso, é, como já vimos, do período gótico que se conhecem as primeiras iluminuras armoriadas, as que pròpriamente nos interessam no presente ensaio.

reproduzido nas vestimentas dos pequeninos figurantes de uma cena.

Esta foi sem dúvida a primeira fase da Heráldica figurando nos manuscritos iluminados. Sendo do melhor gôsto da época possuir-se um Livro d'Horas, e como tais livros representavam pela sua composição, mais que nenhum outro, um verdadeiro atestado de quem era o seu dono, êsses preciosos devocionários quási se tornaram impossíveis sem levarem muitas vezes iluminado o brasão de armas do seu senhor, de mistura com o seu monograma, o seu emblema, a sua divisa pessoal ou familiar. E se não, é ver a quantidade de Livros de Horas que nêsses séculos se pintaram, quantos dos quais já desapareceram, mas de que há memória, quantos dêles haverá ainda espalhados pelo mundo, cuja notícia nos não terá chegado ao conhecimento, por falta de elementos de estudo ou consulta e de tempo para os procurarmos. No entanto, ficaram célebres na escola francesa o Livro de Horas que pertenceu à Rainha de Navarra; o de Estêvão Chevallier, da autoria de João Fouquet; o do Duque de Berry, iluminado por Bot-Leven e Jacquemart d'Audin; o da Rainha Joana de França, do século xv, na Biblioteca do Arsenal, em Paris; o de Luis de Lavale; o do Duque Pedro II da Bretanha; o da colecção do Duque d'Aumale, feito por Pol de Limbourg e seus irmãos; o de Ana da Bretanha, executado por João Bourdichon, que se mostra na Biblioteca Nacional de Paris; os pintados por Colomb e por Cousin. Da escola flamenga são famosos também os Livros de Horas e para prova temos entre nós, guardado na Biblioteca Nacional de Lisboa, o célebre Livro de Horas da Rainha D. Leonor, devido a António de Holanda, e o que se guarda no Museu Nacional de Arte Antiga, conhecido por Livro de Horas de D. Manuel, de Metsis, é também uma espécie preciosíssima daquela procedência.

Mas não são sòmente os livros de horas que se enriquecem com elementos de Heráldica; da escola flamenga, Van Eyck é das primeiras figuras, com o interêsse para nós de

ter vindo a Portugal e ter para nós pintado. Desta escola é a célebre *História Geral do Heinaut*, terminada em 1439, e o admirável *Breviário*, feito para a Duquesa Maria de Borgonha e conhecido pelo nome do Cardeal Grimani, que depois o adquiriu, legando-o mais tarde à República de Veneza; obra, segundo parece, devida aos três grandes iluminadores: Memling, Gerardo de Gand e Lieving de Antuérpia. Não menos curiosa para nós é a obra devida a Renato de Anjou, do século XV, intitulada *Le Mortifiement de Vaine Plaisance*, contida em precioso manuscrito iluminado, que faz parte da Biblioteca Real da Bélgica, executada para o Duque de Borgonha, Filipe-o-Bom, marido da nossa Infanta D. Isabel, e atribuído a João Tavarnier (1).

Neste códice se vêem representadas várias vezes as armas portuguesas, como elas aparecem também no Livro de Horas de Isabel de Portugal, Duquesa de Borgonha, que o falecido Rei de Portugal, Senhor D. Manuel II, descreve no vol. I da sua monumental obra: *Livros Antigos Portugueses*. Da escola francesa é digno de nota o *Breviário* do Rei de França, Henrique III, por êste legado à Catedral de Tournay. Na Itália foi talvez mais ainda generalizado o costume de ornar os manuscritos com atributos heráldicos, embora se tratasse de livros pròpriamente religiosos, como Bíblias, Missais, Vidas de Santos, etc. E para prova temos nós a formosíssima *Bíblia dos Jerónimos*, em 7 volumes, que El-Rei D. Manuel ofereceu àquêle convento e se conserva na Tôrre do Tombo, sendo seu conteúdo o Comentário à Bíblia de Nicolau de Lira, monge normando, falecido em Paris em 1340 e o preciosíssimo trabalho de iluminura da mão de Vanti di Gabrielo.

Na Espanha foi intenso também o trabalho de iluminura em que a Heráldica aparece. De um códice magnífico de que temos conhecimento faremos nota aqui. É de 1448,

---

(1) Vid.: Cardoso Gonçalves, *O Casamento de Isabel de Portugal com Filipe o Bom, Duque de Borgonha*, etc.; in «Arqueologia e História», vol. 9.º, págs. 81 e segs.

intitula-se: *Comentario á los usages de Cataluña*, devido ao Doutor Marquillas e guarda-se nos Arquivos do Ayuntamiento de Barcelona.

*

Em Portugal, se não houve pròpriamente uma escola definida, e as peças ricas da iluminura para uso da Igreja, da Côrte e dos grandes Senhores vieram de fora (e a elas já nos temos referido) é porque o intenso comércio de então tudo permitia, de fora vindo, ou os mestres, como Van Eyck e António de Holanda, ou as obras executadas e prontas, como o Livro de Horas de D. Manuel. Mas dos mestres que vieram alguém ficou deixando descendência e discípulos, que durante a Renascença produziram em Portugal obra muito digna de ser admirada.

Levar-nos-ia muito longe se quisessemos dar uma notícia, ainda que rápida, dos manuscritos portugueses iluminados contendo decoração heráldica. E então falaríamos nos volumes da *Leitura Nova*, nas *Crónicas dos Reis de Portugal,* que se guardam na Tôrre do Tombo, e em tantas outras espécies, como a *Crónica de D. Afonso Henriques*, escrita por Duarte Galvão e que é a joia principal da Biblioteca-Museu Castro Guimarães, de Cascais; o *Mapa Mundo*, de Fernão Vaz Dourado e, mais modernamente, já no século XVII, o célebre *Missal-Pontifical* de Estêvão Gonçalves Neto, na Biblioteca da Academia das Ciências.

Vamo-nos apenas, daqui em diante, referir às obras de Genealogia e de Heráldica de que temos notícia ou conhecemos e que a Iluminura celebrizou, tornando-as obras de maior aprêço.

Seria do mais alto interêsse apurar as peças principais que em cada país se tenham conservado neste género; faltam-nos porém as fontes para guiarmos os nossos passos, pois que não é fácil obter ràpidamente do género uma bibliografia abundante. No entanto, lembraremos de Espanha as

riquíssimas «Executórias», belos códices membranáceos com um pórtico, geralmente de finíssimo trabalho e onde se ostentavam os selos da Chancelaria, sendo reservadas algumas fôlhas para a pintura das armas e onde os paquifes rutilantes davam azo ao iluminarista poder produzir uma peça do mais delicado engenho. Entre outras, conhecemos uma passada a um membro da família Cabeza de Vacca, lindamente decorada, com um frontispício, duas fôlhas em que se ostentam os escudos das armas e belas letras efeitadas, com resguardo das iluminuras em seda amarela e encadernação de veludo cinzento claro, da época; século XVII.

Mas também em Espanha se passavam = Testimonios de Hidalguia = e = Certificados de Armas =, que eram igualmente escritos em pergaminho e ornados de cuidadas iluminuras. Dos primeiros existe um magnífico exemplar em Portugal, dos fins do século XVI, 1579, na colecção do nosso presado amigo e ilustre heraldista, Sr. Afonso de Dornelas Cisneiros, e que foi passado a um seu ascendente, tendo por título: *Testimonio de la Hidalguia de Pero Lopes de Cisneros, etc.*». Em forma de códice, ostenta muitas páginas iluminadas, uma delas com o brasão de armas. Para a decoração tingiu-se prèviamente o pergaminho em certas partes de púrpura, noutras estofou-se de ouro e sôbre êsse preparo se escreveram letras formosíssimas ou se pintaram soberbas folhagens, figuras de animais, frutos, flores, tudo com suma mestria.

Também dos «Certificados» alguns temos visto, sendo de certo interêsse um que durante a dominação espanhola foi passado em Madrid, àcêrca do brasão de armas da família portuguesa do apelido de São-Paio, que no documento se diz ser do lugar de Olos, em Trás-os-Montes, documento que foi passado a um ascendente do seu possuïdor actual, da bem conhecida família israelita Teixeira de Matos, residente na Holanda.

De certa beleza artística é também o «*Certificado* del linage y armas de Martinez y... de Dios... (1605)», de que

se faz larga referência no vol. I, pág. 141, do *Elucidário Nobiliárquico* (1).

Foi porém na Itália que os códices heráldicos iluminados se reproduziram em larga cópia, decerto em virtude do grande número de estados em que a península então se dividia e das grandes famílias feudais que a compunham, tantas delas, como também o Papado e as Senhorias de Génova e de Veneza, protectora das artes, tendo sido a pátria da Renascença e de pintores que, como Leonardo da Vinci e Rafael, não desdenharam de praticar a iluminura. Encontram-se por tôda a Itália brasonários admiráveis e a julgar pelos que há anos vimos em Génova, na Biblioteca Cívica Beriana e no Regio Archivio di Stato, em Lodi, na Vaticana, etc., em rápidas visitas algumas vezes, o interêsse da iluminura heráldica italiana é do mais elevado grau e do maior bom gôsto. A pintura dos brasões afigura-se-nos ali mais leve que entre nós ou na Espanha, o documento fica menos carregado de tinta, o ouro e a prata são menos empastados e, portanto, menos brunidos, aplicados antes como pincelada, que a resultante de lâmina segura com sumo de alho e polida depois com uma costa de marfim. Na nossa casa de família há um documento emanado do Regio Archivio di Stato, de Génova, com as armas da família Gavazzo, admiràvelmente iluminadas.

Nas várias regiões do grande Império da Alemanha os códices genealógicos e os brasonários são, além de numerosos e quantos dêles artìsticamente iluminados, de um particular interêsse, pela forma brilhante e espaventosa que a Heráldica assume naqueles países, sobretudo nos elementos exteriores do brasão: coronéis, virois, timbres, paquifes e tenentes.

As Cartas de brasão de armas passadas pelos Imperadores do Sacro Romano Império eram de um belo aspecto,

---

(1) Sôbre Espanha vale a pena ver: Ezquerra del Bayo (D. J.)— «*Catalogo de las miniaturas y pequeños retratos pertenecientes al Duque de Berwick y de Alva*, Madrid, 1924.

em enormes fôlhas de bom velino, tendo ao alto, ao centro, em belo quadro, as armas finamente iluminadas e debuxadas com cuidado desenho. Destas cartas, muitas foram passadas para a Itália e algumas dadas a portugueses. Há anos vimos uma num bric-a-brac, da família Franzini, passada em nome do Imperador Leopoldo I, lindamente iluminada, bem conservada e com segunda via, que pretendemos comprar, mas que a aborrecida indecisão de uma destas criaturas que se julgam amadoras e coleccionadoras, e primeiramente a vira, nos não permitiu que adquiríssemos.

Tem uma particular característica a Heráldica inglesa e os pergaminhos iluminados contendo os «Pedigrees» são por vezes famosos; também alguns dêstes têem vindo para o nosso país, trazidos por nobres britânicos que têem passado a viver em Portugal. Temos notícia, entre outros, de um pergaminho iluminado que Joseph Perry, em 1650, levou de Londres para a Madeira, quando ali assentou residência. As cartas de armas e de privilégios vários, eram (e são-no ainda hoje neste país de tão arreigados sentimentos tradicionalistas) muito bem iluminadas. Em óptima reprodução possuímos alguns dêsses documentos, entre êles a carta de armas pertencente à célebre «Companhia das Índias», e fazem parte do «Jornal of Relics» que aquela companhia editou sumptuosamente.

*

Mas é tempo de nos referirmos a Portugal.

Não sabemos se o «Livro Velho dos Linhagens», no seu original, terá sido objecto de cuidados de algum iluminador da época, nem tão pouco chegaram até nós notícias de que alguma cópia sua, em época mais chegada, o tenha sido também.

Já assim não aconteceu porém com o célebre nobiliário devido ao Conde D. Pedro de Barcelos, de que, se se não conhece o original, existe na Tôrre do Tombo uma cópia, escrita e iluminada no século XVI (n.º 39 do Armário dos

Tratados), que mereceu a honra de ter sido reproduzida nos P. M. H. e tem por título actualmente: «*Nobiliario d'Espanha escrito por o Sr. D. Pedro, filho de D. Diniz, 5.º Rey de Portugal, que se guarda no Archivo Real da Torre do Tombo, consertado e reformado por D. Antonio Alvares da Cunha, Guarda Mór da dita Torre do Tombo e offerecido ao principe D. Pedro Nosso Senhor*».

A portada, com êste título, é dos fins do século XVII; bem como o prefácio, que não são mais que bemfeitorias ao códice, levadas a efeito por aquêle guarda-mor, em virtude de o ter encontrado, como diz: «destroçado, sem princípio e muitos cadernos trocados . . . »

Mas um outro nobiliário, sem dúvida de maior interêsse para o fim que temos em vista, porque é o próprio original que se conserva e chegou até nós, sendo executado no século XIV, conforme os eruditos estudos da saüdosa professora Dr.ª Michaëllis, é o nobiliário que precede o «Cancioneiro da Ajuda» e se guarda na Biblioteca onde exercemos a nossa actividade. Assim como o «Cancioneiro», o «Nobiliário» nunca foi terminado, nem mesmo nos seus vários capítulos, e, se não tem pròpriamente iluminuras, o facto de estar junto ao «Cancioneiro», que as apresenta de tão extraordinário valor, e o facto de conter algumas letras capitais debuxadas e finamente coloridas, fazem incluir êste nobiliário entre as obras de genealogia que mereceram os cuidados dos miniaturistas. Quiseram os fados que êste precioso códice, assim como nunca foi terminado, também por mutilação não tivesse comêço nem fim em qualquer das suas duas partes, sendo portanto possível que outras iluminuras de maior valor, ou algum rosto (1) em outro tempo mais o tivesse enobrecido (2).

---

(1) Está bem de ver que nos não referimos a rosto, portada ou frontispício no conceito moderno, mas à primeira página de texto, geralmente muito decorada.

(2) É aqui ocasião de dizer, pois, alguma coisa do nosso Cancioneiro. Nobiliário e Cancioneiro, como no texto se disse, andam

Com o advento da segunda dinastia acentuou-se em Portugal um movimento de organização e reorganização das instituïções públicas que se havia iniciado com D. Fernando,

---

juntos de há muito, pelo menos desde o séc. XVI, que em conjunto foram encadernados em pastas de madeira recobertas de couro castanho muito escuro, com ferros de roleta a sêco e bem gravados.

Nem uma nem outra obra foi, como já também referimos, terminada; nenhuma tem princípio e têrmo e o Cancioneiro, mesmo no que dêle temos, foi acabado, pois lhe falta a notação da música, vendo-se-lhe o espaço em branco para ela reservado, conclusão da pintura de muitas capitulares e letras iniciais e conclusão dos lindos quadros com que se abriam as diversas partes do cancioneiro, que geralmente não têem mais que as primeiras côres metidas, quási sem sombras e, muito menos, sem o estofado a ouro e prata, naturalmente nos fundos, que, se estivessem as iluminuras terminadas, não poderiam deixar de apresentar.

Êsses quadros, mostrando geralmente arcaturas, vãos, portadas ou janelas rasgadas, com mostras de telhados, agrupam algumas figuras, duas ou três em cada quadro, representando geralmente uma mulher dançando e dois tangedores, de manicórdio, arpa, viola, violino, cítara, castanhetas e pandeiro, sempre de um belo e curioso efeito.

Trabalho do séc. XVI, conforme a opinião da abalisadíssima Sr.ª Doutora Carolina Michaëllis de Vasconcelos, ainda que alguém o classifique como pertencente ao final do séc. XIII, é escrito a duas colunas sôbre grandes e grossas fôlhas de pergaminho, parecendo que terá permanecido durante largos anos no Colégio dos Jesuítas de Évora, donde passou para a casa de Lisboa, dali para o Colégio dos Nobres e, por fim, para a Biblioteca da Ajuda, donde recebeu o nome porque é conhecido actualmente.

Na Biblioteca de Évora foram encontradas onze fôlhas, que andavam desgarradas, certamente desde antes ainda de ter sido encadernado.

O estudo proficientíssimo a que procedeu a Sr.ª Dr.ª Michaëllis obrigou à descosedura do códice, pois que, ao ser encadernado, as fôlhas tinham sido baralhadas; juntando-se-lhe, ao ser de novo cosido, as onze fôlhas encontradas, depois de convenientemente ordenado por aquela Senhora.

Em tempo, por Lord Stuart de Rothesay, em 1823, fôra feita uma edição, com um fac-simile, mas a leitura fôra muito imperfeita, de forma que apresenta inúmeros êrros.

e por mercê das suas altas qualidades de entendimento; mas que a doença e sua prematura morte não permitiram fôsse mais avante.

Com D. João I e D. Duarte essa reorganização tomou vulto; D. Afonso V começou a pô-la em prática; seu filho, D. João II, continuou-a, não a descurando o seu feliz herdeiro, D. Manuel, o Venturoso.

Para a Heráldica já não servia a Galilé de Pombeiro e tornava-se difícil a inspecção dos sarcófagos armoriados, espalhados pelas igrejas do país inteiro, quando era necessário recordar o assunto. Além disso, com D. João I e a influência inglesa, novos elementos se tinham introduzido; D. Afonso V concedera várias *mercês novas* e D. João II começara a reforma da Heráldica pelo próprio brasão real. Possìvelmente, por esta predilecção do Príncipe Perfeito, lhe terá oferecido Pedro de Gratia Dei um *Blason General...*, que pouco depois fêz imprimir em Cória, 1489, e é hoje um incunábulo espanhol raríssimo, de que o editor espanhol D. Mariano Murillo fêz uma segunda edição, fotolitografada, de 102 exemplares apenas, Madrid, 1882, já hoje muito difícil de encontrar.

Estava-se na época dos estudos fecundos, das codificações, e D. Manuel quis que a Heráldica portuguesa fôsse também codificada e assente sôbre sólidas bases. Talvez para substituir a Galilé de Pombeiro, distante e arruïnada,

---

Mais tarde, o Visconde de Juromenha fêz nova edição, hoje raríssima, mas também defeituosa.

Digna dos maiores encómios é a edição da Dr.ª Michaëllis, em dois volumes, com um estudo preliminar exaustivo e eruditíssimo, obra já hoje rara, que fêz seguir de um Glossário, trabalho também digno a todos os respeitos da nossa maior consideração e igualmente muito difícil de se encontrar.

Devemos ainda dizer que setenta poetas estão ali representados e que êste Cancioneiro, dos três portugueses conhecidos da Idade-Média—Ajuda, Vaticana e Collocci-Brancuti (êste adquirido há anos pelo Estado e hoje na B. N. L.)—é o da Ajuda o mais antigo e, decerto, o mais venerável de todos êles.

tenha mandado pintar no próximo Paço de Sintra o teto célebre que ainda hoje admiramos, onde tôdas as precedências foram tidas em conta e que só a audácia de um ministro pretencioso maculou, no século XVIII, como foi Pombal, substituindo o escudo de alguma família da primeira plana pelo dos Carvalhos, por ser êste o seu apelido.

Mas era preciso a D. Manuel alguma coisa mais e, por isso, havendo na Côrte os cargos de Armador-Mor e Armeiro-Mor, reünidos na mesma pessoa, hereditários na ilustre casa dos Costas, fêz ordenar por João Du Cros, francês de origem (1), um magnífico armorial iluminado, em pergaminho, para que o Armeiro-mor, a quem o mandou entregar, «*o tragua sempre... em huma das arquas... para cada vez, que nos quizermos ver, ou cumprir de ser visto por algum, caso nollo possa mostrar, e dar*».

Êste preciosíssimo códice deu entrada há anos na Tôrre do Tombo.

Aproveitando muito do que fizera Pedro de Gratia Dei, o Rei d'Armas Portugal António Rodrigues ordenou o *Tratado Geral de Nobreza*, a que falta o frontispício e é um dos preciosos manuscritos iluminados da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto, editado em 1931 por aquela Biblioteca, com uma apresentação devida ao Sr. Afonso de Dornelas, e foi legado do 1.º Conde de Azevedo.

Informa D. António Caetano de Sousa (2) que D. Manuel mandou fazer um outro armorial iluminado, o qual só se terminou em tempo de D. João III, e tem por título: «*Livro da Nobreza por Fernão das Minas dos Reys Christaõs, e nobres Linhagens dos Reinos, e Senhorios de Portugal*», com um prólogo por António Godinho, seu Escrivão da Câmara. Êste é sem dúvida o códice iluminado

---

(1) Parece que anteriormente a êste Rei d'Armas Portugal, e isso condiz com a cronologia, houve um outro, de nacionalidade inglesa, Mestre Arriet, citado por D. António Caetano de Sousa no *Apparato*.

(2) Cit. *Apparato*, págs. CXCIV.

que na Tôrre do Tombo tem o seguinte título: «*Livro da Nobreza perfeiçam das armas dos Reis Christaõs e nobres linhagens do reino e senhorios de Portugal*».

O Duque de Bragança D. Teodósio, e seu irmão D. Alexandre, possuíam cada um seu livro iluminado das «*armas das gerações deste Reyno*», conforme diz Caetano de Sousa, *loc. cit.*

Ainda guardado na Tôrre do Tombo, vindo do Mosteiro de Alcobaça, é a célebre obra de Francisco Coelho, Rei de Armas Índia: «*Tombo das armas dos Reys e Titulares e de todas as familias nobres do Reyno de Portugal, intitulado com o nome de Thesouro da Nobreza, por...*», datado de 1675; a que se segue um outro volume, que tem na portada: «*Nobiliario genealogico e historico intitulado Thesouro de Nobreza de Portugal por Francisco Coelho Rei de Armas natural da cidade de Lisboa*», 1677.

Do século XVII é ainda o «*Thesouro da Nobreza por Fr. Manuel de Santo Antonio, Reformador do Cartorio da Nobreza*», também ms. iluminado, em papel porém, pertencente à Tôrre do Tombo.

Também na Biblioteca Nacional há belos elementos para a nossa tese. Porém o tempo não nos permite já mais que citar o *Espelho da Nobreza do Reyno de Portugal* de Serra Craesbecck, de tão surpreendente efeito. E o mesmo se dá com a Biblioteca da Ajuda, onde, além do já referido, outros códices heráldicos conhecemos de valor.

Temo-nos referido, mais ou menos, aos Armoriais, porque é freqüentemente nêles que a Iluminura é chamada a concorrer para maior perfeição dos brasões; porém alguns manuscritos genealógicos se encontram iluminados. Da nossa colecção, entre outros de menos monta, citaremos os seguintes, que nos parecem verdadeiramente curiosos:

a) *Relação do principio e origem da nobilissima e antiguissima Familia do nome e appellido d'Aguiar, de que descende por linha direita legitima masculina Damião d'Aguiar Ribeiro do Conselho del Rey Nosso Senhor*». Pergaminháceo com iluminuras de página, finíssimas, estofadas a oiro, sendo

uma a do frontispício, e tôdas resguardadas por cortinas de sêda verde. As iniciais também são iluminadas.

b) «*Livro da Nobre geração dos de Gouuea, Fidalgos mui antigos nestes reynos de Portugal e de suas armas. Tudo mui curiosamente escrito año 1610*». São as suas iluminuras menos belas que as do códice precedente, porém de um estilo que não é muito freqüente. Também em pergaminho encerra uma carta de armas com o brasão do chefe dos Gouveas.

c) «*Casa da Camara ou Apparato Genealogico, ou proposição hypotetica da Genealogia dos Machados, Senhores da quinta e Solar da Camara de Moura, descendentes por varonia dos de Entre Homem e Cavado*». De que é autor, segundo parece, o senhor daquela casa, Diogo de Araújo Roiz Machado da Silva. Século XVIII. Além da portada tem numerosíssimas páginas brasonadas, sendo o desenho à pena e aguarelado caprichosamente.

d) «*Livro da geração da familia dos Valles*», em que são iluminadas as armas e o retrato do seu autor, membro desta família. Códice cartáceo do Século XVII, muito toscamente colorido, mas por isso mesmo de um curiosíssimo aspecto.

Não podemos, nos livros dêste género, deixar de nos referir à *Carta «d'armas de Manuel de Moraes de Faria e Antas»*, de 1724, que tem apensa uma certidão genealógica e está na posse do actual representante desta família, o Ex.^{mo} Sr. General Alberto Carlos de Morais Carvalho, nosso prezado amigo, que com a mais bizarra galhardia no-la mostrou e permitiu que dela déssemos nota. É, neste género, o mais belo documento que conhecemos, pela riqueza e pelo bom gôsto da decoração das fôlhas de pergaminho.

Também de um grande valor artístico, genealógico e heráldico, em que se viam finamente abertas numerosas árvores de costado, a que estavam enlaçados os respectivos escudos, era o «*Livro da Geração dos Cardozos*» que, a trôco de alguns poucos milhares de escudos foi há anos para a

América, tendo-nos antes sido oferecido à compra, mas sem que, infelizmente, lhe pudéssemos valer na ocasião.

Do comêço do século XVII, executado em Lisboa, e actualmente na Biblioteca Nacional de Paris, é o preciosíssimo códice iluminado, cujo título é o seguinte: «*Genealogia Universal del Generoso Tronco de los Soberanos Reyes de Castilla y Leon por D. Melchior de Teves, del Consejo Real de Castilla, del Rey Don Felipe III*», que encerra a Casa de Sandoval, e em cujo frontispício se lê, com a data, 1612, o nome de Eduardo Caldeira, o iluminador. Ferdinand Denis julga êste códice «o mais belo monumento caligráfico do século XVII, proveniente da Península», decerto pela quantidade enorme de retratos finìssimamente debuxados que encerra.

E já que falámos em livros cujas iluminuras são, principalmente, constituídas por retratos citaremos, também da Biblioteca Nacional de Paris, o «*Breve tratado ou Elogio de todos os Viso-Reis que tem havido no estado da India, etc.*», por Pedro Barreto de Resende, executado em 1635.

Na posse da família judaico-portuguesa Teixeira de Matos, residente na Haya e a que já me referi, existe um precioso documento dêste género, devida a sua iluminura a António de Holanda, e se intitula: «*Arvores Genealógicas do 3.º Conde da Feira, etc.*», conforme se vê no 1.º vol., pág. 52, do *Elucidário Nobiliárquico*, estudo do nosso amigo Sr. Afonso de Dornelas. Executado em 1534, é um lindíssimo códice em que os retratos são tratados com o maior cuidado.

Também do século XVI, trabalho admirável flamengo, que parece dever-se a mais de um pincel, é o que no Museu Britânico se conhece pelo nome de *Portuguese Drawings* e foi adquirido em Lisboa, em 1843, por um adido da Legação de Inglaterra, Newton Smith. É, infelizmente, um trabalho mutilado, um fragmento apenas de uma obra para que deu as informações genealógicas o Infante D. Fernando a Damião de Góis, para que êle o fizesse executar por um grande mestre, e sendo, mesmo assim como se encontra, um

dos monumentos mais notáveis da iluminura do comêço do século XVI, sobretudo com referência ao nosso país; pois que representa uma enorme árvore genealógica desde Magog, neto de Noé, até àquêle tempo, maravilhosamente executado e com capital interêsse pela indumentária variadíssima que apresenta.

Remontando, temos do princípio do século XV, de 1431, o «*Contrato de dote que o conde dom pedro* [*de Meneses*] *deu a don fernãdo de noronha com sua filha Dona britiz de meneses erdeira desta sua casa de uila Real E obriguações que pos..., etc.*», manuscrito iluminado com as armas dos Meneses, feito em Ceuta e se conserva na casa dos Marqueses de Abrantes (1).

Êste precioso documento tem o interêsse de ser o mais antigo que se conhece e que existe, reproduzindo armas pela iluminura e fazendo a elas interessantes referências.

Dêste género, mas já do século seguinte, em belo pergaminho e ostentando como portada uma magnífica iluminura armoriada, com encadernação da época, é o códice da nossa colecção que encerra a instituïção do Morgado dos Pereiras de Miranda, com o brasão esquartelado das armas destas duas famílias, um dos vínculos da Casa Alcáçovas e se conserva no mais perfeito estado.

*

Insensìvelmente, e seguindo um caminho que nos pareceu o menos fatigante para a paciência de Vossas Excelências, e em que o fio condutor se emaranhasse menos, de forma a conservar clara a exposição, voltamos à primeira metade do século XV ao falarmos da célebre escritura de dote dos Senhores de Vila Real.

Pois pròximamente àquela data indicada remontamos agora para terminarmos o capítulo final desta já longa exposição.

Vamo-nos referir agora a uma outra série de documen-

---

(1) Vide *Elucidário Nobiliárquico*, vol. I, pág. 305.

tos heráldicos a que a iluminura em cinco séculos tem dia a dia acompanhado em Portugal (como de resto em tôda a Europa), produzindo por vezes exemplares curiosíssimos e em que milhares de motivos têem servido para decoração. Referimo-nos às Cartas de Brasão de Armas passadas pelos respectivos Reis de Armas e de que há hoje algumas colecções que chegam a ser famosas e que mostram como a iluminura tem sabido viver e conservar um certo tipo nesta categoria de documentos. Nos primeiros tempos eram estas cartas formadas por uma fôlha de pergaminho, de dimensões variáveis, de muito simples decoração, reproduzindo no alto, ao centro, o brasão descrito no texto, em iluminura, e dentro de um emoldurado mais ou menos trabalhado. Mais tarde adoptou-se a forma de livro, em que, numa das páginas, se pinta o brasão, mais ou menos ornado, com caprichosos paquifes uns, com simples ornamentos outros. Muitas vezes a primeira fôlha reveste a forma de um frontispício de livro e geralmente a última é adornada de uma vinheta composta de atributos heróicos. A completar a ornamençatão, cada página é cercada por uma tarja, que por vezes é do maior gôsto. Também muitas vezes as letras capitais são ornadas e a primeira linha do texto. Freqüentemente, a completar êste todo, rico e exuberante de côres, uma esplêndida e custosa encadernação.

Dêstes documentos há memória em Portugal desde 1427, porém o que se diz passado nessa data (e Braamcamp duvida dêle) não se sabe hoje onde pára. Dos que se conservam, o mais antigo é de 1438 e é uma carta de armas concedida a Gil Sanches.

Dêstes manuscritos assim ornados se conhecem longas listas e muitos existem hoje por bibliotecas públicas e particulares. Na nossa modesta colecção contam-se alguns do século XVII até aos nossos dias, sendo o mais moderno o que já no reinado del Rei D. Carlos foi concedido a José Simões Ferreira Machado e que sai de tôdas as normas precedentemente indicadas. Em forma de livro e escrito em pergaminho, a iluminura é de aspecto também moderno

e o brasão quer talvez representar uma mercê nova em que a Heráldica se mascara, pois se esquartelam uns Machados e uns Ferreiras que não são as armas dos destas famílias..., mas parecidas!

Por esta amostra se vê ao que no «Sistema representativo» tinha chegado a Heráldica!

Mas não queremos fechar êste trabalho com uma manifestação de pobreza de gôsto, como a que acabamos de referir, e por isso vamos citar uma outra ordem ainda de documentos que tem andado pouco estudada, mas que no geral é também boa mostra de iluminura heráldica. Êsses documentos são as Cartas de Foral passadas às terras a que o Rei as concedia, de que existe ainda número apreciável, geralmente do século XVI, por serem os «forais novos», passados por D. Manuel.

Mas quantos mais documentos, quantas mais espécies dêles terá havido, que nos escapem de mencionar?

Fraquíssima é a Bibliografia a que tivemos de recorrer e também, quem sabe?, quantas pessoas operosas, ou diàriamente empenhadas em ganhar não só o pão quotidiano, mas os grãos necessários para amealhar, ou absorvidas por problemas transcendentais, terão passado a vida inteira sem dar sequer que existem estas coisas fúteis, miüdinhas, pó no fundo dos arquivos, iluminuras, miniaturas, «*mignardises*», «*pequeneces*», bugigangas, que nos enchem a nós o espírito, nos deleitam, nos dão ao prisma da vida mais uma face consoladora, e que elas decerto não compreenderam?

Hoje, felizmente, um escol protege êstes pequeninos nadas (quantas vezes enormes monumentos, revelantes da existência de um grande povo ou de uma grande civilização), a êsse escol pertencem Vossas Excelências, a quem decerto não trouxe novidades, e me desculparão a aridez e monotomia do discurso pela boa vontade que êle representa e pelo entusiasmo que pomos sempre ao tratar das sacrossantas manifestações da arte do nosso país.

Disse.

FREDERICO GAVAZZO PERRY VIDAL

EVASÃO

Do Rei Artur da Távola Redonda,
Mais dos que foram demandar o Graal,
A aventura me bonda
Pra afervorar meu culto do Ideal.
Vai longe o tempo em que em corcéis montados
Partiam cavaleiros muito belos
A combater os moiros renegados,
E a conquistar províncias e castelos.
Vai longe o tempo das flores-de-liz,
Do Conde Ninho e Dona Branca-flor
(Aquela que cantou el-rei Dinis,
O nosso rei artista e lavrador).
Vai longe o tempo dos senhor's feudais
Que dos torneios foram paladins,
Dos Amadizes e das pastorais,
Dos Lançarotes e dos Palmeirins.
Vai longe o tempo de Álvares Pereira,
Dos «Namorados» em Aljubarrota,
Dos Ínclitos Infantes, a primeira,
A maior Geração que o luso nota.
Vai longe o tempo da «Menina e Moça»,
Dos Vicentinos Autos e Entremeses,
E de Camões, o Épico da nossa
Raça, o Poeta que leio muitas vezes.
Vai longe o tempo, a época cenosa
Em que calcada a nossa independência
Foi por Espanha, a Sempre-Suspirosa
De Portugal, em brazas de apetência...
Vai longe o tempo dos troveiros pálidos,
Da Joaninha dos olhos côr-de-mar,

Dos juramentos cálidos,
Entre beijos, ao luar.
Vai longe o tempo do Romanticismo,
Pura literatura:
E, todavia, eu cismo
Porque os fios da sua tessitura,
Como aracnídea teia,
Me envolvem na Incerteza;
Porque prefiro construir na areia
Minha sombria Tôrre da Tristeza.
E quedo-me a pensar, quem o adivinha?
Se a velha Evocação que ponho em rima,
É uma atitude minha,
Um bom jôgo de esgrima,
Ou se, ao contrário, é íntimo apetite
(Ilusão passageira)
De te esquecer, esbelta Sulamite
De corpo como fôlha de palmeira!

MIRAGEM

Os barcos dos poveiros sôbre a praia
Varados, sonolentos,
Cujos nomes, à laia
Das galés de Quinhentos,
Recordam, expressivamente, as glórias
Sem par, cheias de heroísmos,
Dos Navegantes, e as acções notórias,
Com perigos e abismos,
Da grande Raça Lusa:
Avivam-me os desejos voluptuosos
De viajar co'a Musa
Dos sonhos meus, para, em frente aos sumptuosos
Cenários que nunca avistei, poder
Cantar tôda a beleza
Do Mundo Inédito pra mim; e ver,
Nas praias de Além-Mar, a portuguesa

Soberania, ampliando, ante os meus olhos
Atónitos e em deslumbrantes vistas,
Em terra os monumentos, e os escolhos
No mar, padrões de sólidas conquistas.
Os barcos dos poveiros no remanso
Da areia, ali, ao pé da embocadura
Do Rio Leça, que desliza manso,
Subjugam os meus olhos na tristura
Primaveral da tarde, embiocada
Na bruma espêssa e fria.
E o pôrto, côr de prata tauxiada,
Redondo como colossal bacia,
Parece-me também que cisma em algo...
Um pescador, cachimbo fumegante
E os olhos piscos, fixa o mar. Eu galgo
O Passado distante
Ao pé do pescador que cisma, só.
E o culto das viagens, o meu culto
Supremo e sempre vivo, espalha o pó
Do meu temor oculto,
P'lo ambiente de agoiro.
E vejo, muito ao longe, abrir o sol,
Nas flâmulas das naus, estrias de oiro,
Sôbre oceanos a quebrar em frol.
Eu ouço a marinhagem da Aventura,
Sôbre as cobertas, a tanger violas.
Descubro Sombras, grandes de estatura,
Quais estátuas de molas,
A espancarem a Sombra do Mistério;
A rasgarem, por entre enormes fendas,
Clareiras no Elastério,
No velho Mar das Lendas...
E, ao pé do pescador de olhos pisqueiros,
Meu pensamento acolhe-se ao abrigo
Dos barcos dos poveiros,
E sonha, ali, contigo!

JORGE CONDEIXA

ALGUMA COISA DE PORTUGAL NA ALMA ROMANTICA DO SERTÃO BRASILEIRO — NA POESIA E NA MÚSICA

Nunca ao sertanejo brasileiro faltou assunto nem violão para uma cantiga de amor, para uma queixa amargurada; inspiração e motivo para exaltado hino patriótico; boa dose de ironia e de espírito crítico para causticar as coisas ridículas da vida e dos homens.

Ao compulsarmos todos — e muitos são — os estudos folclóricos do Brasil, desde Melo Morais Filho, Sílvio Romero, até a Leonardo Mota e Câmara Cascudo e tantos outros, encontramos sempre farta documentação a acentuar os traços precisos que do sertanejo riscou magistralmente êsse famoso Euclides da Cunha, que em todos os aspectos nos deu o sertão — o meio — e o homem — o produto.

«O sertanejo é, antes de tudo, um forte.

«Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurasténicos do litoral.

«A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempeno, a estrutura corretíssima das organizações atléticas.»

E, depois de algumas pinceladas carregadas no tom, para no-lo dar perfeito, completo, desconcertante em quanto nêle parece desgracioso, abandonado, impotente, êstes traços firmes do grande Euclides:

«. . . . . .

«Entretanto, tôda esta aparência de cansaço ilude. Nada é mais surpreendedor do que vê lo desaparecer de improviso. Naquela organização combalida operam-se, em segundos, transmutações completas. Basta o aparecimento de qualquer

incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormecidas. O homem transfigura-se. Impertiga-se estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firma-se-lhe, alta, sôbre os hombros possantes, aclarada pelo olhar desassombrado e forte; e corrigem-se-lhe prestes, numa descarga nervosa, instantânea, todos os efeitos do relaxamento habitual dos órgãos; e da figura vulgar do tabaréo achambrado, reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titan acobreado e potente, num desdobramento inesperado de fôrça e agilidade extraordinárias.»

É assim mesmo: Uma fôrça...

E, só assim se explica êsse milagre impressionante de tenacidade a que as asperezas, a agressividade da terra, a fatalidade das secas do sertão nordestino, o obrigam e na qual êle se iguala ao joazeiro, a árvore teimosa — a única — que ali sobrevive heróica ao aniquilamento desolador que êsse fenómeno leva à terra generosa, sem que se lhe «apague o esplendor da sua fronde», que consegue o prodígio impressionante de resistir viçosa, quando tudo o mais arde e se esbrazeia e tôdas as outras árvores se tornam contorcionados esqueletos erguendo-se implorativos do solo calcinado, de onde tudo que é vida desapareceu.

Aí, nesse amargo e esgotante cadinho tempera a fôrça e a vontade indomáveis, o sertanejo caluniado. A fatalidade obriga-o a abandonar a casa, o seu pedaço de terra e tudo quanto nela foi esfôrço generoso e febril, esperança e alegria, e, reünidos *cherimbabos* (1), pessoal de casa, com o mais que se pôde salvar da devastação desoladora, èpicamente transforma-se no *retirante* (2) heróico, figura de legenda, enquanto o sertão continua assim como no-lo descreve Gustavo Barroso no seu livro *Terra de Sol:*

«Na natureza não desabrocha um sorriso; o céu não derrama uma lágrima; o sol refulge sempre; e a copa verde dum joazeiro ao longe, perdida nas cantigas esqueleticas, tem um tom de raridade e de heroísmo. O sertão fica sêco, nu, inhóspito, quási negro; estende-se em ondulações desnudas, apontoadas de mirrados capões. O céu é árido, sem

manchas — como se fôra varrido por um vento de maldição. A lama dos bréjos e dos alagadiços, ressequida, crestada, torna-se uma areia encaroçada, escura e grossa, que se esbarronda e se esfarinha ao pisar. O chão combusto, quási negro, de uma grande melancolia e de uma grande esterilidade, como que se concentra de dor. E, sob a eterna e inexorável vibração da luz, não rasteja no solo gramínea, nem geme nos arvoredos uma só fôlha... Os esqueletos das árvores parece que se estorcem de sofrimento, e, nas estractificações do subsolo, deve ser horrorosa a tortura das raízes sequiosas, enroscando-se de avidez e desespêro, os pelos absorventes num arripio faminto... Na barranca dos açudes, raros coqueiros caducos agonizam, bracejando as frondes murchas.»

Andam por lá êstes versos populares que também descrevem a horrorosa tragédia:

«Os sertanejos descendo,
em bandos, ao litoral...
Seu mantimento... comendo
bravia raís letal...
Aí choram... são retirantes. .
andrajosos... mendigantes. .
esparsos... agonizantes
perdendo o sôpro vital...»

É êsse inferno que o expulsa e o obriga a ir procurar longe, hospitalidade acalmadora. E, ao desenhar o quadro dantesco dessa marcha atropelada, hesitante, de exaustão e desespêro, o *retirante* ainda canta...

Longe do seu pedaço de chão castigado cruelmente e de céu sem clemência, êle canta a sua saüdade.

Que importa que ingrata seja a terra?

Êle a compara, tantas vezes, àquela *cabôcla*, morena, de olhos calcinantes como o demónio da seca, que lhe deixaram no coração a desolada païsagem que a sua retina teima em guardar.

Os seus olhos hão-de sempre vê-la como um fantasma aterrador, mas o coração jamais deixará de querer-lhe e de levá-lo a, por ela, tudo sacrificar.

Mais dia menos dia, mais semana menos semana, a primeira nuvem aparece e desfaz-se em chuva redentora e, então, do chão ressequido reponta com fôrça indómita a vegetação já saciada, ressuscitada como por um milagre Em poucos dias tudo se transformará de novo e êle, o sertanejo indomável, depressa refeito, volta célere para continuar o seu fadário, que é uma epopeia.

O sertão volta a animar-se e tudo volta a ser verde e vicejante.

Com essa alegria nova voltarão as festas grandes onde os prodígios da sua imaginação inesgotável continuarão a animar e a enriquecer o populário musical e poético, o mais rico, o mais variado, o mais pitoresco e característico, talvez, de todo o Brasil.

Mas, nem em todo o sertão a mesma fatalidade dêsse nordeste cruel, em que a fôrça teimosa, inquebrantável do homem luta de há anos e anos com a titânica fatalidade da natureza rebelde, que há-de ser vencida em breve.

Êste é o nordeste das secas periódicas, que têem cinzelado a figura épica, inconfundível e eterna do cearense.

Mas todo o sertão é o templo grandioso e fascinante, onde se cultuam as tradições mais puras, onde persistem usos e costumes, festas religiosas e profanas, vivem as lendas e os contos mais estranhos. E é precisamente no terreno musical que mais se evidencia o lirismo espontâneo e rude da alma brasileira, como, entre outros, verificou o erudito Mário de Andrade nas suas romagens de peregrino, ou melhor nas suas buscas ansiosas de garimpeiro febril, fariscando preciosidades desconhecidas.

É certo que — diz êsse Mário de Andrade, no regresso satisfeito de uma dessas viagens — «o nordestino é de uma musicalidade prodigiosa. Vive cantando. Vive em música. Música de uma riqueza, de uma variedade tão desconcertante».

Ali também se verifica a mesma evolução musical *de qualquer outra civilização: primeiro Deus, depois o amor, depois a nacionalidade* (3).

E também temos que reconhecer, com Josué de Castro, o autor acatado do «Documentário do Nordeste», que «foi o clima humano do nordeste que amadureceu o sentido do verdadeiro brasileirismo, na consciência dos intelectuais. É que o nordeste, é de todo o território brasileiro, a zona que contém maior sentido de tragédia».

* * *

Mas dizíamos: todo o sertão se inflora em múltiplas formas musicais, em que não raro surge a marca deixada pela credulidade ingénua, pela afectividade saüdosa dos nossos antepassados que para ali levaram com as suas recordações, a sua fé, as suas crendices, os contos fabulosos que vinham já dos seus avós. E, embora alguns, a êstes chegados de longes terras, ao jeito nosso afeitos e de tal carácter luso imbuídos que como nossos passaram de geração em geração, lá seguiram no bojo de lentos veleiros ou de rápidos transatlânticos para as fecundas terras brasílicas, onde se enraïzaram e com novas côres vicejam ainda e sempre, enquanto houver quem religiosamente as oiça e com piedade e amor as guarde nas páginas imorredoiras dos livros.

Pois de onde foram romances rapsódicos, cantigas infantis, melodias de embalo, benditos, desafios — a recordar as nossas desgarradas, recordação dos «amebeus» gregos, segundo a abalizada opinião de Câmara Cascudo e outros (4), as dansas dramáticas, dentre as quais se destacam *Cheganças* ou *Catarinetas, barcas e dansas de mouros,* com a marca indelével das nossas tradições marítimas ou guerreiras?

Enriqueceram-se com as rezas de feitiçaria, os cantos de macumba, as melodias à flauta dos caboclinhos, os

maracatús (5) e os endoidecentes *frevos* (6) pernambucanos, os *côcos* (7), com o sentido negro a repontar bem vivo.

Mas, acentuemos, nem em tudo é igual todo o sertão. Não se iludam aquêles que lêem enternecidos e encantados êsse aliciante Catulo da Paixão Cearense.

Em todo êle há, é verdade, uma *china* (8) ou uma *cabôcla* enfeitiçante a inspirar os desvários e cantos magoados dos vates sertanejos, a estimular a intrepidez dos vaqueiros, um dos grandes heróis das cochilas e caatingas, «símbolo das tradições guerreiras da raça; poeta e intérprete admirável da natureza esplêndida», cuja «poesia repassada de lirismo romântico e choroso, traduz os senfins dos pampas, o mimoso rendilhado das cochilas do sul, as caatingas bravas do nordeste, as águas paradas dos igapós marajoáras, os gerais de Minas e os campos selváticos do oeste longínquo», como no-lo mostra Melo Júnior, apontando-lhe também o que nêle reponta do herói das nossas lezírias ribatejanas, os pontos de contacto que há entre ambos e o que do nosso homem ágil da planície há de comum com o vigoroso dominador das cochilas gaúchas, em que o pampilho, o barrete verde, o colete encarnado, o calção cingido à perna nervosa, a cinta ponçó, são substituídos pelo laço que hàbilmente atira de longe para sujeitar a rês rebelde, o rebenque de cabo trabalhado, o chapéu de largas abas, o poncho largo, o lenço de côr viva ao pescoço, as chilenas de grandes rosetas metálicas nas botifarras grosseiras.

«Assim o ribatejano — escreve Melo Júnior — transforma-se, ao contacto com a maravilha da natureza brasileira, no mais galhardo vaqueiro do mundo!»

E, se o herói dos *pagos* (9) airoso e lépido não saltita no agitado fandango, dansa a *chimarrita,* que os seus avós açoreanos lhe levaram, a *meia-cancha*, a *tirana,* o *balaio* e outras e, a cavalo no *píngo* (10) elegante e flexível, adextra-se no difícil jôgo da rosa.

As churrasqueadas e o *amargo*, o *chimarrão* (11), aumentam-lhe a resistência e a fôrça.

E é sempre o bardo cantador da viola — o *pinho* (12), grande e fiel companheiro — «das noites enluaradas dos sertões e o Filecentauro que cantando as maravilhas da Pátria, labora pelo engrandecimento da Terra de Santa-Cruz» (13).

* * *

Se assim é no Rio-Grande-do-Sul, já as caatingas bravias, emaranhados de agressivas coivaras e espinhos eriçados para uma sempre pronta defesa, obrigam o vaqueiro a uma outra indumentária; a vestir-se todo de couro cortido: «perneira, gibão, peitilho, chapéu e luvas, tudo finamente lavrado pelos artistas sertanejos, que em arte popular são a mais poderosa expressão do Brasil» (14) e a enfrentar outros perigos, mais apertados e perversos obstáculos.

É êle que nas *Vaquejadas* sôlta a sua voz, na «Pega do Boi»:

«A rez tresmalhada
ouviu na quebrada
soar a toada
de alguém que aboiou:

Hô-hô-hô-hô-hô-váá...
meu boi Serubim!
Boi!
— Boiada!

E logo espantada
sentindo a laçada,
no mato embocou!»

É o *aboio*...

Mas se nem todo o sertão é igual, se nem em todo êle o homem se expressa da mesma forma característica e pitoresca, porquanto em cada região há particularidades de linguajar absolutamente marcadas, em tôda a parte, nêle se

celebra o São-João com descantes, fogos, fogueiras de altas labaredas, banhos, adivinhas que põem em alvorôço a alma ingénua das moças casadoiras e cismáticas; em todo êle se comemora o ciclo da natividade com pastorinhas e reisados; por tôda a parte se canta ao desafio.

Ah! o encanto das noites de São-João e a alegria dos «Banhos de Cheiro» em que, simbolizando o baptismo do Percursor, as moças à meia-noite preparam o banho — que o apóstolo benzerá —, com ervas e raízes perfumadas, que as livrará dos *maus olhados,* das *caiporas* e lhes trará fortuna e felicidade nos amores, mas mais do que isso, lhes deixará no corpo bem feito e sadio um aroma de apetecível fruta do mato.

Com que graça cantam as loas:

«Ó meu São João
Eu vou-me banhar
E as minhas mazelas
No rio deixar. .

«Ó meu São João
Eu já me lavei
E as minhas mazelas
No rio deixei...

Referem-se elas, é claro, às mazelas da alma...

O céu muito negro pontilha-se de múltiplos balõesinhos, que sobem entre aplausos e gritos entusiasmados, pula-se a fogueira com agilidade fantástica. Tudo, tal como aqui e em muito mais igual!

Serão diferentes, entre si, os *matutos* de Pernambuco, os *tabarus* de Sergipe e Baía, os *caipiras* de São-Paulo e Minas-Gerais, os *mandiocas* de certos pontos do Rio-de-Janeiro, muito embora iguais todos êles no heroísmo, na grandeza da alma, no romantismo, na sua feição sonhadora e simples.

Em todo o sertão os desafios, que outra coisa não são que *tiranas*. «*Chamam-se «arrazoar»*, diz-nos Mariza Lira num livro útil, *e são repositórios melodiosos de cenas do interior. São cantados com espontaneidade, numa perfeita fusão da música com a palavra falada, parecendo até que os sons se sucedem pela imposição das palavras expressas naturalmente, na forma primitiva*».

Refere Câmara Cascudo que «a poesia tradicional sertaneja tem os seus melhores e maiores motivos no ciclo do gado e no ciclo heróico dos cangaceiros. O primeiro compreende as «gestas» dos bois que se perderam anos e anos nas serras e capoeirões e lograram escapar aos golpes dos vaqueiros» (15).

Mariza Lira, a autora do *Brasil Sonoro* dá-nos uma série de exemplos recolhidos em vários pontos dêsse Brasil que por mais que se folheie e leia ansiosamente, tem sempre uma página inédita, um desenho desconhecido a surpreender-nos. *A terra pouco sabida*, da referência do Épico.

Assim, por exemplo, um do Ceará terá êste desabafo:

«O fogo nasce da pedra,
A pedra nasce do chão.
O amor nasce de dentro
do Interior do coração».

O de Pernambuco, a capital do nordeste, já falará dêste modo:

«Azulão é *passo* preto
Rouxinol côr de canela;
Quem tem o seu amor defronte
Faz ronda, faz sentinela.

Mais longe, o da Paraíba cantará:

«Quero cantar, ser alegre,
Que a tristeza não faz bem;
Inda não vi a tristeza
dar de comer a ninguém.»

Outro... das Alagoas, é mais romântico:

«A pombimba quando voa
Bate c'oas azas no chão;
Sinhá Aninha quando dorme
Deita a mão no coração.»

Cá está o de Sergipe na sua lástima de amor:

«*Amá seim* se *sê* amado
é um *causo má premetido*;
dando *maitrato* a seu *coipo*
amado *seim sê* querido.»

O da Baía, êsse põe melaço na endeixa e também não esquece a sua grande devoção:

«Eu vou *pedi* a Yáyá
Licença pr'a passeiá,
Não posso ficar em casa
Nesta noite de luar.

Ninguem sabe o que eu vi hoje
Debaixo de um alecrim:
Duas pombinhas dizendo
«—Viva o Senhor do Bomfim!»

O de São Paulo desabafará destarte:

«A viola é de madeira,
Mas tem *costa*, bôca e braço;
Ela é minha companheira
Com ela é que eu *me disfarço*.

Dizem que a viola chora,
Esse é um falar errado;
A viola anda cantando
Eu é que tenho chorado.»

E, por fim, nas cochilas longas, infinitas do Rio-Grande-do-Sul, há uma voz que canta assim:

«Quando eu pego na viola,
Sempre *alembro* do meu bem,
È só *pegá* a tocá
Os versos *pra mim já vem.*

Fui soldado, sentei praça,
Sentei-me *numa guarita,*
Sou chefe, sou comandante
De tôda a *china* bonita.»

A *china* é a mulher nova e bonita, faceira, que enche os sonhos do gaúcho audaz com a claridade dos seus sorrisos.

Mariza Lira diz-nos também: «O cair da tarde, uma noite enluarada, um fim de colheita, a marcação da boiada, uma festa religiosa, aniversários de casamentos, onde haja sanfonas, violão, cavaquinho ou flauta sugere sempre *trovas sertanejas.* A alma do *cabôclo* inspira-se no motivo da celebração, no encanto do ambiente e, às vezes, no amor ou na saüdade da *cabôcla*».

O sertão tem uma alma. Por isso êle é bem «êsse relicário de tradições populares», como o classifica o abnegado devoto do «culto da tradição» Eustórgio Wanderley.

Pelas tardes calmas perdem-se na distância os *aboios* e nas noites de luar, gemem as violas acompanhando as *emboladas* e estimulando os *côcos.*

Mário de Andrade explica-nos que os *côcos* são «uma forma coreográfica (embora às vezes não dansada) obrigada a estrofe solista e refrão coral. Muitas vezes a estrofe solista limita-se a variar a linha melódica do próprio refrão. E nisso o cantador nordestino faz maravilhas. Varia com habilidade musical verdadeiramente virtuosística, fazendo malabarismos rítmicos e até melodiosos que desesperam o anotador».

E Osório Duque Estrada num notável artigo, escreveu em tempos:

«O *côco*, cantado principalmente em Pernambuco e Alagoas, assemelha-se um tanto ao nosso «chiba» ou «samba» praieiro; está, porém, tão radicado na segunda daquelas duas circunscrições territoriais do país, que até nas casas da primeira sociedade de Maceió se improvisam não raramente essas funções populares. É ao som do *gunzá* (cilindro de fôlha cheio de pequenas pedras, à guiza de chocalho) que se cantam as *emboladas* do Norte, — longas tiradas em que o trovador celebra, quási sempre de improviso, o acontecimento capital do dia ou a personagem mais em destaque nos arraiais da política (16).»

Demos aqui o devido relêvo ao *vaqueiro* e falámos nos *desafios*. Devemos dizer alguma coisa dos *cantadores* que, segundo o ilustre folclorista Dr. Leonardo Mota, «são os poetas populares que perambulam pelos sertões, cantando versos próprios e alheios; mormente os que não desdenham ou temem o *desafio*, peleja intelectual em que, perante auditório ordinàriamente numeroso, são postos em evidência os dotes de improvisação de dois ou mais vates matutos. Os géneros poéticos de que comumente se socorrem os cantadores são as «*obras* de seis, sete ou oito *pés*»; o *moirão*, o *martelo*, a «*obra* de nove por seis», a *ligeira*, o *quadrão*, o *gabinete*, o *galope*, a *embolada*, e o «*dez pés* em quadrão».

São os cantadores um tipo verdadeiramente inconfundível. Diferem, porém, quanto à região.

Cornélio Pires, por exemplo, acentua que o «paulista difere dos outros, devido à difusão do ensino por todo o Estado».

«... o caipira paulista, tem personalidade e até característicos raciais, pois resistiu a tôda e qualquer influência que podiam ter nos seus costumes os costumes das diversas raças e nacionalidades que se infiltraram por todos os recantos do Estado.»

O mesmo autor dos «Sambas e Cateretês» fala-nos largamente dos «cururreiros», que são cantadores de «cururús», os

quais — afirma — que só são dansados em algumas zonas antigas de São-Paulo, Mato-Grosso e Goiaz (17).

Enfim, o populário poético e musical do sertão brasileiro é uma fonte inesgotável de motivos de encantamento e de estudo, em que sobressaem bastantes pontos de contacto comnosco, traços da nossa acção colonizadora. Reponta em muito dêsse material, com que se pode organizar o mapa sentimental do Brasil, a larga contribuïção que ali deixaram os nossos avós e mantém-se enriquecido pelos netos brasileiros e portugueses, porquanto os que hoje para ali vão não deixam de ser acompanhados da saüdade de muitos cantares da sua terra — cantares e costumes...

NOTAS

(1) *Cherimbabos* — Animais domésticos.

(2) *Retirante* — O que abandona a terra por motivo da seca. «Nome dado no Ceará e mais Estados flagelados pelas secas periódicas ao sertanejo que, em grupos ou isolado, emigra do interior adentro para o litoral. Desde que se torna impossível a vida nas regiões queimadas pelo sol implacável fazem a *retirada*, no expressivo dizer local». «Dic. da Terra e da gente do Brasil», Bernardino José de Sousa, *Brasiliana*, vol. 164.º

(3) Mário de Andrade, entrevista concedida ao *Diário de São Paulo*.

(4) Luís da Câmara Cascudo, *Violeiros e cantadores*. Ed. Livraria Globo, Pôrto Alegre.

(5) Significa «dansa bonita», dado que a palavra seja de origem tupí. De qualquer modo, o *marocatú* é uma tradição pernambucana. Num desfile realizava-se uma embaixada em homenagem a imaginário rei africano, pálida recordação das antigas coroações dos reis do Congo. Mariza Lira, *Brasil Sonoro*, Ed. «A Noite», Rio-de-Janeiro.

(6) Dansa caracterìsticamente pernambucana com música típica, gôsto da terra no ritmo, calor da gente na cadência dolente e amorosa, tem os arrebatamentos da raça nordestina no molejo muscular que exige para desenvolver-se. Assim, Leovigildo Júnior a considera com todos êsses característicos, tìpicamente brasileira. *(A Noite*, Rio, 15-2-942).

(7) «Deve ser tirado êsse nome da típica e abundante vegetação que emoldura a branca visão das nossas praias, com as auda-

ciosas jangadas de velas tremulantes. É a única alegria das praias nordestinas. O que caracteriza o *côco* é o refrão; as estrofes são improvisadas no momento ou tradicionalmente conhecidas», Mariza Lira, *ob. cit.*

(8) Nome que, no Rio-Grande-do-Sul, se dá às mulheres de raça indígena. Bernardino José de Sousa, *ob. cit.*

(9) *Pagos*, «Dic. da Terra e da Gente do Brasil», Bernardino José de Sousa — segundo Roque Callage «logar onde se nasceu; o rincão, a querência, o povoado, o município onde alguém mora ou de onde é natural. Este vocábulo é um dos mais usados na vida campesina do Rio-Grande. Êle resume para o gaúcho um pedaço afeiçoado e querido da terra que o viu nascer».

(10) *Pingo* — Cavalo.

(11) *Amargo-chimarrão* — O mate, que é a bebida predilecta do gaúcho.

(12) *Pinho* — Violão.

(13) Melo Júnior, *A Gazeta Magazine*, São-Paulo, 23-11-41.

(14) Melo Júnior, *artigo citado.*

(15) Luís da Câmara Cascudo, *ob. cit.*

(16) Osório Duque Estrada, *Correio da Manhã*, Rio-de-Janeiro, «Emboladas».

(17) Cornélio Pires, *Sambas e Cateretés.*

Gastão de Bettencourt

NOTÁVEL CARTA DE DOUTORAMENTO NA UNIVERSIDADE DE SENA DE UM MÉDICO PORTUGUÊS QUINHENTISTA

Dos tempos em que o tempo ainda chegava para passar as raras horas de ócio em ameno convívio com os velhos manuscritos, encontrámos por entre a nossa papelada de esquecida gaveta o artigo que *O Instituto* nos dá a honra de inserir nas suas fôlhas.

No ano da «Incarnação do Senhor de 1507» e IV do Pontificado do fogoso e combativo Papa Júlio II, «Décima Indicção, ao undécimo dia da lua de Máio», isto é, na terça-feira, 25 (1), foi passada Carta de Licenciado e Doutor em Artes e Medicina pela Universidade italiana de Sena ao nosso remotíssimo colega Diogo Egídio de Faria, que, como simples bacharel por Salamanca, ali fizera Acto de Licenciatura.

A cópia desta Carta, de árdua decifração, cheia de abreviaturas e de gralhas do bedel português que, sob ditado, a transcrevera em péssima caligrafia, metendo por conta própria não poucas silabadas latinas, encontra-se no manuscrito «Autos e Graos — livro 1.º da Universidade» então ainda em Lisboa e actualmente no Arquivo da Universidade de Coimbra.

Se tiverdes paciência, leitor, não a deixeis de ler, recordando o latim do liceu e corrigindo o do copista, tão honrosa é para o nosso colega, tão curiosa pelo empolado do estilo

---

(1) Segundo os cálculos feitos, a meu pedido, pelo ilustre Prof. de Matemática, Doutor Manuel dos Reis.

e pelos retumbantes adjectivos, com que são incensados os doutores e examinadores daquela Universidade italiana. Ficareis sabendo coisas honrosas sôbre Diogo de Faria, como ficareis sabendo que a modéstia não era virtude da Renascença.

Bacharel em Artes, isto é, em Letras, diríamos hoje, e em Medicina pela Universidade de Salamanca, resolveu, não sabemos ou, melhor, não sei eu por que bulas, fazer a sua Licenciatura e Doutoramento na de Sena, cidade ainda hoje notável pela sua catedral e então prestigiosa pelo seu ensino.

Tirados à sorte os pontos respectivos, naturalmente como cá se fazia, abrindo ao acaso em três partes os livros de Avicena, de Hipócrates ou de Galeno, dos quais escolhera dois assuntos à sua vontade, Diogo de Faria, após curto tempo de preparação, talvez as 24 horas do nosso estatuto, dissertou sôbre êles e comentou-os diante do Cancelário D. Bernardino Turutano, Cónego da Catedral e Doutor em *degredos*. Estavam presentes os muito «ilustres e preclaros professores» das Artes e da Medicina, para tal fim congregados no Palácio Archiepiscopal: Mestre Lucas de Variis, Mestre Alexandre Tâncio (lindo nome!...), Mestre Bartolomeu Tantureno, Mestre Diogo Costarello e Mestre Hugo Servini, além de numerosa assistência.

Antes, porém, tiveram o cuidado de se informar sôbre os bons costumes e sã moral do nosso patrício, condição *sine qua non*, sem a qual não seria admitido a prestar provas.

Estas, tanto as públicas, como as privadas, foram «tremendas e rigorosas», sôbre as quais todos os lentes o interrogaram e argumentaram a um e um.

Mas, o nosso herói (porque não?) houve-se à altura do brio português, como homem «doutíssimo, cheio de ânimo e de coragem» recitando «elegantissimamente» os pontos sorteados, pelo que recebeu fartos louvores dos ouvintes. Fêz mais, resumiu os argumentos «egrègiamente»; e, com subtileza e abundância, resolveu tôdas as dúvidas suscitadas

na longa discussão, quer numa, quer noutra faculdade, a de Artes e a de Medicina, discussão em que eram fortíssimos os examinadores, modéstia à parte.

E, por tal forma se portou o nosso compatriota lisboeta, que foi julgado «idóneo e suficiente» por voto unânime do colégio de sapientíssimos doutores «penitus nemine discrepante» que é como quem diz com absoluta concordância de todos. Logo aí ou seja na sala própria dos Actos Grandes do Palácio Episcopal, D. Bernardino, fazendo as vezes do cancelário que era o Arcebispo João Picolominus, o declarou Mestre em Artes e Doutor em Medicina, em resposta ao pedido que Diogo de Faria «humildemente» lhe fizera, concedendo-lhe nome e título, bem como os privilégios inerentes de ler, glosar, interpretar, ser consultado, subir à cátedra magistral e doutoral, acrescentar ou diminuir, fazer outros actos magistrais e doutorais, exercer a sua profissão aqui (em Sena) e em tôda a parte.

Depois, Mestre Bartolomeu pronunciou um «elegantíssimo» discurso em seu nome e no dos colegas, elogiando o novo Mestre e Doutor Diogo de Faria, cujas virtudes e méritos morais enalteceu, a par do seu saber e talento, dignos de se erigirem em exemplo. Finda a altissonante arenga, à moda do tempo, revestiu-o com as insígnias doutorais, ofereceu-lhe livros de medicina e de letras colocou-lhe na cabeça a verde coroa de louros, pôs-lhe no dedo o anel de oiro e deu-lhe nas faces o ósculo da paz. Para terminar, humildemente exortou o Deus omnipotente para que deixasse cair a bênção divina sôbre tão insigne Mestre e Doutor — D. Diogo — e sôbre os outros fiéis em Cristo «por todos os séculos dos séculos sem fim».

Como remate da cerimónia e para fé e testemunho do ocorrido, o Cancelário ordenou que o notário público passasse as *letras* respectivas, autenticadas com o sêlo pontifical do Reverendíssimo D. Arcebispo, o que se fêz na presença de numeroso público.

Cheio de celebridade, Diogo de Faria, Mestre em Artes e Doutor em Medicina, veio para Lisboa.

Pouco depois, aí por 1514, era médico de D. Manuel e cirurgião-mor do Reino, mediante o ordenado mensal de 1$600 réis. Não era muito. Mas quanto não valia ser médico de um rei? e os emolumentos do cargo de cirurgião-mor? Não era só isto. Como médico da côrte faustosa do rei-venturoso, era mister que se apresentasse bem trajado. Por isso, mandava o monarca dar-lhe 4$240 anualmente para a indumentária, como se pode ver no trabalho de Sousa Viterbo «Notícia sôbre alguns médicos portugueses ou que exerceram a sua profissão em Portugal» (quinta série).

Podemos imaginar como seria o vestuário do nosso ilustre colega pela nota do seguinte recibo:

«Recebeo o doutor Diogo de Faria de Rui Leite os quatro mil duzentos e quorenta reaes acima conteudos por omze covados Darrochela de cemto cimquo reaes covado e doze covados doutra de cemto e cimquo reaes covado. E três covados e meio de Ruam do selo de quatro centos e trinta reaes covado e um barrete de duzentos e cincoenta reaes e um covado $\frac{3}{4}$ de fustam de quorenta reaes covado, em Lixboa a vinte e um dias de setembro de mil quinhentos e quatorze — Didacus de Faria Doctor — Jorge Correa.»

No ano seguinte o pano de Arrochela foi substituído por tecido de «Ollanda» mais caro e mais fino: «oito covados de Ollanda de cento e setenta reaes vara». Convertendo os côvados no sistema métrico, dava-lhe D. Manuel para «vestiaria»:

$6^{m},76$ de «Arrochela» (ou de «Holanda»)
$7^{m},92$ doutro pano
$2^{m},31$ de «Ruão»
$1^{m},155$ de fustão
1 barrete de 250 réis

a que devereis juntar as meias, os sapatos e as luvas para o imaginardes vestido e pavoneando-se por entre os fidalgos da côrte. E, se melhor quizerdes vislumbrar o nosso colega, podeis fazer dêle uma idéia pelo quadro de Cristóvão de Figueiredo — A deposição — existente no Museu de Arte Antiga, onde estão representados dois físicos.

Deveria êste nosso colega ter gozado de bastante autoridade e favor junto do monarca, porquanto, afora aquêles benefícios, D. Manuel fizera-lhe mercê da renda da «Saboaria» de Palmela, que era de Guiomar de Faria, mãe do nosso doutor e a ela renunciara. Fôra tão protegido pelo rei que após a morte do seu *físico,* aquêle o beneficiara na pessoa da viúva, a quem doara as rendas da Saboaria para ajudar a «mantença» das filhas.

«Dom Manoel, etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que querendo nós fazer graça e mercê a Francisqua Carmina molher que foi do Doutor Dioguo de Faria que foy noso celorgiam moor temos por bem e lhe fazemos merce daqui em diante pera ajuda de mantença de suas filhas da Renda das saboarias da villa de Palmella asy e pela maneira que a de nss teve Guiomar de Faria sua sogra e o dito seu marido per cujo fallecimento ficou vaga e como a nós pertence.....

Dada em Almeirim aos vinte e seis dias do mes de janeiro; Jorge Fernandes a fez ano de mil e quinhentos e dezanove.»

Documento que nos dá Diogo de Faria já falecido em Janeiro de 1519 e ao mesmo tempo nos faz ver que as saboarias, assim como as musas, não fazem mal aos doutores.

Ah! e também que nem sempre foram ingratos os reis...

Eis, tal como pudemos ler, a

CARTA DE LICENCIATURA DO FÍSICO MÓR DIOGO DE FARIA (1)

LCÃ DE DGO DE FARIA

In nomjne Dominj nostri Jehu christi bernardinus turutanus Decretorum Doctor canonjcus cathedralis

---

(1) *Autos e Graos* — Liv.º 1.º, Fol. 212, V.º «Arquivo da Universidade de Coimbra».

ecclesie Senensis Reverendissimi in X° prjs et Dominj dominj joanis de picolomjnis Dei gratia Archiepiscopi senensis et hujus almj studij cancelarij apostolici ac cesarei spritualibus et temporalibus vicarius generalis et ad infra scripta specialiter deputatus unyversus et singulus mundi principalis et prelatis alijsque omnibus ad quos presentes nostre litterae pervenerint minoribus De vitam reverentiam amicos ℘ cetere salutem et prosperos adnotu successus gloriosa scientiarum mater Vrs preclarissima et veneranda clarissimorum Doctorum auctoritas que certus federis splendoribus obtinet principatum illos duntaxat ad publicam licentiam et cathedram Doctoralem extolit quos certamen generalis examinjs Digne ad id promovet per concurrentem virtutem et excelenciam meritorum ut sic promoti apud universos mundi principes et Rethores per eorum assistencia ceteris alijs hominum generibus singulis dignitatibus previlegiis honoribus et laudibus merito veniant preferendi/cum igitur circunspectus et peritissimus vir magister jacobus Dominus Egidius de faria Regni Portugalie ulixibonensis Diocesis Arcium bachalarius Dũds factus in studio selamantino senensē arcium et medicine queremtur precipue vite a Sciencie et morum honestate alijsque pluralijs probitatis et virtutum meritis spritualis prerrogativa sublimavit honoribus quando coram nobis per rrecipiendis puntibus et intrando arcium et medicine facultatis examen per famosissimos arcium et medicine Doctores magistrum lucam de variis magistrum Alexandrem tancium magistrum bartolomeum tantureni magistrum jacobum costarellum et magistrum ugonem servini Desenis in facultate arcium ac medicine promothores extetit presentatus et earum arcium et medicine facultatibus subeundus se die infra scripto publice tremende et rigurose examinationis omnium et singulorum Doctorum arcium et medicine collegii universitatis studij senensis predicte ad hoc specialiter

congregati se ultro tanquam vir fortissimus et Doctissimus subjecerit animose et ita in suo rrigoroso examine posta punta per nos specialiter signata more solito elegantissime recitaverit se laudabiliter et Dignissime habuit ita egregie argumenta resumpsit subtiliter et copiose resoluit ut post longam Deco in ipsis facultatibus arcium et medicine rigorosum examen tam anbisque ab onibus Doctoribus arcium et medicine magistris ipsius Collegii tunc presentibus tanque vir ydoneus et sufficiens concordi voto penjtus nemine discrepante fuerit approbatus/eoque licenciam Doctorandi et magistrandi et Doctoratus et magistratus insignia consueta capiendi sicuti ipse a suis compromotoribus suppliciter postulavit tanquam viro Dignissimo concessimus graciose considentes igitur sciencia etate prudentia vite ac morum honestate aliis plurimiis probitatis et virtutum meritis quibus prefatum magistrum jacobum altissimus insignavit et Decoravit sicut ipse tam hodie in suo rigoroso examine que aliis ni suis publicis et privatis actibus extitit seremonioso hic et ubique mirabiliter comprobatus ut tandem studeorum ac laborum suorum coronam merito valeat reportare ejusque gloria aliis transeat in exemplum tantoque fiant ad studia preciores quanto ex eo uberius Domino gratie complexerint se prefectus Nos igitur bernardinus canonicus vicarius per patris Avente profati Rev.^{mi} Domini Archiepiscopi et sui cancelariatii officii nobis in hac parte concessit et specialiter ac tributa de consensu onium et singulorum Doctorum arcium et medicine eororum colegii memorati assistentum tunc numero copioso perfatum magistrum jacobum in facultate arcium et medicine magistrum et Doctorem pronunciavimus fecimus et declaravimus Dantes concedentes sibi nomen et titulum Doctoratus et magistratus hinc et in ipsis artibus et medicine facultatibus legendi glosandi interpretandi consulendi cathedram doctoralem et magistralem ascendendi addendi et minuendi onesque

alios Doctoreos et magistrales auctus faciendi et exercendi hic senis et ubique locorum quo se duxerit conferendi plenam et liberam sibi de cetero concessimus facultatem Denique ut idem magister jacobus possessionem magistratus et Doctoratus hujusmodi ab onibus videatur aptus prefatus bartolomeus habita prius De supra luculenta oratione nomine suo pariter et vice et nomine aliorum compromotorum et collegarum suorum Doctoratus et magistratus insignia ut supra per eo humiliter postulata sub hac forma tradidit graciose videlicet illo sibi libros dictarum et arcium medicine clavjbus Deinde assignavit apertos viretum que doctorale et magistrale in corone signum suo capite imposuit ejusque digitum anulo aureo more solito subassumpsit et in supra pacis osculo præbuit Deumque onipotentem Divinum humiliter exoravit ut tam prefatum magistrum jacobum quem alios Cristi fideles sua sancta benedictione benedicere et sanctificare Dignetur per infinita seculorum secula amen. In quorum onium et singulorum fidem et testimonium presentes nostras literas fieri fecimus et per notarium publicum infra scriptum Depermissus rogatum subscripsi sigilique pontificalis prefati Rev^{mi} Domini Archiepiscopi appositionem munire Date et acte senis in palatio Archiepiscopale senense in aula in ipsius palaci Ano domini ac incarnatione M^{o} 5^{o} 7^{o} in Dicione x^{a} Die lune xj^{a} mensis maii pontificatus Julii Divina providencia pape 2^{i} ano 4^{o} ».

A. da Rocha Brito

A CRÓNICA DO MOSTEIRO DE SANTA CRUZ DE COIMBRA, DE D. TIMÓTEO DOS MÁRTIRES

Na relação de inéditos do Mosteiro de Santa-Cruz de Coimbra que de há muito vimos coligindo com o fim de subsidiar uma futura história desta Instituïção, de capital importância para Coimbra e para todo o país, figura a crónica escrita de 1650 a 1684 por D. Timóteo dos Mártires, frade crúzio e notário apostólico, que fazia parte da selecta livraria do Dr. João Correia Aires de Campos e que, por morte de seu filho, o 1.º Conde do Ameal, foi cedida, por oferta, à Biblioteca Municipal de Coimbra.

Barbosa Machado conheceu a existência do manuscrito, e o *Boletim de Bibliografia Portuguesa*, de Aníbal Fernandes Tomás, insere no seu 1.º volume uma notícia desenvolvida da sua elaboração, autoria e conteúdo. Simões de Castro e outros historiadores locais conheceram igualmente a *Crónica* de D. Timóteo dos Mártires, que devidamente apreciaram.

Mercê de acôrdo entre a Biblioteca Municipal de Coimbra e *O Instituto*, inicia-se agora a sua impressão integral, por nós revista, e oportunamente se publicará também o respectivo comentário bio-bibliográfico.

A. G. da Rocha Madahil

PRINCIPIO, E FUNDAÇÃO DO REAL MOSTEIRO DE SANTA CRUS DA CIDADE DE COIMBRA: E CATALOGO DE TODOS OS SEUS PRIORES MORES PERPETUOS.—.

Pellos Annos do nacimento de nosso Senhor Jesu Christo, de, 1130: correndo entaõ a Era de Cezar, M.C.lx.viij. inspirou o mesmo Senhor nos coraçoens de alguns Conegos graves da Cidade de Coimbra, e outros clerigos authorizados, e varoens apostolicos, que virando as Costas ao mundo, edifficassem hum mosteiro, em o qual se recolhessem a o servir, e vivessem em comunidade sem proprio, e na maior refformaçaõ que lhe fosse possivel, não mudando nem o nome, nem o habito, ou estado de Conegos: mas melhorando o, e tornando o á sua primeira instituiçaõ regular que antes tinhaõ. O primeiro, e principal promovedor a tam santa obra: Foy:

O Veneravel Padre Dom Tello, Arcediago da Seê Cathedral, e regular da Cidade de Coimbra: filho de Odorio, e Eugenia, Cidadaõs graves da mesma Cidade: grandemente zelozo do culto divino, e augmento do estado religiozo: varaõ verdadeiramente apostolico, de grande discriçaõ, e prudencia: o qual pera taõ proveitozo conselho, e tam preclara obra, com seu exemplo convidou aos outros, e comprou o sitio aonde se avia de fundar o novo mosteiro, que dedicaraõ â salutifera, e santissíma vera Crus, e â Conceiçaõ immaculada da Virgem Maria nossa Senhora: e foy a Roma sugeital lo â Santa Seê apostolica. E assim como foy o primeiro em tam santa uniaõ, e irmandade, assím tambem foy o primeiro a quem Deos nosso Senhor leuou

do mesmo mosteiro â possuir as cadeiras do Ceo, e bemaventurança, tendo outo anos; seis mezes; e dezassete dias da fundaçaõ, e principio do mosteiro. Faleceo em os, 10, de Setembro, da Era de, M. c. lxx. viij. que he Anno de, 1140. em vida do Padre Santo Theotonio, e foy por elle Sepultado na Igreja, na Capella do Espirito santo, em sepultura alta, na parede raza com ella, aonde esteve muitos annos: na face da pedra do tumulo, ou sepultura, tinha este epitafio = iiij. Idus Septb. obiit Dn9 Tello Prb̃s. Archid. et fundator monasterij. S. ✠. E. M. c. lxx. viij.—. Quando se reedificou a Igreja em tempo, e por ordem do Serenissimo Rey Dom Manoel, puzeraõ os ossos deste veneravel Padre em depozito na sacristia. Deste Lugar os tresladou pera a Claustra o Padre Prior geral Dom Manoel de Britto por ordem do capitulo geral que se celebrou no Anno de, 1564, em que foy eleito, e os mandou pôr na parede entre o Capitulo, e a capella do Santo Christo: na face da pedra lhe abriraõ este epitafio = iiij. Idus Septembris obiit D. Tello Presbyter Archidiaconus, et fundator hujus monasterij. S. Crucis. Anno Domini: M. c. xxxx. Estaõ agora na capella do Capitulo á parte do Evangelho, em hum grave, e authorizado tumulo de Jaspe, pera onde os tresladou o Padre Dom Miguel de Santo Agostinho Pessanha, sendo Prior Geral da, 3ª, ves: do epitafio que ahi tem, consta o dia, mes, e anno. dis assim = iiij. Idus Septemb. obiit D. Tello Prb̃s. Archidiaconus Colimb. Canonicus, et fundator hui9 monasterij S. Crucis. Anno: M. c. xxxx. Translata fuerunt ejus ossa é claustro in hunc locum, die Septima Aprilis, Anni Domini. M. Dc. xxx . — .

¶ 2. Dom Joaõ Peculiar, natural da Cidade de Coímbra. Seu pay era de naçaõ Frances, chamado = Christovaõ Peculiar, e sua may Portugueza de nobilissíma familia desta Cidade. Sendo mosso o mandaraõ estudar â Universidade de Paris: vindo de lâ, ia bom letrado lhe deraõ o mestrescolado da seé cathedral desta Cidade, aonde se ajuntou com o Arcediago Dom Tello pera fundarem o nouo, e real mosteiro de Santa Crus: Dahi partiraõ ambos com outro companheiro

pera Roma Sugeitar o dito mosteiro â seê apostolica, como se dirâ em seu lugar ✠ Depois que chegaraõ desta missaõ, foy Dom Joaõ Peculiar mandado pera o mosteiro de Eccleziola com titulo de vizitador daquelle Convento, aonde estava quando lhe foy dado o bispado da Cidade do Porto, na Era de, M. c. Lxx. iiij: he Anno de, 1136. Passou lhe as Letras o Papa Innocencio, 2°. E querendo sse mostrar agardecido â religiaõ, e ao mosteiro donde saira com a iurisdiçaõ episcopal desta Cidade, izentou della ao dito mosteiro de Eccleziola, oje Grijo, tirando o da vizitaçaõ, e Correiçaõ da sua Seê, de cujo destrito era, dando lhe e largando lhe a iurisdiçaõ eccleziastica pera os Seus Prelados, da qual aínda oje gozaõ os Priores triennais de Grijo: e depois a Confirmou sendo Arcebispo de Braga como Prímâs.

℄ Foy Bispo do Porto dous annos, e meio: e Sendo eleito Arcebispo de Braga no fím do Anno de, 1139: tornou a Roma buscar o Palio Arcebispal, como entaõ se uzava; donde trouxe tambem do Papa Innocencio, 2°, a Confirmaçaõ dos muitos privilegios, e izençoens que o serenissimo Rey Dom Affonso Henriques, tinha outorgado ao seu real mosteiro de Santa Crus de Coimbra.

℄ Na Era de, M. c. L. xxx. j. he Anno de, 1143: Assistio nas Cortes da cidade de Lamego, e ahí coroou ao serenissimo Rey Dom Affonso Henriques, depois que o summo Pontifice Inocencio, 2°, lhe confirmou o titulo real. Achou se tambem com elle no Cerco, e tomada da Cidade de Lisboa, na Era de, M. c. l. xxx. v. q̃. he Anno de, 1147. e ahi benzeo por mandado do mesmo Rey, a dous Semínarios pera enterramento dos Cavaleiros que morriaõ nos combates: nos quais depois se fundaraõ duas Igrejas, e mosteiros: a saber, a de Nossa Senhora dos Martyres; e a nossa do Mosteiro do Martyr Saõ Vicente. Fes tambem restaurar o mosteiro do Martir Saõ Felix de Chellas, e pos nelle Conegos regrãtes;

✠ P. 12.

Foy Arcebispo, 36, annos. Faleceo em os, 3, de Dezembro da Era de, M. cc. x. iij. he Anno de, 1175.

¶ 3. Dom Ayres Frojás: Conego da mesma Sêe Cathedral, e natural da mesma cidade de Coímbra. O qual com, 37, annos: hum mes: e 25, dias da fundaçaõ do novo, e real mosteiro de Santa Crus: Faleceo em os, 19, de Abril da Era de Cezar M. cc. vij. que he Anno de Christo, 1169.

¶ 4. Dom Mendo: Conego da mesma Cidade de Coimbra. Foy depois por merce del Rey Dom Affonso Henriques, o primeiro Bispo da Cidade de Lamego na restauraçaõ daquelle bispado, na Era de, M. c. xxx. vj. que he Anno de, 1148.—O Papa Eugenio, 3º, lhe passou as Letras, e aprovaçaõ. Governou o seu bispado, 24, annos, e meio. Faleceo em os, 17, de Setembro da Era de, M. cc. x. j. que he Anno de, 1173.

¶ 5. O Mestre Dom Pedro Alfarde, clerigo grave, e autorizado, natural de Coímbra : filho de Joaõ Alfarde, e de sua mulher = Especioza. Com 38. annos: hum mes: e, 10, dias: de habito: sendo Preposto deste real mosteiro: faleceo em os, 4, de Abril: Era, M. cc. viij. he Anno: 1110.

¶ 6. Dom Zelâme Gudinho: natural da Villa de Montemôr o Velho: Senhor do lugar de Mira, no bispado de Coimbra; era Vivvo: Ouvindo em hum sermaõ tratar do desprezo do mundo, largou tudo o que tínha, e se ajuntou ao Arcediago Dom Tello: e deo pera o novo mosteiro a Igreja de Saõ Thome de Mira, com todas suas pertenças, a qual era de sua aprezentaçaõ. E tendo, 12, annos: 3, mezes: e sete dias de habito: Faleceo Sacerdote em o prímeiro dia de Junho: da Era: M. c. lxxx. ij. he Anno: 1144.

¶ 7. Dom Honorio: natural da Cidade de Coímbra, Prior da Igreja Collegiada, e regular de Sant-Jago da mesma Cidade: Foy por ordem do Padre Santo Theotonio, e del Rey Dom Affonso Henriques, prímeira, e segunda ves fundar o real mosteiro do Martyr Saõ Vicente da Cidade de Lisboa fora dos muros, aonde assistio como Prezidente, e superentendente das obras do mosteiro. E tendo, 28, annos: 7, mezes: e, 13, dias do nosso santo habito canonico. Fale-

ceo no mesmo mosteiro de Saõ Vicente, em os, 7, de Agosto, da Era de, M. c. xc. vjjjj. he Anno de, 1161—

¶ 8. Dom Oveco: Conego da Seê cathedral de Coimbra, varaõ grave, e verdadeiramente apostolico: Faleceo. em os, 18, dias de Fevereíro, dia do tranzito gloriozo do Padre Santo Theotonio, mas naõ no mesmo Anno: e naõ consta em qual fosse.

¶ 9. Dom Joaõ Theotonio: Sobrínho do Padre Santo Theotonio; Conego da Seé desta Cidade de Coímbra; o qual foy des annos seu cogitor, e por sua ditoza morte, lhe sucedeo no Priorado môr deste real mosteiro por eleiçaõ Canonica dos religiozos Conegos, como abaixo se dirá em seu Lugar. Pag = 21 =

¶ 10. Dom Pedro Mendes: Conego grave que era da Seê cathedral de Coímbra. Foy Prior da igreja de Nossa Senhora da Penha do Castello de Leiria; Quando os Mouros de Santarem destroiraõ este Castello, e el Rey Dom Affonso Henriques de novo o mandou reedificar na Era de, M. c. l. xxx. ij. que he Anno de, 1144. e o tornou a dar ao Padre Santo Theotonio, entam o santo fes Prior delle ao Padre Dom Pedro Mendes, o qual faleceo em, 14, de Abril, da Era de, M. c. xcj. que he Anno de, 1153.

¶ 11. Dom Sisnando Paes: natural da Villa de Montemôr o Velho bispado de Coimbra; era Abbade da Igreja de Santa Maria de Alcacere, no Castello da mesma villa. Foy o prímeiro Preposto deste real mosteiro, eleito no mesmo dia com o Padre santo Theotonio. Faleceo depois de seu gloriozo tranzito, em os, 6, de Julho, da Era de, M. cc. ij. que he Anno de, 1164 —

¶ 12. O Veneravel, e Santo Padre Dom Theotonio: natural de Ganfey, lugar íunto á Villa de Valença do Minho no reyno de Portugal. foy filho de Dom Oveco, e de sua mulher, Dona Eugenia, pessoas nobres, graves, e authorizadas: Criou se desde minino de dês annos na Seê de Coimbra com o Bispo Dom Cresconio que era seu tio: tinha por mestre ao Arcediago Dom Tello, que tambem o era de outros pupillos nobres: por morte do Bispo seu tio que foy

na Era de, M.c.xxx. que he Anno de, 1092: se passou á Seê de Vizeu, aonde tínha outro tio Conego: e por suas muitas virtudes, lhe deraõ o Priorado daquella Seê Cathedral, que elle administrou alguns annos com grande, ê vigilante cuidado, ê diligencia.

℄ Querendo por aquelles tempos o Conde Dom Henrique, ê a Raynha Dona Tareja sua mulher restaurar os bispados do Reyno que faltavaõ, offereceraõ ao Padre Santo Theotonio a mitra da Cidade de Vizeu, a qual o santo Padre por sua grande humildade engeitou. Ê tratando passar terceira vez á terra Santa de Jerusalem, tinha já lá ido duas vezes, o anticiparaõ em Coimbra estes onze apostolicos varoens asíma nomeados, os quaís inspirados de Deos Nosso Senhor, como temos dito, tratavaõ de fundar o mosteiro de Santa Crus daquella Cidade: ê unindo sse com elles no santo propozito encheu o numero perfeito de doze, ê veio â ser o prímeiro Abbade q̃ teve aquelle santo, religiozo, ê real Convento; como abaixo diremos em seu lugar. Pag: 16=v°=

LANSA SSE A PRIMEIRA PEDRA, AO NOVO, Ê REAL MOSTEIRO DE SANTA CRUS DA CIDADE DE COIMBRA—

Conformes, ê vnidos os doze apostolicos varoeñs asíma nomeados, tendo o Arcediago Dom Tello escolhido, ê comprado o sitio aos Conegos, ê cabido da Cidade de Coimbra, nos arrabaldes da mesma Cidade pera a parte do Norte, que eraõ humas hortas com suas cazas, ê huma Igreja antiga piquena, iunto aos Banhos chamados da Raynha, que o Princepe Dom Affonso Henriques tambem lhe largou, ahi lançaraõ a prímeira Pedra fundamental ao edifficio do novo mosteiro, ẽ honra da Crus sagrada, ê da Conceiçaõ ímmaculada da purissima Virgem Maria Nossa Senhora, em os, 28, dias do mes de Junho, vespera da festa dos Princepes da Igreja os Apostolos̃ Saõ Pedro ê Saõ Paulo. Fes a Ceremonia da bençaõ o Senhor Bispo de Coimbra Dom Bernardo

revestido em Pontifical com seus ministros, ê assistentes. Corria a Era de Cezar, em, M. c. L. x. viiij. que he Anno de Christo, 1131: Anõ segundo da apostazia, e schisma do Cardeal Pedro de Liaõ, que sendo eleito Antipapa Contra o piissímo, ê verdadeiro Pastor Innocencio, 2°, se ouzou chamar Anacleto, 2° —

℄ Depois que o veneravel Padre Dom Tello com os seus onze Companheiros lançaraõ a primeira pedra fundamental, como fica dito, Se recolheraõ nas cazas que dos Banhos, ê hortas aviaõ consertado, ê acomodado, ê naquella píquena Igreja, ou Oratorio, fazendo a Deos nosso Senhor voto de religiaõ, ê clauzura, offereceraõ seus bens livres pera a fabrica, ê augmento do novo mosteiro, comessaraõ a viver iuntos, preparando sse pera a seu tempo receberem o santo habito Canonico do grande Patriarca Santo Agostinho. Abaixo. Pagina — 11 = —

℄ O Serenissímo Princepe Dom Affonso Henriques, offereceo grandes offertas pera as obras do mosteiro: o mesmo fes o Bispo de Coímbra Dom Bernardo, com todos os Senhores, ê Cidadãos da Corte, ê muitos dos Eccleziasticos.

℄ Voou logo por todo o reíno a Fama do novo, ê real mosteiro de Santa Crus, ê vniaõ dos doze varoens santos, de tal sorte, que no breve tempo de Outo mezes, se lhe ajuntaraõ de varias partes alguns eccleziasticos abalizados em virtudes heroicas, ê com elles outros mancebos nobres seculares, os quaís huns, ê outros, largando suas Igrejas, rendas, honras, dignidades, ê esperanças que do mundo podiaõ ter, se vinhaõ vnir, ê ajuntar a tam santa irmandade, ê companhia destes prímeiros doze Apostolicos, ê santos varoeñs, pedras preciozas fundamentais do edifficio espiritual daquelle religiozo Convento, que fizeraõ numero de Setenta ê dous.

Naõ poremos neste Lugar a todos por evitarmos proluxidade, mas parte delles, Cujos nomes eraõ dignos se escrevessem com Letras de Ouro, ou se abrissem em Laminas de Bronze. Forão elles —

Dom Pedro Rabaldes: natural da Cidade de Coímbra, filho de Dom Rodrigo, Pretor desta Cidade, ê de sua mulher = Dona Elvira Rabaldes = foy companheiro, ê ajudou a seu tio Dom Joaõ Peculiar, na Vizita, ê refforma do mosteiro do Salvador de Eccleziola = daqui foy com elle pera seu Arcediago da Seê Cathedral, ê regular da Cidade do Porto, ê depois lhe sucedeo naquella mitra ê por elle foy sagrado na Cidade de Braga, na Era de, M. c. l. xxviij: que he Anno de, 1140: por Letras do Papa Innocencio, 2°; Teve o bispado, sinco annos: ê meio. faleceo em, 29, de Junho, da Era de, M. c. l. xxx. iij. he Anno, 1145 —

℄ Dom Fernando Martins: filho de Martinho Giraldes, ê de sua mulher, Dona Maria Peculiar, irmaã do Mestre escolla Dom Joaõ Peculiar. Foy depois Bispo do Porto, ê sagrado pello dito seu tio sendo Arcebispo de Braga na sua Seê Primacial, na Era de, M. cc. x. iiij. he Anno de, 1176, por Letras do Papa Alexandre, 3°. Logrou o bispado, 9; annos: ê meio: Faleceo em os, 9, de Novembro da Era de, M. cc. xx. iij. que he anno de Christo: de, 1185. —

℄ Dom Joaõ de Tayde; natural da Cidade de Coímbra, filho de = Payo de Tayde, ê de sua mulher = Leogũdia Gondisínde: Cidadaõs, ê fidalgos muito nobres = Foy o, 3°, Prior môr deste real mosteiro de Santa Crus, como diremos abaixo em seu Lugar. Pag = 21 = v° =

℄ Martínho Martiñs: Conego grave da Cidade, ê Seê do Porto = Faleceo sendo Prior Crasteiro do Padre Santo Theotonio, em os, 3, do mes de Janeiro, da Era de M. c. l. xxx. v. que he Anno de, 1147 —

℄ Dom Gudinho: mossozínho grave, ê sezudo, filho de hum fidalgo do Passo, que se chamava = Dom Affonso = deu tam boa conta de sí na religiaõ, que o Padre Santo Theotonio o mandou por vizitador, ê refformador ao mosteiro do Salvador do Banho, pedido pellos religiozos Conegos daquelle mosteiro, no qual estava em tempo que el Rey Dom Affonso Henriques tendo delle noticia o mandou buscar, ê lhe deu o Priorado do seu novo mosteiro de saõ Vicente da Cidade de Lisboa, no Anno de, 1162: é dahi o

tirou pera, 2°, Bispo da cidade de Lamego, no Anno de, 1173: o Papa Alexandre, 3°, lhe passou as Letras. Teve aquella Cadeira, 14, annos: ê alguns mezes. Faleceo em os, 30, de Março, da Era de, M. cc. xx. vij. que he Anno de, 1189.

℄ Dom Pedro Martins: Foy o, 4°, Prior môr deste real mosteiro de Santa Crus eleito Canonicamente pellos Conegos: como abaixo diremos em seu lugar. Pag = 21 = v° =

℄ Dom Gonçallo Muniz: natural da Cidade de Coimbra, ê da milhor nobreza della: Foy Prior Crasteiro em tempo do Prior môr Dom Joaõ de Tayde. Faleceo em os, 13, de Outubro: não Consta em que Anno.

℄ Dom Nuno Guterres: sobrinho do Capitão Payo Guterres, fidalgo que veio de Gasconha com o Conde Dom Henrique ê de quem foy a fonte que oje em dia conserva seu nome na claustra deste real mosteiro. Foy Dom Nuno Guterres, o primeiro Prior da Igreja de Nossa Senhora da Penha, que o Padre Santo Theotonio mandou fundar no Castello de Leiria, na Era de, M. c. lxx. iiij. he Anno de, 1136. Os Mouros de Santarem dali a, 4, annos, no de, 1140, destruiraõ este Castello, mataraõ ao Santo Prior Dom Nuno, ê aos Conegos seus companheiros —

℄ Dom Affonso Mendes: varaõ dotado de grandes virtudes. Os Conegos do mosteiro do Salvador de Moreira, pella informaçaõ que deste varaõ santo tinhaõ, o elegeraõ Abbade do seu mosteiro, na Era de, M. c. lxxj. he Anno de, 1133 — Naõ quis o nome de Abbade, fes se chamar Prior — Pag = 150 =

℄ Pedro Juliberto: Foy o, 2°, Preposto deste real mosteiro eleito no Anno de, 1135—servio, 3, annos—e o tornou a ser, 2ª, ves ainda em tempo do Padre Santo Theotonio, pellos Annos de, 1146 —. Faleceo em 22, de Julho, em vida do mesmo Santo Padre, não consta em que Anno —

℄ Dom Cypriano: Era Prior da Igreja de Cadima no bispado desta Cidade: Largou o Priorado, e se ajuntou ao Padre Dom Tello, e foy do numero dos, 60, discipolos. Foy eleito Preposto no Anno de, 1159 = e o era ainda quando

no Anno de, 1162, faleceo o Padre Santo Theotonio. Faleceo em 21, de Outubro: naõ consta em que Anno —

¶ Dom Joaõ Froes: ou Frojâs = natural da Cidade de Coimbra, filho de Dom Frojâs, homem fidalgo, e de sua mulher = Gontina Cide = Sendo Preposto do Convento, o elegeraõ Prior môr, e foy o, 5°, como diremos abaixo em seu lugar — Pag = 22 =

¶ Dom Egas Froes = seu irmaõ = Faleceo sendo Seu Prior Crasteiro, em, 29, de Maio = Era de, M. cc. xxx. iij — que he Anno de Christo; 1159 —

¶ Dom Alvaro: homem fidalgo natural da Villa de Montemôr o Velho, no bispado de Coímbra = estudou em París aonde se graduou: Foy eleito Preposto no Anno de, 1154: do Padre Santo Theotonio = daqui o tiraraõ pera Mestre escolla da seê Cathedral de Lisboa, entaõ, regular, na Era de, M. c. xc. vij. he Anno de, 1159 —. E no Anno de, 1164 = o Bispo Dom Gilberto o sagrou em, 25, de Março pera seu Cogitor, e futuro Sucessor no bispado: o nosso Dom Joaõ Peculiar Arcebispo de Braga o confirmou como Primâs per concessaõ e bullas do Papa Alexandre, 3°. — E na Era de M. cc. vj. que he Anno de, 1168, por falecímento do Bispo Dom Gilberto, tomou posse, e ficou Bispo de Lisboa livre. Faleceo dahi a, 17, annos, em os, 11, de Setembro, da Era de, M. cc. xx. ij. que he Anno de, 1184.

¶ Dom Sueiro Gil: clerigo muito nobre, e graue. Foy eleito em, 2°, Prior môr do mosteiro de Santa Maria de Mohia, pellos Conegos daquelle mosteiro, em Vida do Padre Santo Theotonio — A este Prior fes el Rey Dom Affonso Henriques doaçaõ do Couto daquelle Mosteiro. Como se dirâ em seu lugar = 197 =

¶ Dom Pedro Juliaõ: Prior da Igreja Collegiada de Saõ Christovaõ de Coimbra: a qual largou pera se vnír, e ajuntar a santo Theotonio e aos demais: e com elles recebeo o habito. Faleceo em, 11, de Abril, mas naõ consta o Anno.

¶ Payo Suares: mancebo nobre recolhido, Cidadaõ de Coimbra: Faleceo sacerdote em, 11, de Março: mas naõ consta em que Anno —

¶ Dom Miguel: Conego, e Prior da Seê Cathedral, e regular da Cidade de Coimbra, filho de Outro Dom Miguel da milhor, e mais authorizada nobreza desta Cidade — Pondo primeiro em Ordem as couzas daquella Sée, e seu Cabido, largou o Priorado pera seguir tam santa Vniaõ, avia jâ sinco, ou seís mezes que estavaõ iûntos, quando veio pera elles. El Rey Dom Affonso Henriques lhe deu o bispado desta mesma Cidade, na Era de M. c. lxxxx. vj. que he Anno de, 1158. O Papa Adriano, 4°, lhe passou as Letras. Foy Bíspo cerca de, 22, annos: No seu tempo Largou a este seu real mosteiro a iurisdiçaõ episcopal de que gozaõ seus Prelados, por assím lho ordenar o grande Rey Dom Affonso Henriques, a qual aprovou, e confirmou logo o Arcebispo de Braga nosso Dom Joaõ Peculiar, e depoís o Papa Alexandre, 3°, por seu Breve de motu proprio. Assistio o Bispo Dom Miguel ao tranzito gloriozo do Padre Santo Theotonio, e lhe celebrou as exequias como a santo. Faleceo depois cheio de boas obras, e carregado de Annos em os, 5, de Agosto, do Anno de, 1180: mandou se Sepultar neste seu real mosteiro: tem seu tumulo de pedra metido na parede razo com ella, no primeiro lanço da Claustra iunto ao retabolo da Estaçaõ: tem este Epitafio.—. N.Nis Augusti obiit Dñus Michael Colimbriens. Epũs. Canonicus. S. +. E. M. cc. x. viij: he Dia, Mes, e Anno, asíma dito.

¶ Dom Domingos Salamaõ: Clerigo de ordens de Evangelho: Seu pay se chamava = Dom Salamaõ: Este Conego foy a Roma com o Arcediago Dom Tello; e o Mestrescola Dom Joaõ Peculiar: e vieraõ por França ao mosteiro de Saõ Ruffo, como em seu Lugar se dira. Faleceo em, 12, de Julho, Era, M. cc. vij. que he Anno de, 1169 —

¶ O Mestre Dom Pedro Salamaõ: irmaõ seu, mosso Leigo, que foy depois grande homem de Letras na religiaõ. foy mandado ao mosteiro de Saõ Ruffo de França, trouxe de lá escritas as Constituiçoeñs, e Leys da Ordem. Tornou depois a Roma com Dom Joaõ Peculiar já Arcebispo, quando foy buscar o Palio Arcebispal. Faleceo depois em 20, de Junho, da Era, de M. cc. xij. he Anno de, 1174.

℄ Dom Sueiro Pires: mancebo grave, Cidadaõ de Coimbra, grande servo de Deos. Faleceo sacerdote em, 28, de Fevereiro: mas naõ consta o Anno.

℄ Dom Mendo Pires: Seu irmaõ; mosso grave, e sezudo: Foy a Roma com Dom Joaõ Peculiar iá Arcebispo — Foy depois, no Anno de 1195, a Compostella, e ao real mosteiro de Santo Izidoro do reyno de Liaõ: Os Conegos regrantes daquelle real mosteiro, conhessendo a grande Virtude deste apostolico Varaõ, o elegeraõ Abbade daquelle seu religiozo Convento: aonde faleceo em 23, de Mayo, seria ao que paresse no Anno de, 1198 —

℄ Dom Odorio: Conego da Seê de Vizeu, em quem o Padre Sᵗᵒ Theotonio tinha renunciado o Priorado daquella Igreja Cathedral, a qual elle tambem largou para o imitar, e seguir, e se veio ajuntar ao numero dos discipulos = foy o primeiro Prior Crasteiro deste Conuento a quem vieraõ dirigidas as letras apostolicas do Papa Innocencio, 2°, da vniaõ deste nouo mosteiro com a Seé apostolica Romana. Foy despois o primeiro Bispo da cidade de Vizeu na restauraçaõ da Cadeira episcopal, no Anno, 1148. O Papa Eugenio, 3°, lhe passou as Letras: gouernou, 18, annos: faleceo em os 7 de Dezembro do Anno de, 1166 =

℄ Dom Pedro Faffis = foy o primeiro Prior da Igreja Collegiada de Saõ Pedro de Rattes no Arcebispado de Braga = no Anno de, 1152. pedido ao Padre Santo Theotonio pella Raynha Dona Mafalda mulher del Rey Dom Affonso Henriques: Ella lhe coutou aquella Igreja. Faleceo o Prior Dom Pedro em Rattes em 17, de Junho.

℄ Dom Salamão=Faleceo sendo Prior Crasteiro deste real mosteiro, em tempo do Prior môr Dom Joaõ Theotonio, em, 12, de Setembro = não consta em que Anno.

℄ Dom Mendo Gonsalves=Foy eleito canonicamente em Abbade do Mosteiro de Santa Maria de Nandim, no Anno de, 1140 = Faleceo em, 16 de Feuereiro.

℄ Dom Pedro Seguino = natural de Paradella no reino de Galiza, bispado de Orense; graduado em Sagrada Theologia, na Uniuersidade de Paris = Na volta que de lâ fes

pera Espanha, veio a Coimbra em tempo—que se hiaõ ajuntando discipulos, e companheiros ao Padre Dom Tello. Ajuntou se com elles, e foy hum daquelle numero de 72 = Vagando o bispado de Orense, no Anno de, 1156 = os Cidadaõs daquella Cidade seus naturaes com o Cabido o pediraõ ao Emperador Dom Affonso pera aquella Cadeira; elle logo o nomeou Bispo; era ainda viuo o Padre Sto Theotonio; O Papa Adriano 4º, lhe passou as letras do bispado, que possuhio alguns annos atê a morte que foy em, 19, de Julho, Anno de 1164. Foy varaõ exemplar, e santo, mereceo por suas Oraçoeñs tresladar pera a Sua Igreja de Orense, no Anno de, 1159 = o Corpo da gloriosa Virgẽ, e martyr, Santa Eufemia, que muitos Bispos intentarão fazer, e não poderão Conseguir, porque a Santa naõ queria —

℄ Dom Domingos Paes = El Rey Dom Affonso Henriques o pedio ao Padre Santo Theotonio pera prímeiro Prior do mosteiro de São Martinho de Crasto no Anno de, 1142 =

℄ Dom Egas=Foy Prior môr e refformador do mosteiro de Santa Maria de Villa boa, no Anno de 1141 = Faleceo em, 10, de Feuereiro, não consta em que Anno.

℄ Dom Garcia = Foy pera Prior môr e reformador do mosteiro do Martyr São Jorge; no Anno de, 1148 = gouernou cerca de, 12, annos = faleceo no de 1160 =

℄ Dom Martinho Paes = mosso de pouca ídade, sobrinho do Padre Dom Miguel Bispo de Coimbra = foy por ordem Sua estudar á Paris: donde veio graduado em Theologia, chamavão lhe vulgarmente = Mestre Martinho, e o não conhecião por outro nome = Foy tres annos Preposto, e outros tres Prior Crasteiro deste Conuento em tempo do Prior môr Dom João Theotonio. Por falecimento do Bispo seu tio ficou correndo cõ as obras, e tudo o demais necessario pera o mosteiro de santa Anna da Ponte de Coimbra, pera onde leuou pera prímeira Prioressa a Sua prima, Dona Joana Paes, com outras religiozas. Pag = 234.

℄ Dom Gudinho, mosso Fidalgo de Epistola, ê bom letrado. El Rey Dom Affonso Henriques lhe deu o bispado

de Vizeu, foy o 3°, em numero: O Papa Alexandre, 3°, lhe passou as Letras no Anno de, 1174. Faleceo em 22, de Dezembro, do Anno de, 1179 =

℄ Dom Pedro Miguel=El Rey Dom Affonso Henriques o pedio ao Padre Santo Theotonio, no Anno de, 1136 = pera primeiro Prior da Igreja de Santa Maria de Ourem, que depois foy Collegiada.

℄ Dom Gonçallo Annes = Foy eleito Prior môr do Mosteiro de Santa Maria de Reffoyos do Líma; no Anno de, 1154 = Acha sse sua memoria no Anno de, 1163 =

℄ Dom Mendo Affonso = Confessor da Raynha Dona Mafalda, mulher del Rey Dom Affonso Henriques. Ella o pedio no Anno de 1145 = pera primeiro Prior do mosteiro de Santa Marinha, que ella fundou na Costa de Guimaraeñs então de Conegos regrantes.

℄ Dom Domingos Andre=El Rey Dom Affonso Henriques o pedio no Anno de, 1148 = ao Padre S^to^ Theotonio, pera primeiro Prior da Igreja de S^ta^ Maria de Obidos = Faleceo em, 30, de Janeiro, Anno de, 1161 =

℄ Dom Pedro João de Nandim=O Padre Santo Theotonio o deu pera Prior môr do Mosteiro de São Pedro de Arganil, no Anno de, 1160 = Faleceo em os, 4, de Março =

℄ Dom Gonçallo Garcia=Foy tres annos Prior Crasteiro do Prior môr Dom João Theotonio, Anno, 1172 = tornou a ser outros tres annos do Prior mor Dom João Froes = 1190 = 1191 = 1192 =

℄ Dom Payo Gudinho = Foy o primeiro Prior do Mosteiro de São Romam de Cea, pello Padre S^to^ Theotonio, Anno, 1142 = Ahi padeceo martyrio pellos Mouros em, 17, de Feuereiro, Anno de, 1158 =

℄ Dom Mendo = Primeiro Prior do mosteiro de São Saluador de Ribas = pello Padre S^to^ Theotonio = no Anno de, 1160 = faleceo no de, 1170 -- em os, 2, de Outubro, com opinião de Santo = foy Sepultado na claustra em sepultura alta raza com a parede = tem este Epitafio = ℄ Hic iacet Domnus Menendus, hujus monasterij primus Prior, qui nunquam dum vixit, pedem mouit, nisi ad obsequium Dej =

Obiit, vj = Nonas Octobris = Era, M. cc. viij = ℂ Sempre foy reputado por santo. Dahi a, 395, annos, Ruy de Mello Comendador desta Igreja, no Anno de, 1565 = lhe mandou abrir a sepultura, sahio della suauissimo cheiro, achou o santo corpo organizado, mas gastado até os joelhos, e delles para baixo tínha as pernas inteiras com carne, metidas em humas meyas de Gran., com sapatos nos pês, tudo tão nouo como se naquella hora lho calsarão. Foy grande o concurso da gente qe acudio a ver, e venerar pês que auia quazi, 400, annos que foraõ enterrados, e estauaõ taõ saõs como de homem vivo. E muitos doentes cobrarão saude = De tudo se fês auto publico por hum notario, que o Comendador mandou fazer.

ℂ Dom Joaõ = O qual andando pregando, e doutrinando os pouos do territorio de Coimbra, foy morto pellos Mouros em odio da feê no lugar de Ulmar, tres legoas distante desta Cidade, em os, 8, de Janeiro do Anno = 1152 = Consta dos obitos deste nosso real mosteiro —

ℂ Dom Pedro = Padeceo martyrio com grande Constancia pella feê em Marrocos de Africa, em, 18, de Feuereiro, do Anno de, 1154. como consta dos obitos deste real mosteiro de Santa Crus.

ℂ Dom Affonso = Padeceo martyrio pella feê em Marrocos de Africa pellos Mouros, em, 15, de Agosto do mesmo Anno, 1154. com outros seus companheiros. Obitos do real mosteiro de Santa Crus.

ℂ Dom Pascazio = A quem o Padre S^to^ Theotonio chamaua seu Bemjamim, por ser o vltimo a quem lansarão o habito, e o mais mosso na idade de todos os, 72, irmaõs. Faleceo sacerdote com opiniaõ de S^to^ em, 18, de Julho, Anno, 1162 = Sua may que era huma nobre Vivua, se chamaua = Dona Durancia. A qual faleceo em os, 4, de Março = da qual fas mençaõ o liuro dos obitos deste real mosteiro nestas palauras = Quarto nonas Martij obiit Domna Durantia, mater Sancti Pascasij Canonici S^tae^ Crucis. De maneira que era nomeado por santo. E não ficou mais memoria deste seruo de Deos.

OS SETENTA Ê DOUS COMPANHEIROS, RECEBEM O SANTO HABITO CANONICO, DO PATRIARCA SANTO AGOSTINHO: DA MAÕ DO BISPO DE COIMBRA. —

Perfeito, ê composto assím o numero de setenta ê dous Companheiros, tendo sse iâ preparadas as couzas necessarias, chegou o dia que estava determinado pellos primeiros doze fundadores, na menham de, 24, de Fevereiro, dia do Apostolo Saõ Mathias, ê quarta feira de Cinza, da Era de Cezar, M. c. l. xx. que he Anno de Christo, 1132: outo mezes dipois que lançaraõ a prímeira pedra no edifficio do novo mosteiro: iuntos todos no seu Oratorio dedicado iâ á Vera Crus, Se deliberaraõ a receber o santo habito canonico do Grande Patriarca Santo Agostinho: O Bispo de Coimbra Dom Bernardo revestido em Pontifical com seus mínistros cantando a Missa, ao Offertorio com as Ceremonias competentes de que uza a igreja, o lançou âquelles que ainda o naõ tinhão por não serem Conegos regrantes, ou Presbyteros de alguma Igreja de Regulares; e entregando lhe a Regra do mesmo Santo Patriarca que aviaõ de guardar, os fes, e Constituhio Conegos Regrantes ou Regulares, irmaõs todos naquelle religioso Convento que de novo principiava, naquelle real mosteiro de Santa Crus. Esteve prezente a esse acto de tanta devaçaõ e Santidade o Serenissimo Princepe de Portugal (não tinha ainda titulo de Rey) Dom Affonso Henriques, e com elle toda a nobressa da Corte, e grande concurso do povo da Cidade de Coimbra, que â novidade se ajuntou. A profição forão depois fazendo cada hum por sí, e a seu tempo.

ELEIÇAÕ DO PRIMEIRO PRIOR MÓR PERPETUO DESTE REAL MOSTEIRO DE SANTA CRUS DA CIDADE DE COIMBRA.

Na tarde daquelle mesmo dia, 24 de Fevereíro, do mesmo Anno, se ajuntaraõ em cabido os mesmos setenta e dous companheiros, e irmaõs ia feitos Conegos Regrantes

e tratando de eleger a hum Prelado que os governasse: vnanimes, e conformes, de comum consentímento, e livre vontade de todos elles, seguindo o conselho, e parecer do Arcediago Dom Tello, elegeraõ canonicamente com todos os votos nemine discrepante, e quazi por adoração em seu Prelado, e Abbade, ao Padre Dom Theotonio, alias Santo Theotonio: o qual tratando de se escuzar, e naõ asseitar o Cargo, foy constrangido, e obrigado com rezoens, e rogos, não lhe admitindo desculpa alguma: E assím ouve de asseitar a Prelazia bem contra sua vontade, mas o nome de Abbade q̃ queriaõ tîvesse, não quis admitir, tomou o nome, Prior, por mais humilde. E logo no mesmo Oratorio o confirmou o Bispo de Coimbra, reconhecendo todos por seu Prelado, e Prior, beijando-lhe a maõ, lhe estabelecerão obediencia, e sugeição: elle os recebeo com sua benção, levando os nos braços.

℄ Elegeraõ tambem Logo Prior da Claustra, ou Crasteiro; pera o comum governo das couzas ordinarias do Convento, ao Conego Dom Odorio, Prior que tínha sido da Seê de Vizeu, hum dos sessenta discipulos —

℄ A terceira dignidade foy a de, Preposto; elegerão ao Conego Dom Sesnando Paes, hum dos doze primeiros fundadores, dignidade antiga, que ainda oje se conserva em alguma religiaõ, este recolhia as rendas, e as despendia, e lhe obedecião como a pay.

℄ Decretaraõ neste Cabido, ou Capitulo, que o Prior môr, seja perpetuo; e o Prior crasteiro, o Preposto, e os mais officiaes grandes Como são Mestre dos novissos, Porteiro, Sacristão, e outros, etc. sejão eleitos cada tres annos; o que tudo Confirmou depoís o Summo Pontifice Innocencio, 2° =

℄ E pera que esta noua Vnião santa do nouo mosteiro de Santa Crus, comessasse logo confirmada pello Summo Pontifice, ordenarão tambem naquelle Cabido, fossem a Roma alguns religiozos sugeita lo â santa sée Apostolica, e pedirem ao Papa Innocencio, 2°, a Confirmação de tudo o que se tinha ordenado, e sua bençaõ apostolica pera aug-

mento daquella Santa vniaõ da religiaõ Canonica do Patriarca santo Agostinho. Foraõ os nomeados pera a missaõ = O veneravel Padre Dom Tello = O Padre Dom João Peculiar = e Dom Domingos Salamão Díacono. E pondo sse em execuçaõ a Viagem, partiraõ pera Roma no mesmo Anno de, 1132 — de Roma forão á Cidade de Piza na Toscana, aonde o Papa Innocencio, 2°, estaua por respeito da Schisma de Pedro de Lião = Ahi os ouuio o Padre Santo muito de vagar: Louuou muito a Uniaõ, e santo propozito, e deu muitas graças a Deos por auer ínspirado naquelles abalizados varoeñs o desprezo do mundo = e por respeito dos embarassos da Schisma se detiuerão tres annos, no fim dos quais os despachou o summo Pontifice como elles desejauaõ. Aprouou o que estaua feito, concedeo muitas graças, fauores, priuilegios, izensoeñs, e indulgencias a este Santo, nouo, e real mosteiro de Santa Crus, por seu Breue passado na mesma Cidade de Piza, em, 26, de Mayo do Anno de, 1135 = dirigido ao Prior Crasteiro Dom Odorio. E fes a este mosteiro Camera Apostolica dos summos Pontifices: O que tudo Confirmarão os Papas seus successores abaixo nomeados na Pagina = 14 = Voltarão estes missionarios pello reyno de França, forão ao Mosteiro de São Ruffo de Conegos Regrãtes, sítuado no Delfinado: florecia nelle grande santidade, obseruancia, e perfeicão no Culto Diuino, nelle aprenderão as Ceremonias, e Costumes Ecelesiasticos, e regulares, e trouxerão escritas as Constituissoens, e Leys, que naquelle religioso, e obseruante Conuento se guardauaõ, pellas quais se gouernarão muitos annos neste real mosteiro.

CONEGOS RELIGIOZOS QUE DESTE REAL MOSTEIRO FORÃO TIRADOS PERA BISPOS DE DIUERSAS CIDADES DESTE REYNO DE PORTUGAL —.

He de notar = Assim como dos discipulos do Patriarca Santo Agostinho en Africa, do seu nouo Mosteiro de Hyppona, sairão Des Conegos pera Bispos de diuersas Igrejas

Africanas = Assim tambem dos Setenta e dous companheiros discipulos do Padre Santo Theotonio deste nouo, e real mosteiro de Santa Crus, sairaõ outros Dés Conegos pedidos pera Bispos de diuersas Cidades, e Mitras deste Reyno Portugues.

℄ 1. Foy o primeiro = O Padre Dom João Peculiar; dos 12 = pera Bispo da Cidade do Porto, no Anno de, 1136 = Dahi foy tirado pera Arcebispo da Cidade de Braga no Anno de, 1139 = Pag = 3-v°.

℄ 2. Dom Pedro Rabaldes: dos 60 = pera Bispo da Cidade do Porto, no Anno de, 1140 = Pag = 7-v°.

℄ 3. Dom Mendo: dos 12 = pera primeiro Bispo da Cidade de Lamego, no Anno de, 1148 = Pag = 4.

℄ 4. Dom Odorio: dos 60 = pera primeiro Bispo da Cidade de Vizeu, no Anno de, 1148 = Pag = 9. —

℄ 5. Dom Pedro Seguino = dos 60 = pera Bispo da Cidade de Ourence, em Galiza, no Anno de, 1156 = Pag = 10.

℄ 6. Dom Miguel; dos 60 = pera Bispo da Cidade de Coímbra, no Anno de, 1158 = Pag. 9.

℄ 7. Dom Aluaro = dos, 60 = pera segundo Bispo da Cidade de Lisboa = nos Annos de, 1164 = e 1168 = Pag. 8-v°.

℄ 8. Dom Gudinho Affonso; dos 60 = pera, 2°, Bispo da Cidade de Lamego, no Anno de, 1173 = Pag. 8. —

℄ 9. Dom Gudinho, outro; dos 60 = pera 3°, Bispo da Cidade de Vizeu = no Anno de, 1174 = Pag. 9-v°.

℄ 10. Dom Fernando Martiñs; dos 60 = pera Bispo da Cidade do Porto = no Anno de, 1176 = Pag = 7: v° =

Os Dês Bispos asíma nomeados foraõ do numero dos primeiros setenta ê dous irmaõs fundadores deste real mosteiro, como asima dissemos: ê delles se fes iá menção em seus lugares. Os que se seguem tambem forão Conegos Regrantes deste mesmo real mosteiro, em diuersos tempos, diuersos annos, ê diuersas occazioeñs.

¶ 1. Dom Payo: pera, 2°, Bispo da Cidade de Euora. no Anno de, 1180. Faleceo no de, 1204. Pag. 103 v°.

¶ 2. Dom Nicolao: pra, 1°, Bispo da Cidade de Silues no Algarue Anno — 1188 — Faleceo no de 1191 —

¶ 3. Dom Martinho Rodrigues, pera Bispo da Cidade do Porto no Anno de, 1200. Faleceo no de, 1227 — em, 12, de Março.

¶ 4. Dom Martinho: pera, 1°, Bispo da Cidade da Guarda. no Anno de, 1205: Faleceo no de, 1228. em, 12, de Nouembro.

¶ 5. O Mestre Dom Mendo. pera Bispo da Cidade de Osma. no Anno de, 1208 = Faleceo no de, 1224 = em, 8, de Agosto.

¶ 6. Dom Esteuão Soares da Silua. pera Arcebispo de Braga. Anno de, 1228 = em 27, de Agosto faleceo. eleito no de, 1213 =

¶ 7. O Mestre Dom Vicente. pera 2°, Bispo da Cidade da Guarda. Anno de, 1229 = Faleceo no de, 1248 — em 21, de Setembro.

¶ 8. Dom Egas Paes = pera Bispo da Cidade de Lamego. no Anno de, 1247 = Faleceo no, de, 1255 = em, 10, de Nouembro.

¶ 9. Dom Rodrigo Fernandes. pera, 3°, Bispo da Cidade da Guarda. Anno, 1250 = Faleceo no de, 1268. em, 6, de Setembro.

¶ 10. Dom Joaõ. pera Bispo da Cidade da Guarda. Anno-14 Faleceo no de, 1447 = em, 18, de Janeiro.

¶ 11. Dom João da Costa. pera Bispo da Cidade de Lamego. Anno de 1446 = Prior môr deste real mosteiro. Anno, 1463 = Faleceo no de, 1473 = em, 19, de Nouembro. Pag. 29.

¶ 12. Dom Joaõ Galuaõ Capellam môr del Rey Dom Affonso, 5° — Bispo de Coimbra. Anno, 1462 = Prior môr deste real mosteiro. Anno. 1473 Faleceo no de, 1485. em 27, de Julho. Pag. 29 v°.

℄ 13. Dom Pedro Gauiaõ, Capellam môr del Rey Dom Manoel. Bispo da Guarda; Prior Môr deste real mosteiro, Anno, 1507 = Faleceo no de, 1516 = em 13. de Agosto — Pag. 32.

℄ 14. O Infante Dom Affonso. filho del Rey Dom Manoel. Prior môr deste real Mosteiro. Anno, 1516 = Cardeal de Sta Lucia = Bispo de Targa. Anno — 1517. o demais se veja na Pag = 33 vº —

℄ 15. O Infante Dom Henrique. filho del Rey Dom Manoel — Prior môr deste real Mosteiro. Anno, 1524 = Arcebispo de Braga Anno, 1533, Cardeal. Rey. O demais se veja na Pag. 34 — vº.

℄ 16. O Senhor Dom Duarte, filho natural del Rey Dom João, 3º, — Prior môr deste real mosteiro, Anno, 1540: = Arceb. de Braga = 1543. Faleceo no mesmo Anno — em, 11, de Nouembro. Pag. 36 —

℄ 17. O Mestre Doutor Dom Francisco da Crus Soueral. Lente Iubilado Deputado da Inquiçissão, pera Bispo de Angolla. Anno — 1622 — Faleceo no de, 1642 — em, 4, de Janeiro. Pag. 70.

℄ 18. Dom Francisco da Encarnação Sotto Mayor = pera Bispo de Targa Anno, 1635 = nomeado de Lamego. Deputado da Inquicissão. Arcebispo de Braga Anno, 1668 = Faleceo no Anno seguinte, 1669 — Preconizado, mas sem Letras — em, 3, de Nouẽbro. Pag. 117 vº —

℄ 19. O Doutor Dom Lionardo de Sto Agostinho Viegas — eleito Bispo de Cabo Verde Anno, 1652 — Faleceo sem Confirmaçaõ, Anno, 1651, em, 13, de Mayo. Pag. 74. vº — foy Geral duas vezes =

℄ 20. Dom Esteuaõ dos Santos Carneiro. pera Bispo do Brazil, no Anno de, 1668 — sagrados em, 24, de Mayo. Anno, 1671 = Faleceo no de, 1672 — em, 7, de Julho. Pag. 82 e 85.

℄ 21. Dom Bernardo de Sta Maria Andrade. pera Bispo de Cochim Anno. 1672. Pag. 84 vº — Pera Sam Thome. Anno — 1677 = Sagrado em — 24 — de Outubro do mesmo Anno — 1677 — Fale = *(sic)*.

℄ 22. Dom Alberto de Saõ Gonçallo Queirôs, para Arcebispo de Goa, Anno, 1685 — Sendo Prior de São Vicẽte a 2ª ves por el Rey Dom Pedro o 2° — Foy sagrado —

℄ OS BISPOS ABAIXO NOMEADOS FORAÕ IRMAÕS CONFRADES, E FAMILIARES POR CARTA DE IRMANDADE, E COMUNICAÇÃO EM TODOS OS SUFRAGIOS, E OBRAS PIAS COM OS RELIGIOZOS CONEGOS DESTE REAL MOSTEIRO DE SANTA CRUS.

℄ 1 Dom Bernardo = Bispo de Coimbra = Confrade deste real mosteiro. Faleceo em, 27, de Janeiro; Anno de, 1142 —

℄ 2. Dom Sueiro=2°, Bispo de Euora. Confrade deste real mosteiro. Faleceo, em, 25, de Feuereiro. Anno de, 1180.

℄ 3. Dom Pedro = Bispo de Ciudad Rodrigo. Confrade deste real mosteiro = Faleceo em, 10, de Abril. Anno, 1189 —

℄ 4. Dom Martinho = Bispo de Ciudad Rodrigo — familiar deste real mosteiro. eleito Anno, 1190 = Faleceo em, 6, de Nouembro.

℄ 5. Dom Beltrando. Bispo de Tuy = Confrade deste real mosteiro: Faleceo em, 13, de Abril — Anno = 1192.

℄ 6. Dom Martinho. Bispo de Coímbra = Confrade deste real mosteiro: Faleceo em, 13, de Setembro = Anno. 1193 =

℄ 7. Dom Sueiro = Bispo de Lisboa = Confrade deste real mosteíro = Faleceo em, 29, de Setembro = Anno, 1210 —

℄ 8. Dom Martinho. Bispo de Euora. Confrade deste real mosteiro. Faleceo em, 30, de Outubro – Anno — 1266 —

℄ 9. Dom Durando Paes = Bispo de Euora — Confrade deste real mosteiro = Faleceo em, 2, de Abril = Anno, 1283 =

℄ 10. Dom Fernando Raymundo = Bispo de Vizeu = Confrade deste real mosteiro. Faleceo em o, 1°, de Feuereiro. Ano, 1299 —

¶ 11. Dom Joaõ, Bispo de Vizeu = Confrade deste real mosteiro. Faleceo em os, 7, de Julho. Pellos Annos de = 1190 =

¶ 12. Dom Arnaldo. Bispo de Coria. familiar deste real mosteiro. Faleceo em, 9, de Março —

¶ 13. Dom Joaõ Frontino = Bispo de Tirazona — familiar deste real mosteiro. Faleceo em, 9, de Dezembro.

¶ 14. O Senhor Dom James = Neto do Rey Dom Joaõ, 1°, Cardeal, é Arcebispo de Lisboa = Confrade da Nossa Congregação. Faleceo em, 16, de Abril — Anno de, 1459 =

¶ 15. Dom Manoel dos Santos = Comendatario de Moreira. Bispo de Targa, Inquizidor de Lisboa, Confrade da nossa congregaçaõ = Faleceo em, 31, de Agosto. Anno, 1570 —

¶ 16. Dom Miguel de Castro — Arcebispo de Lisboa. Confrade da nossa Congregação — faleceo em o, 1°, de Julho, Anno 1625 —

¶ 17. Dom Manoel de Saldanha = Reitor da Uniuersidade, eleito — Bispo de Vizeu, depois de Coimbra. Confrade da nossa Congregaçaõ; faleceo sem confirmação do Papa em, 17, de Agosto. do Anno de, 1659 —

¶ 18. Dom Pedro Vieira da Silva = Bispo de Leiria. Confrade da nossa Congregaçaõ pello Capitulo geral do Anno de, 1672 — Faleceo no seu bispado. Anno de = 1676 =

¶ 19. Dom Alexandre da Silua: Bispo de Eluas. Confrade da nossa Congregação inquizidor de Coímbra, ê da Meza grande, Faleceo no seu Bispado.

¶ RELIGIOZOS CONEGOS QUE DESTE REAL MOSTEIRO DE SANTA CRUS, FORAÕ TIRADOS PERA ABBADES, E PRIORES DE ALGUNS MOSTEIROS, E IGREJAS.

¶ 1. Dom Affonso Mendes, dos, 60 = Pera Abbade do mosteiro do Salvador de Moreira. Anno — 1133 = Faleceo no de, 1138 =

¶ 2. Dom Nuno Gutterres. dos, 60 = Pera, 1°, Prior da Igreja de Santa Maria da Penha do Castello de Leiria; Anno, 1136 = Catiuo, é morto, é o Castello destruido pellos Mouros, Anno, 1140 —

¶ 3. O Mestre Dom Pedro Miguel. dos, 60, Pera, 2°, Prior da Igreja de Santa Maria de Ourem; no Anno de, 1136 = Faleceo em os, 7, de Janeiro.

¶ 4. Dom Mendo Gonçalues = dos. 60; Pera Abbade do mosteiro de Santa Maria de Nandim, Pellos Annos de, 1140 = Faleceo em, 16, de Feuereiro.

¶ 5. Dom Sueiro Gil = dos, 60; Pera, 2°, Prior môr do mosteiro de Santa Maria de Mohia. Anno, 1141 =

¶ 6. Dom Egas = dos 60; Pera Prior môr do mosteiro de Santa Maria de Villa boa. Anno — 1141 = Faleceo em, 10, de Feuereiro —

¶ 7. Dom Payo Gudinho = dos — 60 = pera, 1°, Prior de Saõ Romão de Cea; Anno = 1142 = padeceo martyrio pellos Mouros em, 17, de Feuereiro, do Anno de — 1158 =

¶ 8. Dom Domingos Paes = dos — 60 = pera, 1°, Prior môr do mosteiro de Saõ Martinho de Crasto; no Anno de — 1142 =

¶ 9. Dom Pedro Mendes = dos — 12 = pera, 2°, Prior da Igreja da Penha de Leiria, na restauraçaõ do Castello, Anno, 1144 = Faleceo em, 14, de Abril, Anno, 1153 =

¶ 10. Dom Mendo Affonso = dos — 60 = pera, 1°, Prior do mosteiro de S^ta^ Marinha da Costa de Guimaraeñs = Anno — 1145 =

¶ 11. Dom Garcia — dos — 60 = pera Prior môr do mosteiro de Saõ Jorge = Anno, 1148 = Faleceo no de. 1160 =

¶ 12. Dom Domingos Andre = dos — 60 = pera, 1°, Prior de S^ta^ Maria de Obidos, Anno, 1148 = Faleceo no de, 1161 = em, 30, de Janeiro.

¶ 13. Dom Pedro Faffis = dos — 60 = Pera, 1°, Prior da Igreja de Saõ Pedro de Rattes = Anno = 1152 = Faleceo em, 17, de Junho =

¶ 14. Dom Gonçallo Annes = dos, 60 = pera Prior môr do mosteiro de S^ta^ Maria de Reffoyos = Anno, 1154 — e — 1163 = Pag = 168 —

℄ 15. Dom Honorio = dos: 12 = pera prezidente do mosteiro nouo de Saõ Vicente de Lisboa = Faleceo em, 7, de Agosto, Anno = 1161 —

℄ 16. Dom Mendo varaõ Santo = dos, 60 = pera, 1º, Prior do mosteiro do Saluador de Ribas Anno, 1160 = Faleceo no de, 1170 = em os, 2, de Outubro =

℄ 17. Dom Pedro João de Nandim = dos. 60 = pera Prior môr do mostrº de São Pedro de Arganil = Anno, 1160 = Falleceo em, 4, de Março =

℄ 18. O Mestre Dom Gil Rodrigues = Pera Arcediago da Igreja do Castello de Santarem = Anno = 1160 = faleceo em 18. de Dezembro.

℄ 19. Dom Pedro Vicente = pera Prior môr do Mosteiro de São Jorge = no Anno de, 1178 = faleceo no de, 1192 =

℄ 20. Dom Sueiro Martiñs = pera Prior môr do Mosteiro de Eccleziola, no Anno de, 1189 = faleceo no de, 1190 = em, 21, de Nouembro.

℄ 21. Dom Julião = pera Prior môr do mosteiro de Saõ Símão da Iunqueira = Anno, 1192 = faleceo no de, 1229 = em, 25, de Dezembro.

℄ 22. Dom Mendo Pires e dos — 60 = pera Abbade do real mosteiro de Stº Izidoro no Reyno de Liaõ = Anno de, 1196 = Faleceo no de, 1198 — em, 23, de Mayo =

℄ 23. Dom Martinho = pera Prior mór do mosteiro de Sta Maria de Nandim = Anno de, 1225 = faleceo em 31, de Dezembro —

℄ 24. O Mestre Dom Payo Pires = pera Prior môr do mosteiro de Sta Maria de Reffoyos = faleceo em 21, de Nouembro, Anno de, 1228 =

℄ 25. Dom João Esteues = pera Prior môr do Mosteiro de Saõ Martinho de Caramos = faleceo Prior môr do mosteiro de São Vicente; em 24 de Dezembro = Anno = 1403 =. Pag. 106 — vº.

℄ 26. Dom Bento de Abrantes = pera Prior môr do mosteiro de Eccleziola = Anno = 1537 = Renunciou pera a Refformação, no Anno de, 1539 = Pag. 133.

℄ 27. Dom Felippe Pegado = pera Prior môr do mosteiro de Santa Maria de Nandim = Anno, 1563 = Renunciou pera a Refformação, no Anno de, 1567 = Pag. = 160 —

℄ 28. Dom Theotonio Monte Ruiuo = pera admnistrador do mosteiro de São Martinho de Caramos, Anno = 1567 = Renunciou, Anno = 1568 —

℄ 29. Dom João Pinto = pera Prior môr do mosteiro de são Martinho de Caramos = Anno = 1568 = faleceo em, 5, de Junho = Anno = 1587 =

℄ Dom Nuno = pera Prior môr do mosteiro de Santo Esteuão de Villella = faleceo em os, 7, de Outubro.

℄ Dom Pedro Mendes = pera Prior môr do mosteiro de Sta Maria de Oliueira = faleceo em os, 8, de Março =

℄ Dom Francisco Miguel = pera Prior mór do mostrº de Sta Maria de Oliueira = faleceo em onze de Mayo =

℄ Dom Lourenço = pera Prior môr do mosteiro de São Martinho de Crasto = faleceo em, 31, de Janeiro —

℄ Dom João Munhos = pera Prior môr do mostrº de Saõ Martinho de Crasto = faleceo em os, 4, de Setembro.

℄ Dom Domingos Domingues = pera Abbade da Igreja de São João do Monte = faleceo em, 22, de Março =

℄ Dom Sancho Gonsalues = pera Prior da Igreja de São João do Monte = faleceo em, 26, de Feuereiro

℄ Destes sete vltimos Priores mores naõ consta em que anno, é em que tempo o fossem; mais que pello dia do obito = é assim os pomos neste vltimo lugar sem numero algum =

OS DOUTORES THEOLOGOS DESTA NOSSA CONGREGAÇAM DEPOIS QUE FOY REFFORMADA.—.SAM OS SEGUINTES.

O Padre Dom Damiam, Conego do real mosteiro de Santa Crus, dos primeiros que tomaram o habito na refformaçam, foy mandado à Universidade de Paris, a ser graduado de Doutor na sagrada Theologia; é foy o primeiro mestre que a leo nos Colegios de Sam Miguel, é de todos

os Santos que o padre Dom Dionyzio de Moraes primeiro Prior triénnal da claustra deste real mosteiro mandou edifficar no Anno de-1530-E depois contínuou neste real mosteiro com a mesma Liçam de Theologia alguns annos: é vltimamente faleceo em-10 de Abril do Anno de-1563-sendo Prior geral o Padre Dom Lourenço Leite a prímeira vez.

¶ Dom Christouam de Christo, Conego do real mosteiro de Santa Crus: foy o prímeiro Conego desta Congregaçam, que tomou o Grao de Doutor Theologo pella Vniversidade de Coímbra, sendo Vigairo deste real mosteiro, do qual foy Prior geral eleito no Anno de-1593-E no de-1606-Sendo Prior geral Apostolico o Padre Mestre Dom Antonio das Chagas, foy o Padre Doutor Dom Christouam de Christo degradado pera o mosteiro de Santa Maria de bene viuere, em Carriam dos Condes, aonde faleceo no Anno Seguinte--1607-em 21-de Dezembro.

¶ Dom Andre de Sam Joam, Conego do Mosteiro da Serra; Mestre Lente Jubilado, hum dos primeiros mestres theologos que foram pera o Colegio nouo no Anno de-1604-donde veyo a Capitulo no Anno seguinte-1605 é a outros muitos. Foy Prior de Grijo: Reytor do Colegio Anno-1618-Exíminador em Lisboa pera as Igrejas do Padroado. Faleceo em de-11-Feuereiro, do Anno de-1624-Sendo Prior Geral o Padre Dom Antonio da Crus.

¶ Dom Joam de Santo Agostinho, Conego do real mosteiro de Santa Crus: Mestre Lente Jubilado, hum dos primeiros mestres Theologos que foram pera o Colegio nouo, no Anno de-1604-donde veyo a Capitulo no Anno seguinte. 1605 é a outros muitos: Faleceo em 25-de Abril, do Anno de-1625-sendo Prior geral o Padre Dom Sebastiam da Graça.

¶ Dom Theotonio da Crus Botelho, Conego do real mosteiro de Santa Crus; Doutor Theologo Lente Jubilado, é como tal veyo do Colegio nouo a muitos Capitulos Geraes: é no Anno de-1615-o Padre Prior Geral Dom Jeronimo da Crus, tendo poucos dias de Geral, o mandou prender ao Colegio, é lhe despio o habito, é o lansou da religiam degradado, é lá faleceo.

¶ Dom Gaspar de Sam Joam, Conego do real mosteiro de Sancta Crus: Doutor Theologo, Lente Jubilado: Foy Reytor do Colegio, Anno-1621-Faleceo em.15.de Feuereiro-anno--1634-sendo Prior geral o Padre Dom Luis dos Santos Silueira.

¶ Dom Francisco da Crus Soueral, Conego do real mosteiro de Santa Crus: Doutor Theologo Lente Jubilado, é como tal foy a muitos capitulos geraes: Deputado da Inquisissam de Coímbra: Bispo de Angolla: Faleceo com opiniam de Santo em- 4- de Janeiro, Anno.de-1642-sendo Vigairo geral Apostolico, o Padre Dom Miguel de Santo Agostinho Pessanha.

¶ Dom Jorge da Annunciaçam, Conego do real mosteiro de Santa Crus: Doutor Theologo, Lente Jubilado, entrou em muitos Capitulos: Foy Reytor do Colegio Anno-1627 = Calificador do Santo officio = Faleceo em-30- de Mayo, Anno--1642-sendo Vigairo Geral Appostolico o Padre Dom Miguel Pessanha.

¶ Dom Paulo da Piedade, Conego do Mostiro de Grijo: Doutor Theologo Lente Jubilado; Assistio a muitos Capitulos geraes = Foy Reytor do Colegio-Anno-1630- Faleceo em-13 -de Outubro, Anno-1647-sendo Prior geral o Padre Doutor Dom Lionardo de Sto Agost.o

¶ Dom Joam das Chagas, Conego do mosteiro de Grijo. Doutor Theologo, Lente Jubilado; Assistio a muitos Capitulos; Foy Reytor Anno 1639-mas foy desposto no Anno seguinte-1640-Faleceo em 9- de Marco, Sendo Prior geral o Padre Dom Jeronimo da Ressurreiçam.Noronha-1651-

¶ Dom Francisco da Tríndade: Conego do mosteiro de Sta Crus: Doutor Theologo e Lente Jubilado. Foy a Capitulo muitas vezes. Faleceo em.13.de Junho. Anno.1654. Sendo Prior geral o Padre Doutor Dom Lionardo de Sto Agostinho da 2 ves.

¶ Dom Lionardo de Santo Agostinho Viegas: Conego do real mosteiro de Santa Crus: Doutor Theologo = Foi Prior do Mosteiro da Serra: Vigairo de Santa Crus: Reytor do Colegio Anno = 1636 = Calificador do Santo officio: Prior de Sam Vicente: Prior geral duas vezes: Eleito Bispo do Cabo

Verde: Faleceo sem Confirmaçam em-13- de Mayo-Anno de-1657-Sendo Prior geral o Padre Dom Luis da Silueira. a. 3.ª ves.

℄ Dom Antonio do Saluador: Conego do mosteiro da Serra: Doutor Theologo, Lente, nam chegou a Jubilar. Faleceo em. 16. de Abril, Anno-1659-sendc Prior geral o Padre Dom Miguel Perestrello.

℄ Dom Antonio da Graça: Conego do mosteiro de Sta Crus: Doutor Theologo, Lente Jubilado = Prior de Sam Jorge: foy muitas vezes à Capitulo: Faleceo em. 18. de Junho, Anno 1662 = o generalado vago; gouernaua o mosteiro de Santa Crus, o Doutor Dom Jorge de Sto Agostinho Vigairo.

℄ Dom Mattias da Circuncissam: Conego de Sta Crus. Doutor Theologo — Faleceo em. 26. de Setembro, Anno. 1664. Sendo Prior vigairo Geral o Padre Dom Henrique do Desterro.

℄ Dom Antonio das Chagas: Conego de Santa Crus. Doutor Theologo, Lente Jubilado: foy muitas vezes a Capitulo=Reytor do Colegio, Anno. 1644 — é 2ª, ves, Anno-1659--Faleceo em-29- de Agosto, Anno, 1667. Sendo Prior geral o Padre Dom Lionardo da Purificaçam.

℄ Dom Constantino da Vizitaçam: Conego de Grijo: Doutor Theologo, Lente Jubilado: Foy a Capitulo sendo Regente Anno, 1663-Faleceo em-21- de Outubro do Anno--1669-sendo Prior geral o Padre Dom Joam dos Anjos Correa.

℄ Dom Jorge de Sto Agostinho Coelho: Conego de Sta Crus. Doutor Theologo, Foy muitas vezes a Capitulo por Breue particular. Foy Prior de Sam Jorge; Vigario de Sta Crus: Calificador do Sto Officio. Faleceo em. 8. de Feuereiro, Anno de-1675-Sendo Prior Geral o Padre Dom Henrique do Desterro Magalhaeñs.

℄ Dom Joam da Assumpsam Pitta: Conego de Sta Crus, Doutor Theologo = Prior de Folques: Vigairo de Sta Crus: Prior de Grijo; de Sam Vicente. Anno-1672-Faleceo em Lisboa em. 20. de Junho, Anno-1675-tendo mes é meyo de Geral.

℄ Dom Duarte de Santo Agostinho Rego: Conego de Sta Crus: Doutor Theologo Lente Jubilado: Assistio muitas vezes em Capitulo: Calificador do Santo officio: Reytor do Colegio Anno. 1656. Faleceo em-21.de Junho. Anno-1677--sendo Prior Vigairo geral, o Padre Dom Fulgencio dos Martires.Pinto.

℄ Dom Antonio dos Santos Almeida. Conego de Sta Crus: Doutór Thoologo.Foy Prior de Folques: Da Serra: Colega: Reitor do Colegio Prior de São vicente. E faleceo em Abril 1684-

℄ Dom Gabriel de santo Agostinho Araujo. Conego de Santa Crus, Doutor Theologo: Lente Jubilado: Regente: Reytor do Colegio Anno-1669. Assistio muitas vezes a Capitulo. Prior geral.

℄ Dom Garcia dos Anjos Tauora: Conego de Sta Crus: Doutor Theologo: Foy Reytor do Colegio Anno. 1663.

℄ Dom Luis da Ascençam Lobo: Conego de Grijo. Doutor Theologo, Lente Jubilado: Colega Secretario. como tal entrou em capitulo geral no Anno de. 1678.

℄ Dom Pedro da Gloria: Conego de Santa Crus=Doutor Theologo, Lente Jubilado, como tal entrou em capitulo Anno. 1678. Regente: Reitor do Collegio = foi Geral duas uezes,

℄ Dom Diogo da Expectaçam, Chaves: Conego de São Vicente: Doutor Theologo.

℄ Dom Miguel de Santo Agostinho. Conego de Santa Crus: Doutor Theologo, Lente Jubilado: entrou em capitulo. A. 1678.

℄ Dom Antonio dos Martyres Arcos: Conego de Refoyos e Doutor Theologo, Lente Jubilado: Regente-entrou en Capitulo Anno-1684-Reitor do Collº.

℄ Dom Alexandre de São Joseph-Conego de Sta Crus Sendo Regente do Collegio = Doutor Theologo, Anno-1685 = em Janeiro Lente jubilado e Reitor do Collº.

℄ Dom Theodoro do Desterro, *(sic)*.

Muitos Papas enriquesserão este real mosteiro de Santa Crus, Camera Apostolica, com infinitas graças, indulgencias,

liberdades e fauores de grande Consideração como = Consta dos muitos Breues, e Bullas Apostolicas que se conservão no seu Cartorio.

℄ O Summo Pontifice Innocencio, 2º, recebeo este real mosteiro debaixo de sua protecção, e benção Apostolica, confirmou lhe tudo o que os Padres fundadores tinhaõ ordenado, fel la Camera Apostolica, é lhe concedeo muitas graças, é indulgencias, é izenção, por seu Breue dado na Cidade de Piza em 26, de Mayo do Anno de, 1135.

℄ O Papa Lucio, 2º, confirma o sobredito Breue, no Anno, 1144. dado em São João de Laterão, á instancia do Cardeal Dom Conrado, Conego Regrãte, é Abbade q̃ tinha sido no nosso mosteiro de São Ruffo de França, nosso protector, q̃ depois foy Papa Anastasio, 4º, Anno 1153.

℄ O qual depois de Papa, no Anno, 1153 passou hum Breue em que confirma os breues de Innocencio, é Lucio, 2os, seus predecessores. E querendo honrar este real mosteiro, é autorizar ao Padre Santo Theotonio, lhe concedeo de nouo trazer Anel épiscopal sempre, é vzar de Mitra, é Baculo nas festas solemnes, é lansar benção ao pouo como costumão os bispos. do que o Santo Padre por sua humildade nunca quis vzar.

℄ O Papa Alexandre, 3º, no Anno de, 1163 passou hum Breue ao Padre Dom Joaõ Theotonio. Prior, 2º, no qual lhe confirma a Paroquia assinada pello Arcebispo Dom João Peculiar, isentando a dos bispos de Coimbra, assim como o nosso bispo Dom Miguel a concedeo ao mosteiro.

℄ O Papa Urbano, 3º, no Anno de, 1181 passou Outro Breue ao Prior, 4º, Dom Pedro Martins, no qual lhe confirma todas as graças, é priuilegios concedido pellos Summos Pontifices seus antecessores, é a iurisdição da Paroquia de Santa Crus, é das Igrejas de Leiria.

℄ O Papa Celestino, 3º, no Anno de, 1192,—passou outro Breue ao Prior Dom Joaõ Froes, em que confirma todas as graças, é priuilegios Concedidos ao dito mosteiro pellos Summos Pontifices Innocencio, 2º; Lucio, 2º, Eugenio, 3º, Anastasio, 4º, Adriano, 4º, Alexandre, 3º, e Vrbano, 3º: é lhe

confirma todas as doaçoens feitas por el Rey Dom Affonso Henriques. Confirma a izenção do mosteiro, é sua Parroquia, é das Igrejas suas anexas de Leiria é do bispado de Coimbra. Confirma todos os breues, graças, é indulgencias que tinha concedido a este mosteiro quando era Cardeal Legado neste reyno.

¶ O mesmo Papa, no Anno de, 1196 — concedeo ao mesmo Prior a Bulla contra invazores. E no mesmo Anno passou outro Breue, no qual confirma poderem vzar das sobreditas insignias episcopais.

¶ Os Papas Inocencio, 3º, e Honorio, 3º, concederão nouas graças, é Priuilegios ao mesmo mosteiro, que possão os seus Priores mores vzar das sobreditas insignias nas Igrejas de Leiria, Obidos é Ourem, que eram da Iurisdição, é vizitação dos ditos Priores mores.

¶ O Papa Jnnocencio, 4º, confirma o mesmo por seu Breue dado no Anno de, 1248. ao Prior mór Dom Martinho Pires. é acressenta, que possão tambem uzar das mesmas Insignias nas Igrejas de Arronches.

¶ Por este tempo o Bispo de Coimbra Dom Tiburcio, quis renouar a demanda sobre a Iurisdição do mosteiro, chamando sse a lezão ennorme, alegando diante do Summo Pontifice Innocencio, 4º, que o Bispo Dom Miguel lhe não podia conceder a tal iurisdição. de maneira apertou tanto com este negocio que mandou o Papa fosse citado, e ouuido o Prior mór de Santa Crus. O qual mandou logo a Roma dous religiozos deste real mosteiro, autorizados, e Letrados, leuarão todos os papeis autenticados tocantes á dita iurisdição. os quais vistos, ouuerão Sentença contra o dito Bispo Tiburcio, de que o Papa Innocencio, 4º, lhe mandou passar Breue em, 26, de Junho, Anno, 1249 é nelle o Papa poem silencio perpetuo a esta causa. [Prior Mor.D. Martinho Pires]. (1)

---

1 À margem, letra de outro punho lançou esta nota: «he erro crasso porq̃. este Pont.e naõ proferio sn.a algũa e som.te m d.ou dar ao Bispo D. Tiburcio hua copia da Bulla cum olim de Inn.º 3. como consta do cartorio do Cabido».

¶ Esta iurisdição ordinaria episcopal deste real mosteiro de Sta Crus anda encorporada no Direito Canonico, no Decretal, capitulo. C. Cum olim, o 14.º de Priuiligijs.

¶ O Papa Paulo, 3º, no Anno de, 1545 refformou todos os Priuilegios, é graças que os Priores mores deste real mostrº, tinhão; é de nouo os Concedeo aos Priores triennaes; de que logo tomou posse, é vzou o Padre Dom Affonso Pereina Prior Geral. infra. Pag. 45.

¶ O Papa Urbano, 8º, o mesmo refformou é concedeo por seu Breue dado em Sta Maria Mayor, em. 13, de Junho, Anno, 1625- ao Padre Dom Sebastião da Graça, Prior geral. 30, o qual fes logo Pontifical neste real mosteiro, é deu ordens menores aos seus religiozos. Pag. 66.

¶ Tem este real mosteiro: Vigairo geral, escriuão, Meirinho, é Aljube, pera o seu izento.

¶ O Papa Pio, 4º, em 14, de Feuereiro, do Anno, 1561 = Concedeo muitas graças, é indulgencias a todos os fieis Christãos, q̃ a esta Igreja vierem encomendar se a Deos: e em, 17, de Março do mesmo Anno, passou outro Breue, em que Concede Altar preuilegiado perpetuo pera as Almas dos fieis deffuntos. Como consta dos mesmos Breues que se conseruão, é guardão no Cartorio deste real mosteiro. He o Altar de São João Bautista =

¶ Os Serenissímos Reys de Portugal, honrarão, é ennobresserão tambem a este seu real mosteiro com muitos, é notauens priuilegios que lhe concederão é o enriquesserão com muitas doaçoens de terras, herdades, propriedades, Coutos é senhorios q̃ lhe derão; príncipalmente o valerozo Rey Dom Affonso Henriques, que foy o q̃ mais se esprayou nesta materia. q̃ he impossiuel dar lhe alcanse.

¶ Na Era de, M.ccxiiij. he Anno de, 1186 = no mes de Janeiro, el Rey Dom Sancho-1º-confirmou ao Prior môr Dom João Theotonio todas as Doaçoens que El Rey Dom Affonso Henriques seu pay fizera em sua Vida a este seu real mosteiro. Nesta Carta de Confirmação dis estas pala-

uras Ubi pater meus, et mater mea, et fratres mei tumulati iacent.

℄ Seria nunca acabar dar se aqui copia das muitas outras doaçoens dos mais Reys seus successores· remeto os curiozos ao Cartorio deste real mosteiro, e lâ as acharão, pera aqui, isto basta:

℄ Na Igreja antiga deste real mosteiro, se mandarão sepultar os prímeiros dous Reys de Portugal: a saber el Rey Dom Affonso Henriques, e seu filho el Rey Dom Sancho: com as Raynhas suas consortes, e alguns Infantes seus filhos, e filhas. porem as sepulturas não respondião á grandeza das pessoas, nem a seus merecimentos, que a pouca ambição, e vaidade dos Princepes daquelles tempos, não davão Lugar a se lhe fazerẽ os sumptuozos sepulchros que despois se uzarão, e assim permanesserão muitos annos estes dous Reys em sepulturas humildes que se costumauão Cobrir com hũ pano de Seda honesto, até o tempo del Rey Dom Duarte que os mandou ornar com requissimos doceis de seda, e Ouro.

℄ Muitas outras pessoas graues, illustres, e de grande estimação escolherão também pera seu enterro a mesma Igreja antiga de que falamos, cujas sepulturas que estavão nas paredes razas com ellas, como naquelles tempos se costumaua, mandou Cubrir o Serenissimo Rey Dom Manoel, quando no seu reynado, e por sua ordem se mandou derribar a Igreja velha, pera se fundar a noua que oje serue, pera que não ouuesse outras sepulturas leuantadas, e altas do cham nesta Igreja, q̃ era indecencia aonde estauão os dous primeiros Reys deste Reyno seus antecessores, estarem iguaes com elles pessoas inferiores seus vassallos.

℄ Quando o Serenissimo Rey Dom João, 3º, fundou a Vniuersidade nesta Cidade de Coimbra, com as rendas que tirou deste real mosteiro quando o mandou refformar, ordenou por Breue apostolico do Summo Pontifice Paulo, 3º, que os Estudantes Theologos viessem a esta Igreja tomar o Grao de Licenciado, e o de Doutor Mestre daquella Sagrada faculdade da mão do Prior geral deste real mosteiro, a quem fes,

e Constituhio Conselheiro da mesma Vniversidade. A qual todos os Annos em os, 6, de Junho vem encorporada com o seu Reytor, e os Doutores das quatro faculdades, e das Artes com seus capellos, e orlas nos barretes em Prestito de procissão com os estudantes, festejar nesta mesma real Igreja, e dâr graças a Deos pello nacimento q̃ foy naquelle dia do mesmo grande, e serenissimo Rey Dom João terceiro, fundador, e bem feitor daquellas reaes escollas, Canta a Missa o Padre Prior geral Cancellario, e ha sermão. E em os onze dias do dito mes, torna com segundo Prestito a lhe celebrar exequias á memoria de sua morte: Canta então a Missa de Anniversario o Senhor Reytor da Universidade, e ha sermão no fim da Missa, e acabado elle se canta hum responso sobre a éssa que se leuanta no meio da Capella Môr.

PRIORES MORES PERPETUOS, — QUE TEUE O REAL MOSTEIRO DE SANCTA CRUS, DESTA CIDADE DE COÍMBRA .—.

Os Priores perpetuos deste Real mosteiro de Sancta Crus, se chamauam sempre = Priores Mores = por auer no mesmo tempo no Conuento, outro Prior menor, que se intitulaua = Prior da Claustra, ou Prior Crasteiro, pera o Comum gouerno das Couzas ordinarias do Conuento: reprezentaua este, o Vigairo destes nossos tempos = mas tínha o mando, e senhorio mais amplo do que oje tem o Vigairo da Caza: gouernaua, mandaua, fazia os capitulos, castigaua e reprehendia aos outros Conegos que cometiam algum descuido, ou falta, e fazia outras couzas em que o Prior Mor se nam metia: mas não lhe duraua o cargo mais que tres annos, hora o nomeaua o Prior Môr, hora o elegia o Conuento: Verdade he que muitas vezes o deixauam seruir o cargo mais annos, e outras o tírauam delle antes que acabasse o triennio, conforme seu procedimento, ou como, ao Prior Môr lhe parecia. Pondo estes de parte, dos quais se nam fas

tanto cazo, faremos cathalogo Sómente dos Priores Mores perpetuos que teue o Conuento deste real mosteiro.

¶ Aduirta sse de caminho pera todos os mosteiros: que estes Priores Mores, assim chamados, durauam toda a Vida, os quais eram eleitos, e o foram por muitos annos, por voto dos Conegos do mosteiro, eram do seu habito, e profissam, e do seu Conuento: mas pello discurso dos annos, como os Reys de Portugal por concessam dos summos Pontifices, vieram a ser Padroeiros das religioens se foram íntroduzindo nas eleiçoens: a príncipio por rogos, faziam com os Conegos, elegessem em seu Prior Mór, aquelle Conego do mesmo Conuento, ou aquelle fidalgo de Sua caza, qual elle lhe nomeaua: Outras vezes os faziam eleger de sua potencia, e á força: até que finalmente o Papa Julio. 2', por seu Breue de motu proprio, passado no Anno de=1507=Concedeu à el Rey Dom Manoel, nomeasse, e puzesse da Sua mam absoluta, Prior Môr a quem lhe paressesse, sem dependencia alguma dos Conegos. Este Breue confírmou depois o Papa Liam-10-Todos estes Priores Mores, assim eleitos, ou nomeados, como eram Clerigos seculares, recebiam o habito Canonico e faziam profissam nas mãos do Prior Crasteiro, e delle tomavam iuramento de guardarem perfeitamente todas as Leis da religiam: e se íntitulauam dalí em diante=Comendatarios, ou Priores Mores Comendatarios = E nesta forma, foram os mosteiros da religiam, gouernados alguns annos, até que se vieram a refformar, e vnir em Congregaçam, como oje os vemos, e se dirá em seu lugar.

¶ PRIOR PRIMEIRO DO REAL MOSTEIRO DE SANCTA CRUS, DA CIDADE DE COIMBRA =

O Padre Dom Theotonio: Alias-Santo Theotonio: Foy o prímeiro Prior Môr perpetuo que teue este religiozo Conuento de Sancta Crus, eleito canonicamente com asíma dissemos, por aquelles onze prímeiros fundadores apostolicos, com os Sessenta jrmãos companheiros, na tarde

de-24 de Feuereiro, da Era de-M. c.lxx-que he Anno de Christo = 1132 = O qual nunca quis consentir o nomeassem = Abbade. Foy Prior cerca de-30-annos.

¶ No príncipio do seu Priorado, se recolheram junto a este Seu real mosteiro algumas Senhoras deuotas, que jntentaram ímitar sua doutrina, e santidade: pera as quais o Santo Padre Theotonio, lhe mandou fundar mosteiro: como adiante em seu Lugar se dira = Pagína = 229.

¶ Tambem considerando o glorioso Padre Santo Theotonio, a grande falta de Pregadores, e Mestres da doutrína Christan, naquelles tempos, que a pregassem, e ensínassem a pureza da fé catholica por todos os lugares que de pouco Se tínham tirado do poder dos Mouros, e por outros lugares que de nouo se hiam conquistando, por ficarem dos Mouros em todas as terras grandes abuzos em a gente commua, e do pouo, e nos Lauradores, e gente do campo símples, comessou a mandar os seus Conegos pellas terras vezínhas a Coimbra, a pregar, e ensínar: e despois pellas mais remotas; edifficando tambem para este fim na Beira, ao pê da Serra da Estrella, o Mosteiro de Sam Romam de Cea. E continuando com estas santas Missoeñs os Prelados de Sãnta Crus, sucessores do Santo Prior Theotonio, sucedeo que alguns destes Santos Missionarios, vieram a padecer martyrio as maõs dos Mouros inimigos de nossa Santa fé catholica. como diremos logo.

¶ Do Mosteiro do gloriozo Martyr Sam Romam de Cea, consta; que dous Clerigos sacerdotes, Joam Cidi, e Fafilla, que morauam nesta Ermida, Ouuindo a fama da Santidade do Padre Santo Theotonio primeiro Prior do real mosteiro de Santa Crus de Coimbra, lhe offereceram a dita Ermida, pera nella fundar hum mosteiro dos seus Conegos, que ensinassem, doutrinassem, e pregassem naquella Villa de Cea, e por todas aquellas partes da Beira. Asseitou o Santo Prior a offerta da Ermida, e os deuotos Sacerdotes, na. Era de. M.c.Lxx. vj-he Anno de-1138. lhe fizeram doaçam della, e de muitas herdades que alí tinham; Esta doaçam confirmou el Rey Dom Affonso Henriques em o mes de Dezembro

do mesmo Anno, na qual declara, que os sacerdotes Joam, e Fafilla, nam tinham a Ermida de Sam Romam de Cea com suas cazas, e propriedades mais que em sua Vida, e que por sua morte deixariam tudo a quem ordenassem o Conde Dom Henrique, e a Raynha Dona Tareja sua Mulher, e que elle como filho herdeiro de seus pais, auia por bem o que os dous sacerdotes fizeram, e que nam Sô confirmaua a dita doaçam, ao mosteiro de Santa Crus, mas que tambem coutaua a Ermida de Sam Romam com tudo o que lhe pertencia. No Anno seguinte-1139-fes huma Senhora que se chamaua-Dona Eluira Monis, doaçam ao Padre Prior Santo Theotonio, ê à Ermida de Sam Romam de Cea, de huma herdade que tinha no Lugar de Bobadella: Com esta, e outras doaçoeñs que algũs deuotos faziam, o Padre Santo Theotonio comessou a fundar mosteiro naquella Ermida, ê pôs nelle noue religiozos do seu mosteiro de Santa Cruz ê por Prior ao veneravel Padre Dom Payo Godinho, que entraram no mosteiro-nouo dia de Sam Joam Bautista do Anno de-1142-

Hia cressendo cada dia o mosteiro de Sam Romam de Cea, nam Sô em rendas, ê edifficios, mas em virtudes, ê obras de Caridade, quando os Mouros ínimigos de nossa fê, correndo as terras de Portugal, chegaram â Prouincia da Beira ao mosteiro de Sam Romam, ê o puzeram de Cerco, ê como nam podessem offender aos religiozos Conegos por estarem recolhidos, ê fechados, com diabolico furor, ê odio do nome Christam, aiuntaram muita Lenha ao redor da caza em que os Santos Conegos estauam recolhidos, lhe puzeram fogo por todas as partes, de modo que de todo se abrazou a caza com o Santo Prior Dom Payo Godinho, ê com os mais Conegos seus Companheiros que com elle estauam recolhidos, em os-17-de Feuereiro. Anno = 1158 =

℄ Continuando com as sagradas missoens os Prelados maiores do real mosteiro de Santa Crus, sucessores do venerando Padre Prior Santo Theotonio como atras fica dito, Ordenou de nouo, o quarto Prior Dom Pedro Martins que em o Lugar de Ulmar, sínco Legoas da Cidade de Coímbra,

aonde o mosteiro de Sancta Crus tinha uma quínta, ou granja com cazas, ê Ermida, estiuessem sínco religiozos Conegos, pera pregar, doutrinar, ê ministrar os sacramentos áquelle pouo, ê Lugares circunuezínhos, dos quais era o principal com titulo de Preposto o veneraael Padre Dom Juam: é comprindo todos inteiramente com seu officio por alguns annos, fazendo fruto nas Almas dos ouuintes; sucedeo que o Miramolim de Marrocos, veio com grande exercito de Mouros, ê Correndo as terras de Portugal, desdo Tejo ate o Mondego, pos de Cerco ao mosteiro de Santa Crus de Coímbra, ê nam no podendo entrar, assolou tudo o que achou fora dos muros da Cidade; ê Saindo até o Lugar de Ulmar catiuou a muitos dos seruos de Deos, ê matou com grande crueldade o Padre Preposto Dom Joam, que com grande anímo e espirito lhe pregou a fé da Christo, desfazendo na Ceita de Mafamede: ê aos Conegos religiosos seus companheiros, que com elle estauam, passou todos á espada em odio da mesma fé catholica, no mesmo dia 8-de Janeiro.

¶ Tambem pelo mesmo tempo, em 7-de janeiro, na Corte de Marrocos em Africa, padeceram martyrio os Venerandos Padres Dom Pedro natural de Lisboa, ê Dom Affonso natural de Coímbra, conegos do real Mosteiro de Santa Crus, aos quais os perfidos Sarracenos em odio da fé, ê pregaçam Euangelica com diuersos generos de tormentos tiraram as vidas, ê tambem a muitos outros que lhe fizeram ditoza companhia, alcansando todos no mesmo dia o premio deuido a tantos combates, ê merecímentos.

¶ Outra memoria Consta, do Veneraael Dom Beringel, Conego Diacono do real mosteiro de Santa Crus, que pello mesmo tempo foy martyrizado pellos Mouros em Salê, em os 8-de-Junho, ê com elle outros que foram participantes de tam feliz sorte, ê coroa de Martyres pella fé, ê pregaçam Euangellica.

¶ Todas estas couzas asíma ditas constam do Liuro das Eras, ê do Liuro dos obitos, ê do Cartorio do real mosteiro de Santa Crus de Coimbra. E todos estes martyrios destes

seruos de Deos, foram pellos Annos de·1190=pouco mais ou menos.

¶ O Serenissímo Rey Dom Affonso Henriques, pella grande estimacam que fazia da Síngular Virtude do gloriozo Padre Santo Theotonio, o tomou pera seu Confessor, ê do conselho da sua Alma, ê conciencia: com o qual comunicaua os negocios mais arduos, ê defficultozos, pera que por suas oraçoeñs diante de Deos tiuessem bom sucesso, como tinham: porque por ellas ganhou aos Mouros, a famoza Cidade de Lisboa=Leiria=Santarem=Ourem=Obidos= ê outros Lugares, ê Castellos fortes: como se dirá.

¶ Na Era de Cezar=M.c.Lxx.iij-que he Anno de Christo, 1135=Tendo o Senhorio de Portugal o valorozo Rey Dom Affonso Henriques, teue principio a fundaçam da Villa de Leiria, oje Cidade. porque considerando este Valerozo Princepe as muitas correrias que os Mouros de Santarem faziam pellos campos de Coímbra, com grande perda, e dano dos seus vassalos, tratou de fundar hum Castello no meio do camínho que vai de Coímbra pera Santarem, pera delle reprímir a furia dos barbaros: ê achando pera este fím hum Lugar muito acomodado, por ser muito deffensíuel, ê forte pello Sitio de hum soberbo penhascozo monte, cujas fraldas regauam dous Rios, chamados=Lis—e—Lena=mandou alli fundar hum grande, ê forte Castello, que tomou por nome, Leiria, ê o mandou pouoar de muitos moradores alem dos soldados do prezidio, ê fes delle entrega ao Capitam Payo Gutterres. Mandou tambem el Rey Dom Affonso Henriques edifficar no dito Castello de Leíria huma Igreja á honra da May de Deos, que se chamou, Santa Maria da Penha, ê fez della doaçam ao Padre Santo Theotonio prímeíro Prior do real mosteiro de Santa Crus de Coímbra, que pôs nella logo por Prior ao Conego Dom Nuno Gutterres, sobrinho do Alcaide mor Payo Guterres, com outros Conegos de Santa Crus, pera celebrarem os officios diuinos, ê ministrarem os sacramentos aos nouos pouoadores do Castello de Leiria.

¶ Quatro pera Sinco annos auia, que o Castelo de Leiria era fundado, quando os Mouros de Santarem o vieram por

de cerco; porque sabendo o poderozo Rey dos Arabes, Ismario, na Era de=M.c.lxx.viij—he Anno de=1140=que el Rey Dom Affonso Henriques andaua occupado em guerra com seu prímo Dom Affonso-7°-Rey de Liam, ê Castella, ajuntou com breuidade grande exercito de Mouros, ê deu de repente Sobre o Castello, que mortos os mais Valentes soldados do prezidio, ê muito ferido o seu Capitam Payo Guterres, foy entrada a fortaleza pellos Mouros. Ganhada a praça mandou o barbaro Rey Mouro Ismario, meter a todos que achou dentro ao fio da espada, ê destruir, ê pôr por terra o Castello, ê com furor barbaro, ê em odio da fê, mandou pôr fogo à Igreja do Castello por matar, ê queimar viuos os religiozos Conegos com o seu Prior Dom Nuno Gutterres que dentro estauam, Com o qual incendio se fes destes seruos de Deos, hum suaue holocausto ao Ceo: ê o Rey barbaro Ismario leuando o despojo que achou, ê catiuo o Capitam Payo Gutterres, se tornou pera Santarem. Este foy o gloriozo fím que teue o veneravel Padre Dom Nuno Gutterres, hum dos 60-discipulos do Padre Santo Theotonio, ê primeiro Prior de Leiria, com os Conegos seus companheiros em 24-de Nouembro, daquelle Anno. Do Capitam, ê prímeiro Alcaide mor de Leíria Payo Gutterres, contam as memorias, que Leuando o Catíuo dos Mouros a Santarem, e dalí a Arronches, lhe fizeram mil iniurias, e afrontas, que elle sempre sofreo com animo constante, offeressendo tudo a Deos, a quem fes voto de seruir o restante da Vida em estado de Religiozo, se se visse Líure daquella prizam, e catíueiro: e que liurando o o Senhor milagrozamente, comprio ínteiramente o voto, porque tornando a Coímbra, fes doaçam de seus bens ao mosteiro de Sancta Crus, entre os quais lhe doou a Fonte que Corre na Claustra príncipal, e Conserua aínda o nome de quem foy, chamando sse=Fonte de Payo Gutterres, O qual tomando o santo habito de Conego Regrante, acabou santamente a Vida no mesmo Mosteiro: Nam consta o dia, e Anno de seu obito.

El Rey Dom Affonso Henriques, dahi a quatro annos, no de-1144-mandou reedifficar outra vez o Castello, e sua

Igreja de Nossa Senhora da Penha, e a tornou a dar ao Padre Santo Theotonio, o qual fes Prior della ao Padre Dom Pedro Mendes, hum dos prímeiros-12-seus companheiros na fundaçam do real mosteiro de Santa Crus: que foy o Segundo Prior de Leiria. El Rey Dom Joam-3º despois de ter feito Cidade a Leíria, extinguio por ordem do Papa Paulo-3º-a Igreja Colegiada de Nossa Senhora da Penha, e desmembrou suas rendas do real mosteiro de Sancta Crus, pera sustentaçam do nouo Bispo, e Cabido.

℄ Na Era de-M.c.lxx.iiij. he Anno de-1136 = o famozo, e esforsado guerreiro el Rey Dom Affonso Hnriques, ganhou aos Mouros a villa de Ourem, o qual mandou logo nella edifficar huma Igreja á honra da Virgem Maria Nossa Senhora, e fes logo doaçam desta Igreja, e de todas as mais que se fossem edifficando naquella villa ao Mosteiro real de Santa Crus de Coimbra, e ao seu prímeiro Prior o Padre Santo Theotonio, que nomeou em Prior de Ourem ao Padre Dom Pedro Miguel, hum dos-60- seus companheiros, e discipulos, com mais dous Conegos do dito real mosteiro, pera doutrínarem, ensinarem, e ministrarem os sacramentos aos nouos pouoadores da dita villa de Ourem. Despois que a Villa foy crecendo em numero dos moradores, e nouos edifficios, ordenou o Prior Môr de Sancta Crus Dom Joam Froes, que a Igreja de Santa Maria de Ourem, fosse Colegiada, e tíuesse outo Conegos com seu Prior, e foy o primeiro desta Colegiada o Padre Mestre Dom Pedro Joam, Conego de Santa Crus, natural de Euora: foy isto na Era de-M.cc.xxx.i — he Anno de-1193.

Perseuerou a Igreja Colegiada de Santa Maria de Ourem, no instituto dos Conegos Regrantes de Santo Agostinho, até o Anno de-1440 = em que Sendo Conde de Ourem, e Marques de Valensa, o senhor Dom Affonso, filho prímogenito do prímeiro duque de Bargança, alcansou do Summo Pontifice Eugenio-4º-a Apresentaçam do Priorado da Colegiada desta villa, e que fossem, o Prior, e Conegos Seculares: e assím extinguio de todo a sua regular obseruancia.

℄ Na Era de.M.c.lxxx.v — he Anno de-1147 — em 17--de Mayo, o Jnuicto Rey Dom Affonso Henriques, tomou aos Mouros a notauel Villa de Santarem, que se chamaua =Scalabis= no mesmo dia que chegou a ella, e logo se fundou na Alcaçoua, ou Castello da mesma Villa, a Igreja de Santa Maria, a qual com a Villa deu o mesmo Rey aos Caualeiros templarios: e elles a largaram por troca, no Anno de-1149-ao prímeiro Bispo de Lisboa Dom Gilberto, o qual ordenou, que esta Igreja de Alcaçoua de Santarem, fosse Colegiada, pondo nella=12-clerigos, e hum Arcediago que rezassem o offício diuino, e viuessem em Comum segundo a Regra, e Instituto do grande Patriarca Santo Agostinho, e foy o primeiro Arcediago o Padre Mestre Dom Egidio Rodrigues, Conego do real mosteiro de Sancta Crus, hum dos-60-companheiros do Padre Santo Theotonio, a quem o Bispo Dom Gilberto o mandou pedir, o qual veio a falecer no Anno de-1160=o que Consta do líuro dos obitos do real mosteiro de Santa Crus. Perseuerou esta Igreja no gouerno dos Arcediagos, que viuiam em comum com os outros Conegos, até o Anno de-1280=em que sendo Bispo de Lisboa Dom Matheos, díuidiu as rendas, e Ordenou que tíuesse hum Prior secular, e tres dignidades=Chantre=Mestrescola= e Tizoureiro e quatro meios Conegos; e foy o prímeiro Prior secular, Mestre Pedro Chansarel del Rey Dom Dinisio.

℄ No mesmo Anno-1147-o valerozo Rey Dom Affonso Henriques, despois que tomou aos Mouros a notauel Villa de Santarem, lhe tomou tambem a famoza Cidade de Lisboa, em-21-de Outubro, auendo sínco pera seis mezes a tínha posto de Cerco, e entrou nella processionalmente em-25-do dito mes: e comessou nella, e teue principio o real mosteiro do Martyr Sam Vicente de fora, Cuja Igreja despois de varios Prelados que teue sem perseuerancia, a deu o Deuoto Rey ao gloriozo Padre Santo Theotonio, primeiro Prior do real mosteiro de Sancta Crus de Coimbra, pera que nella puzesse dos seus Conegos, como se dirâ em seu lugar na Pagína-100-deste liuro.

¶ No Anno seguinte-1148-o mesmo Rey Dom Affonso Henriques, ganhou aos Mouros a Villa de Obidos. O ẽccleziastico desta villa, deu o Sereníssimo Rey, ao real mosteiro de Sancta Crus, e a seu primeiro Prior o Padre Santo Theotonio, e foy o prímeiro Prior desta Villa e Sua Igreja de Sancta Maria, o Padre Dom Domingos Andre, natural de Coímbra, Conego de Sancta Crus, o qual faleceo em -30-de Janeiro do Anno de-1151- Como Consta do liuro dos obitos deste real mosteiro. Pello tempo em diante, foy esta Igreja Colegiada, e foy dada a Villa ás Raynhas de Portugal, as quais se Leuantaram tambem com o direito de aprezentar Prior, porque sendo Prior mór de Sancta Crus, o Padre Dom Joam Pires no Anno de-1264- Largou a el Rey Dom Affonso-3°-o Senhorio secular da Villa de Arronches, que era do seu mosteiro, pello Padroado da Igreja de Sancta Maria de Obidos, e direito eccleziastico desta Villa, e logo o dito Prior de Sancta Crus aprezentou em Prior desta Colegiada, ao Padre Mestre Dom Andre Conego deste seu mosteiro, e nesta posse do eccleziastico de Obbidos, se Conservou o real mosteiro de Sancta Crus, até o tempo do serenissimo Rey Dom Joam-3° =

¶ Entrada a famoza Cidade de Lisboa, mandou el Rey restaurar, e reedifficar as antigas Igrejas que auia em pé naquella Cidade, e as mandou purificar pello nosso Arcebispo de Braga, Dom Joam Peculiar, o qual escreueo logo por ordem do mesmo Rey a Coímbra, ao Padre Sancto Theotonio, e com sua Licença mandou vir do mosteiro das Donas de Sam Joam de Sancta Crus, a sua irmam Justa Rabaldes da Crus, pera primeira Prioressa do mosteiro de Saõ Felix de Chellas, que el Rey Dom Affonso Henriques mandaua restaurar, e com ella foraõ outras religiozas Conegas do mesmo Mosteiro: de tudo se dira em seu Lugar. Pag=233=.

¶ O padre Santo Theotonio tendo jâ vinte annos de Prior, e considerando sse muito Velho, pera de todo se dár a Deos nosso Senhor ẽ contínua oração, e santas meditaçoeñs, na Era de, M.c.L.xxxx. que he Anno de, 1152: de consentímento dos religiozos Conegos renunciou todo o

gouerno do mosteiro em seu sobrinho o Padre Dom João Theotonio. como abaixo se dira=Pag=21=

℄ Neste Tempo em os, 6, de Dezembro, de Era, M.c.L.xxxx.v. que he Anno de, 1157, faleceo nesta Cidade de Coimbra, a Raynha Dona Mafalda, mulher del Rey Dom Affonso Henriques: e foy sepultada neste real mosteiro, de que era jrmaã terceira.

℄ Na Era de, M.cc. he Anno de Christo, 1162: em os, 18, de Feuereiro, descansou nas maõs do Senhor, a Alma do Padre Santo Theotonio: tendo, 80, annos de idade: e, 30, de habito Canonico, e de Prior mór deste mosteiro: Assistio ao seu tranzito gloriozo, o Bispo de Coimbra Dom Miguel, Conego do mesmo Convento Com os mais religiosos Conegos Seus filhos, e irmaõs, os quais lhe celebraraõ o enterro, e exequias, como a Santo: achando sse prezente o devoto Rey Dom Affonso Henriques, que lhos celebrou com muitas lagrimas, dizendo=que primmeiro a sua Alma avia de estar no Ceo, que o corpo na Sepultura. Sepultarão no em hum Caixaõ, ou tumulo de pedra, levantado do chaõ, como entaõ se costumava fazer a semelhantes pessoas: Na face da pedra que o cobre, abrirão o seguinte Epitafio: ℄ XIj. Kalend. Martij. obiit Dñus Theotonius: Prior .I.º monasterij S. ✠. E.M.cc.℄ Este tumulo ficou posto no meio da Caza que oje serue de Capitulo, que entaõ era Capella dedicada ao Espirito Santo.

℄ Comessou Logo o divino Theotonio a obrar muitos milagres nos doentes que a elle se vinhão encomendar á sua sepultura: estes milagres aprovou como ordinario o Bispo de Coimbra Dom Miguel: e â petiçaõ dos religiozos Conegos deste real mosteiro, e do clero, e povo de Coimbra, e Vizeu; e â instancia do grande Rey Dom Affonso Henriques que procuravão todos sua Canonização fes ajuntar neste real mosteiro no Anno seguinte, 1163: com elle, o Arcebispo de Braga Dom Joaõ Peculiar=O Bispo de Lamego: Dom Mendo =O Bispo de Vizeu, Dom Odorio=O Bispo de Orense, Dom Pedro Seguino=O Prior mór deste real mosteiro, Dom Joaõ Theotonio=O Prior mór do mosteiro de Saõ Vicente, Dom

Gudínho=O Mestrescolla da Seé de Lisboa, Dom Alvaro todos discipulos, e companheiros no habito do mesmo Padre Santo Theotonio, com outras pessoas eccleziasticas de autoridade, e Letras, que forão chamados, entre os quaís veio tambem o Bispo do Porto Dom Pedro=Depois de vistos por elles muito de vagar, e consideração examinados, e aprovados os milagres deste Santo Padre, chamados os relegiozos Conegos do Convento a som de campa tangida em os, 18, de Fevereiro dia do seu Anniversario pella menham, lhe abrirão a Sepultura, e o acharaõ tam fresco, São, ínteiro, e incorrupto, Como na hora em que falecera avia hum anno: Cantarão lhe logo com muita Solemnidade, e aparato a Missa dos santos Confessores=Os Iusti meditabitur sapientiam=que o Bispo de Coimbra Dom Miguel Celebrou em Pontifical com seus ministros, e Arcediagos. A tudo se achou prezente o grande, e devoto Rey Dom Affonso Henriques: todos o Veneraraõ, e aclamaraõ por Santo Canonizando o por tal, como naquelles tempos se vzava. Fechado o tumulo outra ves lhe mandarão levãtar imagem sua sobre o Altar, dedicando lhe aquella Caza do Capitulo por capella sua. O Papa Alexandre, 3º, no mesmo Anno aprovou esta canonização Vivæ vocis oraculo, e Concedeo aos nossos Conegos poderem rezar delle, e celebrar lhe festa no dia de seu gloriozo tranzito, como sempre se fes áte o prezente. Esta canonizaçaõ foy feita antes do Concilio em que se prohibio aos Bispos fazeremas tais canonizasoeñs, reservando as pera os Papas.

¶ Quando pellos Annos do Senhor de, 1510=por mandado—do Serenissimo Rey Dom Manoel, o Bispo da Guarda Dom Pedro Gavião Prior môr deste real mosteiro, Comessou as obras da Igreja, e claustra, e a caza do Capitulo de abobeda, foy tirado o tumulo do Padre Santo Theotonio, assim como estava sem o abrirem, do lugar aonde estava, e o mandou pôr na capella do Santo Christo da Claustra, aonde esteve Cerca de dezasseis annos-16-

¶ No Anno do Senhor de, 1526: sendo Prior môr Comendatario o Jnfante Dom Henrique, filho del Rey Dom

Manoel, não era ainda Cardeal: O Prior Crasteiro Dom Bras Loppes com os Conegos deste real mosteiro, tornou a restituir o Caixaõ de pedra assím como estaua, pera a sua primeira caza do Capitulo = Achou se acazo prezente o Senhor Dom James Duque de Bargança o qual por sua deuação os ajudou, e á sua Instancia se abriu, e descobrindo sse o corpo do Padre Santo Theotonio, q̃ auia-364-annos era falecido, o acharão tam inteiro, e incorrupto, como se naquella hora o sepultassem. Fechado o tumulo, o encostarão á parede da parte do Euangelho, e lhe Lansarão por sima um Cobertor de Damasco Carmezim com suas franjas de Ouro pera estar com mais decencia, e lhe mandarão pôr grades á roda.

℄ No Anno de-1582- O Padre Dom Pedro da Assumpsão sendo Prior geral da, 2ª, Ves, por ordem do Capitulo geral proxime passado, mandou abrir, e fazer a Capella na Caza do Capitulo, q̃ a não tinha, pera onde mudou o tumulo com o corpo do Padre Santo Theotonio, e fes delle Altar, pera sobre elle se Celebrar o Sacrosanto Sacrificio da Missa: Achou se prezente o Senhor Dom Theotonio Arcebispo de Euora, filho do Duque de Bargança Dom James, e de sua segunda mulher a Duqueza Dona Joanna de Mendoça = O Arcebispo se criou desde minino neste real mosteiro até que teue perfeita Idade de vinte e dous anõs sempre vestido no nosso habito = A instancia do qual se abrio o tumulo, e acharão o Corpo do Santo jâ desfeito em carne mirrada em pôo, e os ossos organizados = O Senhor Arcebispo tomou hum osso de hum dedo que leuou pera o seu Oratorio: fechado o tumulo Se pôs no Lugar que temos dito.

℄ No Anno de-1595=O Padre Doutor Dom Christouão de Christo, Sendo Prior Geral, mandou fazer alguns relicarios de prata de grande Custo, pera as reliquias que trouxe Dom Felix de Roxas dos Paizes baixos de Alemanha, e Frandes, pera lhe fazer sua festa; mandou tambem fazer hum que he a modo de Charolla com seis balavstes, e em partes dourado com pedraria, que custou ao todo = 42925 = pera o

qual abrio a sepultura do Padre Sto Theotonio, e della tirou, dous ossos, e dous dentes queixaes, q̃ neste relicario pôs, Como nelle se podem Ver —

¶ No Anno de- 1603=O Padre Dom Lourenço do Espírito Santo Soares, Sendo Prior geral, deu por ordem do Capitulo geral pera á Sêe Cathedral de Vizeu huma reliquia do Padre Santo Theotonio, aonde tinha sido Prior, q̃ erão duas canas do brasso huma grossa, ê outra delgada, e hũ osso de hum dedo, á petição do Senhor Bispo Dom João de Bargança, Cabido, Cidadãos, e gouerno daquella Cidade. Vierão dous Conegos buscar esta santa reliqquia que lhe foy dada, ê entregue pello Sobredito Padre Prior geral em prezença de hum notario Apostolico, q̃ lhe passou seu publico instrumento, ê a meterão em hum Cofre de Veludo Carmezim com sua fechadura dourada, com a qual se partirão, ê a foraõ acompanhando tres Conegos deste nosso real mosteiro até ser entregue, com a qual chegarão vespora do Padre Sto Theotonio, e no dia seguinte, 18, de feuereiro seu proprio dia, fizerão procissão pellas ruas da Cidade, ê despois da missa Cantada, ê pregaçaõ, o senhor Bispo a mostrou ao pouo, ê a Collocou no Altar Môr, de que tudo se passou Instrumento publico por dous notarios Apostolicos, cujo treslado se guarda, ê conserua no Santuario deste real mosteiro. O Bispo Dom Joaõ de Bargança era filho de Dom Francisco de Mello, ê Portugal, 2º=Marques de Ferreira, Conde de Tentugal, ê de sua mulher a Marqueza Dona Eugenia de Mendoça filha do Duque de Bargança Dom James, ê de sua segunda mulher.

¶ A terceira reliquia, huma Cana Inteira de hum dos braços do Santo, se deu por ordem do Capitulo Geral pera a Sê Cathedral de Euora, a petição do Senhor Dom Joseph de Mello Arcebispo daquella Cidade, elle mesmo em pessoa a veyo buscar no Anno de, 1612=Sendo Prior geral o Padre Dom Dionisio da Mizericordia. Quando o senhor Arcebispo se quis partir deste real mosteiro aonde esteue ospedado algũs dias, se ordenou procissão solemne de todo o Conuento com a Crus diante, repiques na torre, e se Correo

o relogio, doze religiozos dos mais velhos com capas ricas, quatro Cantores Com as suas, e maças, seis tochas acezas diante da reliquia, e toribulo fumigante = O Padre Vigairo com capa rica Leuaua a s^{ta} reliquia em hum Cofre forrado de tella de Ouro, debaixo do Palio, junto a ella de huma e Outra parte o R^{mo} Padre Geral, com o senhor Arcebispo; Sahio a procissão da Capella môr até a porta da Igreja, aonde despedindo sse o Arcebispo tomou o Cofrezinho da reliquia, e o deu a hũ seu Capellão, e metendo sse com elle na Liteira q̃ Com sua gente o estaua esperando, se partio pera Euora. O Arcebispo Dom Jozeph de Mello era filho natural de Dom Nuno Aluares Pereira, e Mello, 3°, Marques de Ferreira Conde de Tentugal.

℄ Outro osso grande do mesmo santo, se deu por ordẽ do Capitulo geral, pera a Ermida que se fês no Lugar de Ganfei donde o santo era natural: O Padre Dom Miguel de Santo Agostinho Pessanha sendo Prior geral da 2ª, ves a tirou abrindo pera isso com grande solemnidade o tumulo de Pedra em, 30, de Agosto do Anno de-1620-e a mandou por dous religiozos. Os moradores deste Lugar a tem Com grande veneração, e resguardo fechada Com tres chaves, e só no seu dia a expoem ao pouo.

℄ Tirou então o Padre Prior geral Dom Miguel de S^{to} Agostinho Pessanha, a Cabeca Inteira com quazi todos os dentes, e a encastoou em hum meyo Corpo de Prata Com seu vulto, resplandor, e pedraria que lhe mandou fazer, que Custou ao todo, Cento quarenta e hum mil, e Cem rs = 141100 = Tem no peito hum oouado aberto com Vidrassa grande por onde se vé a S^{ta} reliquia.

℄ Juntamente tirou então pera os principaes mosteiros da Congregação, reliquias Consideraueñs Isto tudo Com Licensa do Capitulo Geral —

℄ Pera o Mosteiro de São Vicente de fora da Cidade de Lisboa, foy huma Cana de hũ braço, pera a qual o Padre Dom Sebastião da Graça Prior q̃ então era daquelle mosteiro, lhe mandou fazer hum fermozo brasso de Prata muito bem obrado Com pedraria =

¶ No Mosteiro do Padre Santo Agostinho da Serra do Porto, o Padre Prior Dom Manoel de Christo, mandou fazer hum meyo Corpo de Prata dourado, e pedraria, com seu vulto, pera a reliquia que se deu áquelle mostr°.

¶ E os Priores dos outros mosteiros pera onde forão reliquias, mandarão tambem fazer seus relicarios.

¶ No anno de 1621=18 de Feuereiro dia do Padre Santo Theotonio, o Padre Prior Geral Dom Miguel Pessanha, lhe fes grandiozas festas, leuou nas maõs Com seu veo debaixo do Palio na procissão a santa Cabeça já encastoada, como asima fica dito=estaua a Claustra toda armada as mil marauilhas, toldada de Sedas, e muitas pessas de Ouro, e Prata, e nas capelinhas estauão Passos de figuras grandes que reprezentauão os da Vida, e milagres do mesmo Padre Santo Theotonio e esta foy a primeira tresladação do seu Santo Corpo.

¶ Sendo o mesmo Padre Dom Miguel Pessanha Prior geral da, 3ª, ves, mandou Laurar o Arco nouo da Capelinha do Capitulo, e elle todo dourado, e sobre a Portada da parte de dentro se escreueo o seguinte=¶ Hæc domus deaurata est in 2ª, translatione Sancti Patris Theotonij. Anno Dnĩ=1629. E lhe mandou fazer o tumulo de Jaspe que está sobre o Altar, ao pé da sua Imagem. Pera o qual com grande solemnidade, festa e aparato lhe tresladou os santos Ossos em os, 7, de Abril Dominga dePois da Pascoa, in Albis, do Anno de, 1630.=Pera este dia á Instancia do mesmo Padre Prior geral o Papa Urbano, 8°, Concedeo indulgencia plenaria pera todas as pessoas que Se achassem prezentes neste real mosteiro á festa desta tresladação =A Missa beneficiada com muzica de canto de Orgão a vozes e estromentos muzicos, cantou o Padre Prior geral =Pregou o Padre mestre frej Antonio da Ressurreição da Ordem do Patriarca São Domingos, Lente de príma de Theologia na Universidade desta Cidade o qual despois foy Bispo de Angra. Achou se prezente o Senhor Bispo Inquisidor geral Dom Francisco de Castro. Na procissão solemne q̃ se fez pella Claustra quatro religiozos Conegos sacerdotes

reuestidos de Almaticas brancas, leuarão aos hombros em hum andor muito brincado, e Custozo, hum cofre feito de nouo de pao de Angelim com sua ferragem dourada, forrado por dentro de Tella branca, no qual hião recolhidos os ossos reliquias do Veneravel Padre Santo Theotonio (As quais o Padre Prior geral com muitos religiozos graues no Anno antecedente = 1629 = em, 30, de Setembro tinha tirado da Sepultura antiga de pedra, e os meteo no sobre dito Cofre), o qual colocarão dentro no de Jaspe que está sobre o Altar ao pê da Imagem do mesmo Santo. A Claustra toda, estaua armada, e toldada âs mil marauilhas de ricas sedas, e fermozas peças de Ouro, e Prata pendentes, e embotidas nas aranhas, e rozas de volantes de prata: e pellas capelinhas e Ceo da claustra muitas figuras bem vestidas que reprezentauão os Passos, e milagres da vida, e morte do gloriozo Padre Santo Theotonio e esta foy a sua segunda tresladacão.

℄ No Anno de, 1636=em, 15 de Junho, O Padre Prior geral Dom Paulo de Sto Agostinho Barretto, com muitos religiozos graues, e hum notario, por ordẽ do Capitulo geral proxime passado abrirão o sobredito Cofre dos ossos do Padre Santo Theotonio, e delle com toda a Veneração deuida tirarão huma Cana grande inteira de huma das pernas do mesmo Santo pera o seu nouo mosteiro de Viana do Lima, e a entregarão ao Padre Dom Miguel Pessanha, prezidente daquelle nouo mosteiro, elle lhe mandou fazer hum graue relicario de prata dourado com seus cristais, e pedraria, que custou Cento, e Outenta mil rs -180000-

℄ Neste mesmo dia, mes, e Anno asíma dito, o Padre Prior geral com os Padres que com elle se acharão ao tirar da reliquia leuarão o Cofre pello acharem desbaratado por cauza da muita humidade do Capitulo, pera a Caza Santuario das mais reliquias, q̃ está no topo do dormitorio principal sobre a rua = Esta foy a terceira tresladação das reliquias do Padre Sto Theotonio —

℄ No Anno de, 1642=O Padre Dom Miguel de Sto Agostinho Pessanha, Sendo Vigairo geral Apostolico da Congre-

gação, Leuou Com alguns Padres, pera o mosteiro nouo de Viana do Lima, O relicario Com a reliquia do Padre Santo Theotonio de que asima se faz menção, e Com procissão solemne, Missas de Canto de Orgão, e em tres dias de muitas festas, e tres sermoens, O Collocou na quelle seu mosteiro, como abaixo se dira na Pagina-225-

℄ No Anno de, 1649=Sendo Prior geral da 2ª, ves, o Padre Dom Luis dos Santos Silueira, com Licença do Capitulo geral proxime passado, se mandou pera Roma huma Costa inteira do Padre Sto Theotonio, pedida de huma personagem chamado Jeronimo Guarneri, pera hum Sumptuoso Oratorio de reliquias que de toda a christandade ajuntou, e com ella foy a sua Vida escrita em Latim. Esta Santa reliquia se tirou do seu Cofre de Angelim, que estaua já no santuario do dormitorio, como asima dissemos, estando prezentes muitos religiozos velhos autorizados, e alguns delles já tinhão sido geraes da Congregação, com Lumes e prefumes inuocando primeiro o santo com sua Antiphona verso e Oração, que o Padre geral disse com estolla aos hombros, e Comigo Dom Timotheo dos Martyres notario Apostolico, rogado pera dár fé, e passar o Instrumento publico, q̃ foy pera Roma do qual se Conserua o treslado no santuario. Esta Reliquia foy enuiada por via dos Padres da Companhia, aonde chegou, e foy entregue, Como Constou da Carta de aguardecimento de quem a pediu, e de Outra do Padre Nuno da Cunha que lha agenciou estando em Roma.

℄ No Anno de, 1659=Sendo Prior geral o Padre Dom Miguel dos Anjos Perestrello, por ordem do Capitulo geral, se tirou da mesma Caza, é caixa, pello mesmo modo, é solemnidade hũa Cana inteira de huma das pernas deste santo, que se deu pera a Seé cathedral de Leiria, pedida pello cabido Sede Vacante, é Camera daquella Cidade, é dous Conegos della, Vierão buscar, é tirar com hum notario Apostolico, é a forão acompanhando até Leiria dou religiozos deste real Conuento, a qual Leuarão em procissão pellas ruas, e a mostrarão ao pouo á missa cantada que ouue Com pregação que pregou hum dos religiozos, em os dous

dias do mes de Nouembro do mesmo Anno, como Consta do instrumento publico passado por dous notarios Apostolicos daquella Cidade, que se guarda no Santuario das reliquias deste real mosteiro de Santa crus —

℄ No Anno de-1669 = Na Caza Santuario das reliquias —deste real mosteiro, em, os, 7, de Janeiro segunda feira primeira outaua de Epiphania, Se fes a quarta tresladação dos ossos relliquias do Padre Santo Theotonio, do cofre Velho de pao de Angelin, em o qual estiuerão, 38, annos e-9, mezes = forão mudados pera outro cofre nouo de Laminas de Prata sobre setim Carmezim, e por dentro forrado de Telilha azul e prata; pezou a prata, cento, e outenta e dous mil rs; e o seu feitio, duzentos e vinte e sete mil, e quinhentos rs; e os demais petrechos, dezassete mil e setecentos rs; o q̃ tudo soma, quatrocentos vinte e sete mil e duzentos rs: 427200 = Neste dia asíma dito o Padre Prior geral Dom Lionardo da Purificação, chamando alguñs religiozos graues que se achassem prezentes, e Comigo Dom Timotheo dos Martyres notario Apostolico pera o ajudar, tomou Estolla com Cirios acezos, toribulo fumigante, inuocando primeiro ao gloriozo Santo com sua Commemoração, os fomos tirando com toda a reuerencia, deuação e acatamento, do cofre velho, e os metemos no Nouo de Laminas —

℄ O mesmo Padre Prior geral deixou então apartada enuolta em hum veo de tafetá huma Cana inteira do brasso dos delgados pera a Seê Cathedral desta Cidade sede Vacante, que lha tinha concedido o Capitulo geral —

℄ No mesmo Anno, 1669 = em, 16, de Mayo, o Padre Prior geral Dom Joaõ dos Anjos, chamou alguns religiozos graues que se achassẽ prezentes, é Comigo Dom Timotheo dos Martyres notario apostolico, Com as mesmas Ceremonias, estolla, lumes, perfumes, é Commemoração abrio o Cofre nouo das reliquias do Padre santo Theotonio, é delle tirou huma Cana inteira das delgadas, pera a seé Cathedral da Bahia de todos os Santos no Reyno do Brazil, pedida ao Capitulo geral pello Padre Dom Esteuão dos Santos Bispo eleito da mesma Prouincia, religiozo nosso do real mosteiro

de Santa Crus, e lha entregamos na sua mão, pera a leuar, é fazer rezar do Padre Santo Theotonio naquelles estados, é em Lisboa lhe mandou fazer hum fermozo braço de Prata de grande Custo, e a leuou quando se foy pera o bispado do Brazil, é a colocou na Sé cathedral —

¶ No Anno de, 1671=em, 17, de Feuereiro, vespera do Padre Santo Theotonio, das duas pera as tres horas da tarde veio o Cabido da Sée cathêdral desta cidade Sede vacante, em procissão Solemne, acompanhado de todo o Clero das freguezias, é Conuentos desta Cidade com suas Cruzes de festa, á Igreja deste nosso real mosteiro buscar a reliquia do Padre Santo Theotonio, aonde o Padre Prior geral Dom João dos Anjos os estaua esperando na Capella môr reuestido com capa rica, assistido de doze religiozos dos mais velhos, Com capas de festa, é os Cantores com suas massas, seis tochas acezas, toribulo, é naveta, é todo o Conuento, é inuocando primeiro o santo Padre com muzica, é Oração, abrio o Cofre das suas reliquias que no Altar mór estaua posto, e delle tirou a reliquia que no mesmo Cofre esta em depozito, que o Padre Dom Lionardo da Purificação Sendo geral tinha apartada no Anno de, 1669 = como asîma fica dito=ê em prezença do R^do^ Deam Clemente de Magalhaeñs, e do R^do^ Chantre Dom Luis de Souza eleito Bispo de Lamego, e Comigo Dom Tímotheo dos Martyres notario ap^co^, o mesmo Padre Prior geral Dom Joaõ dos Anjos a meteo em outro Cofrezinho de Damasco Carmezím com suas rendas de Ouro, que o Cabido tinha aparelhado, entregou a chaue delle despois de fechado ao dito Deam o R^do^ Clemente de Magalhaeñs, e dando o a beijar a todos os Conegos o Leuou na procissão com o mesmo aparato debaixo de hum rico Palio áté a porta da Igreja, aonde o entregou ao Conego Luis Pereira de Sampayo, que reuestido com capa rica o Leuou debaixo do mesmo Palio pera a sua seé Cathedral pera onde estaua concedida. Acompanharão a procissão o Juis de fora, e vreadores desta Cidade em corpo de Camera com suas varas, e grande concurso de gente que a seguia, e na Seê tiueraõ logo pregação, e â noute fogo com repiques dos Sínos.

℄ No Anno de, 1672 = no mes de Mayo, o Padre Prior geral Dom Henrique do Desterro, em companhia de alguns religiozos, tirou do Cofre das reliquias do Padre Santo Theotonio tres ossos inteiros, que o capitulo geral proxíme passado, tinha Concedidos = hum delles Cana grande inteira, pera o real mosteiro do Padre São Bernardo de Alcobaça = o segundo, osso piqueno pera os Padres Piadozos do mosteiro de Santo Antonio dos oliuaes = O terceiro piqueno, pera os Padres da Companhia do Collegio desta Cidade pera a Capella do m^to R^do Padre Nuno da Cunha, o qual era autualmente Reitor deste Collegio, pedido por elle —

℄ PRIOR MÔR, 2º. ℄

℄ .2. O Padre Dom João Theotonio: hum dos primeiros Doze fundadores = Na Era de Cezar, M.c.l.xxxx. que he Anno de Christo de, 1152. de consentímento dos religiozos Conegos do Conuento, tomou posse de todo o gouerno deste real mosteiro em vida do Padre Santo Theotonio seu tio, por sua renuncia, de quem foy Cogitor, e futuro Sucessor = governou, 10, annos. Por morte e falecimento do mesmo santo Padre, que foy na Era de, M.cc. que he Anno de 1162: foy de novo eleito canonicamente Prior Môr, por votos dos mesmos religiozos: e foy Confirmado em, 22, de Fevereiro. Convocou logo capitulo Geral dos Priores das Igrejas filiais deste real mosteiro, e nelle ordenaraõ novas Leys pera o bom governo, e observancia da religiaõ.

℄ No mesmo Anno de, 1162: não tínhão passados dous mezes depois do tranzito Gloriozo do Padre Santo Theotonio, quando se ordenou que este real mosteiro de Santa Crus com suas Igrejas anexas ficasse Livre, e izento da subordinação dos Bispos de Coimbra, e Constituisse por Sí bispado particular sugeito á Seê apostolica Romana = Concorreo pera este favor o Serenissimo e deuoto Rey Dom Affonso Henriques = O Bispo de Coímbra Dom Miguel = os Conegos, e dignidades da Sua Sêe cathedral = e quazí toda a Corte, e

fidalgos della. Celebrou se o Contrato neste mesmo real mosteiro, estando prezente o sobredito bom Rey Com os infantes seus filhos = Dom Sancho e Dona Urraca = O Bispo = cabido, e outros muitos senhores que todos o assinarão = E assim o Padre Dom João Theotonio foy o prímeiro Prior môr deste real mosteiro *que vzou da Iurisdição, e ínsignias episcopais* = (1) o que tudo confirmou o Papa Alexandre, 3°, por seu Breue de motu proprio, passado no Anno seguinte de, 1163 —

℄ No seu tempo, e de sua licença Se fundou o Mosteiro de Santa Anna iunto â Ponte do Mondego desta Cidade. no qual Se lançou a prímeira Pedra na Era de, M. cc.x.ij.he Anno de, 1174. Chamava sse = Mosteiro de Cellas da Ponte. Pag = 234 =

℄ O Padre Dom João Theotonio teve o Priorado Môr depois do gloriozo tranzito do Padre Santo Theotonio = 19 = annos = 8 mezes = e- 9: Dias = e todo o tempo do seu gouerno chegou a, 29, Annos. Faleceo em, 29 = de Outubro: Era, M.cc.x.ix. que he Anno de, 1181: Deraõ lhe Sepultura alta na parede raza com ella: na face da pedra que a Cobre tem este Epitafio ℄.iiij. = Klen. Nobris. obiit D. Joannes Theotonij, secundus Prior monasterij S✠E.M.cc.xviiij. ℄ esta sepultura esta no primeiro Lanço da claustra íunto ao Arco do Capitulo. O Padre Dom Miguel de Santo Agostínho, na, 3ª, ves que foy Geral lhe tresladou os ossos pera hum autorizado tumulo de Jaspe que lhe mandou pôr na capelinha do Capitulo, â parte da Epistola. Do Epitafio que nelle se abrio consta o dia mes, e Anno: dis assim = ℄.iiij. Klen Nobris. obiit D. Joannes Theotonij secundus Prior Monast. S. Crucis: Anno Dñi: M.c.l.xxxj. Translata fuerunt ejus ossa é claustro in hunc locum die Septima Aprilis. Anni Dñi: M.Dc.xxx.

---

(1) À margem, em caligrafia mais recente: «he menos verd.ª pois ja S. Theot.º foi Izento e vzou de Pontificais».

¶ .3. Dom João de Tayde: hum dos, 72=irmãos é companheíros do Padre Santo Theotonio: Sendo Prior Crasteiro deste Convento, foy eleito canonicamente Prior mór, no anno de, 1181. em que vagou o Priorado. Foy confirmado pellos Conegos do Convento que o elegerão, em os, 4, de Novembro do mesmo Anno. Foy Prior, 3, annos: é 24, dias=(1) Neste tempo, e de sua Licença se passarão do mosteiro das Donas de São João, Dona Joanna Paes Com outras duas companheiras pera Primeira Prioressa do mosteiro novo de Santa Anna da Ponte, que ella mandara fundar. Faleceo o Prior mór Dom João de Tayde em, 28, de Novembro, da Era de, M.cc.xx.ij. que he Anno de, 1184 —

¶ .4. Dom Pedro Martins=hum dos, 72, irmaõs, é Companheiros do Padre Santo Theotonio: foy eleito Prior môr canonicamente por votos dos religiozos Conegos, no Anno de, 1184=em que vagou o Priorado. é foy Confirmado pello Prior Crasteiro em o primeiro dia de Dezembro do mesmo Anno-1184 =

¶ No Anno seguinte, 1185: Corria a Era de, M.cc.xx.iij. em os, 6, de Dezembro nesta Cidade de Coimbra, faleceo o Serenissimo e Grande Rey Dom Affonso Henriques: Foy sepultado neste seu real mosteiro que elle em Vida tinha escolhido pera seu enterro: porem a sepultura não respondeo â grandeza da pessoa, nem a seus merecimmentos, que a pouca Vaidade dos Princepes daquelles tempos, não daua Lugar a se lhe fazerem sumptuozos Mauzoleos. e assim permaneceo muitos annos o Corpo deste santo Rey em sepultura humilde é raza com a parede. é nella em rudes versos

---

(1) À margem, em caligrafia mais recente: «No mes de Setembro da era de 1220. q̃ he anno de Xp°. de 1182. se acha feito o foral de Eymide no lib. 6. das doaçoẽs fl. — 120. vs. por Dom Nuno Pripr de S.ta Crus vna et Conventu nostro. &c de que se segue q̃. D. João de Ataide naõ governou athe Novembro de 1184.»

daquelles tempos lhe abrirão o seguinte Epitafio = Dis-assim.

¶ Alter Alexander iacet hic, aut Julius alter
Belliger invictus, Splendidus Orbis honor.
Pacis, et armorum cauto moderamine doctus
Alternare vices tempora tuta dedit.
Quid pietas Christi, vel quantum debeat isti,
Ad fidei Cultum, Regna subacta docent.
Post Regni fastus fidei moderamine pastus
In miseros inopes accumulavit opes.
Quod Crucis hic tutor fuerit, nec non Cruce tutus,
Ipsius *Clypho Crux clypeata docet.*
Vivax Fama Licet tibi tempora Longa reserues,
Digna suis meritis dicere nemo potet.

Em nosso vulgar, querem dizer = ¶ Aqui ias enterrado outro Alexãdre Magno; ou Outro Julio Cezar guerreiro, ínvencivel, Lustre, ê honra do mundo. Segurou os tempos do seu reínado com a maravilhoza variedade, ê alternação de Paz, ê guerra. Os Reynos que reduzio a poder da Igreja estão mostrando o muito que mereceo á religião christam, ê feê do nosso Salvador. Depois de fazer os gastos que convinhão â magestade de seu real estado, entizourou pera os pobres, ê mizeraveñs, Levado a isso com a suavidade da Ley Evangelica. Bem mostra que foy deffensor da Crus de Christo, ê deffendido por ella, o seu escudo real, em o qual se vê a mesma Crus repartida em escudos menores. Ainda que a Fama Costumada perpetuar acressente tempos mais dilatados, ninguem averâ que possa dar Louvores iguaes a seus merecímentos. sua tresladação = Vide Pa. 33 =

Tornando ao Prior môr Dom Pedro Martins = teve, ê possuhio o Priorado, Sínco annos: ê, nove mezes. Faleceo em os, 31, de Agosto da Era de M.cc.xx.viij. que he Anno de, 1190.

¶ .5. Dom João Froes: hum dos, 72, irmaõs: era Preposto do Convento, foy eleito canonicamente Prior môr por voto

dos conegos, no mesmo Anno, 1190: em que vagou o Priorado. Foy confirmado pello Prior Crasteiro em os, 7, de Setembro. Foy Prior = 12. annos = 11, mezes = e, 6, dias: — A madre Feleciana = Pag: 230 =

℄ Em os, 26, de Agosto, Anno do Senhor de, 1198: nesta cidade de Coimbra, faleceo a Raynha Dona Dulce, mulher del Rey Dom Sancho, 1°. E foy Sepultada neste real mosteiro de quem era=irmam terceira. Na face da pedra que cobria a Sepultura, lhe abrirão este Epitafio = ℄ Hic iacet inclita Regína Domna Dulcia=E. M.cc.xxx.vj. ℄

℄ No Anno seguinte, 1199: foy o Prior môr Dom João Froes a Roma (1) com negocios da Iurisdição do mosteiro, deixou encomendado o governo todo ao Prior Crasteiro que era o Conego Dom Gonçallo Dias, que governou com satisfação cerca de tres annos. Na volta que o Prior môr fes pera Portugal adoeceo no Reyno de Lião de Espanha, aonde faleceo em, 14, de Agosto, da Era, M.cc.xxxx. que he Anno, 1202. Estâ sepultado no real mosteiro de Santo Izidoro daquella Cidade, o qual he de Conegos regrantes, irmaõs nossos, e nelle faleceo.

℄ Dom Gonçallo Dias: Conego professo deste real mosteiro, do qual era Prior Crasteiro. Quando O Prior môr Dom João Froes partio pera Roma, lhe deixou encomendado todo o governo, que teve cerca de tres annos, como asíma dissemos: No Anno de, 1202 = chegarão Cartas do Abbade do real mosteiro de Santo Izidoro de Lião, de Como lâ falecera o Padre Dom João Froes, (2) e o sepultara no Lugar dos

---

(1) À margem, em caligrafia mais recente: «No mes de Abril da era de 1239. q̃ he an. de 1201 se dis assinar por sua maõ no foral de Martinchel Alm. 33. m. 3. n. 5. q̃. he sinal de naõ ter ainda partido p.ª Roma».

(2) Idem: «Na aplicacão das rendas p.ª camera vasia vcharia &ª q̃ fes D. Sancho 1.° em Capitulo na era de 1240 q̃. he an. de 1202. no mes de 7.bro assinou este Prior claustar com o nome de Gonsalo Garcia e com o mesmo nome deu o foral de Vrmar no mes de

seus religiozos, Como Prior môr que era do real mosteiro de Santa Crus de Coímbra. Tratarão logo os Conegos de nova eleição, el Rey Dom Sancho, 1°, os atalhou mandando o não fizessem, e de seu poder absoluto como Padroeiro deu o Priorado môr ao sobredito Prior Crasteiro Dom Gonçallo Dias, de quem era muito affeissoado, por suas muitas virtudes: ê como os Conegos não fizerão a eleição de Prelado com seus votos, conforme os Breves dos Summos Pontifices, não quizerão asseitar, nem reconhecer por Prelado a Dom Gonçallo Dias, ainda que era zelozo do bem Comum da religiaõ, ê bem inclinado pera os Conegos: el Rey então os obrigou por força, ê cõ violencia, ê o fes meter de posse do Priorado: elles appellarão então pera Roma, reclamarão, fizerão seus protestos, e o não tinhão por Prior. Era Dom Gonçallo Dias bom homem, virtuozo, ê bom Letrado: teve escurpulo de ser Prior môr por nomeação del Rey contra vontade dos Conegos do seu Convento, e contra a dispozissão de suas Leys = fes suplica ao Papa Innocencio, 3°, lhe suprisse o deffeito de não ser eleito por votos dos Conegos a quem pertencia a eleição. Passou lhe o Papa Breve de confirmação no Anno de, 1203 = Dis nelle o summo Pontifice que o confirma em Prior môr, e que por sua morte Se fassa eleição Canonica de novo Prelado, ê não seja por nomeação do Rey ainda que he Padroeiro. E nem assim os Conegos o quizerão aver, nem reconhecer por seu Prelado, tendo o, e avendo o por intruzo, ê o Lugar por vago. Governou desta maneira dous annos, ê alguns mezes, ê nas escrituras que fazia se assínava = Dom Gonçallo *Vice Prior* = (1) Faleceo fínalmente cheo de annos neste real mosteiro de Santa Crus, em, 28, de Abril, Era, M.cc.xxxx.iij = he Anno de, 1205 = ê o riscarão logo dos Catalogo dos Priores Mores.

Agosto da era de 1243. q he ann. de 1205. Alm. m. 12. n. 3. de q̃ se mostra q̃. naõ morreo em Abril do mesmo anno como aqui dis este curiozo».

(1) À margem, em caligrafia mais recente: «Não o dis assim no foral de Antozede. Liv. 6. dos forais fl. 7, vs.°».

℄ .6. Dom João Cezar = Conego professo deste real mosteiro, natural de Leiria, filho de Pedro Cezar Cavaleiro de Jerusalem, e de sua mulher Gontina Suares = Sendo Prior Crasteiro do Convento foy Canonicamente eleito Prior môr por votos dos Conegos, no mesmo Anno de, 1205. em o qual faleceo Dom Gonçallo Dias = Foy Confirmado em o primeiro dia de Mayo = Teve o Priorado, 22, annos = 7, mezes = e, 3, dias —

℄ Em, 29, de Março, da Era de, M.cc.xxxx.ix: he Anno de 1211 = nesta Cidade de Coimbra, faleceo o Serenissimo Rey Dom Sancho, o 1º = foy Sepultado neste seu real mosteiro de de Santa Crus, como deixou ordenado em seu testamento = a Sepultura não dizia Com seus merecímentos, era humilde, na parede, raza com ella. Sua tresladação Se verâ em seu Lugar na pagina, 34 =

℄ No Anno seguinte, 1212 = o Prior môr Dom João Cezar tendo jâ huns Sete annos de Prior, era velho, e achacozo, deu conta ao Convento, e com parecer dos Conegos renunciou o governo todo no Padre Dom Diogo Dias, que era religiozo exemplar.

℄ Dom Diogo Dias, Conego professo deste real mosteiro, tinha jâ Sido Prior Crasteiro. No sobredito Anno, 1212 = asseitou Ser cogitor, e futuro sucessor do Prior môr Dom João Cezar. Nesta forma foy continuando com o governo do mosteiro huns sete annos, era varão santo, e exemplar.

℄ No Anno seguinte, 1213 = Veyo do mosteiro de São Vicente de Lisboa, pera este de Santa Crus com Licensa do seu Prelado o Irmão Fernando Martins de Bulhoeñs, Padre Santo Antonio = o qual avia dous annos tinha professado naquelle mosteiro o nosso Instituto regular. E na Era, M.cc.lx. he Anno de, 1222 = tendo outra ves o governo o Padre Dom João Cezar, avendo Licensa da Ordem se passou pera a Ordem dos Menores de São Francisco, era jâ Sacerdote e Letrado, com intẽto de ir pregar a Santa fê aos Mouros, e padecer Martyrio em Marrocos pera îmitar aos santos Sinco

frades daquella Ordem, cujas santas reliquias estavão já neste nosso real mosteiro, como Logo diremos. Nesta mudança que fes Fernando Martyñs de Bulhoeñs de hum habito pera outro habito, mudou tambem o nome, e se chamou = Frey Antonio.

℄ Faleceo o Padre Dom Diogo Dias, em, 25, de Julho, da Era, M.cc.l.vij=he Anno, 1219=não anda o seu nome no Catalogo dos Priores mores deste real mosteiro de Santa Crus porque realmente o não foy ainda que governou sete annos.

℄ .6. Dom João Cezar = Por morte do Conego Dom Diogo Dias seu Cogitor, no sobredito Anno, 1219 = Como fica dito, tornou a tomar o governo do seu Priorado, e o possuhio ainda huñs outo annos, até que faleceo no Anno que adiante se verâ — Pag = 24 —

℄ No Anno seguinte de, 1220 = Corria a Era, M.cc.l.viij = em os, 16, dias do mes de Janeiro, pella pregação, ê confissão de nossa santa fê catholica, padecerão Martyrio em Africa na Cidade de Marrocos Corte do Miramolim Rey Mouro, por sua propria mão Sinco frades da Ordem dos Menores, naturaes da Toscana, seis annos antes do tranzito do seu Patriarca são Francisco, mandados por elle pregar áquellas partes. Cujos nomes = Frey Otto. Sacerdote = Frey Berardo de Carbio pregador na lingua Arabica = Frey Pedro de Gíminiano, Diacono = Fr. Acurcio = ê Frey Adjuto frades Leigos. Assistia então em Marrocos Corte do Miramolim, o Infante Dom Pedro, filho del Rey Dom Sancho, 1°, de Portugal, que por cauza de alguns desgostos, ê quebras, que tivera com el Rey Dom Affonso, 2°, seu Irmão, se auzentara do Reyno, ê andava na Corte daquelle Barbaro = O qual mandou recolher, ê ajuntar secretamente os corpos espedassados destes sinco Martyres, q̃ depois que o fogo aonde os tinhaõ Lansado os não queimou, os Mouros tinhaõ espalhados por diuersas partes, ê lugares torpes, ê immundos da Cidade, ê fora della. Juntos elles, o Padre Dom João Roberto Conego deste real mosteiro de Santa Crus, Capellão, ê Con-

fessor do Jnfante, os andou secando ao Sol com muita reuerencia, Limpeza, ê acatamento: ê compostas estas Santas reliquias, as meteo ẽi duas Caixas de madeira bem forradas, se partirão com ellas pera este reyno.

℄ Chegou o Jnfante Dom Pedro com as santas reliquias a Galiza, aonde dezembarcou, ê ficando Com seu primo el Rey Dom Affonso no seu reyno de Lião as mandou por terra da Cidade de Astorga pera este reyno, por hum Affonso Pires de Arganil seu Criado: O qual chegou com ellas a esta Cidade de Coimbra em os, 10, de Dezembro do mesmo Anno, 1220. que era o do seu martyrio. Nesta Cidade estaua de morada o Senhor Rey Dom Affonso, 2°, com a Raynha Dona Vrraca Sua mulher. E tratando el Rey de as pôr, ê collocar na Seê Cathedral desta Cidade, cujo Cabido, Clero, ê pouo, por auizo que jâ tinhaõ as estauão esperando processionalmente Com suas Cruzes é festa fora da Cidade perto do Campo de Bolam, por onde Vinhaõ, ahi as receberão com alvorosso, prazer, ê grande alegria, donde milagrozamente a Azemola que as trazia, caminhando sempre diante da procissão Com muita pressa. Se ueio meter na Igreja deste real mosteiro, como a todos he notorio, aonde então era Prior môr, o Padre Dom João Cezar,—que as recolheo, ê depozitou na Sacristia, aonde estiuerão guardadas nas mesmas Caixas em que vierão de Africa, até que o Prior môr seu Sucessor mestre Dom João Paes, lhe mandou Laurar o tumulo de pedra que ainda oje se Vê razo com a parede no primeiro Lanço da Claustra, iunto â *porta da Escadinha* (1) que chamamos da Agoa bẽta, aonde as depozitou, ê estiuerão até o tempo do Prior môr Dom Gomes Ferreira, que entrou no Priorado no Anno de, 1441=o qual—lhe mandou fazer a Caixa de Prata aonde as tresladou, a qual pôs—na Caza Santuario das reliquias; Este Santuario estâ no dormitorio principal, aonde

---

(1) À margem, em caligrafia mais recente: «Nesta porta da escadinha se fes a capella do S.r S. Joze, e a escadin era na sua sancristia e o tumulo esta debaixo do seu altar».

São muito veneradas. E o Priôr môr Dom Pedro Bispo da Guarda, no Anno de, 1510=lhe mandou fazer os dous meios Corpos de Prata Com seus vultos: ê pôs em hum delles huma das cabessas destes santos Martyres com todos os Cabellos do Circilio, a qual com os maís membros espedassados forão Lansados no fogo, ê sahirão ilezos, como asima dissemos. Este meio Corpo se abre todos os Annos no Seu dia, ê Se mostra esta notauel reliquia a todo o pouo, ê aos homeñs que neste dia vem do Campo nûs em procissão por voto que tem feito a estes sãtos. No, 2º, meio corpo estão alguns ossos, e huns vidrinhos cheos de sangue destes santos Martyres:

℄ Tornando ao Prior môr Dom João Cezar = Faleceo em os, 4, de Dezẽbro. Era=M.cc.lx.v = que he Anno de, 1227 =

℄ .7. O Mestre Dom João Paes: natural da Cidade de Coimbra, filho de Pedro Paes de Palaciolo, e de sua mulher Dona Mayor Pires=Tínha sido Conego na Seé desta Cidade, aonde Leo sagrada Teologia. Sendo Preposto deste real mosteiro, foy nelle eleito Prior môr, no Anno de 1227 = em que vagou, e o confirmarão em, 10, de Dezembro. Teue o Priorado = 8, annos = 9. mezes = 4, dias.

℄ Na Era de — M.cc.lx.vj = he Anno de, 1228 = João Bispo Cardeal Sabino, Legado a Latere em Espanha do Papa Gregorio, 9º, passando de Caminho por esta Cidade, foy hospede, e agazalhado neste real mosteiro, ê â instancia do Prior môr Mestre Dom João Paes, que ainda não tinha um mes inteiro de Prior, Sagrou a Igreja Velha deste real mosteiro em, os, 7, de Janeiro: como consta das letras apostolicas da Sagração que o Cardeal passou=Dãt apud Cerolicum Idibus Januarij=Anno ab Incarnatione, M.cc.xx.viij—. Este Breue em pergaminho se conserua no Cartorio deste real mosteiro. e no primeiro Lanso da Claustra na parede se vê ainda huma pedra meio gastada com o mesmo breue entalhado —

℄ Neste mesmo Anno, 1228=O Padre Prior môr—Mestre Dom João Paes, Vizitou authoritate apostolica, todos os

mosteiros, e Igrejas Collegiadas da nossa Ordem Canonica Augustiniana deste Reyno, pera o que o mesmo Cardeal Legado lhe passou as Letras, e lhe deu por adjuntos, o Padre Dom Gonçallo Mendes, Prior môr do Mosteiro de São Vicente de Lisboa=e o Padre Dom Pedro Pires, Prior môr do mosteiro do Saluador de Eccleziola. Comessou este Capitulo, e reformação geral na Seê Cathedral da Cidade do Porto que ainda ẽtam era de Conegos Regrantes, em o primeiro dia de Mayo, do Sobredito Anno, 1228 =

℄ Na Era de, M.cc.lx.ix. he Ano de, 1231 = em os 13, de Junho na Cidade de Padua em Jtalia, passou desta prezente vida pera a gloria, e bemauenturança do Paraizo, o Padre Santo Antonio nosso Portugues, honra da Patria Lisboa, e das religioeñs Canonica, e Serafica: E logo no Anno Seguinte, 1232; o Papa Gregorio, 9°, estando na Cidade de Espoleto o Canonizou declarando o por Santo, o escreveo no Cathalogo dos Confessores.

℄ Neste mesmo Anno, 1232=O Bispo de Coímbra Dom Pedro Sueiro foy a Roma, e Lâ fundado na valia que tínha, e descuido dos Conegos deste nosso real mosteiro, informando ao Summo Pontifice Gregorio, 9°, com narraçaõ falsa, e a seu modo, dizendo=que os Conegos Regrantes do mosteiro de Santa Crus de Coimbra, lhe negavão a obediencia, como tinhaõ negado aos Bispos seus predecessores, tendo sse Leuantado Com a Iurisdição episcopal Ordinaria, no seu mosteiro, e Parroquia: Ou se algum Bispo da mesma Cidade lha tivesse dado, ou largado, o não podia fazer por ser em preiuizo daquella Seê cathedral. Pedia a sua santidade os obrigasse com censuras, e outras pennas, a lhe darem a devida obediencia, e sujeição, reconhecendo o Como Prelado, e Bispo seu que era, largando lhe a Iurisdição que occupavão, passando lhe pera este effeito suas letras apostolicas de motu proprio. E Como em Roma, nem avia procurador, nem quem acudisse pellas cauzas deste nosso mosteiro, e o Bispo era poderozo, o Papa Gregorio, 9°, no Anno seguinte, 1233, o despachou Como elle lhe tinha Impetrado, passando lhe o Breve de Motu proprio. Com elle se partio

pera o reino muito satisfeito. De Lisboa vindo pera Coimbra pouzou em Sarnache, duas legoas desta Cidade, de lâ enviou hum seu Capellão notario apostolico com carta pera o Prior môr, Padre Mestre Dom João Paes, na qual lhe fazia saber, e o mandaua notificar, Como o Papa Gregorio, 9º, por seu Breue de mottu proprio que lhe mandaua mostrar, mandava a elle Prior com Censuras, lhe largasse Logo, e entregasse a Iurisdiçaõ Episcopal Ordinaria que occupaua, e o reconhecesse a elle Bispo por seu superior, e Com effeito no dia seguinte Com os seus Conegos o fosse esperar, e receber Como a seu verdadeiro Prelado, e Bispo que era daquella Cidade. Foy dada esta Carta, e feita noteficação ao sobredito Prior a horas que acabavão a Missa principal, e sahiaõ do Coro pera o reffeitorio, ficou se elle Soô na claustra algum tanto triste, e confuzo, Leuantou as mãos pera a parte da Igreja pera onde estaua a Sepultura del Rey Dom Affonso Henriques, e lhe disse estas palauras=Santo Rey porque sois iâ deffunto se atreve o Bispo de Coimbra tirar nos a Iurisdição que vos destes a este nosso mosteiro quando ereis vivo: ajudai nos, ê nos deffendei agora neste aperto em que estamos postos. No mesmo ponto em que o Prior fes esta exclamação, apareceo diante delle o Santo Rey vestido de Armas brancas, com huma Lança na mão direita, ê hum escudo no braço esquerdo, ê disse pera o Prior estas palavras=Naõ te desconsoles que a Iurisdição que eu fis dar a a este meu mosteiro, ninguem a ha de tirar; ê âmanham te hão de vir rogar da parte do Bispo, lhe perdoes, ê lhe queiras dar Sepultura entre os seus religiozos, naõ ponhas duvida em o fazer. Dizendo isto, desapareceo. Na mesma hora, ê da mesma maneira, ê figura, apareceo em Sarnache ao Bispo Dom Pedro Sueiro; ê com o rosto Severo, ê Carregado, ê a vox aspera, lhe fallou desta maneira = Porque foste tão ouzado, ê te atreveste a enganar ao Summo Pontifice com tuas informaçoeñs falsas, pedindo lhe a Iurisdição écclezias-tica que eu fis dâr ao meu Mosteiro de Santa Crus pera os seus Prelados? manda logo entregar o Breve que trazes Com os mais papeís ao Prior de Santa Crus — Dizendo isto lhe

deu com o Cotto da Lança tres pancadas no peito, ê desapareceo. Gritou entaõ o Bispo Lhe acudissem — que o mataua el Rey Dom Affonso Henriques: ê vendo que morria mandou com o Breve pedir muitos perdoeñs ao Prior, rogando lhe queira dar Sepultura a seu Corpo neste seu real Mosteiro; Como de feito deraõ. Faleceo o Bispo Dom Pedro ao Outro dia seguinte do aparecímento del Rey, em, 22, de Junho, Anno, 1233=Cuja Sepultura lhe foy dada na Capella dos Anjos aonde esteve muitos annos na parede raza Com ella: foy esta sepultura arrãcada do seu Lugar, e trazida Com seus ossos pera o segundo Lanço da Claustra principal, aonde oje a Vemos na parede raza Com ella iunto â Capellinha da Assumpçaõ (1) de Nossa Senhora, tem na face da pedra que à Cobre de Letra antigua este epitafio = ℂ X.° Kalend. Julij. Obiit D: Petrus Suerij Colimbriens. Epũs. E.M.cc.l.xx.j. ℂ. vem a ser, dia, mes, e Anno asíma ditos —

ℂ Tornando ao Prior Môr Mestre Dom João Paes: Faleceo em, 14, de Setembro = Era, M.cc.Lxx.iiij. he Anno de, 1236 — * ℂ Add = P. 242 — v.

ℂ .8. Dom Martinho Pires: filho de Dom Durando Pires, e de sua mulher Dona Sancha; pessoas illustres naturaes de Lisboa — Conego professo deste real mosteiro: foy eleito Prior Môr no mesmo Anno, 1236, em que vagou: ê foy confirmado em, 19, de Setembro. Teve o Priorado =19=annos=9, mezes=13, dias=El Rey Dom Affonso, 3°, O mandou a Castella a negocios do Reyno, aonde gastou cerca de tres annos: Faleceo na Cidade de Tolledo em os, 2, de Julho, da Era de, M.cc.iiij = he Anno de = 1256 =

ℂ .9. Dom João Pires: natural de Leiria, sobrinho do Seu antecessor; e Seu Prior Crasteiro: Quando o Prior seu tio se partio pera Castella o deixou com todo o governo

---

(1) À margem, em caligrafia mais recente: «Esta capella da Assumpcaõ he a q̃. hoje tem o tit.° de S. Joachim e entre ella e a porta da escada fica esta sepultura».

do mosteiro, que obrou Cõ Satisfaçaõ (1); Chegarão Cartas de sua morte a este reyno, e mosteiro, logo o dito Dom João Pires Prior Crasteiro, e substituto, chamou a Capitulo os Conegos do Convento, e nelle Largou o governo, dizendo fizessem sua eleição canonica de Prelado livremente. Elles então votarão todos nelle, e o elegerão seu Prelado, e o confirmarão logo: era isto no fim do Anno de, 1256=Teve o Priorado, 14, annos: e alguns mezes, contando os tres q̃ governou na auzencia de seu tio — .

℄ No Anno de, 1263: O Papa Urbano, 4°, instituhio a festa do Santissimo Sacramento, chamada vulgarmente =Festa do Corpo de Deos=Este Prior foy o prímeiro que a fes Celebrar neste real mosteiro com grande aparato, pompa, e magestade.

℄ No Anno de, 1267: fes este Prior a divizão das rendas do mosteiro entre sí, e os Conegos; as quais dahi em diante assim perseverarão sempre. Faleceo finalmente em, 10, de Janeiro: Era, de, M.ccc.viij. he Anno de, 1270.

℄ .10. Dom Pedro Sueiro: natural de Lisboa, Conego professo deste real mosteiro; do qual foy canonicamente eleito Prior Môr, é confirmado em, 18, de Janeiro do mesmo Anno, 1270=(1) Foy Prior, 14, annos=7, mezes=é 10: dias. Era Concelheiro de Estado del Rey Dom Affonso, 3°. Faleceo em, 28, de Agosto, Era de, M.ccc.xxij. que he Anno, 1284 —

℄ .11. Dom Durando Paes: natural de Coimbra: Sendo Prior Crasteiro foy eleito Prior môr, é Confirmado em o. .1. de Setembro. do mesmo Anno, 1284: em que Vagou. Foy Prior, 9, Annos=8, dias=Faleceo em. 9. de Setembro: Era, M.ccc.xxx.j. he Anno de, 1293 —

---

(1) À margem, em caligrafia mais recente: «Na era de 1281. q̃ he an. de 1243. ja D. Ioão Pires governava o Mostr.°: consta da Sn.ª de transacaõ q̃ fes com D. Loba sobre os bens de Arronches e Abrantes que seu marido tinha tomado por violencia ao Mostr.° Alm. 33. m. 3. n. 1. et 2.»

¶ .12. Dom Lourenço Pires: Sendo Prior Crasteiro deste mosteiro lhe derão o Priorado do Castelo de Lejria: daqui foy chamado o Prior Môr Dom Durando pera lhe assistir â doença é morte; por cujo falecimento o elegerão Prior Môr deste real mosteiro, é foy confirmado em, 15, de Setembro do mesmo Anno, 1293=Teve o Priorado hum Anno=4, mezes=25, dias=Foy com negocios â Curia Romana, faleceo em Toloza de França em os, 9, de Fevereiro: Era de, M.ccc.xxx.iij-he Anno de, 1295 —

¶ Dom Martinho Pires: Sendo Prior Crasteiro deste Convento, ficou com todo o governo na abzencia do Prior Môr seu tio: Sabida sua morte que foy em França, nunca quís dezistir do gouerno, ê dar Lugar â nova eleição, dizendo que o Prior Môr seu tio renunciara nelle o Cargo: ê assím com violencia o teve, 3, annos ê alguns mezes contra vontade dos Conegos, os quaís o não reconhecião por Prelado, como na verdade o não era=antes o tinhão por intruzo, ê o riscarão do Cathalogo dos Priores mores aonde se tinha posto, ê iulgarão os, 3, annos por vagos. Faleceo em os, 9, de Junho da Era, M.ccc.xxx.vj. he Anno de, 1298 —

¶ .13. Dom Bertolomeu Domingues: natural de Lisboa, filho de Domingos Bertolomeu — ê de sua mulher Dona Maria João. Era Prior Crasteiro quando faleceo Dom Martinho, foy então eleito Prior môr Canonicamente, ê foy Confirmado em, 13, de Junho do mesmo Anno, 1298 — Foy Prior, 6, annos=5, mezes=22, dias —

¶ No seu tempo, ê de sua Licença, se passou do mosteiro das Donas de São João, Dona Maior Dias, pera Abbadeça do mosteiro novo de Santa Clara dalem da Ponte, que ella mandou fundar à sua Custa, ê do Bispo Dom Miguel seu tio, ê Leuou comsigo duas religiozas — Pag. 235-v=

¶ Faleceo o Prior môr Dom Bertolomeu Domingues, em os, 7, de Dezembro: Era, M.ccc.xl.ij-he Anno =1304 —

℄ .14. Dom Estevão João, (1) Conego professo deste mosteiro = filho de Joaõ Pires Salvadores: foy eleito Prior môr deste mosteiro sendo Preposto do Convento: em, 10, de Dezembro, do mesmo Anno, 1304, em que vagara o Priorado. Foy Prior mor, 10, Annos = 8 mezes = 27 = dias = Faleceo no seu Priorado em, 7 = de Setẽbro = Era de M.ccc.L.iij-he Anno de, 1315 — A Missa do Espirito he por elle —

℄ .15. Dom Domingos Pascazio: Conego professo deste real mosteiro, era Prior da Igreja de Santa Maria de Obidos, e vigairo de Leíria. Foy eleito Prior Môr, ê confirmado em, Setembro, do mesmo Anno, 1315 — Foy Prior; 7, annos: 3 = mezes = 5, dias = Faleceo em, 14, de Dezembro da Era, M.ccc.lx. he Anno de, 1322 — *(em caligrafia mais recente:)* e não pode ser neste anno pois no 1.º de Fevr.º do mesmo anno se achava ja eleito D. Frᶜᵒ Pires como se authoriza na margẽ» (2).

℄ .16. Dom Francisco Pires filho de Xisto Pires, homem fidalgo de boa nobreza de Lisboa, ê de sua mulher, Uncia Migueis: Conego professo deste mosteiro, era Prior Crasteiro, foy eleito Prior môr Canonicamente, ê confirmado em, 19, de Dezembro do mesmo Anno de 1322 — Foi Prior, 26, annos = 3, mezes = 10, dias * Addiçam.

℄ O Papa Bento, 12, de nação Frances, por seu Breve Apostolico lhe cometeo a Vizita, ê refformação geral da Ordem Canonica Augustíníana de Hespanha: Prezidio no

---

(1) Em caligrafia mais recente: «alias, D. Estevão Annes». Idem, à margem: «Emprazou a Egas Lourenço o lugar de Martinchel no vltimo de 8.bro da era de 1349. q̃ he anno de 1311. = Alm. 33. m. 3. n. 4.»

(2) Idem, à margem: «da demarcação do Lourical alm. 35. m. 9. n.º 13. consta q̃. este Prior vivia no anno de 1357, de Cezar q̃ corresponde a 1319.»

capitulo desta refformação que Se Celebrou na cídade de Braga, no mes de Setembro: Era, M.ccc.lxx = viij. que he Anno de, 1340 — Faleceo finalmente em, 31, de Março, Era de, M.ccc.lxxx.vij. he Anno de, 1349 —

℄ .17. Dom Affonso Pires: Conego professo deste real mosteiro, tínha sido Reytor da Igreja de Santa Maria de Assumâr, no bispado de Evora. Foy eleito Prior môr canonicamente, ê Confirmado em, 10, de Abril do mesmo Anno, 1349 — Foy Prior, 27, annos = 10, mezes = 25, dias = Adoeceo, E entrevou de Velho, por ordem do Convento tomou Cogitor no Anno, 1375. pera o ajudar no governo = Faleceo em, 26, de Fevereiro da Era de M.cccc.xv. que he Anno de, 1377 —

℄ .18. Dom Vasco Martins Bayão, da antiga Caza dos Senhores de Bayão: conego professo deste real mosteiro: Sendo Prior da Igreja de Santo Andre de Ansede, foy chamado no Anno de, 1375, pello Prior môr Dom Affonso Pires que estava entrevado, ê lhe Cometeo o governo todo deste real mosteiro, que governou dous annos

℄ No Anno de, 1377: falaceo o Prior môr como asima dissemos; fizerão os Conegos sua eleicão Canonica, ê sahio eleito Prior Môr, o dito Dom Vasco Martins Bayão, ê foy confirmado em, 28, de Fevereiro do mesmo Anno, 1377 = Foy Prior, 16, annos = menos = 15, dias — Faleceo em, 17, de Fevereiro, Era, M.cccc.xxx.j-he Anno de, 1393 —

℄ .19. Dom Affonso Martíns = Clerigo secular de ordeñs de Evangelho, Criado do paço del Rey Dom Fernando: o qual Como Padroeiro rogou aos Conegos deste real mosteiro elegessem Prior a este seu encomendado: elles a principio repugnarão por ser contra suas Leis, porem vencidos dos rogos daquelle Princepe o elegerão no mesmo Anno de, 1393 = ê como não era religiozo asseitou o habito de Conego, e fes profissão nas maõs do Prior Crasteiro Dom Vasco Gonsalves; tomou logo Ordens de Missa, ê então

foy Confirmado no Priorado, em, 20, de Março = Foy Prior, 21, annos = 4, mezes = Faleceo em, 21, de Julho, da Era, M.cccc.L.ij-he Anno de, 1414 –

ℂ SCHISMA — ℂ

ℂ No Anno de, 1414 = por morte do Prior môr Dom Affonso Martíns, iuntos os Conegos pera a eleição de novo Prelado, se dividirão os votos em duas facçoeñs —

Huns elegerão â

ℂ Dom Fernando Affonso: Prior que era da villa de Arruda, que jâ tínha sido Prior Crasteiro deste real mosteiro —

Outros elegerão â

ℂ Dom Pedro Annes; que autualmente era Prior Crasteiro deste Convento, ê depois foy Prior de Leiria (1) —

ℂ Ambos os eleitos erão Conegos professos deste real mosteiro: procurou cada hum que sua eleição fosse confirmada, o que não podendo alcansar em muitos tempos, forão ambos aprezentar se diante del Rey Dom João, 1°, como Padroeiro: el Rey dando lhe audiencia a cada hum em particular, puzerão ambos sua Iustiça fundada em dizerem deffeitos, ê faltas hum do outro, de que pouco edificado, antes escandelizado el Rey, mandou dizer aos Conegos procedessem a nova eleição de seu Prior môr, comtanto que não votassem em algum daquelles dous asîma nomeados; ê vissem em quem davam seus votos. Gastarão estas contendas, dous Annos, ê Sínco mezes, que esteve vago o Priorado môr deste real mosteiro, governado pello Vigairo: geral —

ℂ VIGAIRO GERAL . ℂ

ℂ Dom Vasco Gonçalves: Conego professo deste real mosteiro, do qual fora por vezes Prior Crasteiro = ê era Prior

---

(1) À margem, em caligrafia mais recente: « Este D. P.° como Prior intentou accois como foi a da Sn.ª do Alm. 15. m. 2. n. 24 ».

da Igreja de Santo Andre de Ansede: Servio de Vigairo geral estes, Dous annos: ê, 4, mezes rogado pello Convento, emquanto durava a Contenda, ê demanda entre os dous eleitos asíma nomeados: des os 10, de Agosto do Anno, 1414; até o fim de Dezembro de, 1417 —

¶ 20. Dom Gonçallo: chamado de=boa memoria: varão religiozo, ê exemplar, Conego professo deste real mosteiro, do qual tinha servido os Cargos honrozos: era Reytor da Igreja de São Julião do Tojal: Depois do Schisma, ê bulhas âsíma ditas. Se fes eleição Canonica de Prior môr deste real mosteiro, ê sahio eleito Com todos os Votos em, 24 de Dezembro da Era de, M.cccc.l.v. que he Anno de, 1417. E não querendo asseitar o Cargo, o Levarão a El Rey Dom João, 1º: o qual, Louvando, ê aprovando a eleição por bem feita, dando lhe bons conselhos, e suas razoens, ê não lhe admitindo a desculpa, o obrigou a asseitar, ê foy Logo Confirmado. Foy Prior môr: 23, annos: 3, mezes: 22, dias —

— Corria a Era de Cezar, M.cccc.lx. que he anno de Christo de, 1422. O serenissímo Rey Dom João, 1º: fes Ley, ê mandou que dalí em diante em seus reynos, ê senhorios se não vzasse mais da Era de Cezar: ê se contassem os Annos pello nacímento de Nosso Senhor Jesu Christo: Como jâ se uzava em toda Hespanha.

¶ Faleceo o Prior môr Dom Gonçallo em, 15, de Abril, dia de Pascoa de Ressurreição, do Anno do Senhor de, 1441.

¶ .21. Dom Gomes Ferreira: natural da Cidade de Lisboa, Conego professo deste real mosteiro de Santa Crus: depois de ter servido alguns cargos honrozos no mosteiro, o mandarão a Roma a negocios da Ordẽ que elle solicitou com cuidado, ê deligencia: O Papa Eugenio, 4º, vendo nelle grande talento, muitas Letras, e aprovada Virtude, o nomiou Abbade do mosteiro de Santa Maria de Florença, da Ordem Camaldulense, e vizitador geral daquella congregação=O qual Cargo admínistrou dous annos com grande prudencia: no fim delles tornou a Roma, e o renunciou nas maõs do mesmo

Summo Pontifice Eugenio, 4°, que lho tínha dado; o qual então o envicu ao Reyno por seu Legado, aonde chegou no Anno de, 1436 = trouxe a Cruzada que el Rey Dom Duarte pedira contra os Mouros de Africa: o mesmo Rey lhe deu o Priorado de Arronches, que ainda então era de Santa Crus, e estava vago.

¶ Vagando depois disto o Priorado môr deste real mosteiro por morte do prior Dom Gonçallo, o Infante Dom Pedro tutor del Rey Dom Affonso, 5°, e governador do reyno, rogou aos Conegos em nome do Rey minino, quizessem eleger, e dâr aquelle Priorado a Dõ Gomes Ferreira pellos muitos servissos que ao reyno, e á religião tínha feito = Os Conegos a príncipio duvidarão muito fazel lo, mas considerando outra Couza, consentirão, e o elegerão com seus votos, e o confirmarão no Anno de, 1441 = no principio do mes de Mayo. Foy Prior môr cerca de, 18, annos: Fes a Caixa de Prata em que tresladou os ossos dos santos sinco martyres de Marrocos, que atê então estavão no tumulo de pedra que ainda oje se vê na claustra deste real mosteiro: foy feita esta tresladação em, 10, de Dezembro, do Anno, 1458 — Com estas, e outras muito boas obras, carregado de annos, faleceo ẽ em, 20, de Abril, do Anno de, 1459.

¶ Dom Affonso Martíns: Conego professo deste real mosteiro, tinha jâ sido nelle Prior Crasteiro, e outros cargos.

Por morte do prior Dom Gomes, que foy no anno de, 1459; como temos dito, os Conegos deste real mosteiro, elegerão em Prior môr ao dito Dom Affonso Martins, mas el Rey Dom Affonso, 5°, o impedio, e mandou que o não confirmassem, porque como Padroeiro tínha prometido, e queria dar de merce este Priorado ao Bispo Dom João da Costa, fidalgo de sua Caza, Conego deste mosteiro: rezistirão grandemente os Conegos a esta nomeação del Rey, por se não irem os Reys introduzindo em nomear Priores mores contra os Breves dos summos Pontifices. Não deu el Rey por esta razão, ê outras que lhe apontarão, ê assím por força mandou dar posse das rendas do Priorado ao Bispo Dom João da Costa: Os Conegos deste mosteiro vendo a força

que el Rey lhes fazia recorrerão a Roma ao Papa Pio, 2º, o qual deu sentença em favor dos Conegos Contra o nomeado Prior Dom João da Costa, ê por seu Breve mandou aos ditos Conegos fizessẽ sua eleição com liberdade. Entretanto que duravão estas contendas com el Rey, esteve o Priorado môr vago cerca de quatro annos governado por vigairo Geral ate o Anno de, 1463 —

ℂ VIGARIO GERAL ℂ

ℂ Dom Alvaro Annes o Velho: Conego Professo deste real mosteiro, e Prior Crasteiro do Convento: servio de Vigairo Geral do anno de, 1459 = até o Anno de, 1461, em que se fes nova eleição (1)

ℂ 22. Dom João da Costa: Conego professo deste real mosteiro, mestre em sagrada escritura de Theologia, Bispo Sagrado, do Conselho del Rey Dom Affonso, 5º, fidalgo de Sua Caza.

Alguns ha que não sabem, e duvidaõ de que Igreja, ou Cidade, fosse Dom João da Costa, Bispo; se porventura seria titular, é de Anel; porque se assínava nas escrituras Bispo em a Universal Igreja = O serto he que Dom João da Costa foy Bispo da Cidade de Lamego, nomeado por el Rey Dom Affonso, 5º, pellos annos de 1446: O Papa Eugenio, 4º, lhe passou as Letras, foy sagrado, e tomou posse do Bispado, e o possuhio cerca de, 10, anos, e se achou e assistio com outros Bispos, e Prelados do reyno nas Cortes que o mesmo Rey fes dos tres estados na Cidade de Lisboa: Anno, 1455.

ℂ Avia neste tempo hum fidalgo éccleziastico, chamado Dõ Alvaro Gonsalves, a quem el Rey Dom Affonso, 5º,

---

(1) Entrelinhado, e à margem, em caligrafia mais recente: «em q̃ fes prazos hũ a 31. de Marco e outro no 1.º de 7.bro do d.º Anno. Março 1. de epr. ant. fl. 60. e 62. E a 26 de Fevr.º e 14. de Abril de 1462. era Vigr.º g.al do mostr.º quasi Vacante Diogo Annes q̃. nos d.cs dias fes dois prazos: ibidem fl. 60. vs.º e 61.»

desejava dár alguma dignidade pellos muitos servissos que seus antepassados, e elle tínhaõ feito â Coroa, mas estava tudo occupado. O Bispo Dom João da Costa que entendeo a el Rey, não quis perder o Lanço de Cortezia, ou por lhe fazer obsequio, ou por Dom Alvaro ser seu parente, ou amigo particular, ou por outra occulta cauza, renunciou o seu Bispado de Lamego nas maõs del Rey, pera elle o dar ao dito Dom Alvaro: Mandarão a Roma pella Confirmaçaõ, O Papa Calisto, 3º, lhe passou as Letras no principio do Anno de, 1456 — Anno primeiro do seu Pontificado. O Bispo Dom João da Costa Como ficou Sem Igreja propria, se intitulava dahi por diante = Bispo em a Universal Igreja: de que naceo a duvida.

¶ No Anno de, 1459 = por morte do Prior mór Dõ Gomes Ferreira, Intentou el Rey Dom Affonso, 5º, pagar ao Bispo Dom João da Costa a fíneza que por elle fizera largando lhe o seu Bispado de Lamego (1), como asíma dissemos: impedio aos Conegos deste mosteiro a sua eleição, porque como Padroeiro queria da sua mão absolute dar este Priorado ao sobredito Bispo Dom João da Costa, de que nacerão as contendas, e dezavenças que ouve entre el Rey, e os Conegos que durarão quatro annos: No fím dos quais, como os Conegos trouxerão de Roma sentença por sí contra el Rey, Com facilidade por beneplacito se vierão a abrandar, e consertar com o mesmo Rey contentando se com terem já ficado vencedores, e com sentença por sí = e assím no principio do Anno de, 1463, fazendo sua eleiçaõ de Prior mór, ele gerão todos nemine discrepante ao sobredito Bispo Dom João da Costa em seu Prior môr, e o cõfirmaraõ com grande alvoroço, e aplauzo, lhe derão a posse deste Priorado, o qual governou cerca de, 10, annos Com satisfação até a morte que foy em 19, de Novembro, do Anno de, 1473 —

---

(1) À margem, em caligrafia mais recente: «Nesta Se vaga governava o Mostr.º Frey Rodrigo chamando-se Prior delle sem declarar era Crasteiro: consta de hũa sn.ª q̃ alcançou contra o Cazr.º de Alçaperna em cadima, Alm: 42. maç. 4. n.º 33.»

℄ O Prior do Crato Dom Vasco de Atayde deixou escrito todas as datas que el Rey Dom Affonso, 5°, fés os quais apontamentos estão na torre do tombo, entre as quais dis que fes Bispo de Lamego a Dom João da Costa — Tambem o nosso Padre Dom Theotonio de Mello no seu Livro de memorias que deixou escritas, dís que Dom João da Costa Prior môr deste mosteiro de Santa Crus, fora Bispo de Lamego —

℄ 23. Dom João Galvão, Clerigo secular, escrivão da puridade del Rey Dom Affonso, 5°, e seu Capellam môr, do seu conselho, e muito asseito por suas boas partes: era filho do escrivaõ da fazenda, e secretario do mesmo Rey, Rodrigo Galvão, e de sua mulher Branca Gonsalves: o mesmo serenissimo Rey o nomeu Bispo de Coímbra, o Papa Pio, 2°, lhe passou as Letras no Anno de. 1462 e o fes seu Legado Com grandes poderes neste reyno.

℄ Acompanhou o Bispo Dom João Galvão a el Rey Dom Affonso, 5°, na jornada que fes a Africa, pellos Annos de, 1471. e no Anno seguinte, 1472, estando el Rey em Coimbra querendo lhe premiar os bons servisses que naquella jornada lhe fizera, lhe fes merce pera elle, e pera os Bispos de Coimbra seus sucessores de Conde de Arganil: o Padrão desta merce se passou em, 25, de Setembro deste mesmo Anno de 1472 — e foy o prímeiro que se intitulou, — Bispo Conde dignidade de que ainda oje gozão os Bispos de Coimbra.

℄ No Anno seguinte, 1473 = vagou o Priorado môr deste real mosteiro, por morte do Prior môr Dom João da Costa: el Rey Dom Affonso, 5°, como Padroeiro rogou aos Conegos lhe quizesem dar este Priorado: elles asseitando a nomeação del Rey o elegerão Com seus votos, e foy confirmado no Cargo, no príncipio do Anno de, 1474 — e o possuhio cerca de sinco annos —

℄ No Anno de, 1480: vagando o Arcebispado de Braga, el Rey Dom Affonso, 5°, o nomeou pera Arcebispo: Largou entaõ nas maõs do mesmo Rey o Priorado môr de Santa Crus, com o Bispado de Coimbra: e sem aguardar as Letras,

e Confirmacão do Summo Pontifice, fundado na opinião do Jurisconsulto Oldrado, entrou em Braga, e ahi comessou a exercitar os actos de Jurisdição Ecclesiastica, e porque derão Capitulos delle ao Papa Xisto, 4°, lhe não quis passar as letras, e assim não teve mais que o titulo de Arcebispo pouco maís de quatro annos, e faleceo em 27, de Julho do Anno de, 1485 = avia jâ os quatro Annos que não tinha o Priorado de Santa Crus, que o possuia Dom João de Noronha, nem o bispado de Coimbra, que já estava provido em Dom Jorge de Almeida, com Letras passadas, e sem o Arcebispado, Como dissemos.

Todas essas Couzas asíma referidas, do Bispo Dom João Galuão Constão das memorias do Cartorio deste real mosteiro.

¶ .24. Dom João de Noronha, e Menezes = filho de Dom Pedro de Menezes primeiro Marques de Villa real, e da Marquesa Dona Brittes de Lara, filha de Dom Fernando, 2°, do nome; 3°, Duque de Bargança, e da Duqueza Dona Isabel, irmam del Rey Dom Manoel —

Era Dom João de Noronha Conego proffesso deste real mosteiro, aonde se criara desde minimo vestido em o nosso Santo habito. Tínha ordens de Epistola quando el Rey Dom Afonso, 5°, o nomeou pera Prior mor deste seu real mosteiro, no Anno de, 1484 = em que o Largou o Bispo Dom João Galvão, e rogou aos Conegos o quizessem eleger Com seus votos, o que elles fizerão de boa vontade, e o confirmarão no Priorado, do qual tomou posse pella eleição, e confirmação, e o possuhio cerca de, 21 annos —

¶ Quando o Prior môr Dom João de Noronha cantou a sua Missa nova, assistio a ella el Rey Dom João, 2°, e â offerta lhe Lansou no prato huma Cedula em que lhe dizia — Fasso-vos Arcebispo de Braga = estava então vago: acabada a missa, o Prior môr Dom João foy beijar a mão a el Rey pella honra da assistencia â sua missa, e pella merce do Arcebispado, mas disendo lhe el Rey que avia de Largar o Priorado, lhe respondeo = naõ troco eu o Priorado de Santa

Crus, por dignidade alguma do reyno, e vossa Alteza me dé licença pera não asseitar a offerta = e com isto beijando o escrito, lho tornou a dar.

℄ Assistio o nosso Prior môr Dom João de Noronha nas Cortes que o mesmo serenissimo Rey Dom João, 2°, fes em Evora no Anno de, 1490 = porque era do Conselho de Estado.

℄ Quando el Rey Dom Manoel tresladou o Corpo del Rey Dom João, 2°, seu antecessor, da Igreja de Silves no Algarve aonde estava enterrado, pera o real mosteiro da Batalha, chamou a todos os Bispos e Prelados do Reyno pera se acharem no Officio das honras daquella tresladação, aonde o nosso Prior Dom João de Noronha, na tarde em que chegou o Corpo, o esperou á porta da Igreja da Batalha com sua capa de Pontifical, e a Crus dos nossos Conegos diante, Cantou a Oração do offício, e ao outro dia pella menhaã Cantou a missa em Pontifical, dando fim ao officio como el Rey Dom Manoel lhe tinha encomendado, sem embargo dos muitos Bispos e Prelados que estavão prezentes; o que tudo Consta da Chronica do mesmo Rey Dom João, 2°.

℄ Grande foy a estimação que o serenissimo, Rey Dõ Manoel fes sempre do nosso Prior Dom João seu sobrinho; Procurou lhe o Arcebispado de Lisboa que o Comia em Roma o Cardeal Jorge da Costa, escreveu lhe pera isso, o que não teve effeito, porque o Cardeal pedia em troca o Priorado Môr de Santa Crus pera seu Irmão Dom Martinho da Costa: no que o Prior Môr Dom João de Noronha não quis vir, dizendo, que já pello não Largar engeitara o Arcebispado de Braga a el Rey Dom João 2° =

℄ Dezejando el Rey Dom Manoel ver acressentado ẽ dignidades a seu sobrinho o Prior môr Dom João de Noronha, escreveo huma Carta ao Summo Pontifice Alexandre, 6', em que lhe pedia o Capello de Cardeal pera elle, o que não sortio effeito. Falecido o Papa, o mesmo Rey escreveo outra Carta ao novo Pontifice Julio, 2', na mesma forma, e com a mesma petição o qual respondeo: lhe parecia bem

fazer a Dom João Bispo de Septa Prímas de Africa, e dar lhe o Capello de Cardeal com titulo de Cardeal de Septa: ou Com titulo de Cardeal de Santa Crus de Portugal aonde elle era Prior; e logo lhe mandou as Letras do Bispado de Septa: Parecendo novidade o titulo em Portugal, ou em Africa, replicou a sua Santidade, que o Prior de Santa Crus era pessoa que merecia ser Cardeal de Roma: Com a reposta de el Rey dilatou sagrar se o Prior Dom João em bispo de Septa Neste entretanto adoeceu, e faleceu sem ainda ser Sagrado.

℄ Foy Dom João de Noronha o vltimo Prior Môr perpetuo que elegeo o Convento, e do seu mesmo habito, e profissão, ainda que nomeado por el Rey: Faleceo neste seu real mosteiro aonde tem Sua Sepultura, tumulo levantado na Capella do Santo Christo da Claustra á parte da Epistola Com as Armas dos Noronnhas dentro no vão do Arco que Cobre o tumulo, pera onde seus ossos forão tresladados: e na face delle esta aberto este Epitafio =

℄ Aqui jâs Dom João de Noronha, e Menezes = XXIV = Prior môr deste mosteiro, filho de Dom Pedro de Menezes primeiro Marques de Villa real, e da Marqueza Dona Brittes de Lara. Faleceo a, 24, de Agosto: Anno do Senhor de=1505—

℄ 25. Monsievr Galiotto Franciotto de La Rovere: Presbytero Cardeal do titulo de São Pedro ad vincula: Sobrinho do Papa Julio, 2º; O qual quando passou as letras do bispado de Septa ao Prior môr Dom João de Noronha, e lhe dava o Capello de Cardeal de Septa, ou de Santa Crus de Portugal, nomeou a este seu Sobrinho no Priorado môr deste real mosteiro, de que lhe passou letras apostolicas, dizendo nellas: que por Ser o dito mosteiro de Santa Crus Camera apostolica, o dava ao Cardeal de São Pedro Seu Sobrínho, pera suceder no dito Priorado môr, sendo Cazo que o dito Dom João de Noronha o Largue em vida, ou vagando por sua morte. mandando aos Conegos com Censuras, que em qualquer dos sobreditos cazos o asseitẽ logo por seu legitimo Prior, e o reconhessão por tal. E que pera seu

governo elejão de entre Sí cada tres annos hum Prior Crasteiro, Como atê então fazião.

℄ Faleceo o Prior môr Dom João de Noronha, no Anno de = 1505 = como dissemos: logo o Nuncio Apostolico deste Reyno mandou notificar o Breve aos Conegos Com graves penas, e Censuras que nelle vinhão, recebessem logo por seu legitimo Prior môr ao dito Cardeal de São Pedro Monsieur Galliotto Franciotto. Os Conegos medrozos, e sem replica alguma asseitaraõ o Breve de sua Santidade, e obedecendo a seus mandados derão posse do Priorado ao Agente do Cardeal: e elegerão Prior Crasteiro — a

℄ Dom Bras Loppes, varão douto em Sagrada Theologia, Conego professo deste real mosteiro, foy eleito Prior Crasteiro Conforme o Breve de Sua Santidade, e o Confirmarão em, 14, de Setembro, do mesmo Anno de 1505 = Servio =, 4, annos; e sinco mezes —

℄ Sentio muito el Rey Dom Manoel que o Papa nomeasse, e desse o Priorado môr desse seu real mosteiro Sem seu beneplacito: e assím mandou o Prior crasteiro Dom Bras Loppes, derrubasse, e puzesse por terra a Igreja, capitulo, e claustra, e com as rendas do Priorado môr as fizesse de novo restaurar em milhor forma, e disso desse Conta a sua Santidade, que não esperassem lá por dinheiro algum: e elle tambem escreveo a Roma ao Seu embaixador sobre o mesmo negocio —

℄ O Summo Pontifice pella Carta que teve do Prior Crasteiro, entendeo o Lanço, e animo del Rey; mandou logo ao Cardeal seu sobrinho, desistisse, e largasse o Priorado, o que elle logo fês depois de o possuir estando em Roma pouco maís de hum Anno, sem delle receber lucro algum —

℄ O mesmo Papa Julio, 2º; em satisfação de ter bolido no Priorado passou hum Breve de motu proprio, no Anno de, 1507 — a el Rey Dom Manoel, no qual lhe Concedeo a elle, e aos Reys de Portugal seus Sucessores in perpetuum, possão aprezentar, e dâr da sua mão Prior môr a este real mosteiro, e aos demais da Ordem, Como Padroeiros que delles São. Este Breve Confirmou depois o Papa Lião-10º-

¶ .26. Dom Pedro, Bispo da Cidade da Guarda do Conselho de Estado del Rey Dom Manoel, e seu Capellão môr: O mesmo Serenissimo Rey por virtude do motu proprio do Papa Julio, 2º, o aprezentou no Priorado môr deste real mosteiro, no mesmo Anno, 1507, em que o passou, e o Cardeal seu sobrinho o tinha Largado. E como não era Conego do nosso habito, o recebeo ainda que Bispo, e fes profição, canonica, e recebeo o juramento nas maõs do Prior Crasteiro Dom Bras Loppes. Tomou posse, e foy Confirmado no mes de Dezembro do sobredito Anno, 1507 = Teue o Priorado, 8, annos = 7, mezes = e alguns dias. Fes as obras que el Rey Dom Manoel tinha mandado derribar = a saber = a igreja com a Cappella môr, e retabolos pera todos os Altares = a Claustra Com suas varandas = a Casa do Capitulo de Abobeda, — com a capella do Santo Christo da Claustra —

¶ Entre as mais obras que el Rey Dom Manoel encomendou ao Prior môr Dom Pedro, forão = mandasse fabricar duas Sepulturas grandiosas para os prímeiros dous Reys deste reyno seus predecessores, que neste real mosteiro estavão sepultados: a saber El Rey Dom Affonso Henriques e seu filho el Rey Dom Sancho. —

¶ O Prior môr pondo maõs á obra, na Capella môr deste real mosteiro, Como el Rey lhe mandara, as mandou fazer de obra prima, com perfeita, e proporcionada architectura, com muitas laçarias, brincos, imageñs, e folhageñs, e sobre os tumulos levantados seus vultos tirados ao natural, como oje em dia os estamos — vendo —

¶ Ao Prior Crasteiro Dom Bras Loppes, que o foy = 4 = annos, e cinco mezes = sucedeo por eleição =

¶ Dom Gaspar Fernandes, conego deste mosteiro: foy eleito Prior Crasteiro no mes de Fevereiro, do Anno de, 1510 = Servio tres annos; e hum mes = sucedeo lhe —

¶ Dom Fernando Correa: Conego deste Mosteiro foy eleito Prior Crasteiro no mes de Março, do Anno de, 1513 = Servio, 3, annos —

℄ Dom Diogo Nunes, Conego deste mosteiro: foy eleito Prior Crasteiro no mes de Março, do Anno de, 1516 = servio = 3, annos = 2 — mezes —

℄ Faleceo o Bispo Prior môr Dom Pedro = em, 13, de Agosto, do Anno de, 1516 = foy Sepultado neste real mosteiro = seus ossos forão tresladados pera a Capella do Santo Christo da Claustra, pera tumulo alto, â parte do Evangelho: nelle lhe abrirão este Epitafio = ℄ Aqui jás Dom Pedro Bispo da Guarda, Prior môr deste mosteiro, e Capellão môr del Rey Dom Manoel, o qual mandou faser a Igreja com a Capella, e capitulo desta Caza, e outras muito boas obras com que a ennobreceo. Faleceo em o Anno do Senhor de, M. D. Xvj = em os, xiij. dias de Agosto — ℄. Tem sobre o tumulo no vão do Arco que o Cobre, hum escudo com suas Armas, que são=Sinco Gaviaeñs=donde vem que o nomeamos ordinariamente = Dom Pedro Gavião = Sendo, que não consta que tal appelido tivesse. =

℄ .27. O Infante Dom Affonso, Filho del Rey Dom Manoel, é da Raynha Dona Maria = Era de idade de onze annos com Ordens menores, quando o serenissimo Rey seu pay lhe deu o Priorado môr deste seu real mosteiro, no Anno de, 1516 = em que vagou: vestio o habito Canonico, é mandou tomar posse do Priorado que lhe foy dada no mes de Agosto — Foy Prior môr Comendatario cerca de, 8, annos = O Papa Lião, 10, o criou Cardeal de Santa Lucia in Septisolio, com titulo de Bispo de Targa: Anno de, 1517.

℄ Ao Prior Crasteiro Dom Diogo Nunes, que o foy = 3, annos = e, 2, Mezes — sucedeu por eleição =

℄ Dom João Galvão = Conego professo deste real mosteiro = Sobrinho do Bispo Dom João Galvão = foy eleito Prior Crasteiro do Convento no fím do mes de Mayo, do Anno de, 1519 Servio tres annos =

℄ No Anno seguinte desta eleição, 1520 = ém os, 16, dias do mes de Julho, estando o Serenissímo Rey Dom Manoel nesta cidade de Coímbra, veio a este seu real

mosteiro á tarde, é mandou abrir as sepulturas antigas dos primeiros dous Reys deste Reyno seus predecessores: Achou o Corpo dó deuoto Rey Dom Affonso Henriques inteiro, incorrupto, a carne seca, é a côr palida, é macilenta, mas de aspecto Severo que parecia estar vivo = do qual sahia cheiro suavissímo Tínha vestido huma Garnacha comprida de paño de lam branca, é huma sobrepelis de pano de Linho, isto tão inteiro é são, como se naquella hora lhas vestissem. Era el Rey de estatura de dês palmos em comprido, é de dous é meio de Largo pellos peitos, é a perna que quebrou nas portas de Badajôs, era mais curta que a outra tres dedos = O senhor Rey Dom Manoel o fes mostrar á nobreza, é povo desta Cidade, estando junto delle em peé descarapussado com hum Cirio acezo na mão, assistído com elle todos os Senhores, é fidalgos com tochas acezas nas maõs, é cõ elles todos os religiozos Conegos do Convento: é assim como o achou, cantando lhe primeiro hum responso, o meteo, é depozitou no sepulchro novo que lhe tinha mandado fazer na Capella môr á parte do Evangelho; é no dia seguinte, 17, de Julho pella menham lhe mandou Cantar hum officio de deffuntos de nove Liçoeñs com sua Missa beneficiada com toda a solemnidade, é apparato que a Couza em Sí pedia. Esta memoria deixou escrito Joaõ Homem, Cavaleiro fidalgo da Caza del Rey Dom Manoel, que com elle se achou prezente, é vio tudo com seus olhos. Na face de fora na pedra do mesmo sepulchro, mandou o Senhor Rey Dom Manoel abrir o seguinte Epitafio =

Alphonso Henrico primo Portugaliæ Regi, Regio sanguine, Religione, et Armis clarissimo. Qui Jmperature Alphonso Castellæ Rege pro Patria: ac viginti potentissimis Maurorum Regibus, cum maximis copijs, parva manu, sed fide, animoque ingenti, diversis prelijs, pro christiani nominis augmento justa acie superatis. Olysiponem, Santarenam, Eburam, aliaque quatuordecim munitissima oppida, et vniversam fere Lusitaniam ab infidelium manu recuperant,

Christi peculio adjecit. Hoc, et Alcobatiæ, pluraque alia Cænobia extruxit, ditavitque. Nec Regno solum, posterisque insignia Christum, qui ej apparuit Crucifixum, reffe-rencia: Sed cunctis etiam maximum exemplum reliquit. Cujus virtus suis contenta factis cætera exequi non patitur. De Fide, de Patria, de Regno, de suis benemerenti, pientissimi heredes hoc sepulchrum posuere. Obiit Anno Domini: M. C. L.xxx.v = Regni sui, Lxxiij = ætatis, L.xxxxj = Die. vj = Decembris — ℂ.

℄ Em nosso vulgar = dis assím. ℄

℄ Ao primeiro Rey de Portugal Dom Affonso Henriques clarissímo pello sangue real, religiaõ, é armas. O qual vencidos em varias batalhas o Emperador Dom Affonso Rey de Castella, em deffensão de seu Reyno = é vinte Reys Mouros poderosissimos, acompanhados de grandes exercitos, em augmento da Cristandade: é não tendo elle da sua parte mais que poucos soldados, é a pureza da fé, é grandeza de animo de que era dotado: Livrou da servidão dos: Mouros, é restituhio â Igreja de Christo, Lisboa, Santarem, Evora, é outras quatorze povoaçoeñs fortissímas. Fundou, é dotou liberalmente este mosteiro, é o de Alcobaça, é outros muitos. Não Soô deixou ao Reyno, é a seus descendentes as Armas em que se reprezentaõ as chagas de Christo, o qual lhe appareceo Crucificado: mas hum exemplo maravilhoso. Cuja virtude com suas obras se iguala, é não dá Lugar a se passar adiante em seus Louvores. A este inclito Princepe tam benemerito da Republica christam, de sua Patria, Reyno, é seus vassallos, mandaraõ seus piadozos herdeiros levantar este Sepulchro. Faleceo no Anno do Senhor de mil cento outenta é sinco = tendo setenta é tres de seu reynado, é de idade noventa é hum, em os seis do mes de Dezembro. ℄

℄ Este Epitafio se compôs pella opínião da chronica que fes Duarte Galvaõ, que então Corria: A maís provavel opiniaõ que se tem assentado he, que o tempo da Vida del

Rey Dom Affonso Henriques, não passou de, 75, ate, 76, annos, é meyo = é o tempo do seu reynado, não se estendeo a mais que a, 57, annos, é alguns mezes — pois teue principio em dia de são João Bautista, do Anno de, 1128 = é veyo a falecer do de, 1185 = em os, 6, de Dezembro =

¶ E pera que se não perdesse o Epitafio em verso Latino daquelles tempos, que estaua entalhado, e esculpido na Sepultura antiga do valerozo Rey Dom Affonso Henriques: hum curiozo Conego deste real mosteiro, por ordem, e mandado do Serenissimo Rey Dom Manoel, o escreueo com Letras de Ouro com seus rasgos, em huma taboa com os quadros disticos a príncipio, e a pendurou no Arco da Sepultura noua. Esta Taboa ainda oje exta no mesmo Lugar neste presente Anno de, 1650, *em que isto se escreue,* donde se tresladou, e tem já de antiguidade, 130, annos, e dis assim —

¶ In laudem Alphonsí prími Portugaliæ Regis: ¶
Loquitur Epitaphium.

¶ Aurea me quondam legerunt sæcula Regis ¶
Henrici Sculptum marmorio in tumulo.
Deinde Manuelis venit memorabilis ætas,
Qui Mausoleum hoc struxit utrumque nouum.
Is me possessa submouit sede per annos,
Successitas meo proxima prosa Loco.
Hunc postliminio reuocatum, collocor, ecce,
Hac tabula pensant, sic mea fata vices.

¶ Epitaphium antiquitus insculptum vrnæ ¶
Incliti Regis Alphonsi Henrici.

¶ Alter Alexander iacet hic, aut Julius alter, ¶
Beliger invictus, Splendidus, Orbis honor.
Pacis, et Armorum cauto moderamine doctus
Alternare vices tempora tuta dedit.
Quid pietas Christi, vel quantum debeat isti,
Ad fidei cultum, regna subacta docent.

Post Regni fastus fidei moderamine pastus,
In miseros inopes accumulauit opes.
Quod Crucis hic tutor fuerit, necnon Cruce tutus,
Ipsius Clypeo Crux Clypeata docet.
Viuax Fama, Licet tibi tempora Longa reserues,
Digna suis meritis dicere nemo potest.

℄ E não dis mais a taboa. ℄

℄ Nesta Sepultura, ou Sepulchro del Rey Dom Affonso Henriques Se meteo tambem o Ataude com os ossos da Raynha Dona Maffalda sua mulher, com dous infantezinhos seus filhos que com ella estauaõ Sepultados.

℄ No Mauzoleu que fica á parte da Epistola, se recolheo o Ataude com o Corpo del Rey Dom Sancho primeiro, assim como se achou inteiro com a carne seca — Nesta mesma sepultura, ou Mauzoleo meterão os ossos da Raynha Dona Dulce sua mulher, e os ossos do infante Dom Henrique seu filho, cuja Sepultura antiga está na parede junto â terra do primeiro Lanço da claustra deste real mosteiro. E os ossos das Infantes suas filhas, *a saber* — Dona Branca = Dona Beringella = Dona Sancha que estaua Inteira, alua, e fermoza como se estiuera víua. E Dona Constança Sanches filha natural, Conega e Prioressa das Donas deste real mosteiro, que tambem o seu corpo estaua inteiro. Todos em Ataudes destintos, que todos estauão sepultados neste real mosteiro.

℄ Tornando ao Cardeal Infante ℄

Ao seu Prior Crasteiro Dom João Galuão que Seruio, 3, annos = Sucedeu por eleicão —

℄ Dom Antonio Coelho = o qual foy eleito Prior Crasteiro no mes de Mayo do Anno de, 1522 = Seruio tres annos = Era Conego professo deste real mosteiro, e bom Letrado.

℄ O Prior môr Comendatario Cardeal Infante Dom Affonso, renunciou o Priorado deste real mosteiro nas maõs del Rey Dom João, 3.º, irmão seu, no Anno de, 1524

= em idade de, 19, annos, Depois que o possuhio, 8, annos. Teue depois disso o Bispado de Vizeu, e logo o Arcebispado de Lisboa, com a administração perpetua do de Euora = Faleceo finalmente em 21, de Abril, Anno de, 1535 = em idade de, 30, annos —

℄ .28 = O Infante Dom Henrique, filho tambem do serenissimo Rey Dom Manoel = e da Raynha Dona Maria Sua mulher: Entrou a ser Prior môr Comendatario deste real mosteiro de Santa Crus, sendo de idade de, 12, annos com ordens menores, anno, 1524 = pella ren(un)cia que delle fes o Cardial Infante Dom Affonso, por ordem del Rey Dom João, 3°, irmão de ambos = o qual mandou tomar posse do Priorado, que lhe foy dada no mes de Julho = tendo já recebido o habito Canonico, é feito profissão. Foy Prior môr Comendatario, onze annos, ê alguns mezes. Teve tambẽ outros Priorados da nossa mesma Ordem, a saber = de Moreira = Caramos = São Jorge = Reffoyos = Mohia = São Martinho de Crasto = ê outras Abbadias na Ordem do Patriarca São Bento, que el Rey Dom João, 3°, lhe hia dando, assí como vagavão.

℄ No seu tempo, ao Prior Crasteiro Dom Antonio Coelho, que o foy, 3, annos = sucedeo por eleição =

℄ Dom Bras Loppes, Conego professo deste real mosteiro, bom Letrado douto, foy eleito Prior crasteiro esta 2ª, ves em 24, do mes de Mayo, do Anno de, 1525 = Foy Prior da Claustra 2, annos ê. 5. mezes = não quis asseitar a refformação =

℄ No Priorado do Infante Dom Henrique (ainda não era Cardeal) o Serenissimo Rey Dom João, 3°, irmaõ Seu, como seu tutor, e Padroeiro que era deste real mosteiro de Santa Crus, pera maior observancia da religiaõ, o mandou refformar, ímpetrando primeiro do Summo Pontifice Clemente, 7°, Letras apostolicas pera isso, no Anno de, 1527 = Ao qual se forão vnindo em Congregaçaõ muitos mosteiros da Ordem, assim como se hião refformando, dos quais he oje Cabeça, como diremos em seu lugar. Pagina = 42 = v =

℄ No Anno de, 1533 = O Senhor Rey Dom João, 3°, seu irmão, lhe deu o Arcebispado de Braga = O Papa Clemente, 7°, lhe passou as Letras com despensassão, era de idade de, 22, annos.

℄ No Anno de, 1537 = Largou o Priorado môr deste real mosteiro nas maõs del Rey Dom João, 3°, seu irmão, em idade de, 26, annos = Foy depois disso Inquizidor Geral por troca que fes do Arcebispado de Braga com Dom Diogo da Silva, ê Letras do Papa Paulo, 3°, no Anno de, 1539 = ê neste Anno foy sagrado.

℄ Foy depois disto, o primeiro Arcebispo de Evora, que por seu respeito se fes Arcebispado=Presbytero Cardeal do tt° dos santos, 4, Coroados, creado pello Papa Paulo, 3°, no Anno de, 1546 = ê no Anno de, 1549 = por morte do mesmo Papa Paulo, 3°, teve no Conclave muitos votos pera ser Papa —

℄ O Papa Julio, 3.°, no Anno de, 1553 = o fes Legado á Latere neste Reyno. No Anno de, 1566 = foy transferido pera o Arcebispado de Lisboa = ê Largou o de Evora a Dom Joaõ de Mello = por falecímento do qual tornou outra ves pera Evora por letras do Papa Pio 5°.

℄ Finalmente sucedeo no Cetro, ê Coroa de Portugal a el Rey Dom Sebastiaõ Seu Sobrinho naquelle Lamentavel Anno de, 1578 = Reynou hum Anno = 5 = mezes = é alguns dias = Faleceo ẽ Almeirim no mesmo dia em que nacera, 31, de Janeiro, de idade de, 71, annos = no de Christo, 1580 = foy seu Corpo sepultado na mesma Villa de Almeirim, ê ahi esteve ate o Anno de, 1582 em o qual el Rey Dom Felippe o prudente o mandou tresladar pera o real mosteiro de Belem =

℄ = 29 = O Infante Dom Duarte = Cavaleiro da Ordẽ de Christo; filho tambem del Rey Dom Manoel, e da Raynha Dona Maria = Cazado com sua sobrinha a Senhora Dona Izabel, filha do Duque de Bargança Dom Jaymes, e da Duqueza Dona Lionor de Gusman, filha do, 3°, Duque de Medina Cidonia.

¶ Era este Infante de idade de, 22, annos, quando el Rey Dom João, 3°, seu irmão, como Padroeiro o nomeou Prior deste real mosteiro com titulo de, Comendador de Santa Crus, na renuncia que fes o Infante Dom Henrique seu irmaõ, no Anno de, 1537 = Pedio se pera isso dispensassaõ ao Summo Pontifice Paulo 3°=que com defficuldade o Concedeo: vindas as letras mandou o Jnfante tomar posse das rendas do Priorado môr, a qual lhe foy dada em, 14, de Agosto do Anno seguinte, 1538=Foy o unico Comendador que teve este real mosteiro, é, 29, em numero dos Priores mores perpetuos.

¶ No seu tempo em, 30, de Julho, Anno, 1539 = o Refformador Apostolico, fes a primeira eleição Canonica de Prior triennal deste real mosteiro, Geral pera a Congregaçaõ, que de novo Comessava, como diremos em seu Lugar na Pagina, 43 =

¶ O Infante Dom Duarte possuhio esta Encomẽda pouco mais de hum Anno, porque a Largou, e dimitio de Sí pello escurpulo que lhe sobreveyo de comer bens ecclezias-ticos da Igreja sendo homem secular, e cazado. Dizem, lhe apareceo el Rey Dom Affonso Henriques, e o ameassara de morte por que os Comia. Foi Cazado com a Senhora Dona Izabel sua sobrinha filha do Duque de Bargança Dom Jaymes, como asîma dissemos, dos quais naceo a Senhora Dona Catherina, Duqueza de Bargança, Infante pertença Raynha de Portugal, May do Duque de Bargança Dom Theodozio, 2°, do nome pertenso Rey de Portugal, que foy pay do Serenissimo Rey Dom João, 4°, do nome, restaurador deste Reyno de Portugal no Anno de 1640=

¶ Faleceo fínalmente o Infante Dom Duarte em os, 20, de Outubro do Anno de, 1540=em idade de, 25, annos = jas enterrado no real mosteiro de Belem, com el Rey Dom Manoel, seu pay=

¶ .30. O Senhor Dom Duarte, filho natural del Rey Dom João, 3°; era de Idade de, 19, annos Com ordeñs menores, quando o Serenissimo Rey Dom João, 3°, seu pay lhe

deu o Priorado môr deste real mosteiro no Anno de, 1540 = Ouve suplemento do Papa Paulo, 3.º, estava no mosteiro da Costa de Guimaraeñs da Ordem de São Jeronimo aonde se criara, e aprendera. Mandou tomar posse por sua procuraçaõ que lhe foy dada em, 14, de Junho do Anno seguinte, 1541 = tomou o Santo habito Canonico, e fes profissaõ = e foy do numero dos Priores mores perpetuos comendatarios deste real mosteiro, o, 30, e ultimo: Teve o Priorado Cerca de, 3, annos, atê que faleceo, como diremos. Era tambem Prior mor Comendatario do nosso mosteiro de São Martinho de Caramos, e do de São João de Longavares, então da nossa ordem; e era tambem Abbade do mosteiro de Reffoyos de Basto da ordẽ do Patriarca São Bento.

℄ El Rey Dom João, 3º, seu pay o nomeou Arcebispo de Braga, por morte do Arcebispo Dom Diogo da Silua. O Papa Paulo, 3º, lhe passou as letras, e suprio com a idade, no mes de Janeiro do Anno de, 1543 = Tomou posse em Braga, e partio logo a Lisboa pera ser lâ sagrado, e dizer Missa nova = Fes o Caminho por Coimbra, e foy recebido neste real mosteiro de Santa Crus, do Prior Geral o Padre Dom Dionyzio de Moraes, ê dos Conegos com solemnidade processionalmente á porta da Igreja com Crus levantada, ê Te Deum Laudamus, o Levarão á Cappela môr, aonde todos os religiosos Conegos lhe beijarão a maõ, ê deraõ ao bediencia como a seu Prelado Mayor. — Chegou a Lisboa, aonde foy recebido del Rey, ê de toda a Corte com notavel festa, ê alegria, a qual durou pouco, porque em breve tempo lhe sobreveyo huma doença de febres agudas das quais faleceo antes de ser sagrado, nem ser sacerdote, em os = 11 = de Novembro do mesmo Anno de 1543 = em idade de, 22, annos: Jas enterrado no real mosteiro de Belem abaixo da sepultura do Infante Dom Duarte seu tio. Por sua morte vagaraõ as rendas que andavaõ aplicadas á meza Abbacial deste real mosteiro = ê acabarão de todo os seus Priores mores perpetuos que tinhão durado, 411 = annos, desda eleição do gloriozo Padre Santo Theotonio em Prior mor no Anno de, 1132 = ate o Anno prezente, de 1543 =

PRIORES CRASTEIROS, DO REAL MOSTEIRO DE SANTA CRUS, DA CIDADE DE COIMBRA: DE QUE HÁ ALGUMA NOTICIA.—.

Quando no principio falamos dos Priores mores perpetuos deste real mosteiro, de que atras fica feito Cathalago, disemos que havia tambem no Convento juntamente outro Prior menor a quem chamavão = Prior Crasteiro, ou da claustra = pera o comum governo das Couzas ordinarias do Convento, o qual era triennal: ou eleito pelos Conegos, ou nomeado pello Prior môr: aos quais muitas vezes deixavão servir mais annos, ou os tiravão ante tempo: Destes se fas pouco cazo, nem delles hâ Cathalago algum, comtudo faremos neste lugar Lembrança de alguns delles de que achamos alguma noticia. Juntamente faremos menção de alguns que tiverão o terceiro officio, que he o de Preposto, que recolhia as rendas do mosteiro, e as despendia, e era obedecido como pay: erão tambem triennais, os quais se poem neste lugar; Com advertencia, que nem o Prior da claustra, nem o Preposto, por isso tinhão, Dom; os mais delles o Levão neste Cathalogo pera mais authoridade do Cargo, porque alguns o tiveraõ. Cujo Cathalago he o seguinte —

DOm Odorio: Prior que foy da Sê Cathedral de Vizeu, hum dos = 60 = foy o primeiro Prior Crasteiro (1) que teve este Convento, eleito no mesmo dia com o Padre Santo Theotonio: Servio 3 = anos = e depois o tornou a ser outros tres, com o mesmo Santo Padre — Foy o primeiro Bispo de Vizeu, como temos dito. Pag = 9 = A. 1148 —

℄ Dom Sisnando Paes hum dos primeiros = 12 = foy o primeiro Preposto que teve este Convento, eleito no mesmo dia com o Padre St° Theotonio: Servio, 3, annos =

---

(1) À margem, em caligrafia mais recente: « A este Prior concedeu o Papa Innoc.° 2. a Izençaõ do Mostr.° ».

℄ O Mestre Dom Pedro Alfarde: hum dos = 12 = foy o 2°, Prior da claustra do Padre Santo Theotonio, eleito no Anno de, 1135 = vay adiante sua memoria.

℄ Pedro Juliberto = hum dos = 60 = foy o, 2°, Preposto do Padre Santo Theotonio eleito no Anno de, 1135 = Servio = 3, annos = adiante.

℄ Dom Ayres Frojâs = ou Froes = hum dos = 12 = foy Prior da Clausta do Padre Santo Theotonio pellos Annos de, 1138 —

℄ Dom Mendo = hum dos = 12 = foy o 3°, Preposto do Padre Santo Theotonio, no Anno de, 1139 = servio, 3, annos —

℄ Dom Oveco — hum dos — 12 — foy Preposto do Padre santo Theotonio, pellos Annos de, 1142— (1)

℄ Pedro Juliberto, torna a ser Preposto do Padre santo Theotonio, pellos Annos de, 1146 —

℄ Martínho Martíns = hum dos = 60 = faleceo sendo Prior Crasteiro, em vida do Padre Santo Theotonio = em, 3, de Janeiro. 1147 —

℄ Dom Alvaro, hum dos = 60 = foy eleito Preposto no Anno de, 1154 = do Padre Santo Theotonio, deste officio foy pera Mestrescolla da Seê de Lisboa = o demais já fica dito — asíma Pag = 9 =

℄ Dom Cypríano, hum dos = 60 = foy eleito Preposto no Anno de, 1159 = e o era ainda quando faleceo o Padre Santo Theotonio —

℄ O Mestre Dom Pedro Alfardo, que já fora Prior da Claustra = era Preposto quando faleceo, em = 4 = de Abril, de 1170 —

℄ Dom Martinho = alias o Mestre Martinho, hum dos

---

(1) À margem, em caligrafia mais recente: «Neste anno de 1142. no mes de 7.bro fes o S.r Rey D. Aff. H.es doacaõ de S. Joaõ do Monte ao Prior de S. Crus D. Joaõ: do q̃. se ve q̃. era o Prior Castr.° q̃ neste anno o seria D. Joaõ Theot.° porq̃ na data desta doacaõ naõ pode deixar de haver erro ou falta de Letras».

= 60 — foy eleito Preposto no Anno de, 1170 = Do Prior môr Dom João Theotonio = sua memoria adiante — era sobrinho do Bispo Dõm Miguel —

℄ Dom Salamão, hum dos = 60 = faleceo Prior Crasteiro do Prior môr Dom João Theotonio, em = 12; de Setembro, Anno = 1171.

℄ Dom Gonçallo Garcia, hum dos = 60 = foy, 3, annos Prior Crasteiro de Dom João Theotonio, pellos Annos, 1172 = Torna a ser —

℄ Dom Martinho, alias Mestre Martinho, que já fora Preposto foy Prior da Claustra pellos Annos de, 1175 = de Dom João Theotonio —

℄ Dom João de Tayde, hum dos = 60 = Sendo Prior Crasteiro sucede por eleição no Priorado môr a Dom João Theotonio = 1181 — (1)

℄ Dom Gonçallo Muniz, hum dos = 60 = foy tres Annos Prior Crasteiro, de Dom João Tayde = Faleceo em, 13, de Outubro.

℄ Dom Martinho Pires: foy, 3, annos Preposto, de Dom João de Tayde = e outros, 3, annos Prior Crasteiro do Prior mor, Dom Pedro Martiñs, não consta em que Annos —

℄ Dom Pedro Gonsalves: foy, 3, annos Prior Crasteiro do P. Dom Pedro Martins = torna a ser —

℄ Payo Mirano = foy, 3, annos Prior Crasteiro, do Prior M. Dom Pedro Martins = ate o Anno de, 1190.

℄ Dom João Froes = hum dos = 60: Sendo Preposto, o elegerão Prior môr, no Anno de, 1190=Pag=22=

℄ Dom Gonçallo Garcia, torna a ser Prior Crasteiro de Dom João Froes, do Anno de, 1190 = ate — 1192 = inclusive —

℄ Dom Pedro Gonsalves torna a ser Prior Crasteiro

---

(1) À margem em caligrafia mais recente: «No mes de Ianr.º da era 1219. q̃ he anno de 1181 era Prior Crastr.º D. Pedro Godinho consta do foral do Couso em Alemquer Lib. 6 dos forais—fl 3, vs.º e dls ser o Prior mor D. Martinho Pires».

de Dom João Froes, sucede, Anno, 1193 = *(acrescentado em caligrafia mais recente:)* e o era em Junho de 1196. consta do escambo de Sendumir q̃ se deu por Lagares na era de 1234

℄ Dom Mendo Rodrigues: Foy eleito Preposto de Dom João Froes, Anno, 1193 = Ate o Anno — 1195 = *(em letra mais recente:)* ainda o era em Junho de 1196.

℄ Dom Egas Froes, Sendo Prior Crasteiro de seu irmaõ Dom João Froes: faleceo em, 29, de Mayo = do Anno de, 1195 —

℄ Dom Garcia Paes: Foy eleito Preposto no Anno de, 1197 — do P. Mor Dom João Froes —

℄ Dom Gonçallo Dias: sucede no Priorado Crasteiro: A: 1195 O Prior môr Dom João Froes foy a Roma deixou lhe todo o governo do mosteiro = e falecendo no Reyno de Lião, el Rey Dom João, 1°, (1) o fes Prior môr no Anno de, 1202 = Os Conegos lhe não quizerão obedecer, teve o assim, 2, annos, e meyo Contra vontade delles, ate que faleceo em 28, de Abril do Anno de, 1205 = Pag = 22 = v =

℄ Dom João Cezar: era Prior Crasteiro, quando no Anno — de, 1205 = o elegerão Prior môr — Pag = 23 =

℄ Dom Diogo Dias: foy eleito Prior Crasteiro, Anno: 1205. do Prior Dom João Cezar. — Sua memoria vay adiante —

℄ Dom João Roberto = foy, 3, annos Preposto de Dom João Cezar = Depois disso foy pera Marrocos por Capellão, e Confessor do Infante Dom Pedro — vio o martyrio dos Santos sinco frades da Ordem de São Francîsco, ajuntou suas reliquias por ordẽ do Infante, elle mesmo as Secou ao sol, as tratou, e as ajudou a trazer pera este reyno.

℄ Payo de Aguiar: foy eleito Preposto no Anno =

---

(1) À margem, em caligrafia mais recente: «Não pode ser, e so podia ser D. Sancho 2.»

«No mes de Julho da era de 1240 q̃ he an. de 1202. era Prior Crastr.° D. Gon.co Garcia Consta do Foral de S. Verissimo, liv. 6. dos forais fl 7.»

1210 = de Dom João Cezar = servio, 3, annos = E no Anno de, 1214 = foy eleito Prior Crasteiro, do mesmo Prior, servio outros, 3, annos —

℄ Martinho Garcia: foy eleito Preposto Anno, 1214 = Servio ate o Anno de, 1217 — ao Prior Dom João Cezar (1)—

℄ Domingos João: foy eleito Prepozito no Anno de, 1217. E no Anno de, 1219 = o elegerão Prior da Claustra: Dom João Cezar. faleceo em tempo do mesmo Prior, em os, 5 = de Julho —

℄ Dom Diogo Dias = faleceo Sendo Cogitor do Prior M. Dom João Cezar, em, 25, de Julho, do Anno de, 1219 = Pag. = 23 —

℄ O Mestre Dom João Paes: era Preposto quando no Anno de, 1227. o elegerão Prior môr = Pag — 24 — v =

℄ Dom João Pires: foy, 3, annos Prior Crasteiro, do Prior mor Dom João Paes — torna a ser. adiante —

℄ Dom Diogo: foy tres annos Prior Crasteiro do Mestre Dom João Paes — pellos Annos de, 1234 = 1235 = 1236 —

℄ Dom João Martins: foy eleito Prior Crasteiro, Anno de, 1236 de Dom Martinho Pires, até o Anno de, 1240 — inclusive —

℄ Dom Gudinho foy Prior Crasteiro pellos Annos de, 1248 — do Prior mor Dom Martinho Pires —

℄ Dom João Pires: torna a ser Prior Crasteiro, de seu tio Dom Martinho Pires = e governou em sua auzencia, até que chegou recado de sua morte no Anno de, 1256 = no qual foy eleito P. Mor.

℄ Domingos Sueriz = Foy, 3, annos Preposto, de Dom João Pires — Depois disso foy Prior Crasteiro do mesmo Prior mór — pellos Annos = 1260 = 1261 = 1262 (2) =

---

(1) À margem, em caligrafia mais recente: «No mes de 7.bro da era 1254. q̃ he an. 1216. era Prior crastr.º D. Francisco. liv. 6 dos forais fl 13. et vs.º».

(2) Idem: «No mes de Maio da era de 1298. q̃ he an. de 1260. era Prior crastr.º D. Dom.os Ooriz Consta do foral de cazais em sintra liv. 6. dos forais fl 10. vs.º e 11».

¶ Dom Bento: lhe sucede no Priorado Crasteiro, do mesmo P. mor = Anno = 1263 = 1264 = 1265 =

¶ O Mestre Giraldo = lhe sucede no Priorado Crasteiro do mesmo Pr. mor = Anno = 1266 = 1267 = 1268 = 1269 = vay mais adiante

¶ Dom Rodrigo João: de Mestrescolla de Tuy, Conego de Sta Crus = Faleceo sendo Preposto de Dom João Pires, em, 27, de Novembro — A — 1269 (1) —

¶ O Mestre Giraldo = torna a ser Prior da Claustra de Dom Pedro Sueiro = e sendo o faleceo no Anno de, 1274 — em .13. de Janeiro —

¶ Dom Durando Pais = sucede no Priorado Crasteiro, Anno, 1274-1275 = 1276 = de Dom Pedro Sueiro, ate, 1277 = Torna a ser eleito P. Crasteiro = Anno = 1281. = 1283 — e no Anno seguinte, 1284, por sua morte he eleito Prior môr — Pag = 26 =

¶ Dom Pedro Domingues — era Preposto de Dom Pedro Sueiro ate o Anno de, 1284 = em que Dom Durando Paes o fes Prior Crasteiro = servio 5 = annos = 1284 = 1285 = 1286 = 1287 = 1288 — torna a ser = adiante =

¶ Dom Martinho Pires eleito P. da Claustra Anno, = 1289 = de Dom Durando Paes = servio, 4 annos = ate, 1292 = — No Anno — 1293 = continuou com seu tio Dom Lourenço = e governou tudo áte o Anno de, 1295 = em sua auzencia — Chego recado de sua morte, neste Anno, introduzio sse Pr. môr, e o reteve intruzo até que faleceo no Anno de, 1298.

¶ Dom Pedro Gudinho: no Anno de, 1295 = o fés Prior da Claustra, o Prior môr intruzo, Dom Martinho Pires —

---

(1) À margem, em caligrafia mais recente: «A 15. de Marco de 1270 era Prior claustral D. Bento: consta do caderno do Thesouro del Rey D. A.º 3. fl. 4. e era sacristão Pedro Peres, e Prior mor D. Pedro Soeyro».

¶ Dom Pedro Martyñs Mirano, lhe sucede, e faleceo Pr. da claustra em, 27 de Fevereiro do Anno de, 1298 =

¶ Dom Bertolomeu Domingues = eleito Prior Crasteiro, Anno = 1298. e no mesmo Anno he eleito Prior môr — Pag = 26 = v —

¶ Dom Pedro Domingues: torna a suceder no Pr. Crasteiro, no Anno de, 1298 = faleceo no Anno seguinte = 1299 —

¶ Dom Abril Martins de Bulhoeñs: sucede no Priorado da Claustra no Anno de, 1299 = de Dom Bertolomeu — 3, annos = torna a ser —

¶ Dom Estevão João: era Preposto, quando no Anno de, 1304, = elegerão Prior Mor = tinha servido Cerca de, 4, annos — Pag = 26 = v —

¶ Dom Pascoal Esteves: faleceo sendo Prior da Claustra, no Anno de, 1309 = em, 20, de Março = do P. Mor Dom Estevão João —

¶ Dom Abril Martíns de Bulhoeñs = torna a ser Pr. da Claustra Anno de, 1309 = de Dom Estevão João = servio, 4, annos —

¶ Dom Estevão Rodrigues: eleito Pr. Crasteiro, no Anno de, 1313 — o era quãdo no Anno, de 1315 — faleceo o Pr. Mor. Dõ Estevão João —

¶ Dom Estevão Domingues: Faleceo Prior da Claustra em, 25, de Mayo, do Anno de, 1320 = P. mor D. Domingos Pascazio —

¶ Dom Francisco Pires: Sucede no Priorado Crasteiro, Anno de, 1320 = e no de, 1322 = he eleito Prior môr — Pag = 27 —

¶ João Affonso: eleito˜ Prior Crasteiro no Anno de, 1350 = de Dom Affonso Pires = Servio — 3 — Annos —

¶ Pedro Lourenço: era Prior da Claustra pellos Annos de 1365 = de Dom Affonso Pires —

¶ Dom Vasco Gonsalves: foy Prior da Claustra cerca de Seís annos, de Dom Vasco Bayão = do Anno de, 80, ate, 86 = Torna —

¶ Dom Fernando Affonso: foy, 3, annos P. Crasteiro de Dom Vasco Bayão — do Anno de, 86 = ate = 89 = Torna —

¶ Dom Vasco Gonsalves = torna a ser Prior da Claustra cerca de, 4, annos = do Anno de, 89 = ate, 1393 — Foy depois Prior da Igreja de Santo Andre de Ancede: foy Vigario Geral no tempo das bulhas, e Schisma, do Anno de, 1414; ate, 1417 —

¶ Dom Pedro Annes: foy eleito Prior Crasteiro no Anno de, 1397=de Dom Affonso Martins=servio, 3, annos— Torna a ser. P. da Claustra no Anno de, 1411=O Prior môr Dom Gonçallo o fes Prior de Leiria, no Anno de, 1417 =

¶ Dom Fernando Affonso = torna a ser Prior da Claustra, do Anno de 1393 = ate o Anno de, 1396 = no qual lhe derão o Priorado de Arruda —

¶ Dom Vasco Gonsalves: 2°, do nome — Sendo Prior Crasteiro de Dom Gonçallo; faleceo em, 26, de Julho = Anno = 1420 =

¶ Payo Durando: Sendo Prior da Claustra de Dom Goncallo = faleceo em, 14, de Março, não consta o anno = he = 1425 =

¶ Dom Affonso Martins = sucede no Priorado da Claustra no Anno de, 1425 = de Dom Gonçallo = Torna a ser Prior da Claustra, no Anno de, 1450 = 1451 = 1452 = de Dom Gomes Ferreira — Torna

¶ Dom Fernando Gonsalves: Sucede, 1452 = P. da Claustra de Dom Gomes Ferreira = Faleceo em, 19, de Julho = do Anno, 1454 —

¶ Dom Alvaro Annes o velho = era Prior da Claustra quando no Anno de, 1459 = faleceo o Prior môr Dom Gomes = ficou servindo de Vigairo Geral, 4, annos até nova eleição — Pag = 29 =

¶ Dom Affonso Martins = torna a ser Prior da Claustra no Anno de, 1463 = ate, 1466 = de Dom João da Costa — Pag = 27 = v =

¶ Dom Pedro Gudinho = faleceo sendo Prior Crasteiro em 12 = de Agosto do Anno de, 1470 = P. M. Dom João da Costa —

¶ Dom Affonso Luis = foy eleito Prior Crasteiro no Anno de 1470 = de D. João da Costa = servio, 3, annos =

meteo sse sempre em meio torna a ser outros, 3, annos P. Crasteiro de Dom João Galvão —

℄ Dom Luis Annes = era Prior da Claustra pellos Annos de 1477 = do Bispo Dom João Galvão =

℄ Dom Vasco Fernandes = foy P. da Claustra pellos Annos de 1483 = ate, 1487 = de Dom João Noronha —

℄ Dom Pedro Nunes = faleceo em, 15, de Setembro, Sendo Prior Crasteiro de Dom João de Noronha —

℄ Dom João Falção=lhe sucede no Priorado da Claustra, do Prior môr Dom João de Noronha e servio alguns annos—

℄ Dom Fernando de Oliveira; Avia, 3, annos era Prior Crasteiro, quando no Anno = 1505 = faleceo o Pr. Môr Dom João de Noronha — Servio depois de sua morte ate, 14, de Setembro —

℄ Dom Bras Loppes = eleito Prior Crasteiro em, 14, de Setembro, do Anno=1505=por Breve do Papa Julio, 2°, quando deu o Priorado môr ao Cardeal Galliotto seu Sobrinnho = Servio, 4, annos = e 5 mezes = até o Anno de, 1510 = exclusive —

℄ Gaspar Fernandes = eleito Pr. Crasteiro em Fevevereiro do Anno de, 1510 = servio, 3, annos = e .1. mes — Foy muitos Annos vigairo Geral =

℄ Dom Fernando Correa: eleito Pr. Crasteiro em Março do Anno de, 1513 = servio, 3, annos — Do Prior Bispo Dom Pedro

℄ Dom Diogo Nunes = eleito Prior da Claustra no mes de Março do Anno de, 1516 = servio, 3, annos, e 2, mezes — De Dom Pedro

℄ Dom João Galvão = eleito Prior da Claustra no mes de Mayo, Anno de, 1519 = Servio, 3, annos = Do Infante Dom Fernando.

℄ Dom Antonio Coelho = eleitc Pr. Crasteiro no mes de Mayo do Anno de, 1522 = Servio, 3, annos — Do Infante Dom Fernando.

℄ Dom Bras Loppes = eleito 2ª, ves Pr. da Claustra, no mes de Mayo 24 = do Anno de, 1525 = Servio, 2, anos, e, 5 — mezes —

℄ No seu tempo comessou a refformação — A. 1527 =

℄ Dom Alvaro Fernandes = nomeado Vigairo pello refformador, em, 26, de Outubro, Anno de, 1527 = servio, 7, mezes = 22 — dias —

℄ Dom Heytor Gonçalves = nomeado Vigairo pello refformador, em, 18, de Junho: Anno, 1528 = Servio onze mezes =

℄ Dom Fernando Correa; nomeado Vigairo pello refformador, em, 18, de Mayo = Anno, 1529 = Servio, 4, mezes —

℄ Dom Dionysio de Moraes = nomeado Vigairo pello Reffor. em, 20, de Setembro, Anno — 1529 = Servio — 1 — mes =

℄ Dom Fernando Correa; nomeado 2ª, vez vigairo pello R. em, 20, de Outubro. Anno, 1529 = Servio, 2, mezes = 18, dias =

℄ Dom Diogo Nunes = nomeado Vigairo pello Refformador em os, 8, de Janeiro = Anno; 1530 = Servio = 1 — mes —

℄ A Dom Dionyzio de Moraes = fes eleger Prior Crasteiro em, os, 8; de Fevereiro: Anno = 1530 = Servio — 3 = annos = 3 — mezes = 18 dias = veio a ser o 2º, Prior Geral — Pag = 44 —

℄ A Dom Paulo Gavião = fes eleger Prior Crasteiro, em, 17, de Mayo = Anno de, 1533 = Servio, 3 = Annos = e — 6, mezes =

℄ A Dom Manoel de Araujo = fes eleger P. da Claustra. em, 17, de Novembro = Anno = 1536 = Servio, 2; anos = 8 — mezes = 12 — Dias —

(Continua)

D. Timóteo dos Mártires

BOLETIM DO INSTITUTO DE COIMBRA

PRIMEIRA SESSÃO DE CULTURA CIENTÍFICA, LITERÁRIA E ARTÍSTICA REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 1943. CONFERENTE: PROFESSOR DR. ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO

Ocupou a presidência o presidente do Instituto de Coimbra, dr. F. M. da Costa Lobo, acompanhado pelos Professores dr. Maximino Corrêa, reitor da Universidade de Coimbra, e dr. Pereira Dias, director da Faculdade de Ciências.

O Presidente começou por lembrar a resolução do Instituto de Coimbra da realização periódica de sessões de cultura científica, literária e artística, e congratulou-se pelo facto desta resolução ter tido um entusiástico acolhimento, como é demonstrado pelo facto de já se encontrarem inscritos para a realização das respectivas conferências dezenas de sócios que anunciaram a disposição de ocupar-se de assuntos muito interessantes e de elevada cultura.

Manifesta uma grande satisfação por ter hoje lugar a primeira destas sessões e ser nela conferente o sábio professor dr. Anselmo Ferraz de Carvalho que, decerto, com a sua elevada capacidade versará o importante assunto, *Auroras polares e alta atmosfera.*

Constata o facto de se conservar constante e em forma prestigiosa a actividade do Instituto de Coimbra, que em

breve comemorará o seu centenário e ainda agora vem de publicar o volume 100 da sua notável revista, com cêrca de 1.000 páginas que dão honra a esta publicação em que se encontram desde o início apreciados trabalhos, hoje fàcilmente aproveitáveis com a publicação que foi feita dos seus índices devida ao dedicado esfôrço do nosso colega dr. Pinto Loureiro.

Entre as muitas manifestações patenteadas ùltimamente lembrou as notáveis publicações e conferências com que foram comemorados os centenários da nossa Universidade, e os centenários da instalação do reino de Portugal em 1139 e da Restauração em 1640. Notou também a grande consideração que o Instituto de Coimbra merecia à comissão organizadora da comemoração do terceiro centenário do primeiro jornal publicado em Portugal, que nos honrou com uma lápida, já colocada na frontaria do nosso edifício, na qual é registado o facto de ser o *Instituto* a mais antiga revista literária publicada no nosso país.

Dada a palavra ao Professor dr. Anselmo Ferraz de Carvalho, realizou êste uma notável exposição sôbre o assunto anunciado, a qual foi longamente aplaudida, manifestando a assembleia particular interêsse pelo assunto, e satisfação pela forma elevada e precisa como foi tratado.

A conferência será publicada oportunamente.

SEGUNDA SESSÃO DE CULTURA CIENTÍFICA, LITERÁRIA E ARTÍSTICA REALIZADA NO DIA 4 DE ABRIL DE 1943. CONFERENTE: PROFESSOR DR. ABÍLIO FERNANDES

Ocupada a presidência pelo presidente do Instituto de Coimbra, Professor dr. F. M. da Costa Lobo, acompanhado pelos Professores dr. Maximino Corrêa, reitor da Universidade de Coimbra, e dr. Pereira Dias, director da Facul-

dade de Ciências, pronunciou o presidente a seguinte alocução:

Ilustres colegas!
Minhas senhoras e meus senhores:

Poucos dias têem decorrido depois que tive ocasião de manifestar aqui a satisfação que sentia ao vêr como se conservava robusta a actividade do Instituto de Coimbra que dentro em poucos anos terá atingido um século de existência, tendo já passado dos 90 anos, e notei com júbilo que sucessivas gerações se têem empenhado em cumprir o programa que os seus fundadores delinearam com elevado critério e desejo de prestarem um assinalado serviço ao seu país, criando jus à nossa consideração, tão notáveis se nos mostram os resultados que logo foram obtidos com trabalhos de largo fôlego e profundos conhecimentos. Hoje aquêle meu sentimento avoluma-se com a constatação de que êste nosso ambiente se encontra vivificado com o encanto do primoroso trabalho com que o nosso sábio colega dr. Anselmo de Carvalho inaugurou as reüniões com que o Instituto de Coimbra resolveu contribuir para a difusão da cultura das ciências, da literatura e da arte.

Sòmente oito dias são passados e já hoje estamos assegurados de que vamos ser mimoseados pelo nosso ilustre colega dr. Abílio Fernandes, sábio professor de botânica, com as primícias de valiosíssimas investigações da ciência botânica, que é um encantador ramo da ciência universal, e sem dúvida a cultura desta fecunda árvore da vida é um dos maiores prazeres com que Deus, com a sua infinita bondade, dotou a humanidade.

Pela minha parte, e pedindo indulgência para falar de mim, desejo aproveitar a ocasião para afirmar que conservo a melhor recordação do tempo em que nesta nossa querida Universidade recebi os primeiros ensinamentos da ciência botânica ministrados por um sábio ilustre, o inolvi-

dável Professor Dr. Júlio Henriques, que a profundos conhecimentos, ministrados aos seus discípulos com elevada capacidade, aliava uma inexcedível bondade que nos cativava e ao mesmo tempo entusiasmava pelo estudo. E felizmente que o seu exemplo perdura.

Desejo também aproveitar o ensejo que se me oferece para juntar as sinceras manifestações do Instituto de Coimbra, e as minhas próprias, àquelas que ontem em elevadas e nítidas frases proferidas por professores e alunos, foram testemunhadas à personalidade que, com aplauso geral, ocupa hoje a elevada posição de chefe do nosso estabelecimento universitário, da prestigiosa Universidade de Coimbra, dr. Maximino Corrêa.

Foram aquelas manifestações coroadas brilhantemente pelas palavras com que o ilustre reitor as acolheu e com as nobres declarações com que afirmou a sua alta capacidade, as suas elevadas qualidades de inteligência e carácter. É dever meu afirmar estes sentimentos da nossa Academia acentuando, como sempre tenho afirmado, e procurado desenvolver, a íntima ligação que existe entre a Universidade e o Instituto de Coimbra, criação de alto valor científico, realizada numa época florescente do nosso país, pelos professores desta Universidade, apoiada desde logo pela élite da Nação.

Embora envolvidas em modestas afirmações, foram aquelas declarações de grande importância, e confirmaram a confiança que existia na orientação, decerto já manifestada, do ilustre reitor, as quais nos asseguram o seu empenho de contribuir poderosamente para o engrandecimento da cultura científica da nossa juventude. Ao mesmo tempo demonstrou o seu elevado critério com a sua preocupação do robustecimento físico, que deve ser assegurado com processos higiénicos, e devida ponderação nos desportos, que últimamente têem adquirido características exageradas, e atitudes de hostilidades, que muito prejudicam os sentimentos morais, tão dignos de serem cultivados e aperfeiçoados, como os intelectuais e físicos.

De passagem lembrarei que dêste assunto me ocupei largamente depois de ter admirado a organização desportiva da Checo-Eslováquia, onde a instituïção dos Sokols estava instalada por forma modelar quando tive ocasião de a observar em Praga em 1927, tendo então o ministro daquêle país em Lisboa pôsto ao meu dispôr todos os recursos precisos para instalar no nosso país aquela organização, o que, infelizmente, as circunstâncias não me permitiram realizar. A importância que tem a conveniente regulamentação dêstes serviços foi sobejamente demonstrada pelas considerações feitas por sua excelência, e eu limitar-me-ei a recordar as censuras que o imperador Guilherme II dirigia às excessivas exigências com que eram sobrecarregados os alunos na Alemanha, afirmando que pela sua parte ser-lhe-ia impossível satisfazer com menos de 18 horas de trabalho diário, e ainda havia a lamentar que aquelas exigências tolhiam a possibilidade da iniciativa individual, e provocavam lesões nos organismos, sendo deplorável o estado em que já se encontravam, em grande número de alunos, os órgãos da visão.

Enquanto à educação intelectual, sem dúvida para as Universidades é já tarefa espinhosa o ensino das bases das ciências, e é em geral inoportuno exigir-lhe originais investigações científicas. Em todos os países mais cultos são êstes objectivos realizados por instituïções especiais, tanto de ordem privada como de ordem estadual, sendo de remota data os Institutos Académicos, e agora só lembrarei que as notáveis investigações de Newton foram conduzidas na Royal Society de Londres, onde o ilustre sábio ocupou a presidência até ao final da sua existência.

Em França encontram-se desde o século 18 duas notáveis instituïções — o Colégio de França, instalado já anteriormente, exclusivamente destinado à preparação de cultores da investigação científica geral, e o *Bureau des Longitudes,* a que tenho a honra de pertencer, onde, em sessões que se sucedem tôdas as semanas, são meticulosamente discutidos os assuntos da física e da geofísica.

Mas é tempo de calar e ouvir. Tem a palavra o sr. Professor Abílio Fernandes.

Êste pronunciou a seguir a sua lição sôbre o têma *Ecologia da polinisação.*

Depois de prolongados aplausos com que foi apreciada esta notável e instrutiva lição, tomou a palavra o Ex.^{mo} Sr. Reitor da Universidade que manifestou o aplauso que lhe merecia a magistral lição que acabava de ouvir, e testemunhou o seu reconhecimento pelas apreciações que lhe tinham sido tributadas pelo presidente do Instituto, afirmando a elevada consideração que lhe merece esta instituïção, e o seu firme propósito de lhe dar incondicional apoio.

O presidente agradeceu em sentidos têrmos as palavras de sua excelência o Reitor, e referiu-se com elogiosas palavras à preciosa exposição que o Professor dr. Abílio Fernandes acabava de realizar, confiando em que brevemente terá a natural continuação que se faz esperar.

ASSEMBLÉIA GERAL DE 6 DE ABRIL DE 1943

Aos 6 de Abril de 1943 reüniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra sob a presidência do Prof. Dr. F. M. da Costa Lôbo.

O presidente congratulou-se com o êxito que têm tido as sessões de propaganda científica, literária e artística realizadas pelo Instituto de Coimbra, tendo notado já as que tiveram como conferentes os Profs. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho e Dr. Abílio Fernandes.

Procedeu-se depois à eleição de sócios que deu o seguinte resultado:

SÓCIOS HONORÁRIOS NACIONAIS

Dr. Diogo Pacheco de Amorim.

SÓCIOS HONORÁRIOS ESTRANGEIROS

Dr. Harold Spencer Jones.

SÓCIOS EFECTIVOS

Dr. Abílio Fernandes.
Dr. Francisco Rebêlo Gonçalves.
Dr. João Rodrigues de Almeida Santos.
Dr. José Baiolo Pacheco de Amorim.

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

Comandante Francisco Peres Trancoso.
Dr. Francisco Cortês Pinto.
D. Manuel Foronda y Gomez.
D. Sara Beirão de Carvalho.
Eugénio Viana de Lemos.
Padre Miguel de Oliveira.

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

Prof. Albert Brucknel.
D. Manuel Ballesteros y Gaibrois.
Prof. D. Juan Manuel Lopez de Azcona.

E de nada mais se tratou nesta sessão da qual eu, Gumersindo Sarmento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

Francisco Miranda da Costa Lobo
Gumersindo Sarmento da Costa Lobo

TERCEIRA SESSÃO DE CULTURA CIENTÍFICA LITERÁRIA E ARTÍSTICA REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 1943.

Ocupou a presidência o vice-presidente Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho, acompanhado pelos Profs. Dr. Maximino Correia e Dr. Pereira Dias.

O Prof. Dr. F. M. da Costa Lôba realizou a sua exposição sôbre o tema: «O Infante D. Pedro Duque de Coimbra».

O Presidente e o Prof. Dr. Maximino Correia fizeram referências elogiosas à maneira como foi tratado êste assunto. Esta exposição será publicada com o título «Dolorosa Tragédia dos Inclitos Infantes, filhos de D. João I».

CONFERÊNCIA REALIZADA NO INSTITUTO DE COIMBRA PELO ASTRÓNOMO REAL DR. HAROLD SPENCER JONES, DIRECTOR DO OBSERVATÓRIO DE GREENWICH, NO DIA 17 DE ABRIL DE 1943.

Ocupou a presidência o presidente do Instituto de Coimbra Dr. F. M. da Costa Lôbo, Secretariado pelos Profs. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho e Dr. João Pereira Dias.

O presidente referiu-se largamente à notável obra astronómica com que o conferente tem honrado a ciência, já como director do Observatório do Cabo-da-Boa-Esperança, e, há cêrca de dez anos como director do prestigioso Observatório de Greenwich, e lembrou a obra gloriosa que neste Observatório têm realizado há mais de dois séculos sábios astrónomos, entre êles Flamesteed, Haley, Bradley, Ary e ainda últimamente Frank Dyson que nos honrou com a sua visita.

Sendo notáveis os trabalhos realizados na Inglaterra em todos os campos da ciência astronómica, a sua importância conserva-se sempre capital em astronomia de posição

que prima pelo rigor das suas investigações e na qual o Dr. H. Spencer Jones ocupa já um notável lugar, como vai ser demonstrado mais uma vez pela conferência que vamos ter a honra de ouvir-lhe, a qual terá por assunto «A Determinação da distância da Terra ao Sol». A conferência foi calorosamente aplaudida e o presidente testemunhou mais uma vez o agradecimento e satisfação do Instituto de Coimbra anunciando que esta conferência será publicada mais tarde.

O presidente declarou ainda que gostosamente aproveitava esta ocasião para comunicar a eleição como sócio honorário do Dr. Spencer Jones.

SESSÃO DE 15 DE JUNHO DE 1943

Ocupou a presidência o vice-presidente do Instituto de Coimbra, Professor Doutor Anselmo Ferraz de Carvalho, secretariado pelo Professor Doutor Diogo Pacheco de Amorim e pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Sá de Oliveira.

O Presidente fez a apresentação do conferente, Prof. D. Juan Manuel Lopez Azcona, Engenheiro de Minas e Membro do Conselho Superior de Investigação Científica, tecendo algumas considerações sôbre o assunto da conferência subordinada ao título — «Estado actual das aplicações da desintegração nuclear dos átomos aos problemas de idades».

O conferente começou por uma introdução histórica e referiu as famílias radioactivas expondo o caminho geral para avaliar as idades dos minérios. Depois procurou estabelecer o acôrdo entre as épocas da criação do Mundo e o génesis, atribuindo a cada período o número de anos que lhe correspondem segundo a Ciência.

Referindo-se às conseqüências geoquímicas citou a existência de um equilíbrio radioactivo entre o tório e o urânio no momento em que êste se forma.

Passando a seguir à descrição da técnica espectroquímica que utiliza para a resolução dos problemas de idades,

que lhe permite fazer avaliações, nos minérios, inferiores a 100.000 anos, ficando assim resolvidos os casos que se apresentam aos investigadores.

Por último apresentou a descoberta que acaba de fazer da existência do chumbo radiogénico nas turmalinas, comunicação que apresentava pela primeira vez no Instituto de Coimbra.

Antes de terminar o Prof. D. Juan Lopez Azcona apresentou os seus agradecimentos pela honra que lhe fôra conferida pelo Instituto de Coimbra convidando-o para fazer esta conferência e exprimiu o desejo de contribuir para o desenvolvimento das relações científicas entre Portugal e Espanha.

A assistência, na qual se encontravam autoridades civis e militares coroou êste trabalho com muitos aplausos, e o Prof. Doutor Anselmo Ferraz de Carvalho agradeceu em têrmos elogiosos. Esta conferência será publicada brevemente.

A direcção do Instituto de Coimbra ofereceu um almôço ao Prof. D. Juan Manuel Lopez Azcona e a sua espôsa, que o acompanhou na sua visita a Coimbra.

SESSÃO DE 23 DE NOVEMBRO DE 1943

Com a presidência do Professor Doutor F. M. da Costa Lobo acompanhado pelos Professores Doutores Anselmo Ferraz de Carvalho e João Pereira da Silva Dias, realizou o Professor Doutor Diogo Pacheco de Amorim uma conferência com o título «A Moeda». O Doutor Pacheco de Amorim observou que nesta conferência se ocuparia do assunto por uma forma geral, guardando-se para brevemente fazer uma outra conferência em que se ocuparia das condições actuais em que se encontra a moeda. O assunto foi brilhantemente exposto e o presidente testemunhou ao ilustre conferente o agradecimento do Instituto de Coimbra e a admiração que tinha causado êste precioso trabalho, que será oportunamente publicado.

SESSÃO DE 29 DE NOVEMBRO DE 1943

Ocupou a presidência o Prof. Dr. F. M. da Costa Lobo acompanhado pelo ilustre General Vítor Franco e pelo Prof. Doutor Anselmo Ferraz de Carvalho. O presidente anunciou que a presente conferência que ia ser realizada pelo sábio comandante Francisco Peres Trancoso mereceria especial consideração porquanto se referia a um assunto de particular importância e que seria tratado com grande originalidade: os fenómenos que a ciência tem mostrado no mundo dos infinitamente pequenos.

O conferente principiou por expor os problemas da energia cósmica e as teorias modernas da luz. Focando a doutrina da mecânica ondulatória de Broglie com o seu foton, do quantum de acção de Planck, e a concepção mais profunda do Dr. Costa Lobo com o seu ioton rematando por afirmar que a ciência no futuro fará justiça ao ilustre professor. Em seguida descreveu a constituïção íntima da matéria e a curiosa relação matemática entre o sistema planetário do Sol, e o do átomo, frizando quais as características do aspecto de todas as cousas. Apontou a lei dualista bipolar, electromagnética, a que obedece todo o Universo. Abordando o fenómeno vital comparou as características dinâmicas da luz e as da célula, a formação química desta na planta, mostrando que a vida proveio do fenómeno electromagnético que é a luz. Desarticulando o fenómeno luminoso demonstrou que êle é granular e apresentou os valores matemáticos que encontrou referentes à sua massa, pressão e ciclo de transformações na sua vida da Terra. Expôs o valor matemático do granulo luminoso, a sua acção a qual na época em que a vida surgiu no globo, demonstrando que apareceu antes do período primário, isto é no período arcaico, há 3000 milhões de anos, apresentando os valores do espectro solar nessa época na região ultravioleta afirmando que o laboratório não pode reproduzir por dificuldades intrínsecas a produção da vida. Descreveu o mundo vegetal e animal

dessa época recuada, o seu clima, as perturbações físicas e acrescentou que com o resfriamento consecutivo do Sol o mundo orgânico se degradou e que esta degradação lenta continua, modificando a estrutura celular, talvez para a formação no futuro de um novo tipo humano, mais equilibrado, mais estável, frizando as relações estreitas e solidariedades dos fenómenos cósmicos, das fôrças da matéria nos destinos da humanidade.

Dissecando a célula reprodutor estudou a físico-química da célula e todos os fenómenos eléctricos que nela se passam na criação de um novo ser, provando que a vida é de natureza coloidal, isto é, eléctrica, assim como os fenómenos da sensibilidade. Expos o valor de Ph da célula e os antagonismos da luta que nela se travam afim de que a chama da vida se transmita a um novo indivíduo, demonstrando o meio ácido do núcleo celular em antagonismo eléctrico com o protoplasma alcalino, e a alcalinidade final da célula masculina. Entrando no problema misterioso da hereditariedade descreveu os elementos cromossómicos, o seu valor numérico de carga eléctrica, pois são êles que transmitem os caracteres físicos e morais aos descendentes. Falou sôbre a lei de Mendel, do hibridismo que governa tôda a marcha da reprodução sexual.

Desenhou a mecânica da célula viva e todos os fenómenos que se passam para a criação do embrião e desenvolvendo matemàticamente êste ponto, concluindo mais uma vez pelo carácter electromagnético do fenómeno vital, isto é, coloidal, e seu parentesco com a luz.

Uma das passagens interessantes foi a exposição matemática da luta entre a bateria, o glóbulo sangüíneo, e a célula nos fenómenos patológicos. Expos por fim as causas hormonais da reprodução da célula, do seu envelhecimento, das suas anomalias e doenças, passando pela possibilidade do rejuvenescimento do indivíduo e ampliação do período de vida. Concluíu por afirmar que o indivíduo, o carácter, a doença, a normalidade ou anormalidade se podem sintetizar numa fórmula algébrica de carácter electro-químico e

definiu minuciosamente como de geração em geração na célula as características se transmitem.

A assembleia manifestou grande aprêço pela conferência que acabava de ser feita e que o presidente agradeceu em nome do Instituto de Coimbra com palavras de subido elogio. Esta conferência será oportunamente publicada.

ASSEMBLÉIA GERAL DE 6 DE DEZEMBRO DE 1943

A 6 de Dezembro de 1943 reüniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra sob a presidência do Professor Doutor F. M. da Costa Lobo.

O presidente deu notícia de ter representado o Instituto de Coimbra na comemoração que em Lisboa foi feita no dia 12 de Outubro do 1.º centenário do nascimento do General José Estêvão de Morais Sarmento promovida pela *Revista Militar*. Em seguida a esta acta será publicada a notícia que sôbre o ilustre general escreveu a pedido da Sociedade de Geografia de Lisboa.

O presidente congratulou-se com o sucesso que tiveram as notáveis conferências realizadas no mês de Novembro último e pertencentes ao cíclo das conferências que o Instituto de Coimbra resolveu realizar periòdicamente: a primeira pelo Prof. Doutor Diogo Pacheco de Amorim sôbre o têma «A Moeda» e a segunda pelo Comandante Francisco Peres Trancoso sôbre «A mecânica da célula viva». Anunciou que ainda no corrente mês devia ser realizada a do Doutor Gumersindo Sarmento da Costa Lobo sôbre «A Atmosfera do Sol».

Pelo Dr. A. G. da Rocha Madahil foi apresentado o volume do *In Memorium* publicado pelo Instituto de Coimbra em homenagem ao seu antigo sócio Dr. Augusto Mendes Simões de Castro. Esta publicação foi muito apreciada e por aclamação foi resolvido lançar na acta um voto de louvor em honra do Sr. Dr. A. G. da Rocha Madahil que dirigiu êste notável trabalho.

Pelo Sr. Dr. Amadeu Ferraz de Carvalho foi apresentado um relatório sôbre a situação financeira do Instituto de Coimbra, demonstrativo de que a-pesar-dos poucos recursos desta instituïção se conseguiu satisfazer todos os seus compromissos, realizar a publicação de dois volumes anualmente e ainda, a mais, últimamente a publicação do *In Memorium* atrás referido. Por unanimidade foi resolvido que se testemunhasse ao ilustre sócio Dr. Amadeu Ferraz de Carvalho o reconhecimento do Instituto de Coimbra pela sua valiosa colaboração.

Procedeu-se seguidamente à eleição de novos sócios que deu o seguinte resultado:

SÓCIOS EFECTIVOS

Dr. José Teixeira Ribeiro.
Dr. António de Arruda Ferrer Correia.
Dr. Fernando Pinto Loureiro.
Dr. José Ramos Bandeira.
Dr. Francisco de Almeida Inês.
Dr. João de Oliveira e Silva.

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

Dr. José Júlio Rodrigues.

SÓCIOS CORRESPONDEETES ESTRANGEIROS

D. Wenceslau Benitez.
D. Olegario Fernandes Baños.
D. José Garcia Siñeríz.
D. Agustin Marin y Bertran de Lis.
Dr. Ernesto C. G. Stückelberg.

E de nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu, Gumersindo Sarmento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

Francisco Miranda da Costa Lobo
Gumersindo Sarmento da Costa Lobo

GENERAL JOSÉ ESTEVÃO DE MORAIS SARMENTO

A distinção da figura, a lucidez da inteligência, a integridade de carácter, uma bondade inexcedível, foram qualidades que adquiriram ao general Morais Sarmento admiração geral e profundas dedicações.

Contudo, como o tempo segue inexoràvelmente o seu curso, considero-me hoje uma das poucas pessoas que existem e tiveram a fortuna de apreciar pessoalmente aquelas distintas qualidades, e é para mim consolador ter ocasião de patentear pùblicamente os meus sentimentos, com pezar de que já não possam ser observados por quem tanto os mereceu, e ter ocasião de o fazer numa manifestação da prestigiosa Sociedade de Geografia de Lisboa, que na actual comemoração do centenário do nascimento do General Morais Sarmento, promovida com superior distinção pela douta direcção da «Revista Militar», foi representada pelo seu secretário geral Coronel Lopes Galvão, infatigável no exercício da sua espinhosa missão.

Têm sido tributadas ao General Morais Sarmento inúmeras manifestações de consideração, bem justificadas pelos seus elevados méritos, — escritor, disciplinador, patriota, que em todos os campos impôs a sua personalidade que, para o público, condensou no lema — *pátria, justiça e dever*.

Mas até nesta fórmula lapidar manifestou o General, a par da nobreza do seu carácter, a modéstia do seu alto merecimento que deixou na sombra uma qualidade que tanto o distinguiu — o seu amor, direi mesmo, o seu culto pela família e carinho pelos amigos.

Graças a Deus que as circunstâncias permitem que eu possa dar testemunho pessoal dessas qualidades da nobre personalidade do general Morais Sarmento, as quais, em verdade, considero como sendo as mais valiosas que podem nobilitar o homem, e que lhe alargam a influência na socie-

dade pela forma como se manifestam, brilhando em actos de assinalados serviços e, mesmo, em delicados sentimentos.

Será debaixo dêste ponto de vista que registarei aqui algumas notas íntimas, celebradas como já se encontram por notáveis personalidades as afirmações de elevada grandeza científica e moral do nobre general, e da sua intensa influência, posta em evidência em variados sectores, exercida na vida da nação portuguesa, e sempre realçada por inquebrantável e inexcedível patriotismo.

Animam-me neste acto os mais profundos sentimentos de saüdade e gratidão, que se conserva constante.

Tive à honra de travar relações pessoais com o general ao ser promovido, em 1882, a alferes aluno. Contava então o General Morais Sarmento 39 anos, mas era já uma personalidade prestigiosa do nosso exército, altamente considerado por Fontes Pereira de Melo, facto que atesta o seu grande valor, tão grande era o do homem que, desde o início da sua carreira, foi valioso colaborador de Saldanha e prestou ao nosso país serviços inolvidáveis, que ainda não estão suficientemente comemorados.

E, facto notável, já então o general Morais Sarmento era assíduo, e distinto colaborador do grandioso monumento que Fontes inaugurou — a «Revista Militar», que constantemente tem afirmado o elevado merecimento dos seus colaboradores, tanto no campo científico como no moral, como neste momento observamos maís uma vez, com a sua grata atitude em relação ao seu preclaro director que foi o general Morais Sarmento.

A constância do nobre carácter do general vamos logo encontrá-la na sua escrita inalterável em tôdas as suas cartas, que tive a honra de receber em grande número, e guardo como preciosas relíquias, notando também o facto de serem imediatas as respostas escritas pelo próprio punho, e sempre impregnadas de justiça e bondade.

Mas essa situação tem também para mim o grande valor de a considerar já derivada de nossos pais, da amizade

cimentada entre êles em lutas determinadas por generosos intuitos, e que existiu entre o ilustre pai do nobre general que, com o seu prestígio, sendo ainda sòmente tenente, teve a importância de levar consigo o regimento de Aveiro (sua terra natal) a que pertencia, para as fileiras da patuleia, que meu pai veio apoiar com uma companhia de milicianos que o acompanhou dos altos de Trás dos Montes.

Ainda tive a fortuna de gozar a encantadora companhia dêsse valente militar, que poderia orgulhar-se da nobreza das suas acções e de possuir um filho que, já então, era alvo de elevada consideração tributada por elementos dos mais respeitados daquela época e logo, em primeiro lugar, por Fontes e Rodrigues Sampaio, e que estava destinado a subir às mais elevadas posições sociais.

E, já agora, não passarei sem lembrar que era em casa do nosso saüdoso amigo José Martins Raposo, que foi intimo de José Estêvão, também de Aveiro, que eu tinha o prazer de ouvir a recordação dos seus feitos, em linguagem despretenciosa, e das horas atribuladas passadas nas Pedras Negras de Angola, por não terem sido respeitados os compromissos que, em seguida à sangrenta batalha de Tôrres Vedras, foram tomados pelo Marechal Duque de Saldanha, sempre generoso e justo, quando êste reconheceu a coragem dos seus adversários e que, seguramente, lamentou terem sido desprezadas pelos seus sucessores no poder, como na câmara dos pares lamentou o distinto general Conde de Bomfim, então vencido.

Do elevado valor científico do general Morais Sarmento limitar-me-ei a recordar um facto que o atesta. Promotor de justiça militar no Tribunal Militar de Lisboa, tornou-se um jurisconsulto eminente, e assim o afirma o relatório que serviu de base à sua eleição como sócio do Instituto de Coimbra, redigido pelo sábio professor Dr. Bernardo de Albuquerque, e subscrito por prestigiosos professores que admiravam os conhecimentos jurídicos, a forma precisa e a distinta exposição de um homem que não tinha tido uma educação jurídica.

Mas se o General Morais Sarmento no exercício da sua melindrosa missão era sempre zeloso e justo, a bondade do seu carácter dominava também os seus actos, e exuberantemente o demonstrou em inúmeras emergências, sobretudo quando teve de intervir no julgamento da sublevação política que teve lugar no Pôrto em 31 de Janeiro de 1891, e então, apreciando o acontecimento em harmonia com a doutrina dos Códigos, temperava as suas conclusões com a convicção de que actos daquela ordem nunca podem ser considerados criminosos, e que, condenados hoje, podem ser em breve motivo de consideração.

Mas se principiei estas rápidas considerações afirmando que no lema adoptado pelo General Morais Sarmento faltava ser acentuado o seu entranhado culto pela família, é obrigação recordar que o General viveu sempre intimamente ligado à sua família por estreitos laços de amor, embebido no íntimo prazer que lhe davam todos os seus e especialmente sua virtuosa espôsa e inteligentes filhos, um infelizmente perdido precocemente, e outro digno sucessor de seu nobre pai, de quem segue as gloriosas tradições e é hoje uma glória do nosso exército, o General Júlio de Morais Sarmento. E para ser apreciado o valor moral dêste, o seu amor à família e, conseqüentemente o respeito que sempre tributou a seu ilustre Pai, posso registar a satisfação com que êste me relatava as delicadas atenções que sempre lhe foram testemunhadas por seu Filho que lhe declarava desejar, acima de tudo, que os seus actos merecessem a sua aprovação, e mereciam.

Também o General Morais Sarmento me contava, comovido, o carinho que tinha encontrado na sua família por ocasião de nos últimos tempos sofrer uma grave operação, e como então ao observar, quando se supunha estar adormecido, o grande carinho de que estava rodeado, tinha a grande satisfação de pensar que realmente ainda fazia falta aos seus, e bem poderia pensar, a todos os que o conheciam e porisso o admiravam e adoravam.

Para prova do culto que o General Morais Sarmento tinha pela família posso ainda aduzir um facto importante, demonstrativo, ao mesmo tempo, da alta consideração merecida pelo General, em variados sectores intelectuais.

Chamado João Franco à presidência do Govêrno, e devendo prover a reitoria da Universidade de Coimbra, pensou logo no General Morais Sarmento. Sei que foram feitas instantes solicitações para que o General aceitasse aquêle elevado cargo. Mas êste recusou intransigentemente aquela posição, na qual, certamente, prestaria assinalados serviços, e estou persuadido de que neste sentido era determinado pelo receio de se encontrar, embora temporàriamente, afastado da Família.

E, contudo, a importância daquela posição é tal que repetidas vezes ouvi ao Conselheiro José Luciano de Castro que, se não se encontrasse na alta posição de Chefe de um partido constitucional, e repetidas vezes presidente do Govêrno, o lugar que mais estimaria ocupar era, exactamente, o de reitor da Universidade de Coimbra, onde brilharam figuras notáveis, e agora só lembrarei o meu primeiro reitor, Conselheiro Adriano de Abreu Cardoso Machado, par do reino, que já fôra professor da Universidade de Coimbra e Ministro da Justiça, possuïdor de vasta erudição e conhecimentos pedagógicos, e de um acendrado carácter liberal e bondoso.

Terminando, seja-me perdoado que o faça com uma observação pessoal.

Entre inúmeras provas de afecto que devi ao General Morais Sarmento, uma merece especial menção. Convidado para concorrer ao lugar de professor na Universidade de Coimbra, já militar, mas sem ter chegado a freqüentar a Escola do Exército, deveria demitir-me. O General impôs-me que continuasse a possuïr uma farda e afastou tôdas as dificuldades. À sua grande prova de bondade devi a honra de pertencer a uma classe que profundamente respeito e admiro.

SESSÃO DE 7 DE DEZEMBRO DE 1943

Ocupou a presidência o Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho acompanhado pelo Prof. Dr. Maximino Correia, reitor da Universidade e pelo Prof. Dr. Diogo Pacheco de Amorim. O Presidente ao anunciar a conferência subordinada ao título «A atmosfera do Sol» que ia ser feita pelo Dr. Gumersindo Sarmento da Costa Lobo, referiu-se com elogio aos trabalhos que o conferente tem realizado sôbre o estudo da atmosfera do Sol, notando qùe é actualmente um capítulo de particular importância da astronomia física para o qual o conferente tem estudos especiais.

O conferente depois de lembrar que há notícia de terem sido observadas as manchas do Sol desde remotas eras, notou que só depois da invenção das lunetas se assentou definitivamente que as manchas pertenciam ao Sol, o que deu lugar ao início da física solar. Chamou depois a atenção para o facto de terem sido outros fenómenos naturais que serviram de instrumento para novas observações ou para o seu desenvolvimento e citou, entre outros, a câmara escura, a partir dos fenómenos naturais, os eclipses do sol que contribuíram para estender a observação até à atmosfera do sol; o fenómeno da dispersão da luz que conduziu ao importantíssimo estudo espectroscópico do sol, método que estendido ao espaço sideral levou à formação de um novo ramo da astronomia — a Astrofísica, e finalmente a polarização da luz que permitiu iniciar o estudo da corôa solar. Por fim, o conferente, apresentou os resultados obtidos nas investigações que tem feito.

O presidente, Professor Doutor Anselmo Ferraz de Carvalho, testemunhou o reconhecimento do Instituto de Coimbra.

ASSEMBLÉIA GERAL DE 14 DE DEZEMBRO DE 1943

A 14 de Dezembro de 1943 reüniu a Assmbleia Geral do Instituto de Coimbra em cumprimento da deliberação tomada de se realizar uma sessão para comemorar o IV centenário da morte do sábio astrónomo Nicolau Copérnico.

Tomou a presidência o Sr. Dr. Maximino Correia, Reitor da Universidade, acompanhado pelo Prof. Doutor Diogo Pacheco de Amorim e pelo Dr. Pinto Loureiro. O Prof. Doutor F. M. da Costa Lobo encarregado pelo Instituto de Coimbra realizou sôbre Copérnico uma larga exposição que foi muito bem acolhida e à qual sua Excelência o Reitor da Universidade fêz amáveis referências. Êste trabalho fará oportunamente parte de uma publicação sôbre «A astronomia da Renascença».

E de nada mais se tratou nesta sessão da qual eu, Gumersindo Sarmento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

Francisco Miranda da Costa Lobo
Gumersindo Sarmento da Costa Lobo

ASSEMBLÉIA GERAL DE 15 DE MARÇO DE 1944

A 15 de Março de 1944 reüniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra sob a presidência do Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente começou por informar que esta reünião tinha sido convocada para serem eleitos dois Delegados do Instituto de Coimbra à Assembleia Geral da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências que terá lugar no dia 18 de Março dêste ano.

Foram eleitos por unanimidade os Profs. Drs. Francisco Miranda da Costa Lobo e Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente, visto ser a primeira vez que o sócio Prof. Dr. Rebêlo Gonçalves assistia às sessões no Instituto de

Coimbra congratulou-se com êste facto e disse que muito havia a esperar, em virtude das elevadas qualidades do Prof. Dr. Rebêlo Gonçalves, da sua colaboração. O Prof. Dr. Rebêlo Gonçalves agradeceu as palavras do Presidente e assegurou que o Instituto de Coimbra, instituïção pela qual tinha tôda a consideração, podia contar com a sua colaboração.

E de nada mais se tratou nesta sessão da qual eu, Gumersindo Sarmento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

Anselmo Ferraz de Carvalho
Gumersindo Sarmento da Costa Lobo

SESSÃO DE 18 DE ABRIL DE 1944

Esta sessão realizou-se sob a presidência do Prof. Dr. F. M. da Costa Lobo, acompanhado pelo Prof. Dr. Diogo Pacheco de Amorim e Capitão Crucho, representante do Comandante da 2.ª Região Militar. O presidente fêz a apresentação do conferente, Prof. Charles E. Dufourcq referindo-se com elogio aos seus trabalhos. O Prof. Charles E. Dufourcq realizou uma conferência subordinada ao título «Les grands redressements du passé-français».

O conferente, baseado na história da França, de que fêz uma síntese brilhante, mostrou como êste país conseguiu vencer as suas crises até hoje, retomando a sua tradição e restabelecendo assim uma união forte e disciplinada. O Presidente agradeceu ao Prof. Ch. Dufourcq o seu interessante trabalho, que foi devidamente apreciado.

SESSÃO DE 19 DE ABRIL DE 1944

Nesta sessão presidida pelo Prof. Dr. F. M. da Costa Lobo, secretariado pelos Profs. Drs. Diogo Pacheco de Amorim e Torquato de Sousa Soares efectuou a segunda conferência, o Prof. Ch. Dufourcq. intitulada «L'histoire Mus-

sulmane de l'Afrique du Nord du VII^e^ au XIX^e^ siècles». O conferente traçou um quadro dos acontecimentos da África do Norte desde o século VII° ao XIX° e frisou que, apesar do alto grau de civilização por vezes atingido, nem os marroquinos, nem os turcos, conseguiram a unidade política, devido à vivacidade de espírito das tribus. Terminou com a seguinte parábola mussulmana: «Tenho duas flores nas mãos; reparai como as suas côres, apesar de diferentes, são belas. Cheirai-as sem atender, à oposição das suas côres; nenhuma perde, em nada, o seu encanto próprio, e, contudo, a sua reünião conduz a uma unidade perfeita — a êste perfume maravilhoso».

Depois dos aplausos da assistência, o presidente apresentou os seus agradecimentos ao Prof. Ch.-Dufourcq.

SESSÃO DE 2 DE MAIO DE 1944

Esta sessão teve por fim comemorar o III° centenário da Batalha de Montijo.

Assumiu a presidência o Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho, secretariado pelo General Vítor Franco, comandante da 2.ª região militar e pelo Prof. Dr. Cipriano Rodrigues Diniz.

O Presidente apresentou o conferente em têrmos elogiosos, e lembrando que era a primeira vez que se reünia o Instituto de Coimbra depois do falecimento do Prof. Dr. Bernardino Machado, prestou uma sentida homenagem ao antigo Presidente desta Academia, que era seu sócio honorário e destacou especialmente o desenvolvimento que imprimiu à colaboração do Instituto de Coimbra na vida dos estudantes da Universidade.

O Coronel Belisário Pimenta, encarregado pelo Instituto de Coimbra de falar nesta sessão apresentou um estudo de valor sôbre a Batalha de Montijo, dando uma interpretação original sôbre êste feito militar. No fim da sua conferência o coronel Belisário Pimenta foi muito aplaudido e o Presidente agradeceu em nome do Instituto de Coimbra.

SESSÃO DE 5 DE MAIO DE 1944

Presidiu a esta sessão que se realizou numa sala da Faculdade de Letras, que esta Faculdade se dignou ceder, o Prof. Dr. Diogo Pacheco de Amorim secretariado pelos Profs. Drs. Arístides de Amorim Girão e Providência de Sousa Costa.

O presidente fêz a apresentação do conferente Sr. Gastão de Bettencourt, que falou sôbre «A Amasonia no fabulário e na arte». O conferente descreveu largamente esta extraordinária região. A conferência foi ilustrada com algumas músicas cantadas pela soprano Raquel Bastos acompanhada pela pianista Maria Elvira Lopes Barroso, artistas que trouxeram uma colaboração valiosa a esta sessão.

O conferente mereceu grandes aplausos de tôda a assistência bem como as suas colaboradoras.

Por fim o presidente testemunhou ao conferente e às senhoras que colaboraram os agradecimentos do Instituto de Coimbra.

SESSÃO DE 6 DE MAIO DE 1944

Presidiu a esta sessão o Professor Doutor Diogo Pacheco de Amorim secretariado pelo Dr. Mauro de Freitas, consul do Brasil no Pôrto e pelo Professor Dr. Amadeu Ferraz de Carvalho.

O presidente fez a apresentação do conferente, Professor Dr. José Júlio Rodrigues, e saüdou o Consul do Brasil e a Nação Brasileira na pessoa do seu ilustre representante.

O conferente depois de saüdar o Instituto de Coimbra, o seu presidente e o Consul do Brasil, iniciou a sua conferência que intitulou «No Brasil de há 30 anos». O Senhor Dr. José Júlio Rodrigues evocou na sua conferência as figuras mais notáveis do Brasil de há 30 anos, nas letras, ciências, política, jornalismo e arte. A Senhora D. Maria Emília Castelo Branco ilustrou esta conferência com várias

recitações. Depois de grandes aplausos da assistência, o presidente congratulou-se com o êxito desta sessão e apresentou os agradecimentos do Instituto de Coimbra.

SESSÃO DE 7 DE MAIO DE 1944

Presidiu a esta sessão, que se realizou numa sala da Faculdade de Letras que esta Faculdade se dignou ceder o Professor Doutor Diogo Pacheco de Amorim, secretariado pelos Professores Doutores Aristides de Amorim Girão e João Pereira Dias.

Nesta sessão foi conferente o Professor Dr. José Júlio Rodrigues que falou sôbre o músico Armando Leça do qual fez um grande elogio. O ilustre artista Armando Leça interpretou algumas das suas interessantíssimas composições, sendo muito ovacionado pela assistência. Uma das suas composições foi executada pelo violinista Francisco Silveira.

A Senhora D. Maria Emília Castelo Branco disse uma poesia do jornalista Tito de Bettencourt intitulada «Recordando» dedicada ao compositor Armando Leça.

O presidente referiu-se ao êxito desta sessão e apresentou os agradecimentos do Instituto de Coimbra.

ASSEMBLEIA GERAL DE 19 DE MAIO DE 1944

A 19 de Maio de 1944 reüniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra sob a presidência do Prof. Dr. F. M. da Costa Lobo.

O presidente começou por se referir ao falecimento do Prof. Dr. Bernardino Machado sócio honorário do Instituto de Coimbra. O presidente fêz o elogio dêste Professor que como sócio e sobretudo como presidente do Instituto de Coimbra, prestou assinalados serviços a esta Sociedade. Todos os sócios presentes se associaram a esta manifestação de pesar, registando-se igualmente o pesar de todos os presentes pelo falecimento dos consócios Afonso de Dornelas e

José de Esaguy, que ao Instituto de Coimbra prestaram assinalados serviços.

O presidente comunicou depois que o sócio Dr. Ricardo Espírito Santo tinha contribuído mais uma vez com um importante auxílio pecuniário na importância de um conto. Foi resolvido testemunhar o nosso agradecimento com uma carta que ficou arquivada.

Depois de ouvido o Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho sôbre o questionário da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, foi aprovado por unanimidade, que fôsse redigida a resposta de harmonia com a proposta do Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho.

O sócio coronel Belisário Pimenta foi encarregado da Direcção da Biblioteca do Instituto de Coimbra.

Procedeu-se depois à eleição dos sócios que deu o seguinte resultado:

SÓCIO HONORÁRIO ESTRANGEIRO

Duque d'Alba.

SÓCIO CORRESPONDENTE NACIONAL

Dr. Mauro de Freitas.

SÓCIO CORRESPONDENTE ESTRANGEIRO

D. Rafael L. Gomes Carrasco, advogado e presidente em Espanha do Comité Cultural Argentino de Buenos Aires.

E de nada mais se tratou nesta sessão da qual eu Gumersindo Sarmento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

Francisco Miranda da Costa Lobo
Gumersindo Sarmento da Costa Lobo

ASSEMBLÉIA GERAL DE 3 DE JUNHO DE 1944

A 3 de Junho de 1944 reüniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra sob a presidência do Prof. Dr. F. M. da Costa Lobo.

O presidente, em virtude de ter ocorrido o falecimento do sócio do Instituto de Coimbra, Prof. Dr. Vergílio Correia, propôs que esta sessão fôsse apenas realizada com o fim de associar o Instituto de Coimbra às manifestações de pesar por tão infausto acontecimento e pronunciou as seguintes palavras:

O Prof. Dr. Vergílio Correia foi uma distinta personalidade que se elevou por si devido ao seu tenaz trabalho, esclarecida inteligência e grande bondade. O seu desaparecimento prematuro representa enorme perda para a Universidade de Coimbra e para o país em geral. Todos os sócios presentes se associaram a esta manifestação de pesar depois do que foi encerrada esta sessão.

E de nada mais se tratou nesta sessão da qual eu, Gumersindo Sarmento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

Francisco Miranda da Costa Lobo
Gumersindo Sarmento da Costa Lobo

ÍNDICE POR AUTORES

Págs.

BETTENCOURT (Gastão de) — *Alguma coisa de Portugal na alma romântica do sertão brasileiro – na Poesia e na Música* 246

CONDEIXA (Jorge) — *Evasão* 243

COSTA LÔBO (Francisco Miranda da) — *Dolorosa tragédia dos ínclitos Infantes, filhos de D. João I* 5

COSTA LÔBO (Gumersindo Sarmento da) — *Boletim do Instituto* 370

DEONNA (W.) — *L'évolution de l'art grec du «primitivisme» au «classicisme»*. 153

ESTRIPEAUT (Raoul) — *De l'emploi des oligo-éléments pancréatiques dans les déchéances organiques en général et dans le cancer en particulier* 185

MÁRTIRES (D. Timóteo dos) — *Crónica do Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra* 269

PERRY VIDAL (Frederico Gavazzo) — *A iluminura ao serviço da Heráldica e da Genealogia especialmente em Portugal* 218

PIRES DE LIMA (Fernando de Castro) — *A Medicina na quadra popular* 192

ROCHA BRITO (A. da) — *Notável carta de doutoramento na Universidade de Sena de um médico português quinhentista* 260

ROCHA MADAHIL (A. G. da) — *A Crónica do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, de D. Timóteo dos Mártires* 268

SCHAUB-KOCH (Émile) — *Somme psychologique des arts plastiques de la pré-Renaissance florentine* 105

VILHENA (João Jardim de) — *As dívidas da Marquesa de Alorna* 149

ÍNDICE POR ARTIGOS

Págs.

Alguma coisa de Portugal na alma romântica do sertão brasileiro – na Poesia e na Música, por GASTÃO DE BETTENCOURT 246

Boletim do Instituto, por GUMERSINDO SARMENTO DA COSTA LÔBO 370

Crónica do Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, por D. TIMÓTEO DOS MÁRTIRES 269

Crónica (A) do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, de D. Timóteo dos Mártires, por A. G. DA ROCHA MADAHIL 268

Dívidas (As) da Marquesa de Alorna, por JOÃO JARDIM DE VILHENA 149

Dolorosa tragédia dos ínclitos Infantes, filhos de D. João I, por FRANCISCO MIRANDA DA COSTA LÔBO. 5

Emploi (De l') des oligo-éléments pancréatiques dans les déchéances organiques en général et dans le cancer en particulier, de RAOUL ESTRIPEAUT 185

Evasão, por JORGE CONDEIXA. 243

Évolution (L') de l'art grec du «primitivisme» au «classicisme» por W. DEONNA 153

Iluminura (A) ao serviço da Heráldica e da Genealogia especialmente em Portugal, por FREDERICO GAVAZZO PERRY VIDAL. 218

Medicina (A) na quadra popular, por FERNANDO DE CASTRO PIRES DE LIMA 192

Notável carta de doutoramento na Universidade de Sena de um médico português quinhentista, por A. DA ROCHA BRITO. 260

Somme psychologique des arts plastiques de la pré-Renaissance florentine, por ÉMILE SCHAUB-KOCH 105